



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



O NÍVEL OPERACIONAL DE
GUERRA: AS CONCEPÇÕES
ALEMÃ E NORTE-AMERICANA

George A. Hig

Nº 726
JUL/AGO-8

ECONÔMICO NO DESEMPENHO AVANÇADO NA CONCEPÇÃO, VERSÁTIL POR NATUREZA.



esquilo HB 350 B

Assim é o Esquilo: o helicóptero que oferece a melhor relação custo/desempenho que você conhece, tanto em termos de aquisição quanto de operação.

Com pás, cabeça de rotor e cabine em materiais compósitos, além de um reduzido número de componentes, o Esquilo

oferece também a mais avançada tecnologia de ponta. Projetado para 5/6 lugares, podendo ser utilizado em treinamentos, serviços aéreos especializados, transporte executivo e fins militares o Esquilo tem mais esta característica importante: a versatilidade.

Em resumo, assim é o Esquilo. Econômico, avançado, versátil.



HELIBRAS - Helicópteros do Brasil S.A. Rua Projetada, 1.200
Distrito Industrial de Itajubá - Itajubá - MG CEP 37.500 - C. Postal 184
Telefones: (031) 622-3366/PABX: 622-3420/Divisão Comercial
Telex: 031 2902 HLBR



Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

O "ÍMBROGLIO" SUL-AFRICANO	11
Therezinha de Castro	
TEORIAS GEOPOLÍTICAS APLICADAS À ESTRATÉGIA MILITAR	111
Carlos de Meira Mattos	

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

O NÍVEL OPERACIONAL DA GUERRA: AS CONCEPÇÕES ALEMÃ E NORTE-AMERICANA	
George A. Higgins	36
ASPECTOS PECULIARES DAS FORÇAS DE DEFESA DE ISRAEL	
Delcy G. Doubrava	96
AS COMUNICAÇÕES NA URSS	
Humberto José Corrêa de Oliveira	131

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

NOVOS RUMOS PARA AS INFORMAÇÕES CULTURAIS MILITARES TERRESTRES	
Francisco Ruas Santos	7
CAXIAS – CIDADÃO E SOLDADO À SERVIÇO DO BRASIL	
José Guará	26
SESQUICENTENÁRIO DO COMBATE DO SEIVAL, O BERÇO DA REPÚBLICA BRASILEIRA	
Cláudio Moreira Bento	44
A ÚNICA FACE DA GLÓRIA	
Newton C. de Andrade de Mello	87

EDITORIAL	5
INFORMAÇÕES	168
REGISTROS	170

A DEFESA NACIONAL N° 726
Rio de Janeiro – Brasil

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Primeiros Técnicos: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUSA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino, Lima e Silva, Parça Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéu Cavalcante, Euclides Figueiredo, Tahorda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N. 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

Helicópteros do Brasil S.A. — Helibrás	2 ^a capa
J. I. Case do Brasil	3 ^a capa
Avibrás Indústria Aerospacial S.A.	4 ^a capa
Fiatallis Latino Americana	4
Centro de Estudos Estratégicos	6
Cia. Vale do Rio Doce	43
General Motors do Brasil Ltda.	86
Bibliex	174/175



Nossa Capa:

A esquerda o Marechal Rommel instruindo seus oficiais antes da ofensiva do verão de 1942; vendo-se a direita o General Eisenhower conversando com pára-quedistas em vias de participar da invasão do Dia D.

Como parte integrante da doutrina da Batalha Ar-Terra, a chamada arte operacional vem merecendo ênfase especial no currículo da EsCEME/EUA.

O artigo enfocado analisa as diferenças entre as concepções alemã e norte-americana com base nas experiências de ambos os exércitos na 2^a Guerra Mundial.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente: Gen Div Anapio Gomes Filho
Diretor-Secretário: Cel José Fernando de Maya Pedrosa
Diretor-Administrativo: Cel Sady Nunes
Diretor Tesoureiro: 1º Ten Zilton de Oliveira Victório
Conselheiros: Cel Celso José Pires
Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal: Cel José Claudio de Castro Chagastelles
Ten Cel José Carlos Guimarães Osório
Ten Cel César Augusto Barroso Ramos
Ten Cel José Eugênio de Carvalho
Ten Cel Jaire Brito Prieto
Ten Cel Marcio Paiva Barreto

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe: Gen Div Anapio Gomes Filho
Redator-Executivo: Cel José Fernando de Maya Pedrosa
Coordenação Editorial: José Lívio Dantas
Conselho Editorial: Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis
Cel R/1 Virgílio da Veiga
Cel Claudio Moreira Bento
CMG José Correia de Sá e Benevides
Professor Jorge Boaventura
Publicidade: Edison Alves de Azevedo
Revisão: Márcia Irene Pignataro Cleto
Expedição: Raimundo dos Santos Pereira

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura anual (6 números) – Cr\$ 67,20

Exterior – US\$ 50

Número avulso – Cr\$ 15,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
Cep 20445. Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel: (021) 253.4628

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

ACEITA-SE intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

Detalhes Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

Rua México, 148 – Gr. 501

Cep: 20031. Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel.: (021) 240-1530

Força, com qualidade e eficiência.

As máquinas Fiatallis proporcionam os melhores resultados em força, com qualidade e eficiência. Qualidade garantida pela alta tecnologia Fiatallis, produzindo no Brasil máquinas de última geração. Eficiência comprovada pela performance de campo associada a uma excelente infra-estrutura de assistência técnica e manutenção, personalizada.



Procure uma concessionária Fiatallis. Ela pode fazer por você muito mais do que você imagina.

**Tecnologia
com qualidade
e eficiência.**



EDITORIAL

Assuntos Internacionais - Geopolítica - África do Sul - Relações Unidas
Cultura - Século XXI - Crítica Literária - Século XXI - Crítica Literária
Militares - Geopolítica - África do Sul - Relações Unidas
Terrestres - Século XXI - Crítica Literária - Século XXI - Crítica Literária
O Futuro da Geopolítica - Século XXI - Crítica Literária
Alexandre de S. C. Bellote
Bento Kellert

A Redação de *A DEFESA NACIONAL* julga-se muito recompensada em lançar a seu público leitor, neste Número, assuntos de muita atualidade, comprovando sua tradição intelectual: Geopolítica aplicada à Estratégia, África do Sul, Evolução da Doutrina Militar, e Integração das Forças Armadas. Além disso, registra-se uma crítica histórica sobre livro relativo à Força Expedicionária Brasileira e uma reconstituição do Combate do Seival.

Também incluímos neste Número uma transcrição de um artigo publicado na *Military Review*, como início de um intercâmbio entre essa revista e *A DEFESA NACIONAL*.

É com grande satisfação que a Diretoria de Assuntos Internacionais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEM) anuncia a publicação de um novo número da revista *A DEFESA NACIONAL*. O número 724, que chegará às bancas no dia 10 de outubro, contém artigos de grande interesse, entre os quais um sobre a África do Sul, escrito pelo professor José Carlos Góes, e outro sobre a Geopolítica, escrito pelo professor Bento Kellert. O número 725, que chegará às bancas no dia 10 de novembro, contém artigos sobre a Doutrina Militar, escrito pelo professor Alexandre de S. C. Bellote, e sobre a Integração das Forças Armadas, escrito pelo professor Bento Kellert. O número 726, que chegará às bancas no dia 10 de dezembro, contém artigos sobre a Força Expedicionária Brasileira, escrito pelo professor Bento Kellert, e sobre o Combate do Seival, escrito pelo professor Bento Kellert.

É com grande satisfação que a Diretoria de Assuntos Internacionais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEM) anuncia a publicação de um novo número da revista *A DEFESA NACIONAL*. O número 724, que chegará às bancas no dia 10 de outubro, contém artigos de grande interesse, entre os quais um sobre a África do Sul, escrito pelo professor José Carlos Góes, e outro sobre a Geopolítica, escrito pelo professor Bento Kellert. O número 725, que chegará às bancas no dia 10 de novembro, contém artigos sobre a Doutrina Militar, escrito pelo professor Alexandre de S. C. Bellote, e sobre a Integração das Forças Armadas, escrito pelo professor Bento Kellert. O número 726, que chegará às bancas no dia 10 de dezembro, contém artigos sobre a Força Expedicionária Brasileira, escrito pelo professor Bento Kellert, e sobre o Combate do Seival, escrito pelo professor Bento Kellert.

POLÍTICA eESTRATÉGIA

revista trimestral de política internacional e assuntos militares



O Futuro das Relações Brasil-Estados Unidos

Sérgio Franklin Quintella

Alexandre de S. C. Barros

Paulo Kramer

Mahan e a Teoria do Poder Naval

João Carlos G. Caminha

Diplomacia e Hegemonia no Cone Sul

Clodoaldo Bueno

Resistência à Opressão:

Posição e Ação das Forças Armadas

Cláudio Pacheco

Política Externa:

Privilégio do Poder Executivo?

Vera de Araujo Grillo

Assinatura anual: CzS 65,00

Número avulso: CzS 20,00

Nome

Rua

Cidade..... Estado CEP

Fone..... Anexo cheque no valor de

CzS..... do Banco

nº em nome do

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Alameda Eduardo Prado, 705 - 01218 - São Paulo -SP

(011) 826-7577



NOVOS RUMOS PARA AS INFORMAÇÕES CULTURAIS MILITARES TERRESTRES

Francisco Ruas Santos

O Cel R/1 Francisco Ruas Santos há muito tempo reverteu os seus esforços de historiador militar consagrado para o de estudioso da informação cultural. Seu empenho neste campo toma sentido de sadia obstinação, pois idealiza uma doutrina militar terrestre brasileira inspirada no estudo que, não dispensa a informação e no pensamento criador que não existe sem o conhecimento, em essência repousando sobre documentos a serem referenciados.

Em o nosso último artigo para esta revista (nº 724, mar-abr 1986), tratamos da criação de uma fundação para o trato de assuntos culturais, vinculada ao Ministério do Exército através da Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos (DACEP). Essa idéia, registramos com prazer, já fora lançada pelo saudoso Marechal Tristão de Alencar Araripe, há cerca de trinta anos atrás, quando pensava no progresso dos estudos e pesquisas de História Militar Terrestre principalmente.

Com ou sem essa fundação, a questão básica que deve ser equacionada e resolvida logo é a da implantação de um *moderno sistema de informações culturais militares terrestres*.

Isso já está acontecendo a partir de um modelo reduzido ou *projeto piloto*, que começa a ser montado e posto a funcionar no âmbito da Biblioteca do Exército.

É sobre esse projeto piloto que devemos focalizar nossa atenção agora, não sem antes recordar fatos e fatores da conjuntura em que ele se insere.

É por demais sabido pela comunidade de informações que, sem a implantação e o desenvolvimento de sistemas de informações bem racionalizados e progressivamente automatizados, com mentalidade revolucionária, de âmbito nacional e mundial, não é possível o pleno domínio da Informação.

Eis porque o Estado-Maior do Exército, em sua Portaria 73, de 1982, se refere à existência do sistema de informações culturais militares terrestres relacionados com as atividades de História Militar ou, em sentido amplo e moderno, de Informação Cultural. Nessa mesma ocasião, menciona aquele alto órgão a necessidade, também, de um sistema lingüístico a serviço dessas atividades, expresso principalmente por um glossário de terminologia militar, ou *tesouro cultural militar terrestre*.

Naquele mesmo ano, começou o processo de automação das atividades biblioteconómicas da Biblioteca do Exército, através do seu ingresso no Sistema Bibliodata, da Fundação Getúlio Vargas, de catalogação coletiva legítima pelo computador (CALCO). Objetiva o sistema a geração de um banco de dados nacional para as informações contidas nos acervos bibliográficos e hemerográficos principalmente. O Bibliodata conta hoje com cerca de vinte bibliotecas brasileiras, dentre as quais a Biblioteca Nacional, a do Instituto Joaquim Nabuco, do Recife, e a da Escola Superior de Guerra, dentre outras.

Para dinamizar essa participação, a Biblioteca do Exército acaba de instalar um terminal eletrônico, servido por um microcomputador compatível também com a rede automatizada do Exército. Isso significa que consultas ao Sistema Bibliodata, em especial à Biblioteca do Exército, poderão ser feitas de pontos do território brasileiro em que está presente o amplo sistema informatizado do Exército, com respostas em vídeos de terminais, seja públicos, seja particulares. Aí está ainda uma nova forma de integração do Exército com o meio civil, representado este pelo seu sistema de ensino e de cultura.

Tudo isso justifica o título escolhido para este artigo.

Felizmente, há mais a apresentar como promissoras perspectivas para o sistema de informações culturais militares terrestres.

Vamos tentar fazê-lo, a partir da visualização desse sistema, não mais em potencial, como existe atualmente, e, sim, implantado e racionalizado segundo as exigências da Informática. Por outras palavras, *transformar potencial em poder*, o grande poder de Informação no caso.

Tal sistema, no momento e no âmbito do Exército, e de muitas instituições culturais que com ele têm interesses culturais comuns, acha-se configurado pela presença de *documentos*, de todos os tipos, muito em especial livros ou monografias, publicações periódicas e seriadas, papéis, mapas e fitas gravadas.

Se os integrantes desse sistema, de livre e espontânea vontade, decidem, por exemplo, catalogar esses documentos segundo áreas de assuntos de seu interesse, a tão desejada e ampla *racionalização*, começa a ocorrer. Nesse processo, a entrada do computador deve ser saudada como fator da também tão desejada *dynamização*. No fundo, é a *divisão de trabalho*, sob a *forma cooperativa*, exigências imperiosas da civilização contemporânea, devido, sobretudo à *explosão das informações*.

Não é lugar aqui para um extenso e profundo tratamento, quer da composição, quer das atividades do sistema de informações culturais militares terrestres.

Por isso, vamos tratar apenas do seu projeto piloto e dos objetivos deste último no âmbito do Estado-Maior do Exército e Departamento de Ensino e Pesquisa.

São tais objetivos os mesmos do sistema, a saber:

- cooperar, de modo permanente e crescente, na elaboração e atualização da doutrina militar terrestre, através, em especial, de informações sobre o homem brasileiro como combatente, o chefe e a manobra, revelados em feitos militares terrestres;

- evidenciar os valores espirituais e morais necessários à formação dos quadros e da tropa;

- levantar informações necessárias ao estudo de problemas brasileiros direta ou indiretamente relacionados com a força terrestre;

- apoiar a produção cultural destinada a diferentes meios de co-

municação, cinema e televisão principalmente;

— levantar informações de interesse doutrinário militar terrestre propiciadas pelos eventos da História Militar Geral ou Mundial (p. ex., pela Guerra das Malvinas ou para explicar porque o império napoleônico durou apenas quatorze anos, enquanto o bizantino, assediado por bárbaros e fortes hordas de adversários, resistiu cerca de dez séculos).

Quanto às atividades a desenvolver na busca desses objetivos, são as de qualquer sistema de informações no que toca a documentos:

- registro/tombamento;
- catalogação;
- indexação;
- disseminação seletiva da informação (DSI);
- aquisição planificada.

O projeto piloto objetiva muito em particular chegar a parâmetros ou *perfis* para a disseminação seletiva de informação de apoio à doutrina militar terrestre (área de interesse do Estado-Maior do Exército) e ao ensino e à pesquisa (área de interesse do Departamento de Ensino e Pesquisa, representada principalmente pelas escolas, a de Comando e Estado-Maior do Exército muito em especial).

No momento, já ingressou no sistema de catalogação cooperativa, do projeto piloto, gerido pela Biblioteca do Exército, a Associação Nacional de Veteranos da FEB, através de sua Biblioteca e Arquivo, onde está substancial do-

cumentação, tanto sobre a FEB como a nossa participação na guerra mundial de 1939-1945.

É de esperar que outros elementos de documentação, tal o daquela escola, o do Clube Militar, o do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, dentre outros, sigam esse exemplo, passando a integrar o projeto piloto, sob a luz das informações que a cada um sejam necessárias ou relevantes.

Essa integração a todos beneficiará e consubstanciará o tão sonhado sistema de informações culturais militares terrestres, moderno e racionalizado, parte do siste-

ma de informações culturais, de âmbito nacional, e grande e indispensável instrumento para o desenvolvimento cultural brasileiro.

Eis os novos rumos que nos propusemos aqui registrar.

Quem nos está seguindo desde a apresentação da idéia de uma fundação para o trato de assuntos culturais, vinculada ao Ministério do Exército, deve muito naturalmente perguntar: e ela, onde está?

Uma vez criada e implantada, materializaria um outro, e importante, dos novos rumos do processo para o domínio da Informação, com pessoal e meios cada vez melhores.



O Coronel R/1 Francisco Ruas Santos, da Arma de Infantaria, é possuidor de todos os cursos do Exército, além do Curso Avançado de Infantaria, realizado em Fort Benning, EUA, e da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército, responsável pela edição História do Exército Brasileiro (1972). Nessa função, idealizou o Centro de Documentação do Exército em 1973. Fundou e dirige o Centro de Informações Culturais, do Rio de Janeiro. Desde 1974 dedica-se ao estudo dos sistemas de informações, tendo publicado o Thesaurus do Sistema de Informações de Transportes (1976-1977) e Informação e Indexação.



O "IMBROGLIO" SUL-AFRICANO

Therezinha de Castro

A professora Therezinha de Castro aborda neste artigo o momento sul-africano, hoje tão comentado no mundo inteiro.

É muito válido para o leitor o enfoque de que, certamente, devamos conhecer a situação sobre vários ângulos, não apenas o da confrontação racial, pedra-de-toque do noticiário rotineiro a que estamos submetidos.

Como povo sem racismos repugna aos brasileiros qualquer tipo de discriminação previsto em lei. Mas como de Nação que se considera hoje digna de projeção internacional, não deve a gente brasileira desconhecer o "imbroglio" sul-africano em todos os seus ingredientes.

Daí o valor desta contribuição.

INTRODUÇÃO

Num típico cenário de neo-colonialismo as duas Super-Potências disputam zonas de influência no continente africano sustentando regimes que lhes são favoráveis, alimentando a existência de países que não sendo nações se apresentam politicamente frágeis. Donde uma *quase generalizada incapacidade de grande parte dos governos africanos para enfrentar eficazmente os problemas sócio-econômicos*. Corrupção, tensões sociais, políticas econômicas fora da realidade, vêm

contribuindo para a deterioração do continente. Assim, segundo o Banco Mundial a dívida total da África é avaliada em 78 bilhões e 400 milhões de dólares, representando 180% de suas exportações; destacando-se que a maioria dos países africanos que integram a ONU praticamente não conta com recursos naturais.

Donde se concluir, que dependendo da agricultura para viver, o africano médio encontra-se hoje bem mais pobre do que na década de 70. E que a continuar tal situação, se os problemas agrícolas não forem enfrentados com mais

eficácia, esse africano médio estará bem mais pobre em 1990 do que era nos idos de 1960 quando começou a se implantar o processo de descolonização.

O "OÁSIS" AFRICANO

Considerada, como o Brasil, ainda "nação em desenvolvimento", a *República da África do Sul*, embora só represente 5% da população e pouco mais de 3% da superfície global, destaca-se como o país mais adiantado do continente. Representa 25% do Produto Nacional Bruto do continente e 45% da produção mineira — sendo justamente os minerais e carvão as exportações mais importantes para o Ocidente. Produz mais de 70% do ouro explorado no mundo livre, tem 75% das reservas mundiais de cromo, vanádio, platina, manganês, bem como outros minerais e metais importantes para a indústria.

No contexto, pois, da Geopolítica do Confronto, no acirrado Eixo Leste-Oeste, no caso particular do "imbroglio" sul-africano, para a consecução dos objetivos da Doutrina Gorshkov, o Kremlim procura desestabilizar o governo pró-occidental de Pretória através de movimentos guerrilheiros. Fazem, pois, o jogo de Moscou os guerrilheiros da SWAPO (Organização do Povo do Sudeste Africano), procurando instalar-se no governo de uma Namíbia independente, bem como os que se abrigam no CNA (Congresso Nacional Africano), banidos desde 1960 de Pretória, instalados em Lusaka,

hoje dirigidos por Oliver Tampo, por estar o líder Nelson Mandela cumprindo pena de prisão*.

Criado em 1912, o CNA é o mais antigo movimento político negro da África do Sul, formalmente vinculado ao ilegal Partido Comunista Sul-Africano. Afirma o CNA estar comprometido com a democracia multirracial, redistribuição de riqueza, bem como com a nacionalização das mais importantes empresas de mineração do país. Recebendo apoio de grupos não governamentais, mantém sua principal missão diplomática em Londres; agindo através de pequenos grupos na realização de suas sabotagens, conta com guerrilheiros treinados na Tanzânia, em Angola e na Europa Oriental.

No âmbito regional o aumento do número de incidentes, de sabotagens e de guerrilhas vem sendo comprovado nos últimos anos, pois dos 44 registrados no ano de 1984, atingiu 136 em 1985, enquanto só no primeiro semestre de 1986 já se situavam na casa dos 70. Em contrapartida, é o governo sul-africano acusado de freqüentes incursões militares a "Países da Linha de Frente". (Mapa 1). Assim, em janeiro de 1981 registra-se um ataque a edifícios do bairro de Matola, em Maputo, onde se abrigava o Quartel General do CNA. Outra ofensiva foi levada a efeito contra bases do mesmo CNA em Maseru, no Lesoto, em dezembro

*Foi condenado em face de atividades guerrilheiras e de sabotagem via movimento denominado "Umkhonto we Sizwe", traduzindo-se por "Lança da Nação".

de 1982; enquanto no assalto a Cabinda (enclave de Angola), em maio de 1985, era capturado o Capitão Winand de Toit. Em Gaberone, capital de Botswana, em junho de 1985 era atingido mais um centro de controle de sabotagens do CNA. Finalmente, no momento em que este artigo era escrito, a 19 de maio de 1986, em três ataques simultâneos, eram bombardeadas bases do CNA nas capitais da Zâmbia (Lusaka), do Zimbabwe (Harare) e de Botswana (Gaberone). Justificou Pretória essa sua ação militar, pelo fato da polícia sul-africana haver descoberto numa mina abandonada de Kurgesdorp, perto de Johanesburgo, o maior número de armas jamais visto no país — variando desde um lançador de foguetes e fuzis de assalto AK-47, minas magnéticas e granadas de mão, tudo de fabricação soviética, contrabandeadas pelos citados países vizinhos.

Dentro, pois, da Geopolítica do Confronto, nesta área da África Austral que Seversky em sua tese de Poder Aéreo classificou como "indecisa", a segurança nacional passou a ser a determinante para o Governo de Pretória; consequentemente, a Força de Defesa Sul-Africana (SADF) transformou-se na mais aparatoso organização militar do continente, sobretudo a partir de 1977 quando foi decretado o embargo de armas para o País, que além de se tornar auto-suficiente em armamentos também entrou, como o Brasil (que coincidentemente neste mesmo ano denunciava seu Acordo Mili-

tar com os Estados Unidos), para o mercado internacional.

O dilema sul-africano reflete a realidade de que, enquanto a Rússia sustenta a guerrilha, nos Estados Unidos milita uma direita vacilante de Conservadores. De um lado, Patrick Buchanan, Jane Kirkpatrick e o próprio Reverendo Jerry Falwell, encaixando o "affaire" África do Sul no Eixo Leste-Oeste da Geopolítica do Confronto, para conseguirem boicotar sanções contra o Governo de Pretória. Do outro lado, deputados conservadores como Vin Weber do Minnesota e Newt Gingrich da Geórgia, ignorando a realidade da Geopolítica do Confronto ao exigirem o fim do apartheid e implantação de "uma sociedade livre, multiracial e integrada". Finalmente no campo de tanta ambiguidade, condenando a tríplice agressão de maio de 1986, a Casa Branca enviava nota de protesto à África do Sul e mensagens de solidariedade aos dirigentes dos países agredidos. Esquecido do ataque estadunidense à Líbia ocorrido poucos dias antes, o porta-voz da Casa Branca, Larry Speaks chegou mesmo a afirmar que tal atitude dos sul-africanos se constituiria num "golpe contra a paz na região".

Dentro, pois, do método que os Estados Unidos costumam chamar de "cenoura-e-porrete", isto é, de oferecer atrativos ou de exercer pressões, é fato que enquanto o Governo Carter se valeu muito mais da segunda alternativa, o Governo Reagan tem procurado se situar na primeira.

Entremos, em face da conjuntura geoestratégica, observa-se, que, a despeito da política vacilante imposta pela democracia nos Estados Unidos, a "fortaleza" sul-africana não indica que irá cair ao "som das trombetas de Jericó"; o *apartheid segue seu próprio rumo, dificilmente influenciável a partir de fora.*

APARTHEISMO E TRIBALISMO

Segue o apartheid o seu próprio rumo a despeito dos discursos contrários na Assembléia Geral da ONU e da política externa de muitos países do mundo Ocidental.

Curiosamente, dentro da premissa dos "dois pesos e duas medidas" prevalecente dentro da Geopolítica do Confronto, enquanto se reativa a linha de ação contra o apartheid, cala-se sobre outras partes do Mundo onde vem se realizando algo bastante grave e notoriamente em desacordo com as leis internacionais. Dentro, pois, do princípio comparativo, não há como negar serem muito mais nações que a Namíbia tribal*, a Estônia, a Letônia e a Lituânia, mas que continuam ocupadas pela Rússia; enquanto fato por fato, a política desestabilizadora na Tchecoslováquia, Hungria, e Polônia vem sendo mantida a despeito dos levantes, para melhor defesa da Europa Comunista.

* Para maiores detalhes vide "Namíbia-Marxismo ou Democracia Étnica?" — A Defesa Nacional nº 697 — Setembro/Outubro de 1981.

Em face do "imbroglio" sul-africano, bem mais que a política interna na África do Sul, se impõe para o Brasil a estabilidade dentro do equilíbrio no Atlântico Sul, onde possuímos o maior litoral banhado por este oceano. A ação estabilizadora nesta região corre perigo de fato, ou pelo menos está em jogo, desde que o Governo de Pretória mencionou, em março de 1986 que começará a cumprir a Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU que leva à independência da Namíbia. Impõem-se entre outras, três interrogações. Uma vez livre a Namíbia, quem garante que haverá estabilidade naquela margem do Atlântico Sul que tão bem controla a Passagem do Cabo? Estará a Namíbia apta a um governo estável multirracial ou ingressaria no processo do tribalismo, que nada mais é do que um apartheid à la africana? Ou, na maior probabilidade de um rompimento do equilíbrio, se valer, como vem se valendo Angola, de forças cubanas, para evitar o confronto entre o DTA e a SWAPO?*

A África, de um modo geral, tem dado ao Mundo *exemplos diversos de tribalismo*, como o que ensanguentou a Nigéria ante o separatismo de Biafra (1967), chegando mesmo a dividir as opiniões no âmbito das Relações In-

* O DTA (Aliança Democrática Turn-halle) liderada pelo namibiano branco Dirk Mudge conta com a simpatia de numerosas tribos negras estabelecidas no norte, que negam sua colaboração a Sam Nujoma, líder da SWAPO, que tem suas bases guerrilheiras instaladas no sul de Angola.

ternacionais: a Inglaterra e alguns Estados Negros reconheceram o Governo de Lagos, enquanto a Tanzânia, a Costa do Marfim, o Gabão e a Zâmbia se mantiveram ao lado da República de Biafra. Em face da política dos "dois pesos e duas medidas", o tribalismo da Nigéria foi defendido pela Inglaterra, que, por outro lado, criticava o apartheid e governo de minoria branca tanto na África do Sul quanto na Rhodésia (atual Zimbábue), levando esses dois países a se afastarem em 1961 e 1969, respectivamente, da Comunidade Britânica.

Dentro, pois, do contexto histórico do tribalismo representante constante do germe do secessionismo na Nigéria de hoje, embora país bem mais consolidado do que Angola, o nacionalismo encontra-se ainda ofuscado, pois uns se dizem ibos, outros haussás, alguns iorubas, edos, fulanis, carunis, ibibios ou titos, e poucos nigerianos.

Trazendo-se o exemplo de Zimbábue, destaca-se o apartheid e tribalismo no seu Parlamento bicameral composto por 14 representantes eleitos por um colégio de membros "não-brancos" e 10 por "membros brancos"; complementando-se com 5 representantes negros da Masholândia e outros 5 da Matabelelândia, espécie de "batustans" da tribo bantu majoritária perfazendo 94% da população, e ainda outros 6 membros apontados pelo Presidente. Embora bem menos tribal que a Namíbia e muito mais consolidado politicamente que Anglola, o Zimbábue, conta com Robert Mugabe

be no poder tratando de garantir que a sua tribo dos mashonas se sobreponha a todas as outras.

Também como o Zimbábue envolvida no "imbroglio" sul-africano, Angola, com muitos grupos tribais — bantus, bacongos, quimbundos, ovimbundos, chacues, etc., não se encontra, no todo, politicamente identificada com o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), que com o falecimento do Líder separatista Agostinho Neto, mantém no governo de Luanda, desde 1979, a José Eduardo dos Santos. Contra esse governo constituído e consolidado com o apoio ostensivo de Moscou-Havana, se encontra a tribo dos ovimbundos agrupados na UNITA (União Nacional de Independência Total de Angola), sob a chefia de Jonas Savimbi.

Dentro, pois, da Geopolítica do Confronto, enquanto Moscou sustenta o MPLA, Washington-Pretória apoiam a UNITA; daí o Governo Sul-Africano impor o seu preço para dar independência à Namíbia — a partida dos batalhões cubanos estacionados em Angola. É isso também o que deseja a UNITA, pois bem o sabe, que com a retirada dos cubanos o Governo de Luanda será obrigado a negociar um acordo de paz com a poderosa dissidência de Savimbi.

Do exposto chega-se à conclusão de que na África Austral em particular, e no continente em geral, na chamada fase de ocupação dos espaços, ocorreu a implan-

tação de "Estados Encavalados"*. Daí haver escrito J. Vicens Vives que "nas primeiras fases da evolução política das sociedades montanhosas é típica a constituição de diversos núcleos geohistóricos, mais ou menos afins, numa clara manifestação de cantonalismo geopolítico". Cantonalismo geopolítico que impediu, na América Espanhola, a despeito das finalidades culturais, se instalasse um único país. Cantonalismo geopolítico que transformou a Suíça montanhosa numa Confederação de certo modo apartheidista, com Cantões alemães, franceses e italianos. Cantonalismo geopolítico, que, embora não sendo respeitado, caracteriza sobremodo o continente africano planaltino, e, particularmente a República da África do Sul.

Como o cantonalismo geopolítico não vem sendo observado, a África tem, consequentemente, sido palco de guerras civis separatistas, enquanto o tribalismo fabrica os golpes e contra-golpes entre líderes de autênticos territórios nacionais negros dentro de países, que no todo, sem que haja na realidade esse todo, se proclamam politicamente independentes.

Entre, pois, o tribalismo e o apartheidismo, em face da teoria e da prática, se impõe o jogo da bipolaridade; e nesse jogo que compõe o "imbroglion" da República da África do Sul dirigida por um governo minoritário branco, Pretória tem sido o anteparo mais forte,

não só para a concretização plena do "fechamento de rotas" na Passagem do Cabo pelos soviéticos, como inegavelmente a barreira que ainda mantém, em parte, o Atlântico Sul à margem de confrontação mais efetiva entre as Super-Potências.

MILITARISMO E CIVILISMO

Enquanto no contexto geopolítico os que simpatizam ou procuram estimular o Bloco comandado pelo Kremlin, do lado de lá se arvoram contra a bandeira do apartheidismo, do lado de cá, no desfronte Cone Sul, do qual faz parte o Brasil, se abrigam no combate ao militarismo; enquanto do lado de lá o alvo principal vem sendo a República da África do Sul, do lado de cá a mira está voltada para o Paraguai e Chile infensos a processos de "aberturas".

E, no entanto, curiosamente, muito mais do que no Cone Sul, os militares da África, vêm sendo bem mais a lei. A carreira militar no continente africano vem se constituindo numa das poucas possibilidades de emprego fixo, e é, de certo modo bastante promissora, se observarmos ser bem mais comum um governo sair das Forças Armadas do que de qualquer uma profissão civil. Eis, pois, o grande divisor entre o militarismo e o civilismo; levando esse divisor a exemplos nem sempre muito edificantes, ou a ditaduras que se perpetuam, sem serem apontadas por defensores de democracias

* Do espanhol "Estados Encavalados", segundo classificação de J. Vicens Vives in "Tratado General de Geopolítica".

e dos direitos humanos. Entre os inúmeros exemplos que se sucederam desde a descolonização destacamos alguns mais recentes – os governos do Coronel Segny Kounteche no Níger, do Tenente Aviador Jarry Rawlings em Ghana, do Sargento Samuel Doe na Nigéria, do Capitão Thomas Sankara em Burkina Faso (nome atual da República do Alto Volta), que não se nega, deram certa estabilidade política a seus países dentro do contexto ditatorial, mas é fato também que o fizeram cercando a liberdade tribal, ou mesmo impedindo a prosperidade para a população civil.

No entanto, para que se explique o ataque ao regime só no Cone Sul, impõe-se o contraste – é que *o sentimento nacionalista* que caracteriza o nosso militarismo em geral, muito incômodo por ser bem mais consciente, *inexistente no militarismo da África tribal, mais facilmente manobrável*.

Na África, o exército imposto pelos colonizadores, foi das poucas instituições que mais cresceram desde a independência; sendo fato, no entanto, que *o profissionalismo quase não sobreviveu*, já que via de regra a grande maioria dos soldados africanos nunca montou ou combateu uma invasão. Entretanto, os exércitos africanos recebem grande parte da tecnologia mais avançada do Primeiro e Segundo Mundos; donde a visão constante dos jatos que dão vôos razantes em campos onde os arados são ainda puxados por bois, enquanto os tanques de guerra são

bem melhor manejados que os tra-tores.

Complementa-se então a premissa de que na África os militares são a lei, formando uma casta muito mais privilegiada que impõe, sem oposições civilistas, a sua vontade. Em face dessa realidade, dentro do sistema militarista tribal, as tropas africanas são, via de regra, empregadas contra o povo de seu próprio país; ou mais especificamente, no combate a tribo ou tribos que se interpõem no caminho da que está no poder. O fato mais recente é narrado por Glifford D. May no "New York Times": "Há poucos dias foram divulgadas notícias vindas de Uganda comunicando que soldados estavam mais uma vez matando, estrupando e roubando camponesas na conflagrada região do Loweru, ao norte de Kampala. E os camponeses explicaram que nem sabiam se haviam sido atacados por soldados do governo ou por guerrilheiros, pois disseram que os uniformes dos dois grupos são muito parecidos".

Impõe-se então, no contexto prático da Geopolítica do Confronto que soldados e guerrilheiros sejam vestidos e alimentados, enquanto civis e tribos inteiras andam esfarrapadas, morrendo de fome; na prática da geoestratégia do poder, é mais seguro distribuir armas e munições do que sementes e arados. Levando tudo isso, de um modo geral, a África a se tor-

* Transcrito pelo Jornal do Brasil – 20 de outubro de 1985.

nar propensa a preferir soluções militares às civis ou a atitudes políticas de empregar a força em vez de aceitar compromissos que resolvam disputas.

Em face de tais realidades, no jogo de xadrez africano vem predominando a lei dos "dois pesos e das duas medidas". Assim, a opinião pública mundial deve ser induzida a condenar agressões e apartheidos na África do Sul... mas deve ignorar que um país empobrecido como a socialista Etiópia, governada desde 1977 pelo Coronel Mengistu Hailé-Marien, mantém a despeito da fome da população civil, o maior, bem alimentado e cuidadosamente armado exército do Sub-Sahara, envolvido numa guerra crônica tribal em várias frentes internas.

"PUNCTUN DOLENS"

Envolvidos no jogo da bipolaridade, os "Países da Linha de Frente" tentam substituir, na África do Sul, o apartheid pelo tribalismo, tendo, por isso, os seus guerrilheiros armados para atacar e destruir o Governo de Pretória. Responde o Governo de Pretória contra-atacando em maio de 1986 três desses países, enquanto o General sul-africano A. J. Liebenberg procurava fazer ver a opinião mundial que tudo fora causado pela entrada ilegal de armas no país, que se manterá "na firme resolução de empregar todos os meios ao seu alcance contra os terroristas onde quer que se encontrem".

A República da África do Sul atual se constitui num autêntico "punctum dolens". E, assim sendo, acusar só o apartheidismo como o grande mal que aflige o negro, e ao mesmo tempo ignorar o tribalismo que avulta povos igualmente negros, é cair na simples retórica. Conseqüentemente, na prática, o que se observa é que o Brasil, numa diplomacia inteiramente econômica e nada geoestratégica, trata de resgatar o relacionamento estreito com o continente negro perdido desde sua independência, em 1822. Dentro desse enfoque vê-se impelido a abdicar do Pacto Sul-Sul, opondo-se ao Governo de Pretória, para atrair, além de Angola e Moçambique, também os "Países da Linha de Frente" *.

Para os Estados Unidos e Rússia, no papel de Super-Potências em confronto, o problema é bem mais complexo e profundo. A África separa o conturbado Oceano Índico do cobiçado Atlântico Sul. Bloqueado no norte, para descompensar o Poder Marítimo que fortalece o Bloco Ocidental, o Kremlin põe em prática a tática do envolvimento pelos mares quentes; já dotado de pontos de apoio em Angola e Moçambique,

* Um desses países, Botswana, juntamente com o Lesoto e Suazilândia, forma o chamado BLS, pertencendo com a República da África do Sul a União Aduaneira da África Austral; trata-se da única no gênero no continente, estabelecendo, por acordo, o livre movimento de mercadorias entre os Estados-Membros, que fixam as mesmas taxas e impostos sobre artigos importados das partes do Mundo que não pertencem a esta União Aduaneira.

trata de alimentar grupos guerrilheiros contra o "pecado" do apartheid, a arma eficaz com a qual, desestabilizando o Governo de Pretória, poderá pôr a perder a hegemonia do Bloco Ocidental na Rota do Cabo, passagem obrigatória para os grandes petroleiros que abastecem os países capitalistas e membros da OTAN.

É, pois, "querer tapar o sol com a peneira" acreditar que discursos, declarações ou sanções venham a evitar que o confronto atinja o Atlântico Sul. É público e notório que na ribeira africana, países que integram esse complexo regional já se encontram envolvidos na Geopolítica do Confronto. O envolvimento tem o seu cerne no "imbroglio" sul-africano que arregimenta a África do Sul-Namíbia, e já envolveu Angola, num delineado Eixo Leste-Oeste. Podemos, isso sim, dizer que, não sendo a África Austral uma área tão prioritária de momento, o Kremlin não procura, na prática, consagrar a busca da hegemonia meramente ideológica, tal como exige na "Cortina de Ferro". Trata-se de obter, via "política do controle remoto", o maior número de bases navais que assegurem permanentemente à Marinha Vermelha portos para a estocagem e reabastecimento tanto em tempo de guerra como no de paz, sem correr o risco do pleno engajamento com países frágeis, afeitos à mudanças políticas tão comuns no instável continente.

Dentro dessa realidade histórica, atendo-nos a um confronto

ocorrido no âmbito do Atlântico Sul, em 1982, é bem válida a conclusão de que, se em vez da Argentina, o opositor nas Malvinas fosse qualquer tribalista país africano, manobrável à distância, por certo que guerrilheiros já estariam sediados no arquipélago para dar ao Kremlin suas vantagens. Donde se concluir que não só a instabilidade, mas sobretudo a imaturidade, são portas que se abrem de par em par aos movimentos guerrilheiros.

Na prática é o posicionamento, que na Geopolítica do Confronto se constitui no fator determinante dos países áreas ou regiões de maior ou menor interesse para as Super-Potências, em face do que possa vir a afetar sua segurança ou a concorrer para o seu desenvolvimento. E, dentro deste sistema de valores, a África Sul-Altântica se constitui num "punctum dolens", que, no presente momento apresenta-se propício à subversão dentro da ação de destruir, derrubar, confundir, transformar e desordenar.

Registra a História que o Kremlin conseguiu, mediante o "pecado" do colonialismo, afastar a África, ainda imatura, dos países ocidentalistas que se constituíam em suas metrópoles; cabendo aos Estados Unidos contribuir para tal situação caótica, tendo por isso, que disputar hoje, palmo a palmo o continente africano com os soviéticos. Vem registrando a História que uma vez alterado o equilíbrio do poder no continente, volta-se então o Kremlin

contra um poder em equilíbrio, representado pelo Governo de Pretória. Só com este vácuo de poder poderá ser coroada de êxito a Doutrina Gorshkov, contribuindo para "a ruptura das linhas de comunicação oceânicas vitais à sobrevivência econômica e à capacidade militar do Ocidente. Donde a realidade de que: a política soviética só é misteriosa para aqueles que persistem em olhá-la de fora e de maneira fragmentária e se recusam a se servir da chave que os próprios comunistas fornecem a quem quiser utilizá-la".*

CONCLUSÃO

Segundo o Censo de 1980 a África do Sul (excluindo-se as Repúblicas do Transkei, Bofutatswana e Venda) contava com uma população de 24.900.000 habitantes com maioria negra, seguida de brancos, mestiços e asiáticos; donde se concluir tratar-se de autêntico mosaico étnico.

Em contrapartida, os 17 milhões de negros, constituindo maioria absoluta, não se constituem num único grupo, circunscrevendo-se, pois, na problemática do tribalismo. Dentre os 10 maiores grupos negros, os mais importantes em número são: os zulus (6 milhões), os shosas (2,7 mi-

lhões), os sotos do norte (2,3 milhões), os sotos do sul (2 milhões), os changanas-tsongsas (1 milhão), os tsuanas (1,2 milhão) e os vavendas (0,2 milhão). Cada tribo tem sua identidade cultural, sistema social, dialeto e território histórico. Levando-se em conta o cantonalismo geopolítico, em 1982 os shosas no Transkei e Ciskei, os tsuanas em Bofutatswana e os vavendas em Venda passaram a viver em Estados independentes; enquanto os soto-tsuanas fixaram-se no Lesoto, Botsuana, Estado Livre de Orange, Transvaal, norte da Província do Cabo e Bofutatswana, migrando outros como ainda os zulus e shosas para a orla marítima oriental fixando-se no Transkei, Ciskei, Transvaal, Cabo Oriental e Natal. (Mapa 2).

Refletindo sobre os problemas internos que afetam a República da África do Sul em si, tornando-a tão vulnerável no âmbito das Relações Internacionais, é interessante ressaltar que os limites antropogeográficos formadores de territórios nacionais — *batustans ou homelands*, têm sua aceitação implícita no estabelecimento da auto-determinação. Auto-determinação posta em prática pela primeira vez, como doutrina universal, na Conferência de Paz realizada após a Primeira Guerra Mundial. A partir de então observou-se que o meio mais satisfatório de aliviar as dificuldades das nacionalidades (aplicando-se no caso africano ao das tribos), foi o de agrupá-las como Estados.

* James Burham — "The Struggle for the World"

P. de Azcárate*, com experiência prática na investigação de problemas das minorias concluiu que: "A crise da fórmula clássica de que toda nação é um Estado e todo Estado é uma nação é agora perceptível... Nenhum traçado de fronteiras poderá eliminar a existência de minorias nacionais".

O apartheid só tem interesse para o bloco Comunista em ser mostrado e divulgado quando se impõe entre negros e brancos, para dar-lhe a conotação de racismo. E, propositadamente procura mascarar o fato de que, como os negros, a maioria dos *indus*, integrantes com os *chineses* do grupo asiático (800.000 pessoas), chegou à África do Sul também no século XIX, para o trabalho agrícola nas plantações de cana de açúcar na Província de Natal; como as tribos negras, os *indus* se transformaram em elementos não assimiláveis fechando-se dentro do apartheid natural, em grupos comunitários. Vivem, pois, separados os indianos sul-africanos que são hinduístas (68%) dos que praticam a religião muçulmana (20%); donde se concluir que o apartheid tribal negro se reflete também no seio do grupo indostânico em face do fator religioso; fator religioso que também leva ao apartheid o budismo e catolicismo professado pelos chineses instalados nas imediações de Pretória e em Port Elizabeth quando dedicados ao comércio.

Dentro do contexto de formação dos territórios nacionais, o Governo de Pretória reconhece mais este "quisto", visto que a maioria dos indianos, a despeito da passagem gratuita e indenização* para os que quizessem retornar, resolveu se manter na África do Sul. Comparativamente, observa-se, que mesmo a despeito do apartheid não se levou a efeito a chamada expulsão forçada, tal como ocorreu em Uganda, nem a transferência de propriedade de indianos para negros através das leis promulgadas pelo Governo do Quênia.

Tornando ainda mais complexo o mosaico étnico sul-africano, além dos negros, brancos e orientais, os *mestiços ou "coloreds"* (2.600.000 pessoas) compõem também um grupo a parte na paisagem populacional sul-africana. Esse grupo se concentra, grosso modo, na Província do Cabo, onde ocorreram os primeiros cruzamentos de brancos (em geral portugueses) com os hotentotes imigrados da Namíbia, originando os *gríquas*. Atualmente, mesmo os que, como *mulatos*, mostram a contribuição do sangue africano, os *mestiços* procuram identificar seus interesses com os dos brancos, adotando o catolicismo e estilo de vida ocidental, daí não serem bem vistos pelos negros. Incluem-se ainda entre os *mestiços*, os *malaios do Cabo*, com suas tradições muçulmanas.

*League of Nations and National Minorities".

* Acordo do Cabo de 1927 firmado entre os governos da Índia e da África do Sul.

Quanto aos *brancos*, os primeiros a se estabelecerem na região, na Cidade do Cabo, em 1652, eram 90 homens comandados por Jan Van Riebeeck. Como a Cidade do Cabo, por eles fundada, se posicionava bem na rota para o Oriente, o objetivo desses pioneiros foi o de cultivar a terra e implantar a pecuária para vender carne e verduras à tripulação dos navios mercantes da Companhia das Índias Orientais (VOC).

Mas, a ocupação agro-pecuária do fundador holandês se expandiu com a chegada de outras levas que se estabeleceram em granjas; daí haver se generalizado o termo *boer*, que significa granjeiro. Posteriormente, ampliando suas atividades econômicas para o setor da caça e criação de gado, atingiram o máximo de sua expansão, donde, em 1750, no mesmo ano em que o Tratado de Madrid tornava, com as conquistas bandeirantes, o Brasil uma nação-continentes, a primeira comunidade branca da África habitava uma área de 170.000 km², seis vezes maior que a da Holanda.

Os boers passaram a viver na Colônia do Cabo até que, em 1814, a Inglaterra obtinha a posse formal do território, confirmado por atos do Congresso de Viena (1815). Eis, pois, a razão histórica para o afastamento e desligamento total desses holandeses de sua "mãe-pátria", que interessada em obter a Bélgica na Europa, os entregou aos ingleses como se fossem

"cabeças de gado", usando-se expressão da época*.

Começam então as discriminações e o consequente apartheid entre os brancos; em 1835-36, numa imigração conhecida como a "Grande Viagem", os boers vão se estabelecer no Orange e Transvaal, em protesto contra o domínio inglês. No entanto, a descoberta do ouro nessas áreas interiorizadas dava início à *Guerra dos Boers* (1899-1902), que termina com a implantação do domínio britânico em todo o território.

Em 1910 constituía-se a União Sul-Africana, autêntica "colcha de retalhos" no dizer da Rainha Vitória; união que em 1926 passava a se basear na legislação segregacionista do apartheid, tendo em vista a realidade psicosocial. União que se iria desfazer no âmbito da Comunidade Britânica com a transformação da África do Sul em República (1961).

O *apartheid*, palavra sul-africana, cujo significado completo, sem distorções, vem a ser desenvolvimento em separado, nasceu, pois, no seio do grupo branco que forma hoje os *afrikaners***, descendentes de holandeses (60%), contra 40% de descendentes de ingleses. Observando-se que

* É interessante comparar, que nesse mesmo Congresso de Viena era o Brasil elevado à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarve, numa demonstração tácita da preferência do monarca da "mãe-pátria" — D. João VI, por suas terras americanas, em detrimento das europeias.

** Falam língua do mesmo nome, a única do grupo germânico nascida fora da Europa.

no contexto geral, o apartheid vai desde o aspecto sócio-cultural dos dois grupos brancos até mesmo à rivalidade política, sobretudo desde 1948 quando os afrikaners tomaram dos descendentes dos ingleses o poder, com a vitória do Partido Nacional.

No contexto geral, atualmente, a nação branca sul-africana contando com 4.500.000 pessoas descende não só de holandeses e ingleses, mas também de imigrantes alemães, e nas últimas décadas contou com a imigração de portugueses, italianos, gregos e forte comunidade judaica.

Do exposto, em linhas gerais, em face do mosaico étnico, a situação do "imbroglio sul-africano não é tão simples como se pensa, e nem se resolverá com boicotes, sanções ou discursos na ONU; não se resolverá, nem mesmo, com a Assembléia Geral impedindo a participação da África do Sul nos debates sobre a Namíbia*.

Por outro lado, implantando-se contra o governo minoritário branco, o poder negro de Mandela, pró-Moscou, também minoritário

por ser tribal, será certa a expulsão dos afrikaners e descendentes de ingleses, tal como ocorreu com os portugueses colonizadores de Angola e de Moçambique. A partir de então, os militantes do CNA, sem capacidade de defesa e autogestão para seus próprios destinos entrarão na fase do neocolonialismo que caracteriza grosso modo o continente africano.

Imposto o novo status, os colonos brancos de Angola e Moçambique tornaram-se portugueses indo para a ex-metrópole, ou mesmo sul-africanos, via de regra, integrando a comunidade dos 2.300.000 católicos da República da África do Sul. Os descendentes sul-africanos de ingleses, por certo terão abrigo na "mãe-pátria", a Inglaterra, mas... e os afrikaners, para onde irão? Os afrikaners não têm "mãe-pátria" como os demais colonizadores, sentindo-se, por isso, bem mais nativos do que colonos; consideram-se como singular tribo branca rodeada de outros grupos étnicos dentro de um apartheid natural. Esta, talvez, seja a mais importante dentre as reflexões que nos sugere um estudo mais geopolítico do que político sobre o "imbroglio" na África do Sul.

* Impedimentos realizados, uma vez em 1979 e duas vezes em 1981.



Therezinha de Castro é Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu Rumo à Antártica, em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, História da Civilização Brasileira, Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil, África - Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais.



CAXIAS — CIDADÃO E SOLDADO À SERVIÇO DO BRASIL

José Guará

Luiz Alves Lima e Silva, Duque de Caxias, díngno patrono do Exército, é o símbolo da honra militar e um dos mais expressivos exemplos de retidão de caráter, de probidade no trato da coisa pública, de competência profissional, de pertinácia no cumprimento do dever e de fidelidade ao Brasil. Sua fulgurante carreira militar foi uma vertiginosa escalada no complexo de nossa formação como nação. Assim, as glórias que conquistou no campo de batalha se confundem com os épicos feitos plasmadores de nacionalidade, sendo na verdade o anjo tutelar de nossa soberania.

Nenhum grande chefe militar, de todos os quadrantes da terra, em qualquer fase da História, durou tanto tempo na crista dos acontecimentos e na admiração de seus conterrâneos. Costuma-se indagar a que atribuir os 55 anos de Caxias como guerreiro invencível e os longos anos de estadista e administrador laureado. Aníbal, Alexandre, Júlio Cesar, Carlos Magno,

Turenne e Napoleão, grandes generais de todos os tempos, viveram entre glórias, mas uma glória efêmera para uns e quase sempre ofuscada por um desastre militar para muitos.

E como explicar tal fenômeno? Teria sido um gênio, um iluminado, um talento militar excepcional, um bravo, um privilegiado?

O General Otávio Costa, em primoroso estudo da personalidade do insigne patrono do Exército, responde a todas estas indagações:

“Caxias foi de tudo um pouco e, em sua longa peregrinação pela vida, superou-se dia a dia, sempre fiel a si mesmo e aos seus princípios; fiel à disciplina, à lei, à ordem, a Deus, e à humanidade. Nada quis que não a ordem, a paz e a unidade da Pátria. Sua vida é um primor de coerência. Sempre soldado e sempre fiel. A fidelidade a si próprio e à Nação projetaram o seu nome diante da posteridade”.

O SOLDADO

Luiz Alves de Lima e Silva nasceu em 25 de agosto de 1803, dia de São Luiz, Rei de França, na antiga província do Rio de Janeiro. Filho e neto de generais, os seus hábitos foram forjados na rotina dos quartéis e o seu espírito recebeu a amalgama de nossas melhores tradições. Esses belos exemplos aprimoraram-lhe o caráter e uma irrepreensível conduta de ordem pessoal apontou-lhe o caminho da retidão, da ordem e da disciplina.

Tomado desde cedo aos desígnios de Marte, o deus da guerra, e predestinado pelas heráldicas virtudes da família ilustre, o futuro Duque de Caxias não se contaminou da volúpia do poder e nem se empolgou pelo comodismo das posições. "Era nobre pelo sangue, pelo heroísmo, pela lealdade. Com essas virtudes criou a aristocracia da bravura".

Cadete aos 5 anos, jura bandeira no dia em que completa 14 anos de idade e ingressa na real Academia Militar. No dia 10 de novembro de 1882, já no posto de Tenente, em tocante cerimônia na Capela Imperial, recebe das mãos do Imperador D. Pedro I "A Bandeira do Império recém-criada, não mais azul e branca com a coroa sobreposta ao escudo real lusitano, mas a verde de primavera e amarelo ouro", simbolizadora de uma grande nação, que emergia aos olhos do mundo civilizado.

Ajudante do Batalhão do Imperador, parte para a Bahia, on-

de as tropas sublevadas do Gen. Madeira de Melo constituem foco de resistência ao movimento de emancipação nacional. Aí, recebe seu batismo de fogo, "revelando excepcionais qualidades de inteligência e de bravura".

Dedicado ao serviço da Pátria, em sua longa carreira militar, tornar-se-ia o símbolo da nacionalidade, lutando pela consolidação da Independência, dominando com habilidade e energia os movimentos separatistas ou meramente sediciosos. Foi também o grande condutor de todos os triunfos contra os inimigos externos que ameaçavam a unidade, a segurança ou a tranquilidade do Império.

O PACIFICADOR

Caxias foi o pacificador e o dominador, pelas armas, das lutas internas. Vencedor sem oprimir, foi justo e sobretudo humano. Assim foi na "Abrilada" no Rio de Janeiro (1832); nos combates contra os fanáticos do bandido Baiaio, no Maranhão (1840); nas refregas em torno de Sorocaba, em São Paulo; de Barbacena, em Minas Gerais (1842) e nos encontros pela posse de Alegrete, São Gabriel e Ponche Verde, na Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul (1843 a 1845).

General aos 37 anos, Luiz Alves de Lima e Silva, revelou desde cedo qualidades de chefe, de líder militar e, acima de tudo, de estrategista. Nas manobras para a tomada de Sorocaba, nos lembra ao mesmo tempo Júlio Cesar, Tu-

renne, Napoleão e Moltke, na rapidez de movimentos, na diligência, na concentração de forças, na posição em círculo em torno do inimigo e no traçado de um meticuloso plano de operações. Já em Santa Luzia (Minas Gerais), Caxias lembra Aníbal na astúcia e se compara a Napoleão, quando procura a batalha em lugar de evitá-la.

No Rio Grande do Sul conflagrado na Guerra dos Farrapos, encontra a causa do Império em situação deplorável: o moral da tropa se mostrava abalado; os corpos das diversas armas desfalcados e mal municiados; não havia método de trabalho e nem organização. Seria uma guerra interminável, considerando-se a circunstância de que as forças legalistas se encontravam sitiadas.

Caxias reorganiza a tropa, dando-lhe disciplina e confiança. Surgem os planos de combate e o dramático apelo aos soldados de Antônio Neto e David Canabarro. Num gesto de altivez e de clarividência política, Caxias dirige-se aos Farrapos dizendo:

"Lembrai-vos que a poucos passos de vós, está o natural inimigo de nós todos, o inimigo de raça e de tradição. Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Oribe; guardemos para então nossas espadas e nosso sangue. Vêde que esse estrangeiro exulta com essa triste guerra, com que nos estamos enfraquecendo e destruindo. Abracêmo-nos e unâmos-nos, para macharmos, não peito a peito, mas ombro a om-

bro, em defesa da Pátria que é a nossa mãe comum!"

Embora calasse profundamente na alma e na sensibilidade dos nossos irmãos gaúchos, a luta nos pampas ainda se prolongaria por mais dois anos, até a submissão dos bravos Farrapos, com a assinatura do tratado de paz, firmado em 1º de março de 1845.

AS LUTAS EXTERNAS

Em 1851, Caxias se encontra novamente no Rio Grande do Sul. É o Presidente da Província e o Comandante-Chefe do Exército do Sul, ainda em organização. Suas previsões, no tempo da Guerra dos Farrapos, estavam confirmadas. O ditador João Manoel Rosas, Presidente da Argentina, começava a executar o seu plano de restabelecimento do Vice-Reinado do Prata, iniciando pela anexação do Uruguai. Para isso contava com o apoio de Manoel Oribe, seu comparsa e amigo da Banda Oriental. As atrocidades se sucediam e os brasileiros da fronteira eram envolvidos na mesma e sangrenta perseguição dos tiranos do Prata, estimulados no seu ódio ao Império e como represália ao comportamento da política externa brasileira, contrária às suas arbitrariedades e atos de banditismo.

Tornava-se inarredável o plano de intervenção do Império contra Oribe e Rosas. A ação é confiada a Caxias que invade o território uruguai à frente de 20.000 homens, com apoio da Esquadra con-

fiada à experiência e valor pessoal do Vice-Almirante Greenfell, com base de operações no Rio Paraná.

O inimigo não resiste ao ímpeto das forças brasileiras, sendo completamente aniquilado, desaparecendo os dois tiranos do cenário político das Américas. Unidos o Exército e a Marinha, na defesa de ideais comuns, escreveram belas páginas de heroísmo, que honram a nossa História, e de cujas lembranças ressaltam as vitórias no combate de Las Piedras, no de Monte Caseros e na vitoriosa Passagem de Toneleros. Era a consagração de Caxias como estrategista e comandante-chefe.

Restava Francisco Solano Lopes, o último caudilho e o maior tirano da história americana. Ambicioso como Rosas e mesquinho como Oribe, foi o responsável pelos fusilamentos em massa de seu próprio povo, tortura de prisioneiros e, por simples capricho, pelas mais revoltantes barbaridades. Disse com muita propriedade Affonso de Carvalho que "os crimes de Lopes são afrontas às leis de guerra e humilhações à espécie humana". E foi justamente esse infeliz dirigente de um nobre povo, quem se lançou contra a nossa Pátria, sem motivos aparentes, apenas alimentando-se de um ódio mortal ao Império e de um "sanguinolento desembaraço de sua megalomania".

Não pudemos evitar as contínuas provocações e nem os ultrajes à nossa soberania. E veio a guerra. Vítima da traição, o Brasil desperta atônito de um prolongado sono de paz. A alma nacional ferida agiganta-se para enfrentar o inimigo,

que buscava nas ações de surpresa a vantagem inicial para suas armas. O povo acode ao chamamento da Pátria em perigo. Cram-se os corpos de Voluntários da Pátria. E na luta contra o inimigo bravo e audacioso, tivemos os nossos mártires que legaram à posteridade comovedor exemplo de heroísmo.

Identificados, mais uma vez, nos mesmos objetivos, o Exército e a Marinha realizaram prodígios em bravura e sacrifício, nos quais se projetaram a capacidade profissional, a coragem e o espírito de liderança dos nossos chefes; e a "constância e valor" dos soldados e marinheiros, que "souberam conservar os nossos canhões e bandeiras". Foram feitos gloriosos que significam o valor combativo do homem brasileiro.

Indubitavelmente, o ano de 1866 traria grandes transformações no teatro de operações. De uma estagnação prolongada, após a memorável Batalha de Tuiuti, o grosso dos exércitos aliados iria se movimentar no caminho de Assunção. O Marquês de Caxias, assumindo o comando das forças brasileiras e, após o desastre de Curupaiti, o comando supremo de todas as forças aliadas em operações contra o Ditador do Paraguai, iria introduzir sensíveis modificações no plano geral de campanha, na organização da tropa e nos órgãos de apoio, com resultados altamente positivos para o moral dos combatentes.

Nos métodos usados por Luiz Alves de Lima e Silva se conden-

sam todos os princípios de guerra empregados pelos grandes chefes militares, ao longo da História: 1 — planos de combate meticulosamente preparados; 2 — conhecimento do terreno; 3 — segurança dos depósitos; 4 — criação de possantes reservas; 5 — concentração e unidade de forças; 6 — rapidez de transporte e poder de mobilidade das forças em operações; 7 — iniciativa das manobras, de preferência por meio de ofensiva; 8 — criteriosa repartição de forças sobre a frente de combate, proporcionando a superioridade numérica do ponto escolhido na ocasião necessária; 9 — procura da batalha, em vez de evitá-la, tendo por fim não a retirada, mas a ruína completa do inimigo; 10 — posse das linhas de comunicação do inimigo e corte de sua retirada; 11 — aproveitamento dos erros do inimigo; 12 — capacidade de rápida mudança das linhas de combate.

A nomeação do Marquês de Caxias alegrou a todas as forças aliadas. Com sua experiência e valor profissional, deu vigor e desenvolvimento às operações, "fazendo cessar as rivalidades que tanto mal causavam à ordem e à disciplina". O seu primeiro trabalho na qualidade de comandante supremo aliado, foi proporcionar nova estrutura às forças de terra, com base no Exército Imperial, e os meios indispensáveis ao cumprimento de sua honrosa missão. A seguir, estabelece um minucioso plano, objetivando a destruição do sistema defensivo de Solano Lopes e a abertura do caminho para Assunção.

Empreende, então, a célebre marcha de flanco, surpreendendo o inimigo pela esquerda de suas posições. Batido em São Solano, o Ditador se refugia no reduto fortificado de Humaitá, "concepção genial de engenharia militar", situado numa das curvas do rio Paraguai, cuja passagem a Esquadra Imperial executa heróica e brilhantemente, na madrugada de 19 de fevereiro de 1868.

Caxias pôde, finalmente, executar a parte final de seu plano através de uma marcha pelos pantanais pestilentes do Chaco, no sentido de contornar, pela margem direita do rio Paraguai, as posições inimigas de Piquisiri, onde Lopes concentrava as suas últimas esperanças. A marcha extremamente audaciosa, pelas condições do terreno e em face da exigüidade de tempo de que dispunha o generalíssimo para sua execução, permitiu aos brasileiros e seus aliados o estabelecimento de uma sólida cabeça de ponte em Santo Antônio, à margem esquerda do rio Paraguai, novamente transposto com o apoio da Esquadra Imperial.

Caxias agora se lançaria para o sul, com o grosso do Exército, sobre o último reduto dos paraguaios. Em vão procurou o tirano conter o ímpeto do poder de destruição da artilharia de Mallet, da ação dos pontoneiros de Vilagran Cabrita, das irresistíveis cargas de cavalaria de Osório e de Andrade Neves, e das arremetidas indômitas da infantaria de Sampaio e de Fernando Machado, de cujas ações Itororó, Avaí, Lomas Valentinas

e Angustura são marcos gloriosos de nossa História Militar.

Estas vitórias levaram as tropas brasileiras a Ita-Ivaté, chave final de todo o sistema defensivo inimigo. Lopes acabava de perder o seu 4º e último exército e o Marechal Luiz Alves de Lima e Silva comandante supremo das forças aliadas, atingia as culminâncias de sua brilhante carreira. Finalmente no dia 5 de janeiro de 1869, à frente dos soldados brasileiros, entrava triunfalmente em Assunção, dando a guerra como terminada.

Francisco Solano Lopes estava completamente aniquilado e sem forças regulares. Mesmo assim, teimava em resistir. Inicia, então, a desesperada fuga na direção dos esconderijos no interior de seu país. Correm-lhe no encalço tropas brasileiras, sob o comando do Marechal Conde d'Eu. É a campanha da Cordilheira e a última aventura do tirano.

O CIDADÃO

Caxias nasceu, viveu e morreu como soldado e na constelação de seus familiares, contam-se quatorze marechais. Mas, nem por estas razões deixou de ser o cidadão admirado e reconhecido no seu caráter, no respeito à lei e à ordem e no culto aos sagrados valores da nacionalidade. Aliás, ninguém ignora que a cidadania é atributo da condição do bom militar. Combatendo os ideais separatistas de maus brasileiros, estabeleceu a unidade do Império, criando os parâmetros de sua grandeza e digni-

dade. E ainda, mostrando-se magnânimo com os vencidos, como no episódio da "Abrilada", no qual foi protagonista seu amigo e condiscípulo Miguel de Frias Vasconcelos, e na anistia aos implicados na "Balaiada", Luiz Alves de Lima e Silva deu provas de sentimentos de humanidade, condição precípua às qualidades de uma boa cidadania e de verdadeiro chefe militar.

O ADMINISTRADOR

Em 1855, Caxias ocupa pela primeira vez, a Pasta da Guerra. Foi o grande reorganizador do Exército, procurando melhorar as condições da tropa e aparelhá-lo, objetivando sua nobre missão. De início, conseguiu a reformulação da Justiça Militar e criou o importante órgão técnico denominado Ajudante General, responsável pela organização, instrução, suprimento e planos de operações do Exército, no desempenho de sua missão na paz, mantendo a ordem interna; e na guerra, responsável pela nossa defesa e nossa soberania. Hoje, temos no Estado Maior o substituto do Ajudante General. Naturalmente, o vertiginoso progresso da arte da guerra e a multiplicidade de engenhos estabeleceram novas condições para o combate e para a manutenção dos serviços, alterando substancialmente as primitivas funções do órgão.

O serviço de Saúde e o Sistema de Recrutamento do Exército mereceram, igualmente, especial atenção de Caxias. Defendendo as re-

formas que adotaria no aperfeiçoamento do serviço militar, escreveu:

"É um sistema tortuoso, irregular e impróprio o do recrutamento forçado admitido entre nós. Enquanto não tivermos uma lei de recrutamento fundada nos sãos princípios da justiça e da equidade; uma lei que obrigue os cidadãos de qualquer condição, em circunstâncias bem discriminadas, a prestar seu contingente de serviço militar na força armada regular; uma lei que estimule, por isenção e favores, a voluntariedade para o serviço militar, e os engajamentos dos que já serviram o tempo estabelecido na lei; nunca teremos um Exército composto de elementos de moralidade e de ordem, como convém ao bom desempenho de sua nobre missão".

Em outras duas oportunidades, Caxias ocuparia a Pasta da Guerra, demonstrando sempre o incansável cuidado em promover a organização, a disciplina e o desenvolvimento do Exército.

De 25 de junho de 1875 a 5 de janeiro de 1878, ocupou o honroso cargo, pela última vez, cumulativamente com o de Presidente do Conselho de Ministros. Novamente, foi profíqua sua administração. Bastaria destacar algumas de suas iniciativas e realizações, para sentir-se que, mesmo enfermo, era aquele grande espírito, lúcido e dinâmico do passado.

Aqui estão:

1 — Vantagens para os veteranos da Guerra do Paraguai e para

a viúva ou descendentes do militar morto em ação; 2 — Favores ao combatente arrimo de família; 3 — Obrigatoriedade de emprego das vacinas de imunização da tropa; 4 — Reorganização da legislação do Exército; 5 — Uniformização dos planos de instrução militar; 6 — Ampliação da Escola Militar; 7 — Melhoria do nosso sistema de defesa na fronteira e construção das fortificações de Tabatinga, Corumbá e Uruguaiana; 8 — Modernização do armamento usado no Exército, incluindo o material Krupp na Artilharia; 9 — Execução do novo regulamento disciplinar e de serviços internos, do qual origina o atual RISG do Exército; 10 — Desenvolvimento dos serviços de transporte e comunicações.

O POLÍTICO

Luiz Alves de Lima e Silva, atendendo às circunstâncias da vida brasileira, foi político, como parlamentar e como Presidente do Conselho de Ministros, cargo que ocuparia pela terceira vez, em 1875, em substituição ao Visconde de Rio Branco. Não aspirava outra glória, senão a de haver dedicado a sua luminosa existência ao exclusivo serviço da Pátria.

O padre Joaquim Pinto de Campos, amigo pessoal do Duque de Caxias e seu mais completo biógrafo, argumentou:

"A lógica constitucional indicou como sucessor único do chefe do gabinete de 7 de março, a eminência conservadora,

em torno da qual não havia êmulos rivais, nem desafetos entre os seus correligionários. Única indicação que a todos podia congregar, mormente desde que, convertida em lei a idéia da emancipação, já não havia razões para divergências políticas, e pelo contrário a nova reforma eleitoral exigia a concentração de forças de cada um dos partidos".

Crise mais séria, do que esses desentendimentos entre políticos, ameaçava a paz social e a tranqüilidade da família brasileira. Era a Questão Religiosa, de que resultaria na prisão dos bispos D. Frei Vital de Oliveira, de Olinda e D. Antônio de Macedo Costa, de Belém do Pará, pela altivez e coragem com que se colocaram contra o governo imperial, no caso dos interditos das Irmandades. Caxias intervém com sua inabalável autoridade. E ao fazer a apresentação do Gabinete, dirige-se ao Imperador com estas palavras:

"Urge pôr termo a esse estado de coisas, e o meio mais profícuo, conforme dita-nos a consciência da própria responsabilidade, é a anistia".

Pedro II era contrário à medida, estando neste particular solidário à Maçonaria. Caxias, então, impõe: ou a anistia ou a demissão do Gabinete. O Monarca sem outra saída, recua e concede a anistia. Sobre este episódio, vale recordar o pensamento de Carlos Maul, ainda muito oportuno nos dias em que vivemos:

"A evocação desses fatos marcantes na trajetória gloriosa de

Caxias, numa vida pública que durou mais de meio século, nos oferece subsídios muito oportunos em favor da seguinte tese: o militar não é instrumento passivo ao serviço de causas restritas ao trabalho de caserna, em dias pacíficos, e ao campo de batalha, nos dias de guerra. A ação política de Caxias no cenário nacional, no Império, deixa bem claro o pensamento de que um chefe militar será sempre um político, onde quer que a sua presença seja reclamada pelos acontecimentos. O nosso grande capitão legou-nos modelos que nunca perderão atualidade e, em cada momento histórico em que a espada sai da bainha para a defesa da Lei, que é a emanção a Ordem Jurídica, estabelece e consagra o princípio da autoridade. E certamente não foi por acaso que a espada se exigiu em símbolo protetor da Justiça".

Em fins de 1877, após quase dois anos de ausência, o Imperador retorna da Europa. Na regência deixara a Princesa Isabel. Nesse período houve progresso geral no país e harmonia entre os Poderes. A paz dominou em todas as consciências, "sem que as mais leves nuvens turvassem o nosso firmamento, apesar de tantas circunstâncias que tenderam a enegrecê-lo.

Deputado pelo Maranhão, Senador pelo Rio Grande do Sul, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro da Guerra e Conselheiro de Estado, O Duque de Ca-

xias não foi feliz na política. De nada valeram, aos sentimentos de seus inimigos gratuitos, os serviços prestados à causa da Pátria, nem seus sacrifícios e glórias no campo de batalha, tão pouco sua operosa atuação como parlamentar e chefe de governo. Seus adversários, invejosos e mesquinhos, não raras vezes procuravam combatê-lo lançando mão de processos escusos e desleais. "A insídia, a maldade e a intriga, lembra Lima Figueiredo, são armas mais poderosas do que as de fogo ou as brancas manejadas pelo adversário no campo da luta".

Os maiores sofrimentos de Caxias foram sempre motivados pela sordidez dos embates políticos. O próprio Imperador foi deselegante ao atender seu pedido de demissão e de todo o Ministério. "A carta desconcertante de Pedro II abre a sepultura do Duque de Caxias, que se retira para a Fazenda de Santa Mônica, onde se acha Japaranã, no Estado do Rio". Aí, no dia 7 de maio de 1880, morre na maior simplicidade. Pompas não quis. Sobre o uniforme legendário, viam-se apenas as Medalhas do Mérito Militar e a da Campanha do Paraguai. Caxias viveu como soldado e morreu como soldado. Foi amigo do Exército até o fim. "Desaparecia o baluarte do Império. Um túmulo tornava-se relicário!"

CONCLUSÃO

Caxias foi herói e martir. Herói no campo de batalha, vence-

dor e nunca vencido. Herói no cumprimento do dever e mártir na inveja e incompreensão dos políticos. À Pátria tudo dera, sem nada exigir. Nem ao menos na velhice, pôde merecer a paz dos justos. Em vez de louros, cingiram-lhe a fronte com a coroa de espinhos do desalento e das amarguras.

Mas, o Exército — herdeiro de suas glórias e depositário de suas excelsas virtudes — tomou-o como Patrono. É a consagração dos eleitos e o caminho inarredável para a imortalidade. No comportamento, nos anseios e nas aspirações de seus chefes e subordinados, o Exército é a afirmação legítima dos ideais de seu insigne patrono.

Na verdade, dos campos de Pirajá, berço da nossa independência, aos campos de Piratini, onde se plasmou a idéia de nacionalidade; de Tuiuti, chão sagrado das glórias da infantaria brasileira, aos redutos de Angustura, vitória consagradora das armas do Império; de Camaiore a Montese, marcos heróicos e triunfais das armas brasileiras na II Guerra Mundial, firmou-se dentro do Exército o primado da ordem constitucional e do respeito à lei, à ordem, à disciplina, a fé democrática e à predileção de vanguarda de nossa soberania.

A conduta do Exército é, ainda nos dias de hoje, o reflexo da vida de seu patrono. Nos 55 anos de sua luminosa e incansável vida pública, coincidentemente os de maior fulgor na história do Império e de todo o período republicano, a espada invicta do grande soldado manteve-se exclusivamente

te ao serviço da Pátria, na paz e na guerra, para a defesa de seus legítimos direitos. Nas lutas internas, pacificando a família brasileira, e nos conflitos externos, no combate

à tirania e na defesa de nossa dignidade como nação livre, Caxias uniu o seu destino às vitórias do seu Exército que o eternizou na glória.



O professor José Gurgel Guará pertence ao corpo docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde tem exercido várias atividades de ensino e de administração. Cursou a Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza (1942) e esteve na Escola Militar do Realengo, sendo desligado por motivo de saúde (1943). É Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife (1950) e Bacharel e Licenciado em Línguas Neo-Latinas pela UFRN (1963). Tem o curso superior de guerra da ESG (1976). Presentemente é professor de Estudos de Problemas Brasileiros da UFRN. É o delegado da ADESG no Rio Grande do Norte e Presidente do Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional.

executar operações militares, e assim é o caso da Alemanha, que é sempre considerada como re-

lativo ao seu exército, que é necessário tanto para a condução de guerra ofensiva como operacional. Isto se deve ao elevado número de variáveis a serem consideradas e à ainda maior importância que se associa a estas variáveis e às suas altas ob- s. sup. ab. chep. Neste sentido, o uso de armas de artilharia é o mais importante, já que o uso de armas de fogo é mais difícil, especialmente a artilharia, que é mais difícil de ser usada. Neste sentido, o uso de armas de artilharia é o mais importante, já que o uso de armas de fogo é mais difícil, especialmente a artilharia, que é mais difícil de ser usada.

Em termos culturais, a herança prussiana, com sua concepção de estado-maior, permitiu-lhe criar e manter forças bem treinadas e disciplinadas, tanto da artilharia quanto da infanteria, e assim obter resultados muito bons.

Em termos culturais, a herança prussiana, com sua concepção de estado-maior, permitiu-lhe criar e manter forças bem treinadas e disciplinadas, tanto da artilharia quanto da infanteria, e assim obter resultados muito bons.



O NÍVEL OPERACIONAL DE GUERRA: AS CONCEPÇÕES ALEMÃ E NORTE-AMERICANA

George A. Higgins

O nível operacional da guerra, que preenche o espaço existente entre a tática do campo de batalha e a estratégia militar, ganhou renascimento no Exército dos EUA. Como parte integrante da doutrina da Batalha Ar-Terra, a chamada arte operacional vem merecendo ênfase especial no currículo da EsCEME/EUA. Outros países desenvolveram doutrinas a nível operacional com base em sua experiência e tradição. Exemplo disso está no presente artigo, que analisa as diferenças entre as concepções alemã e norte-americana com base nas experiências de ambos os exércitos na 2ª Guerra Mundial.

O recente reaparecimento de um certo interesse pelo nível operacional de guerra no Exército dos EUA tem gerado comparações históricas e produzido consequências de interesse para a atual condução da guerra. Particularmente durante a 2ª Guerra Mundial, os alemães conduziram um estilo de arte operacional que enfatizava a manobra, e não o poder de fogo, e exigia uma liderança bem mais aperfei-

çoada do que a do estilo norte-americano.

A arte operacional pode ser definida como o elo de ligação entre a tática e a estratégia. Ela se refere à manobra de grandes unidades com vistas à vitória em campanhas que contribuam para a estratégia do teatro de operações.¹ Essencial a esta definição é a concepção da manobra e, como consequência, da liderança necessária ao seu planejamento e execução. A

manobra é fundamental ao nível operacional, porque o planejamento e a execução de movimentos de grandes unidades criam condições para resultados decisivos em grandes batalhas ou campanhas. O êxito ou o fracasso ao nível operacional da guerra pode produzir efeitos de longo alcance sequer imaginados pelo comandante tático.

A arte tática exige uma liderança que motive os homens e decida quando deslocar pequenos escalões até posições de onde possam concentrar o maior poder de fogo possível sobre o inimigo. A arte operacional, por seu turno, exige um estudo de situação tático e muito mais: uma liderança que consiga ver além do nível tático de guerra, entender a estratégia do teatro de operações e planejar e executar planos de campanha para atingir os objetivos da estratégia do TO.

Um estilo de liderança flexível é necessário tanto para a condução da guerra tática como operacional. Isso se deve ao elevado número de variáveis a serem consideradas e à ainda maior incerteza que se associa a essas variáveis e às suas relações espaço-temporais. Nesse sentido, o tipo de ensino e instrução de liderança para condução da arte operacional é diferente do exigido para o êxito no âmbito tático, aspecto que era de inteiro conhecimento dos alemães já pelo meio da década de vinte.

A arte operacional alemã na 2ª Guerra Mundial enfatizava a manobra enquanto a norte-americana, com algumas exceções importantes, tendia a valorizar a apli-

... o tipo de ensino e instrução de liderança para a condução da arte operacional é diferente do exigido para o êxito tático, aspecto que era de inteiro conhecimento dos alemães já pelo meio da década de 20.

cação do poder de fogo para conseguir desgastar as forças inimigas. Algumas razões de ordem histórica e cultural explicam essa abordagem da guerra feita pelos alemães. Sua posição geográfica central na Europa foi responsável pelo envolvimento em numerosas guerras no continente que remontam à época de Frederico, o Grande. Fossem tais guerras conduzidas para manter o equilíbrio de poder ou para unificar os povos germânicos, a verdade é que a história da Alemanha tem sido construída como resultado de um país rodeado por um mundo hostil.

Em termos culturais, a herança prussiana, com sua concepção de estado-maior, permitiu-lhe criar e manter forças bem treinadas e equipadas, tanto da ativa quanto da reserva, com as quais poderia defender seus interesses. A arrastada derrota na 1ª Guerra Mundial e as cláusulas do Tratado de Versalhes levaram o país a desenvolver uma doutrina que se inclinava pela guerra de manobra na 2ª Guerra Mundial. Este último aspecto não pode ser desprezado.

Em observância às cláusulas do Tratado de Versalhes, o estado-maior alemão foi desestruturado e seu exército ativo reduzido a um

vés de um recuo tático e do desencadeamento de fogos para bloquear o ataque inimigo.

Essa mesma tática caracterizou as operações dos EUA no continente europeu após a invasão da Normandia. A estratégia de largas frentes de Dwight D. Eisenhower reflete, de um modo geral, a preferência operacional norte-americana pelo deslocamento para a frente, à retaguarda de um esmagador poder de fogo. Três exceções a este estilo genérico vêm agora à lembrança: as Operações *Cobra* e *Market-Garden* e a contra-ofensiva das Ardenas, do General George S. Patton. Uma análise mais aprofundada, contudo, revela o caráter de exceção de que se revestiram tais operações.

Em primeiro lugar, a operação *Market-Garden* foi idéia de Bernard L. Montgomery e não uma criação norte-americana. Além disso, a finalidade efetiva foi assegurar portos no canal que apoiassem operações futuras a serem conduzidas até o Rio Ruhr. Segundo, a contra-ofensiva das Ardenas e a Operação *Cobra* — o rompimento do cerco em Saint Lô e as subsequentes operações móveis de grande velocidade — foram basicamente executadas por Patton, um dos poucos soldados norte-americanos que compreendiam a arte operacional, tal como os alemães a executavam. Patton, quando na Sicília, na Operação *Cobra*, e nas Ardenas, põe a descoberto a sua invulgar formação e um tipo de treinamento que remontam ao tempo em que serviu com as primeiras unidades blindadas na 1^a

Guerra Mundial. Mas a condução de uma arte operacional com base na manobra não caracteriza a tradição americana.

Na realidade, um estudo mais acurado da Operação *Cobra* e da contra-ofensiva das Ardenas revela que, apesar da parceria britânica, o comando norte-americano não entendia a manobra como parte integrante da arte operacional. De outra maneira, a maioria das forças alemãs em Falaise-Argentan e o grosso do VI Exército Blindado nas Ardenas nunca teriam conseguido escapar. Mais que isso, a confiança de Patton nos fogos maciços de 108 grupos de artilharia de campanha, com 35 deles apoiando o ataque do 3^º Corpo de Exército para libertar Bastogne, evidencia a ênfase que até mesmo ele atribuía ao poder de fogo.⁴ Esses dois sucessos operacionais dizem muito mais da concepção e do entendimento norte-americanos da manobra como parte integrante da arte operacional do que propriamente da perícia alemã de conseguir fugir a um cerco.

É discutível que, no começo da 2^a Guerra Mundial, os norte-americanos, não executando nem possuindo qualquer doutrina de arte operacional, possuíssem uma concepção de estratégia e de tática. Considerando-se a tradição americana, contudo, essa é uma afirmação lógica. O que realmente identificamos nas operações de Patton, Douglas MacArthur e, em menor escala, J. Lawton Collins são as sementes de uma concepção de arte operacional em desenvolvimento que, apenas vagamente, reconhece as relações entre a manobra

e o apoio de fogo como duas faces de uma moeda. E, mesmo assim, essa concepção nascente ainda se prende à abordagem norte-americana tradicional — um poder de fogo esmagador e praticamente a omissão da manobra.

Deve-se observar que até mesmo as brilhantes campanhas de MacArthur no Pacífico foram abreviadas pelos bombardeamentos de Hiroshima e Nagasáqui, no Japão, e estão muito longe do que se poderia chamar de exemplos de guerra de manobra. Ainda aqui, é justo afirmar que, se existiu arte operacional perceptível conduzida pelo Exército dos EUA na 2ª Guerra Mundial, esta deu mais ênfase ao poder de fogo do que à manobra e, dessa maneira, revelou-se absolutamente diferente do estilo alemão.

Duas notáveis características do contraste entre os métodos alemão e norte-americano de condução da arte operacional estão na maturidade das doutrinas operacionais dos dois exércitos e na intensidade com que as suas respectivas oficialidades foram formadas e instruídas nessas doutrinas. Nos anos que mediaram as duas Guerras Mundiais, os alemães conseguiram formar e aperfeiçoar um grupo excelente de oficiais que entendia os níveis tático e operacional de guerra.

Esse grupo dedicado e altamente profissional estudou a história da guerra e as lições dela decorrentes. Desenvolveu e executou uma doutrina de arte operacional que preparou o Exército Alemão para a inevitável guerra seguinte.

Em 1921, o General Hans von Seeckt, Chefe do Estado-Maior (não assim chamado devido ao Tratado de Versalhes), treinou pessoalmente os comandantes dos escalões mais altos na arte da guerra. Os exercícios a que ele deu início em 1921, em Kissingen, Alemanha, concorreram para a elaboração de uma doutrina unificada de emprego dos altos escalões.⁵ Desse modo, já existia em 1939 não apenas uma doutrina amadurecida como também uma oficialidade ao nível operacional de comando doutrinariamente bem formada.

O mesmo não aconteceu nos EUA. Não só não havia uma doutrina operacional em vigor como, também, poucos eram os oficiais formados nas teorias de emprego das grandes unidades. Isso aconteceu em razão de a herança cultural, política e geográfica dos EUA não lhes ter exigido uma preparação para combater em guerras de manobra na Europa continental.

Hoje, que os EUA estão engajados na perspectiva de uma guerra convencional na Europa Ocidental, caso surja a necessidade, duas ilações parecem bem nítidas. Em primeiro lugar, o país precisa de uma doutrina de arte operacional coerente e bem desenvolvida que apóie a estratégia do TO, qualquer que seja esta. Os preceitos da Batalha Ar-Terra parecem ser essa doutrina, mas aí está uma questão de difícil configuração, devido à natureza da aliança da OTAN e à necessidade da estratégia do TO de ser montada em bases de coalizão. Doutrinariamente, precisa-

mos nos associar a nossos aliados, primeiro estratégica e, a seguir, operacionalmente, se realmente pretendemos vencer os soviéticos na Europa Ocidental.

Em segundo lugar, possuir uma doutrina apenas no papel não significa tê-la em seus aspectos mais relevantes. Precisamos nos assegurar de que cada um dos níveis de nossa oficialidade compreenda a doutrina e saiba executar a parte, tática ou operacional, por que é responsável. Só para dar um exemplo, quando e onde foi que os Estados Unidos manobraram um escalão de valor corpo-de-exército? Inchon, na Coréia do Sul,* vem-nos à lembrança.

* Inchon: região de desembarque do X Corpo de Exército norte-americano, localizada na costa do Mar Amarelo, que foi pessoalmente selecionada pelo General MacArthur e se constituiu no cenário da operação que mudou o curso da Guerra da Coréia. — Nota da Editora Brasileira.



O Major George A. Higgins é oficial de Planejamento da 3^a Seção da 5^a Divisão de Infantaria (Mecanizada) em Fort Polk, Luisiana. Formado pela Academia Militar dos Estados Unidos e com um título de mestre da Universidade de Virgínia, é também graduado pelas EsCEME/EUA além de possuir o Curso de Altos Estudos Militares. Serviu na 1^a Divisão de Cavalaria, Fort Hood, Texas, na 24^a Divisão de Infantaria, Fort Stewart, Geórgia, e como instrutor da Academia Militar, em West Point, Nova Iorque.

REFERÊNCIAS

1. Ver Edward N. Luttwak, "The Operational Level of War", *International Security*, inverno de 1980, para uma análise mais completa do nível operacional de guerra.
2. William S. Lind, "The Case for Maneuver Doctrine", *The Defense Reform Debate*, editado por Asa A. Clark IV, Peter W. Chiarelli, Jeffrey S. McKittrick e James Reed, Imprensa da Universidade John Hopkins, Baltimore, Md., 1984, Capítulo 6, pp. 89-91.
3. Kenneth Macksey, *Guderian: Creator of the Blitzkrieg*, Stein & Day Publishers, Briarcliff Manor, N. Y., 1975, p. 161.
4. Robert S. Allen, *Lucky Forward*, Vanguard Press, N. Y., 1947, p. 238.
5. Robert J. O'Neill, "Doctrine and Training in the German Army, 1919-1939", *The Theory and Practice of War*, editado por Michael Howard, Imprensa da Universidade de Indiana, Bloomington, Ind., 1965, Capítulo 7, pp. 146-47.

A Vale produz minério de ferro, titânio, alumínio, manganês, transportes, florestas e cidades.

Há mais de quarenta anos que a Vale vem desenvolvendo suas atividades de mineração.

A expansão foi tal que, hoje em dia, entrando na quinta década de existência, a Vale tornou-se a maior exportadora de minério de ferro do mundo, além de atuar em vários outros setores básicos da economia nacional.

Este desenvolvimento foi alimentado por recursos resultantes da própria atividade, em que desempenharam papel de relevo a eficiência na operação, a qualidade do produto, a competitividade no mercado, a confiabilidade junto aos clientes e uma cuidadosa estratégia de diversificação e integração de frentes de trabalho, orientadas para o mercado.

Assim, além do minério de ferro, a Vale desenvolveu a produção de alumínio, que se tornou sua segunda maior área de negócios.

Desenvolveu, também, projetos de extração de titânio e manganês, além de realização do grandioso projeto de Carajás, uma província mineral com 18 bilhões de toneladas de

minério de ferro, 80 milhões de toneladas de manganês, 40 milhões de toneladas de bauxita, além de ocorrências significativas de níquel, cromo, estanho e ouro.

E agora, para fechar o ciclo, o alumínio está correndo no Pará, num fluxo inicial de 160 mil toneladas por ano.

Os projetos realizados pela Vale resultaram em grande desenvolvimento para as regiões em que se instalaram. Como a Estrada de Ferro Carajás, por exemplo, com seus 890 quilômetros, rasgados na Selva Amazônica, que ligam as minas de Carajás, no Pará, a São Luís do Maranhão.

Simultaneamente, a Vale vem realizando significativos projetos de reflorestamento, dentro de um rigoroso programa de defesa do meio ambiente.

Todos os projetos da Vale foram, também, sementes de cidades, que nasceram, cresceram e se desenvolveram, abrigando milhares de famílias, que vivem dos empregos gerados por este gigantesco complexo industrial que é a Companhia Vale do Rio Doce.



Companhia
Vale do Rio Doce

Vinculada ao Ministério das Minas e Energia.



SESQUICENTENÁRIO DO COMBATE DO SEIVAL, O BERÇO DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Claudio Moreira Bento

No curso da História do Brasil identifica-se a idéia republicana em inúmeras manifestações políticas e culturais. Assim como hoje nos preparamos para as comemorações do Centenário da Proclamação da República, reconhecendo que ela foi um grande passo no aperfeiçoamento das instituições, não devemos deixar de ressaltar também as heranças positivas do Império, dentre as quais a nossa tão decantada unidade nacional.

Vê-se, portanto, que a República veio no devido tempo, porque, se prematura, comprometeria nossa grandeza e nossa unidade. Este artigo do Cel CLAUDIO MOREIRA BENTO, Chefe da Comissão de Pesquisa História Básica de A DEFESA NACIONAL, mostra que, em 1836, estava-se formando concretamente a base histórica nacional para o 15 de Novembro de 1889, uma perspectiva digna de um historiador como ele. Por mais forte razão está a DEFESA NACIONAL dentro do espírito da Diretriz para as Atividades Culturais do Exército, quinquênio 1986/1990 (Portaria Ministerial 1130 de 26-11-1985), em um dos seus objetivos: "Participar de forma expressiva nas atividades comemorativas do Centenário da República Brasileira".

Em 10 de setembro de 1986 transcorre o Sesquicentenário da mais importante vitória farroupilha, no combate do Seival, vitória obtida por forças ao comando do coronel da Guarda Nacional Antônio de Sou-

za Netto, contra forças imperiais, ao comando do tenente coronel João da Silva Tavares, então o maior esteio do Império e a única reação armada significativa à Revolução, em 20 de setembro de 1835.

O combate tomou este nome por ter sido travado na coxilha do Seival, junto às pontas do arroio de mesmo nome, afluente do arroio Candiota, no atual Município de Bagé, situada na altura do km 178 a BR 293 (Pelotas-Bagé).

O nome Seival adveio de arvoredo existente no local, caracterizado por produzir bastante seiva¹, segundo Tarcísio Taborda, também um dos biógrafos do coronel Silva Tavares. Para outros de uma plantação de seibos, chamada em conjunto Seival.

A vitória do Seival que considero o mais brilhante feito das armas farrapas durante o Decênio Heróico, teve lugar num dos momentos mais críticos da Revolução Farroupilha.

Ou seja, depois de Porto Alegre haver retornado ao Império, em 15 de junho de 1836, com a prisão do Governo Revolucionário da Província, que foi enviado preso para o Rio, e do levantamento do bloqueio naval farrapo de Porto Alegre, em 23 de agosto de 1836, que havia sido estabelecido na entrada do Guaíba, com apoio nos fortões Itapuã e Junco e uma esquadilha farrapa neutralizada neste dia, segundo Moacyr Flores².

Completou a criticidade do momento, a derrota da Divisão do Centro, ao comando de Bento Gonçalves, na ilha do Fanfa, em 4 de outubro de 1836, do que decorreu sua prisão e envio preso para o Rio de Janeiro e depois Bahia.

Reveses que obrigaram, pelas manobras do coronel Bento Manoel Ribeiro, a serviço do Impé-

rio, a ser levantada toda a concentração farrapa em Pelotas, ao comando do major João Manoel Lima e Silva, Comandante-das-Armas da Revolução, depois de uma tentativa repelida, em 22 de julho de 1836, de conquistar a cidade de Rio Grande, então sede do Governo Provincial exercido por Delegado do Império rio-grandense Dr. Araújo Ribeiro³.

Assim, neste quadro extremamente adverso, Seival foi providencial por sua retumbância, para alimentar as esperanças combalidas dos revolucionários e provocar apreensões ao Império. Seival criou condições para a Proclamação da República Rio-Grandense pelo coronel Antônio de Souza Netto, na madrugada do dia seguinte, no campo de Joaquim Meñezes, junto ao passo das Pedras, à margem esquerda do Jaguarão, atual região da estação Santa Rosa, na ferrovia Bagé-Pelotas, segundo o general Calvet Fagundes⁴.

Proclamação da República Rio-Grandense que por sua vez animou a luta até a paz honrosa de Ponche Verde, em 1º de março de 1845, obra de rara sensibilidade e engenharia político-militar que consagrou, aquele tempo, o Duque de Caxias, com o honroso título de Pacificador, além de transformar antigos revolucionários em seus dedicados e valorosos colaboradores nas guerras externas, onde "republicanos e imperiais marcharam lado a lado, ombro a ombro, contra o inimigo comum". Então amorteceu nos corações de ex-farroupilhas o ideal republicano adiado em nome de valores mais

altos sob ameaça — a Integridade e a Soberania do Brasil.

Foi ainda durante a Revolução que o lanchão "Seival", em homenagem ao mais brilhante feito das armas farrapás, levou até Santa Catarina o ideal de República. Isto ao ajudar, depois de um feito épico de transposição da Lagoa dos Patos para o Oceano, a conquistar o porto de Laguna, em Santa Catarina, quando foi proclamada a efêmera República Juliana, conforme estudamos, em 1971, por ocasião da inauguração do Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório que inclui uma réplica do "Seival".⁵

Foi buscando inspiração na República Rio-Grandense, proclamada em decorrência da vitória do Seival, que estudantes gaúchos, em São Paulo, particularmente da Escola de Direito do Largo do São Francisco, fundaram, em 20 de setembro de 1881, o Clube 20 de Setembro que se inseriu na campanha republicana que culminou com a Proclamação da República, quase centenária, em que vivemos, em 15 de novembro de 1889, pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. Grupo no qual pontificaram, como primeiros historiadores riograndenses da Revolução, Alcides Mendonça Lima e Assis Brasil e mais, dentre muitos, Júlio Prates de Castilhos e Borges de Medeiros, os quais, junto com outros constituintes, por ocasião da Constituição de 1891, adotaram como símbolos do Estado do Rio Grande do Sul todos os símbolos da República Rio-grandense. Isto depois de terem usado durante o Império,

nas bandeiras dos clubes republicanos, os lenços farroupilhas idealizados por Bernardo Pires, mártir do Seival, onde foi ferido a bala duas vezes. Ele também foi o desenhista da bandeira e do brasão da República Rio-grandense, em Piratini em 1838, conforme estudamos amplamente em *História dos Símbolos do Rio Grande do Sul subsídios para sua revisão histórica, tradicionalista e legal*⁶.

Em que pese a importância da projeção histórica do combate do Seival, até na República Brasileira, fundada em 15 de novembro de 1889 pelo Marechal Deodoro da Fonseca, além de ser a maior, mais brilhante e retumbante vitória farroupilha, sua abordagem detalhada não tem merecido a atenção dos historiadores nos últimos 150 anos a exceção de Alfredo Varela em sua monumental *História da Grande Revolução* e, em data recente, o general Morivalde Calvet Fagundes em sua *História da Revolução Farroupilha*, até agora o maior marco do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

Abordar com o máximo de detalhes e pela primeira vez descrevê-lo e analisá-lo militarmente, integrando os trabalhos citados e mais outros detalhes esparsos obtidos é o objetivo do presente estudo. Ele visa também evocar o combate e os seus protagonistas, dentro do espírito da Paz de Ponche Verde, exaltando o valor, a coragem e a fidelidade às verdades que cada um dos lados defendeu e pelas quais muitos lutaram até morrer.

É uma página imortal, cheia de ensinamentos da História Militar

do Brasil, no Rio Grande do Sul, escrita a ferro e sangue. É um elogio à fibra, à garra, à coragem e ao valor de cada um dos cerca de 1.000 rio-grandenses que nele se bateram com honra e denodo.

Combatentes imperiais ali batidos pelos republicanos que, em Ponche Verde, 9 anos mais tarde, segundo o general Osório, "receberam com amor os republicanos que perseguiam com pertinência, e estes que haviam se batido com valor, transigiram com dignida-

de"7. E mais, foi o vencedor do Seival que na invasão do Paraguai, em 1865, fez a Vanguarda do Exército, ao comando de Osório. Netto foi dos primeiros a pisar em solo inimigo em Passo da Pátria e, lado a lado a Osório, marchou até Tuiuti onde teve destacada ação em Potrero Pires, comandando esquadrões com cavalos amilhados, com função tática importante, a concorrer para que Osório vencesse em Tuiuti, em 24 de maio de 1866, a maior batalha campal da América do Sul.



Brigadeiro Antonio Netto o vencedor de Seival e proclamador da República Rio-Grandense. Na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70) comandou a Brigada Vanguarda do Exército Nacional. Desembarcou com Osório, em Passo da Pátria. Continuou na vanguarda e destacou-se em Potrero Pires - Tuiuti, comandando esquadrões com cavalos amilhados com importante função tática a concorrer para a vitória. Consagrou-se então herói da nossa integridade e como um dos grandes chefes da Cavalaria do Brasil. (Foto: FAGUNDES, Morivalde Calvet - Rev. Farroupilha).

SITUAÇÃO GERAL

SESQUICENTENÁRIO DO COMBATE

DO SEIVAL 10 SET 1836

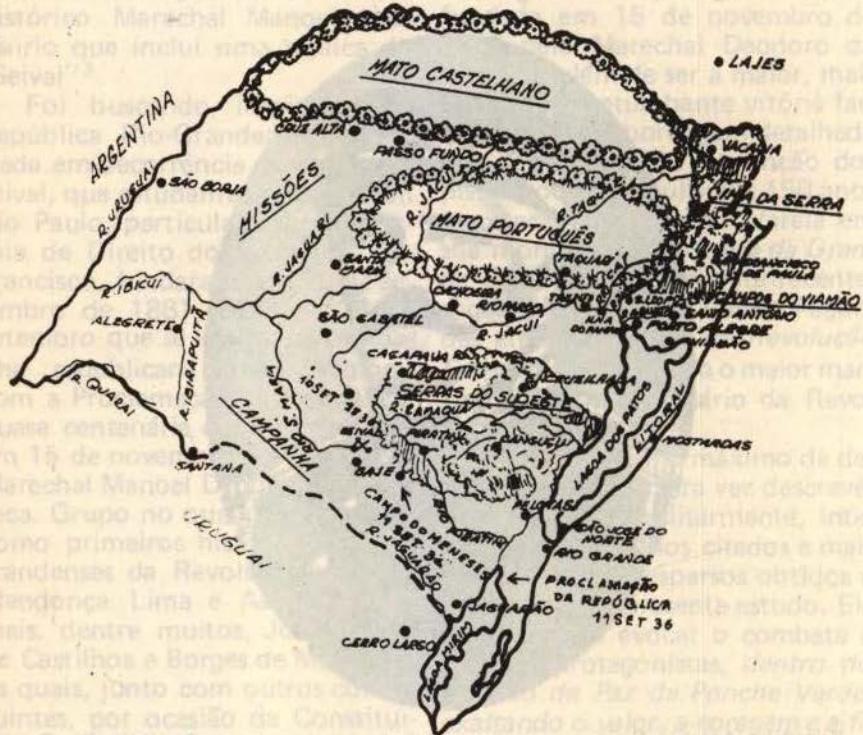
O BERÇO DA REPÚBLICA BRASILEIRA

SITUAÇÃO GERAL

TEATRO DA GUERRA

P0R

CLAUDIO MOREIRA BENTO CEL



PIRATINI E CAGAPAÚ AS DUAS PRIMEIRAS CAPITAS FARRAPAS
BUSCARAM ABDISO NAS SERRAS DO SUDESTE

Em 20 de setembro de 1835, o cel Bento Gonçalves da Silva, Comandante Superior da Guarda Nacional da Província, com apoio em parte expressiva da mesma, menos as de Herval do Sul, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte e Porto Alegre e mais o apoio de toda a Guarnição do Exército da Província, a mais forte do Brasil (3RC, 1BC e 1B Artilharia), conseguiu dominar em um mês toda a Província e depor o seu Presidente — o Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga⁸ e o Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto⁹, seu Comandante-das-Armas, substituindo-os pelo Dr. Marciano Pereira Ribeiro¹⁰ e coronel Bento Manoel Ribeiro¹¹ respectivamente.

O Império mandou como substituto do rio-grandense, filho de Rio Grande, Dr. Fernandes Braga, outro rio-grandense — o Dr. Araújo Ribeiro, filho de Barra do Ribeiro e primo e amigo do cel Bento Manoel Ribeiro. Face a problemas apresentados a sua posse, pela Assembléia Provincial, o cel Bento Manoel decidiu apoiá-lo militarmente. Partiu para a campanha para liderar a reação e aconselhou a Araújo Ribeiro fizesse a sua parte, a partir de Rio Grande, onde assumiu o Governo da Província e reconquistou e consolidou, de modo incruento, aquela estratégica posição¹².

E teve lugar então uma disputa armada entre dois Governos Provinciais. O revolucionário instalado em Porto Alegre, sob liderança do Presidente Marciano Ribeiro, tendo como Comandante-das-Armas o major João Manoel de Lima

e Silva¹³ que concentrou grandes forças em Pelotas para reconquistar Rio Grande e depor o Governo Imperial, ali instalado em local aberto a recursos navais e terrestres de toda a ordem. Governo tendo como Comandante-das-Armas, atuando no interior da Província, o cel Bento Manoel, procurando socorrer o Presidente da Província, pressionado a partir de Pelotas.

Neste momento histórico, os revolucionários não perceberam a inteligente e incruenta manobra do Presidente Araújo Ribeiro de apossar-se de Rio Grande e consolidá-la, gradativamente, como base naval e terrestre inexpugnável da contra-revolução.

Para recompensar a ajuda e os revolucionários para reconquistá-la, teriam, segundo Canabarro Reichardt¹⁴, incorrido em uma falsa avaliação estratégica. Ou seja, dividiram os esforços ofensivos a um só tempo: Sobre o cel Bento Manoel, na Campanha, ao longo do vale do Jacuí; sobre o Presidente Araújo Ribeiro, em Rio Grande, e sobre o cel Silva Tavares junto a Fronteira do Jaguarão.

Segundo o autor citado, João Manoel, Comandante-das-Armas, teria sido favorável a atacar a um só tempo os três objetivos.

Bento Gonçalves, ao contrário, voto vencido, teria se manifestado favorável a bater-se por partes o adversário. Primeiro Bento Manoel, na Campanha, antes de operar junção com Silva Tavares. Depois este e, finalmente, concentração geral para investir Rio Grande, como fizera no plano ini-

cial da revolução de setembro de 1835.

Em 2 de junho de 1836, o major João Manoel conseguiu abrir o Passo dos Negros, do São Gonçalo, fechado por Esquadrilha ao comando do capitão Grenfell¹⁵ e defendido pelos coronéis imperiais Silva Tavares e Izaias Bonifácio Calderón.

Através do passo lançou tropas ao comando dos coronéis Antônio Netto e Domingos Crescêncio de Almeida¹⁶.

Na perseguição de Silva Tavares e Calderón eles percorreram o atual município de Santa Vitória do Palmar até que os obrigaram a se internarem no Uruguai, por São Miguel. Existe versão que Silva Tavares e Calderón atraíram Netto e Crescêncio, para aliviarem a pressão sobre Rio Grande, só atacada quase 50 dias após a abertura do Passo dos Negros e sem eficácia.

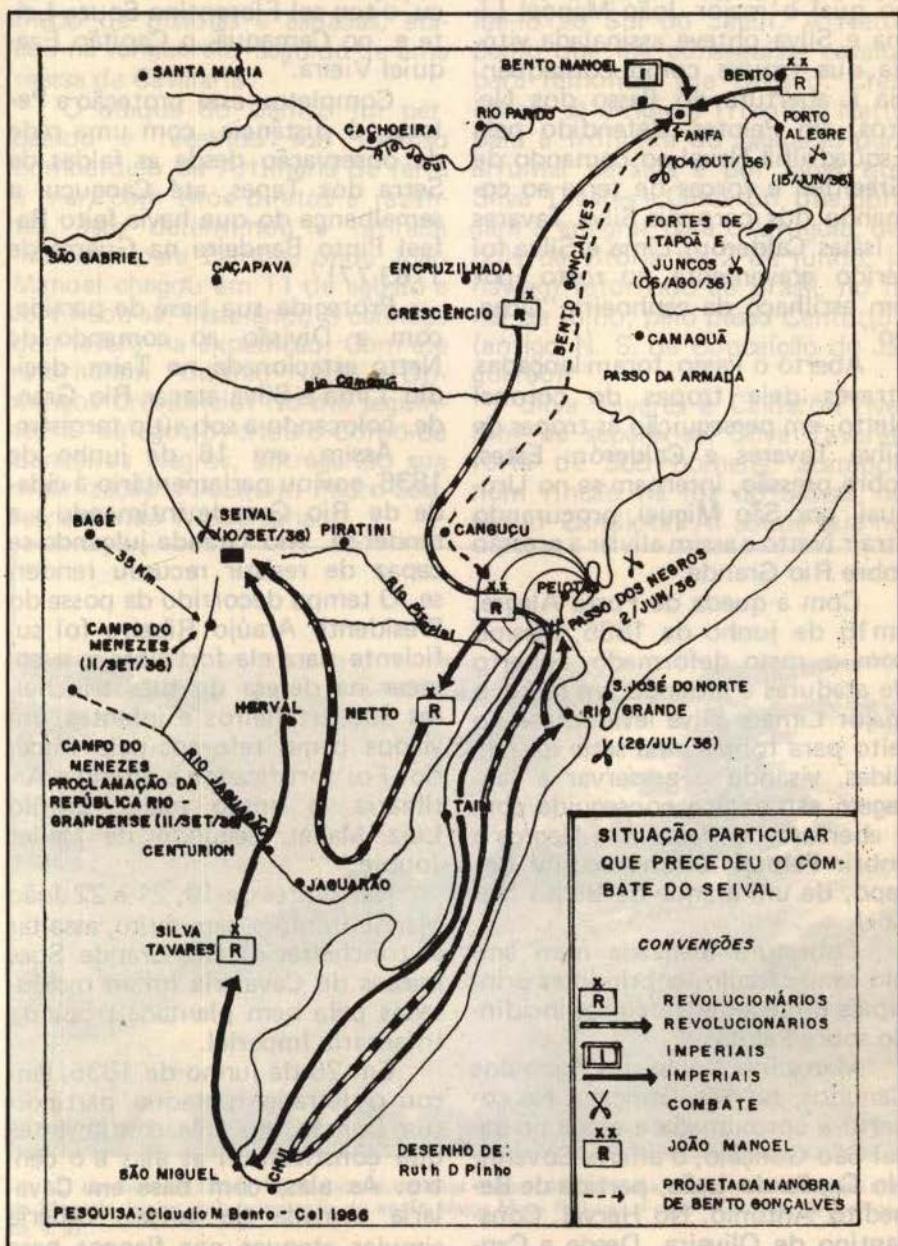
Neste interim Porto Alegre caiu em mãos imperiais por desgarnecida. Todo o Governo foi preso. Netto retornou da fronteira do Chuí e foi cobrir a fronteira do Jaguarão. Bento Gonçalves tentou reconquistar Porto Alegre, sem sucesso. Pressionado foi obrigado a retirar-se para a Campanha. Assim terminou por ser preso na Ilha do Fanfa, em 4 de outubro de 1836, com expressiva parcela de sua tropa, que compunha a Divisão do Centro. Enquanto isto, Domingos Crescêncio que veio em seu socorro nada conseguiu fazer.

Assim, Rio Grande retornou ao Império, seguido de Porto Alegre; da neutralização da posição farrapa em Itapoã, em 6 de agosto de 1836; da derrota de Bento Gonçalves no Fanfa e da queda pela manobra da posição de João Manoel, em Pelotas. Isto significou: Perda das estratégicas bases militares e navais em Rio Grande e Porto Alegre; prisão da liderança revolucionária civil, em Porto Alegre, incluindo o Presidente da Província revolucionária e mais 31 companheiros; liberação da ligação naval Porto Alegre-Rio Grande, pela neutralização dos fortões farrapos Junco e Itapoã e a prisão do próprio líder político-militar Bento Gonçalves que era a própria encarnação do espírito rio-grandense.

Se isto não bastasse, João Manoel, depois da tardia e malograda tentativa de conquistar Rio Grande, em 26 de julho de 1836, foi obrigado pela manobra a deixar Pelotas e procurar proteção na Serra dos Tapes (Piratini-Canguçu) escolhida para capital da República Rio-Grandense.

Neste quadro extremamente adverso é que a vitória do Seival surgiu com um raio de esperança, uma tábua de salvação, uma bandeira de mobilização a provar que nem tudo estava perdido. Fato que teve repercussão extremamente negativa e preocupante entre os imperiais, pela retumbância da vitória e incerteza decorrente da proclamação da República Rio-Grandense.

SITUAÇÃO PARTICULAR



Em 2 de junho de 1836, tem lugar o combate de São Gonçalo, no qual o major João Manoel Lima e Silva obteve assinalada vitória que trouxe como consequência a abertura do Passo dos Negros, em Pelotas, defendido pela Esquadilha Naval ao comando de Greenfell e forças de terra ao comando dos coronéis Silva Tavares e Isaias Calderón. Lima e Silva foi ferido gravemente no rosto, por um estilhaço da canhota "Oceano".

Aberto o Passo, foram lançadas através dele tropas do coronel Netto, em perseguição às tropas de Silva Tavares e Calderón. Estes, sobre pressão, internam-se no Uruguai, por São Miguel, procurando atrair Netto e assim aliviar a pressão sobre Rio Grande.

Com a queda de Porto Alegre, em 15 de junho de 1836, mesmo com o rosto deformado, coberto de ataduras e ardendo em febre, o major Lima e Silva levantou-se do leito para tomar uma série de medidas, visando a preservar a vantagem estratégica conseguida com a abertura do Passo dos Negros e cobrir Pelotas, último reduto farapo, de um ataque de Bento Manoel.

Cobertura realizada num amplo semi-círculo, cobrindo as principais direções estratégicas incidentes sobre Pelotas.

Marcelino Nunes, no Passo dos Canudos, no São Gonçalo. Na cobertura aproximada e ainda no canal São Gonçalo, o alferes Soveral. No Capão do Leão, partida de Benedito Antônio. No Herval, Constantino de Oliveira. Desde a Can-

diota e até Piratini, Oliveira Nico e João José Damasceno. Em Canguçu, o ten cel Florentino Souza Leite e, no Camaquã, o Capitão Ezequiel Vieira.

Completou esta proteção a Pelotas, à distância, com uma rede de observação desde as faldas da Serra dos Tapes, até Canguçu, a semelhança do que havia feito Rafael Pinto Bandeira na Guerra de 1763-77¹⁷.

Protegida sua base de partida, com a Divisão ao comando de Netto estacionada no Taim, decidiu Lima e Silva atacar Rio Grande, colocando-a sob sítio terrestre.

Assim, em 16 de junho de 1836, enviou parlamentário à cidade de Rio Grande intimando-a a render-se. Rio Grande julgando-se capaz de resistir recusou render-se. O tempo decorrido da posse do Presidente Araújo Ribeiro foi suficiente para ela fortificar-se e colocar na defesa de suas trincheiras 800 artilheiros e infantes, enviados como reforços pelo Império. Foi fortificador e dirigiu a Artilharia, o então major Emílio Luiz Mallet, segundo de Mallet Joubin.

Nas noites de 19, 21 e 22 João Manoel tentou, sem êxito, assaltar as trincheiras de Rio Grande. Suas massas de Cavalaria foram rechassadas pela bem plantada tropa de Infantaria Imperial.

Em 26 de junho de 1836, lançou o derradeiro ataque, partindo sua Divisão em três contingentes que constituíram as alas e o centro. Às alas, com base em Cavalaria armada de lanças, caberia simular ataques nos flancos para

atraírem sobre si os defensores. A seguir, o Centro, mais numeroso e contando com um pelotão a pé, armado de pistolas e espadas, atacou na vanguarda, seguido de uma massa de Cavalaria.

O ataque do Centro foi percebido e recebido sob intenso bombardeio da Artilharia de terra e mar, com tiros diretos e razantes. Isto determinou a retirada imediata para Pelotas, onde João Manoel chegou em 11 de agosto e fortificou-se, instalando 5 canhões que levara na expedição. Com ele retornaram Antônio Netto e Domingos Crescêncio. No dia seguinte, 12 de agosto, criou o Corpo de Lanceiros Negros, entregando sua organização a Joaquim Pedro Soares, segundo Wiederspanh.

Bento Gonçalves em dificuldades pediu que Domingos Crescêncio se dirija a Triunfo, para acolhê-lo ao Sul do Jacuí. A Netto pediu que lhe conseguisse cavalos para remontar sua Divisão. Crescêncio se dirigiu a Triunfo e Netto para a fronteira do Jaguarão para arrumar cavalos e por saber que Silva Tavares e Calderón, que obrigara a emigrar para o Uruguai, depois da vitória de 2 de junho, já haviam retornado ao Brasil, no final de julho, pelo passo Centurion (antigo N. S. de Conceição do Jaguarão)¹⁸.

Silva Tavares e Calderón tiveram de separar-se. Silva Tavares, forte de 500 homens, acampou num rincão na foz do Seival, no arroio Candiota. Aí soube que no



O combate de Seival foi o choque de duas massas de Cavalaria conforme alegoria acima de Miranda Junior, sob orientação do então Major Maya Pedrosa (Fonte: *Histórica do Exército*, v. 2).

passo do Lageado, do rio Jaguá-
rão, acampava uma tropa. Dia 10
de setembro Silva Tavares saiu em
direção desta força, em reconhe-
cimento, e a encontrou a uma lé-
gua de onde acampava.

Netto, ao divisar Silva Tavares
nas pontas do Seival, partiu sobre
ele. Silva Tavares galgou a coxilha
do Seival e tomou a melhor posi-
ção em suas partes mais elevadas,
onde dispôs suas tropas e aguar-
dou o combate.

A coxilha do Seival ficava pró-
ximo à casa dos Lucas, ao longo
do caminho Pelotas-Bagé, hoje bali-
zado pela BR 363.

O COMBATE DE SEIVAL

Forças em presença

Imperiais: Brigada Provisória
de Cavalaria da Comarca do Rio
Grande, ao comando do coronel
comandante Superior da Guarda
Nacional da Província, João da Sil-
va Tavares¹⁹ e reforçada por tropas
do cel Isaias Bonifácio Calderón,
que incluía muitos orientais e no
momento ausente, com pequena
escolta, a procura de contato com
o cel José dos Santos Loureiro²⁰.

A tropa imperial era nucleada
por amigos de Silva Tavares das re-
giões atuais de Jaguarão e Herval
do Sul, bem como seus parentes
das famílias Nunes, Fagundes, Me-
deiros²¹.

Seu efetivo numerava cerca de
500 homens, segundo o mais cate-
gorizado historiador da Revolu-
ção²².

Revolucionários: 1ª Brigada
do Exército Liberal, ao comando
do coronel da Guarda Nacional
Antônio de Souza Netto, reforçado
pelo recém-criado e ainda em or-
ganização Corpo de Lanceiros Ne-
gros.

A 1ª Brigada de Netto origi-
nou-se da Legião de Guardas Na-
cionais do Termo de Piratini, cria-
da em 14 de outubro de 1835,
pelo Presidente José Mariano Ri-
beiro, colocado pela Revolução de
20 de setembro na Presidência da
Província, em substituição a Fer-
nandes Braga. Foi constituída de
dois esquadrões ou quatro com-
panhias. Uma companhia recruta-
da em Piratini e as outras três,
uma no distrito de Bagé, até o Pi-
raí e as duas restantes uma em
Canguçu atual e a outra em Pe-
dro Osório atual, ao norte do rio
Piratini²³.

Reforçada no Seival pelos Lan-
ceiros Negros do tenente-coronel
Joaquim Pedro Soares e major
Joaquim Teixeira Nunes²⁴, atingiu
um efetivo estimado em cerca de
430 homens²⁵. O seu número de
chefes atingiu, no dia seguinte ao
combate, 52 oficiais e sargentos²⁶,
que assinaram a Proclamação da
República Rio-Grandense.

Principais lideranças (experiência anterior a Seival)

Imperiais: 1) Coronel João da
Silva Tavares²⁷. Nascido em Her-
val (15 de março de 1790). Era fi-
lho de um português. Possuía 46
anos no combate do Seival. Com
21 anos ingressou num Regimento

de Milícias, na Fronteira do Rio Grande. Participou da Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental, ao comando de D. Diogo de Souza 1811-1812. Integrou a vanguarda da Divisão de Voluntários Reais que, em 1816, ao comando do General Lecor, penetrou no Uruguai pelo Chuí e terminou por entrar no Uruguai e participar da tomada de posse de Montevidéu.

Participou da 2ª Guerra contra Artigas, cujo epílogo foi sua derrota em Taquarembó, em 22 de janeiro de 1820, e da Guerra Cisplatina 1825-28, ao final da qual era capitão.

Neste posto foi nomeado Comandante de Companhia e do Distrito Militar do Herval, prestando assinalados serviços na segurança da fronteira no rio Jaguarão.

Criada a Guarda Nacional em 1831, nela exerceu as funções de major e tenente-coronel até 1835.

A Revolução de 20 de setembro de 1835 encontrou nele a única reação militar efetiva, em todo o Rio Grande. Contou como apoio dos ervalenses que tinham sobradas razões para apoiar o Império. Seu sogro Bonifácio Nunes, o Patriarca de Herval, havia sido um dos colaboradores do legendário Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. E com ele, concluída a Guerra 1763-1776, na qual foi definido o destino brasileiro do Rio Grande do Sul, muitos ex-colaboradores "da primeira espada continental" se radicaram em Herval atual. De iguais sentimentos partilhava o major Manoel Marques de Souza, cujo avô tivera papel importante

na citada guerra. O que foi a luta de Silva Tavares em defesa da sua verdade — o Império, até o Seival e depois — falam as suas ações.

De 20 de setembro de 1835 — 10 de setembro de 1836, por quase um ano foi intensa a ação militar de Silva Tavares. Como Netto, até a Revolução Farroupilha, possuía pouca experiência operacional.

Revolucionários: 1) Coronel Antônio de Souza Netto sobre o qual escrevemos amplamente em 20 de setembro de 1985²⁸. Nasceu em Povo Novo — Rio Grande, em 11 de fevereiro de 1801, tendo por ocasião do combate de Seival 35 anos. Estreou como Capitão de Milícias na Guerra Cisplatina 1825-27, na cobertura da Fronteira, no corte do Jaguarão. Iniciando a Revolução Farroupilha, como capitão da Guarda Nacional, ascendeu durante a mesma, por seu valor, a coronel e logo a seguir a general. Lutou de 1835-45, sem descanso, até o último dia, tornando-se a segunda figura depois de Bento Gonçalves.

Foi o mais exímio cavaleiro farrapo. Sua liderança era incontestável sobre seus comandados. Até Seival era pouca a sua experiência militar. No curso da Revolução veio a tornar-se respeitado líder de combate de Cavalaria. Na Guerra do Paraguai coube-lhe fazer a vanguarda do Exército de Uruguiana até Tuiuti, a maior batalha campal da América do Sul, após a qual, acometido por febre, morreu e foi sepultado em Corrientes na Argentina. Desde 1966, centenário de sua morte, repousa em Bagé, pró-

ximo do túmulo de Silva Tavares, seu oponente no Seival. *Unidos agora, na morte, como estiveram em muitos momentos em defesa da Integridade e da Soberania do Brasil.*

E completaríamos, dois valerosos soldados do Brasil, no Rio Grande, que foram exemplares e coerentes na defesa de suas verdades na Revolução Farroupilha.

Segundo Jacinto Eurico Sales em *História de Bagé* (Palegre, Ed. Globo, 1950 p. 52) os restos mortais de Netto haviam sido exumados de Corrientes, na Argentina e foram transportados para Montevidéu por seus familiares, de onde saíram em 1966 para descanso eterno ao lado dos restos mortais de seu pai, em Bagé, conforme desejo manifesto em vida.

Assessoria militar clássica

Em Seival ambos contendores dispuseram de pelo menos um assessor militar com larga experiência no Exército Imperial. Se não vejamos:

Imperiais: Major João Frederico Caldwell. Nascido em Santarém — Portugal, em 1801. Era filho do tenente-general Frederico Caldwell, inglês a serviço de Portugal, com uma portuguesa. Cadeote aos 9 anos, do atual Regimento de Cavalaria de Guardas em Brasília. Como Alferes, aos 16 anos, lutou contra a Revolução Pernambucana de 1817, em Pernambuco. Em 12 de outubro foi promovido a 1º tenente do citado Regimento, ora em Brasília, no qual serviu por cerca de 20 anos.

Durante a Guerra Cisplatina 1825-28, foi designado major de Brigada, da 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira ao comando do Coronel Bento Gonçalves sob cujas ordens serviu de 15 de setembro de 1826 — 31 outubro de 1827 (mais de um ano).

Sobre seu desempenho escreveu Bento Gonçalves:

“Este honrado militar, não só desempenhou as obrigações de seu cargo, como serviu de instrutor aos três corpos que compunham a brigada. Deixou-os quase em estado de primeira linha, tanto em manobras, quanto no espadão, apesar de andarem sempre em frente do inimigo. Tomou parte na Batalha de 20 de fevereiro de 1827 (Passo do Rosário), e em todos os encontros que teve a Brigada, em diversas ocasiões, neles mostrou presença de espírito, desempenhando tudo que lhe ordenei com atividade. É subordinado de exemplar conduta, tanto militar como civil...²⁹

Dentre os corpos que ele adestrou estava o do oriental Izaias Bonifácio Calderón ao qual, por certo, acompanhava como assessor, ao tempo do Combate do Seival.

Caldwell desligado do Exército, por sua condição de filho de inglês, embora anglo-lusitano, aderiu, em Jaguarão, à causa da legalidade.

No combate do Seival teve a mão direita amputada por um golpe de espada e ficou prisioneiro por 43 dias, até conseguir fugir.

Mais tarde veio a prestar relevantes serviços ao Brasil, na guerra e na paz. Comandou a 3ª Região Militar de 1848-1865, por

cerca de seis vezes. Em 1870 foi Ministro da Guerra e logo a seguir Conselheiro de Guerra e, Ajudante-General do Exército até falecer em 26 de fevereiro de 1873.

A sua influência doutrinária na Brigada de Silva Tavares é evidente. Segundo depoimento de participantes do Combate do Seival, Caldwell ao contemplar dispositivo avançando, da tropa de Netto, teria concluído:

"Netto vem atacando para triunfar!".



Cel Joaquim Pedro Soares ex-integrante do Exército de Portugal e do Brasil foi quem dispôs taticamente a tropa do Netto Seival, do que resultou a vitória.

Revolucionários: Tenente Coronel Joaquim Pedro Soares (1770-1850). Sobre sua ação militar no Seival escreveu Caldeira:

"Joaquim Pedro Soares tinha sido oficial de 1^a Linha do Exército Imperial, na Guerra Cisplatina 1825-28. Era valente, enérgico e muito militar. Possuía muita instrução e prática de oficial de Secretaria.

Foi ele quem organizou o casco do 1º Corpo de Lanceiros Negros de 1ª Linha. No ataque do Seival foi ele quem dispôs a força de Netto para o ataque.

Ele manteve um esquadrão em proteção (em reserva). Foi este esquadrão ao comando do capitão Antônio Meireles Gonçalves que tomou conta do campo (de batalha) e obteve o triunfo³⁰.

Aqui está uma realidade até então não explorada. Foi este esquadrão em reserva que fez a penetração no centro do dispositivo imperial, no momento oportuno, dividindo em dois e tornando impossível o apoio mútuo entre as alas direita e esquerda.

O citado capitão chamava-se, em realidade, Antônio Gonçalves Menezes Meireles. Foi promovido a tenente-coronel de 1^a Linha por João Manoel, em 1º de novembro de 1836, ao estruturar o Exército Rio-grandense. Em 1841, era Chefe Geral de Polícia em São Gabriel³¹.

O tenente-coronel Joaquim Pedro Soares, segundo estudos que acabamos de proceder, com apoio em documentos que encontramos no Arquivo do Exército e que aqui sintetizamos, nasceu em Campo

Maior-Portugal, em 1780. Era filho de militar. Sentou praça com 10 anos. Em 1797 foi promovido a cabo de RI. Esteve prisioneiro dos franceses durante a invasão de Napoleão a Portugal. Em 1816 veio para o Brasil, como 2º sargento, integrando a Divisão de Voluntários Reais ao comando de Le-cor. Fez as campanhas de 1816, 1820 e Guerra Cisplatina. Combateu em Passo do Rosário como tenente do 1º Esquadrão comandado pelo capitão Domingos Crescêncio de Carvalho, mais tarde um dos esteios da Revolução. Esquadrão pertencente ao 4º Regimento de Cavalaria de Linha de Jaguaria, que por ocasião da Revolução de 20 de setembro de 1835 era comandado pelo capitão Crescêncio que aderiu com o Regimento à Revolução liderada por Bento Gonçalves, ex-comandante desta unidade. Joaquim Pedro havia se reformado em 4 de julho de 1831, sem vencimentos. Foi organizador e primeiro comandante dos Corpos de Lanceiros Negros e Ajudante Geral do Exército da República Rio Grandense. Preso em Piratini junto com José Mariano de Mattos é enviado preso para o Rio. Desconhece-se o seu destino após.

Seu ligeiro perfil mostra o seu valor militar e capacidade para dispor as forças revolucionárias para o combate.

Influiu junto com o cel Lucas de Oliveira para que o cel Netto proclamasse a República. Foi portanto assessor militar e político de Netto, no Seival e, em Campo de Menezes. A História da

Revolução Farroupilha o tem esquecido e não reconhecido a projeção de sua atuação. Por ocasião do combate do Seival, Joaquim Pedro possuía em torno de 55 anos.

O cel Manuel Lucas de Oliveira que secundou Netto no combate do Seival possuía cerca de 26 anos então.

Sua experiência militar até então era pouco expressiva. Foi "aprendendo vendo, tratando e pelejando", na Academia Militar das Coxilhas, até substituir Netto no comando da Brigada Liberal. Possuía muita liderança sobre seus homens. É uma figura singular que estudamos no *Diário Popular* de Pelotas, de 20 de setembro de 1985, junto, inclusive, com o citado coronel Domingos Crescêncio de Carvalho, figura também esquecida entre os vultos da Epopéia Farroupilha.

Descrição militar do combate do Seival

Com apoio em diversas fontes disponíveis relacionadas ao final e, em especial, em descrições de Alfredo Varela e Morivalde Calvet, autores que mais se detiveram no tema nos últimos 150 anos, o combate do Seival teve o seguinte desenvolvimento, segundo interpreto:³²

1ª FASE

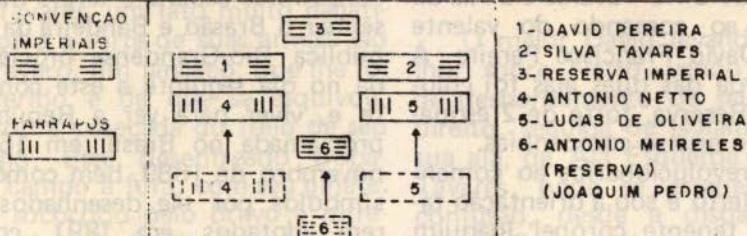
Tomada do dispositivo e início do combate a bala

Os imperiais ao comando de Silva Tavares escolheram o terreno

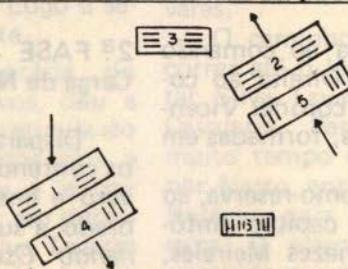
O COMBATE DO SEIVAL EM 10 de Setembro de 1836.

Descrição e análise militar segundo interpretação do Coronel CLAUDIO MOREIRA BENTO no Sesquicentenário do Combate em 10 de set de 1986.

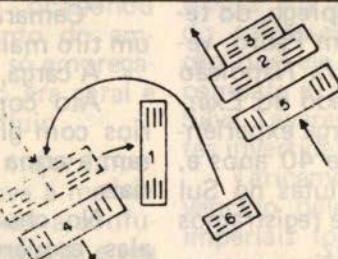
1º FASE - DISPOSITIVO INICIAL E INÍCIO DO COMBATE A BALA



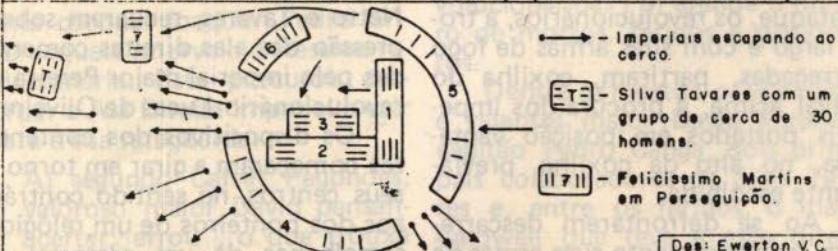
2º FASE - CARGA FARRAPA A ESPADA E LANÇA



3º FASE - ISOLAMENTO DAS ALAS IMPERIAIS E RUPTURA DA ALA ESQUERDA



4º FASE - CORPO A CORPO A ESPADA E LANÇA, CERCO E PERSEGUÍÇÃO



Des: Ewerton V.C.

ESTUDO COMEMORATIVO DO SESQUICENTENÁRIO DO COMBATE - 10 Set 1986

do combate. Ocuparam o alto da coxilha do Seival desdobrados em três grupamentos. A Ala Esquerda apoiada numa depressão e ao comando de Silva Tavares e a Ala da Direita ao comando do valente major David Francisco Pereira. À retaguarda das duas alas foi colocada a Reserva, forte de 2 esquadrões, ou quatro companhias.

Os revolucionários ao comando de Netto e sob a orientação tática do tenente coronel Joaquim Pedro tomaram o seguinte dispositivo na várzea, no sopé da coxilha do Seival.

A Ala Esquerda ao comando de Netto e a Ala Direita ao comando do tenente coronel Vicente Lucas de Oliveira, formadas em Linha.

À retaguarda, como reserva, ao comando do bravo capitão Antônio Gonçalves Menezes Meireles, ficou um esquadrão, sob a supervisão, para fins de emprego, do tenente coronel Joaquim Pedro, veterano das lutas contra Napoleão na Península, reformado do Exército Imperial e com larga experiência militar de mais de 40 anos e, inclusive, em nossas lutas no Sul desde 1817, conforme registramos antes, pela primeira vez.

Dada a ordem por Netto para o ataque, os revolucionários, a trote largo e com suas armas de fogo carregadas, partiram, coxilha do Seival acima, à procura dos imperiais postados em posição vantajosa, no alto da coxilha, previamente escolhida.

Ao se defrontarem descarregaram reciprocamente suas armas de fogo. Neste momento foi atingido

por dois disparos, sem ser desmontado, o major Bernardo Pires que mais tarde seria festejado, em Piratini, como mártir de Seival. A Bernardo Pires caberia a tarefa de desenhar o Brasão e Bandeira da República Rio-Grandense proclamada no dia seguinte a este combate e, viver para ver a República proclamada no Brasil, em 15 de novembro de 1889, bem como os símbolos por ele desenhados serem adotados, em 1891, como os do Estado do Rio Grande do Sul³³.

2ª FASE

Carga de Netto a espada e lança

Disparadas as armas de ambos os contendores, Antonio Netto, severo e enérgico, ordenou em algarado a sua brigada, *segundo Fernando Osório, filho do General Osório*:³⁴

“Camaradas, não quero ouvir um tiro mais!

A carga, a espada e a lança!”

Ato contínuo os revolucionários com grande ímpeto, carregaram a arma branca sobre os imperiais.

No choque que se seguiu, as alas esquerdas dos contendores, comandadas respectivamente por Netto e Tavares, recuaram sobre a pressão das alas direitas comandadas pelo imperial major Pereira e o revolucionário Lucas de Oliveira.

Os dispositivos dos contendores começaram a girar em torno de seus centros, no sentido contrário aos dos ponteiros de um relógio, a semelhança de um carrossel, segundo Calvet Fagundes, ocorrendo

um perigoso distanciamento entre as alas imperiais.

Neste momento teve lugar na Ala Esquerda, ao comando de Silva Tavares, um fato muito negativo para a sorte de suas armas. No entrevero, um lançaço, que lhe foi desferido e de que se esquivou, cortou a cabeçada do freio de seu cavalo. Este desenfreado disparou campo a fora, com seu ginete. Foi socorrido pelo bravo e intrépido capitão Pedro Fagundes seu cunhado, após laçar seu cavalo com improvisado laço. Logo a seguir voltaram ao combate.

A ausência temporária do combate dos dois bravos, deu a impressão que era uma retirada do chefe. Sem assistência dos dois, a Ala Esquerda começou a entrar em confusão e a seguir em derrocada. A ausência de Silva Tavares provocada pela disparada de seu cavalo desenfrenado ocasionou também o retardamento do emprego de sua Reserva, só empregada quando a confusão era geral e nada ela podia mais influir.

Na Ala Direita o major imperial David Pereira levava a melhor sobre Netto. Percebendo a confusão na Ala Esquerda imperial e seu afastamento da Ala Direita, o tenente coronel Joaquim Pedro lançou naquele intervalo a Reserva revolucionária. Esta procurou desbordar a Ala Direita imperial e cair sobre a sua retaguarda.

Aí segundo Calvet Fagundes, "o valoroso major David pensando acertar, errou", o que trouxe sérias consequências para a derrota que iriam sofrer.

3ª FASE

Isolamento das alas imperiais e rompimento da Ala Esquerda-Vitória!

O major David levando a melhor sobre Netto, vendo ameaça de desbordamento de seu flanco direito, seguida de isolamento de sua ala, da Ala Esquerda de Silva Tavares, onde se estabeleceria a confusão, desde a disparada de seu cavalo, decidiu desenganjar de Netto e ir em socorro de Silva Tavares.

O caminho que teve que percorrer até o local onde pensava estar Silva Tavares era impróprio à Cavalaria. Para atingi-lo perdeu muito tempo que foi aproveitado por Netto, então transformado em Reserva, para reforçar sua Ala Direita. O major foi ferido e desmontado e a sua tropa não encontrou a Ala Esquerda que, no giro do carrossel, foi ocupar a posição que ele ocupara no início do combate e, a sua tropa, a inicial de Silva Tavares, só que com as frentes invertidas.

Taticamente o combate estava vencido pelos revolucionários. Os imperiais foram isolados em três grupamentos e cercados pelos revolucionários. Foi grande o número de mortos, feridos e prisioneiros.

Dentre os mortos, os intrépidos e valentes major David Pereira e capitão Pedro Canga, dois principais colaboradores de Silva Tavares e, entre os feridos, o major Caldwell que teve a mão direita decepada, além de ter sido feito prisioneiro.

4ª FASE

Corpo a corpo a arma branca e Perseguição

As tropas de Silva Tavares ao término do combate de Seival ficaram em grande parte cercadas sem chances de uma retirada. Dentro os que conseguiram romper o dispositivo registre-se o próprio coronel Silva Tavares em companhia de cerca de 30 companheiros que procuraram atingir o rio Camaquã³⁵.

Em perseguição aos imperiais que conseguiram escapar do local do combate, foi destacada da Ala Direita revolucionária, uma fração tendo como guia Felicíssimo Martins, com ordens de não ultrapassar o arroio Velhaco, afluente do Camaquã³⁶.

Se tivesse ordem de ultrapassar teria prendido o capitão Jorge de Mazarredo³⁷, que no início da Revolução comandava o 2º Regimento de Cavalaria em Bagé, e que, por não aderir à mesma, o então tenente Osório o conduziu são e salvo à fronteira. O Capitão Mazarredo encontraria a morte mais tarde na defesa de Porto Alegre, sob sítio republicano.

Os remanescentes revolucionários se retiraram em direção do Camaquã. Não foram aprisionados em maior número, em razão da tropa de perseguição haver sido incumbida de um reconhecimento que a atrasou e a perseguição ser limitada ao arroio Velhaco³⁸.

Netto montava neste dia um cavalo tordilho negro que ele mesmo havia domado antes da guerra e Silva Tavares um baio sebrumo

segundo Alcy Cheuiche em seu *A Guerra dos Farrapos* (Palegre, Mercado Aberto, 1985) 2ª Ed., com apoio em historiadores da Revolução.

Dentre os vencedores do Seival foi possível relacionar: cel Antônio de Souza Netto, ten cel Lucas de Oliveira, ten cel Joaquim Pedro Soares, maiores Bernardo Pires, Francisco da Costa, Joaquim Teixeira Nunes, capitães Marcelino Pereira, Firmino Alves, Antônio Gonçalves Menezes Meireles, Felicíssimo Martins (guia), Vasco Marques, Antônio Almeida Lara e o oriental Calengo Saenz. Ou seja, 13 dos 52 signatários da Proclamação da República. Possivelmente participaram como capitão Florisbelo de Souza Netto (pai de Zeca Netto), como tenentes Bento Palomeque, Vicente Ferrer de Almeida e Ezequiel Antônio da Silva, José Antônio Coritiba e Bento Correia da Silva como sargentos.

Baixas no combate do Seival

Araripe dá o seguinte total de baixas imperiais:³⁹

356/560 combatentes.

Baixas assim distribuídas:

180 mortos;

60 feridos;

116 prisioneiros

E assinala: "Seival foi considerado na rebeldia como um dos seus mais gloriosos feitos".

Segundo Varela as baixas imperiais somaram:⁴⁰

318/500 combatentes.

Baixas assim distribuídas:

167 mortos;



O Combate do Seival foi de características de aniquilamento. Os imperiais sofreram 356/500 baixas (180 mortos, 60 feridos e 116 prisioneiros. Isto deve-se a bravura dos imperiais no corpo a corpo, espada e a lança e ao espírito altamente ofensivo dos revolucionários. (Fonte: Rev. Far. cic IPIRANGA-RS).

151 prisioneiros, entre os quais muitos feridos.

Entre os 167 mortos 12 eram oficiais, sendo:

1 major – major David Francisco Pereira;

1 capitão – capitão Pedro Nunes Fagundes;

4 tenentes;

6 alferes.

Além dos ervalenses David Pereira e Pedro Nunes, segundo Manoel da Costa Medeiros⁴¹ tombaram mortos no combate a nata da mocidade ervalense: Serafim Viei-

ra, Jerônimo Amaro da Silveira e Albino Inácio Medeiros. Além de ficarem prisioneiros, segundo Álvaro Tavares de Souza:⁴² Análio Nunes, Joca Tavares, filho do cel Silva Tavares e prisioneiros e feridos Peregrino Dutra Fagundes e Sérgio Muniz.

Silva Tavares perdeu aí os seus mais destacados líderes de combate Davi José Pereira e Pedro Canga e seus colaboradores desde a primeira hora. Seu filho Joca Tavares, com 18 anos foi remetido para o Uruguai por Netto, aos cui-

dados do cel Calengo Saenz muito ligado por amizade à família Tavares, mas oriental e revolucionário.

Joca Tavares mais tarde se destacou na Guerra do Paraguai e na Revolução de 93.

O cel Silva Tavares apesar dos percalços que passou em combate foi dos poucos a conseguir escapar do local da luta.

Decorrido 50 dias do combate do Seival, o cel Silva Tavares foi preso por David Canabarro, na casa do sogro Bonifácio Nunes, em Erval. Foi em 17 de dezembro de 1836. Permaneceu preso até 5 de fevereiro de 1837, quando conseguiu fugir com o concurso de um sargento de nome Segismundo, depois de 50 dias preso. Em ambas ações os revolucionários e depois de 11 de setembro, republicanos se apoderaram de copioso material bélico que era usado pelo cel Silva Tavares. O sargento Segismundo era de Pernambuco.

Entre os prisioneiros imperiais estavam dois maiores. Um o major Frederico Caldwell, com a mão direita decepada por um golpe de espada. Depois de 43 dias preso conseguiu evadir-se e prestar à pacificação no Rio Grande, por Caxias, distintos serviços conforme atestou o próprio Barão:

“Este destino oficial, com zelo, inteligência e bravura tem servido ao Exército, em comando, desde o começo da revolta que assolou esta Província.

Defendendo a Integridade do Império e os direitos de S. M. o Imperador, perdeu a mão direita no combate do Seival. É digno de bastante consideração. E apesar de

estar impossibilitado de combater à testa de seu Regimento, em consequência da perda da mão direita, durante o tempo que comandei o Exército prestou muito bons e destinos serviços⁴³.

Estudamo-lo repito, em *Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS* mostrando que depois do Seival construiu uma bela carreira militar.

As baixas dos revolucionários totalizaram 34:

Baixas assim distribuídas:

8 mortos;
26 feridos.

Entre os mortos registre-se Marcelino Nunes, após um duelo particular com Pedro Canga que será descrito adiante. Entre os feridos e já referido em local pró-



Major Bernard Pires, ferido a bala no combate do Seival. Foi o simbolista farrapo junto com o Cel José Mariano de Mattos futuro ministro da guerra do Império em 1864. Participou de 6 campanhas externas 1812-1870 em defesa da Integridade do Brasil. (Foto: BENTO, Símbolos do RGS).

prio, Bernardo Pires, logo a seguir o simbolista farrapo e que estudamos amplamente⁴⁴.

Recorrendo aos efetivos presentes no combate de 500 imperiais e 430 revolucionários adotados por Moacyr Flores⁴⁵ contra, respectivamente, 318 baixas/500 imperiais e 36 baixas/430 revolucionários, o combate de Seival assumiu características de combate de aniquilamento ou de destruição do adversário.

Isto se agrava ao saber-se que do efetivo de 182 que conseguiu escapar do Seival, somente 30 o fizeram com ordem certa. Os restantes 150 o fizeram no desespero e desordenadamente na base do "salve-se quem puder!"

Por isto Seival foi a maior vitória obtida pela Revolução Farrroupilha e não têm exagerado categorizados historiadores que a têm adjetivado de "retumbante", "brilhante" e "absoluta" e outros termos equivalentes. O número de baixas reflete a bravura inaudita dos imperiais que foram dobrados em decorrência de imponderáveis, como o corte da cabeçada do cavalo do coronel Silva Tavares e do erro tático do major David que morreu duplamente ferido, segundo Tarcísio Taborda⁴⁶ como se verá.

Com esta impressão ela espalhou-se pelo Rio Grande e pelo Império. Seja pela retumbante vitória militar, seja pela sua consequência — a Proclamação da República Rio-Grandense. Ela teve grande repercussão negativa no Império e muito positiva entre os agora republicanos. Somou-se a

ela, a vitória, ainda no dia da Proclamação da República, obtida pelo cel João Antônio da Silveira, com auxílio de Canabarro e Guedes, sobre o cel José dos Santos Loureiro⁴⁷.

Seival e República compensaram, no ânimo dos republicanos, os reveses da queda de Porto Alegre, em 15 de junho de 1836, a neutralização das fortificações de Itapuã e ilha do Junco, acompanhada do auto-afundamento da esquadilha farrapa que os apoiaava, como resultado de operação vitoriosa imperial sobre aquela posição, em 23 de agosto⁴⁸, 17 dias antes do Seival e, mesmo, a prisão de Bento Gonçalves e da Divisão do Centro, na ilha do Fanfa, em 4 de outubro, ou cerca de 25 dias da vitória do Seival.

Nestes últimos cento e cinquenta anos foi-se perdendo a noção da significação histórica do Seival e a sua projeção na quase centenária República que vivemos. Até hoje, insistimos, somente recebeu um estudo sério de reconstituição, de parte de Varela e, ultimamente, do general Morivalde Calvet Fagundes que procurou enxugar, sintetizar e melhor explicar, com apoio em Varela, o que teria se passado no Seival.

As fontes sobre o combate são falhas acerca de seus quase 1.000 participantes. Os próprios oficiais e sargentos que dela participaram e que em número de 52 foram signatários da Proclamação da República Rio-grandense, têm tido seus nomes omitidos. Seria fonte básica e importante para aprofundar estudos e que estamos tentando lo-

calizar e explorar pela primeira vez.

Quando da vitória do Seival, seguida da Proclamação da República Rio-Grandense, o território do Rio Grande era composto de 14 municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antônio, Cachoeira, Pelotas, Piratini, Alegrete, Caçapava, São José do Norte, Triunfo, Jaguarão, São Borja e Cruz Alta. (ver esboço nº 1).

Segundo Arthur Ferreira Filho:⁴⁹ "Somente Porto Alegre, Rio Grande e Vila São José do Norte" situadas em locais cercados por água e facilmente fortificados na parte terrestre "estavam em poder dos imperiais". Neste tempo todas as águas interiores já

eram domínio de Divisão Naval ao comando de Grenfell, a qual teve papel decisivo na prisão de Bento Gonçalves na ilha do Fanfa, cuja travessia devia ser feita em 4 lances que incluíam 3 ilhas.

Os 52 signatários da Proclamação da República Rio-Grandense

Os autores que escreveram sobre a Revolução Farroupilha sistematicamente têm citado o texto da Proclamação que fora assinado por 52 oficiais e sargentos da Divisão Liberal. À procura de seus nomes recorremos, sem êxito, aos Arquivos Nacional, do Exército, do Itamarati, do Museu Histórico Nacional, da Biblioteca Nacional,



Proclamação da República Rio-Grandense em 11 de setembro de 1836 no Campo de Menezes pelo General Netto com apoio na sua Brigada Liberal vencedora de Seival. (Foto: TABORDA, a Rev. em BAGÉ).

Histórico do RGS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Câmara de Piratini e Museu da Revolução Farroupilha, também em Piratini.

Recorremos a competentes pesquisadores. Sua descoberta seria reveladora. Aqui deixamos um desafio aos pesquisadores do assunto. Continuaremos na busca. Talvez a resposta se encontre no Uruguai.

A vitória do Seival à luz dos Princípios de Guerra e dos elementos da Manobra

A fiel observância dos Princípios de Guerra⁵⁰ têm explicado muitas vitórias militares, como a sua inobservância têm explicado muitas derrotas. Aplicando-os ao caso da vitória do Seival, conclui-se que eles foram observados por Netto, inconscientemente, por desconhecerê-los, como também outros grandes capitães da História. Passemos a uma análise sumária desses princípios no Seival.

Princípio do Objetivo: Foi marcado como objetivo principal atacar a Ala Esquerda ao comando de Silva Tavares. Sobre ela foi conduzido o esforço ou ação decisiva. Apesar de mais forte e apoiada, à esquerda, em terreno difícil para os atacantes, ou não desbordável, ela cedeu à pressão do ataque revolucionário desde o início.

Princípio da Surpresa: Não foi caracterizada significativamente. Pode se considerar que a Ala Direita imperial foi surpreendida com lançamento da Reserva de Netto em direção a sua retaguarda,

através do significativo espaço que se formou entre as alas imperiais.

Princípio de Ofensiva: Pode ser caracterizada pela conquista e manutenção da iniciativa até impor a sua vontade ao adversário. Ou atacar, atacar sempre! A iniciativa do ataque esteve sempre com os revolucionários. Foram ao encontro dos imperiais a trote largo, coxilha do Seival acima. Descarregaram suas armas de fogo e a seguir passaram a carga a espada e a lança. Quando a situação não corria bem na Ala Esquerda que vinha sendo repelida, lançaram, pelo espaço aberto entre as alas imperiais, a Reserva sobre a retaguarda da Ala Direita imperial que aliviou a pressão sobre Netto, a desengajou e foi socorrer a Ala Esquerda. Libertou a Ala Esquerda revolucionária, ela se transformou numa Reserva e partiu de imediato para a luta. Daí por diante o Princípio da Ofensiva continuou bem observado. O número de baixas imperiais de 316/500 são um testemunho eloquente da aplicação do Princípio da Ofensiva. Caracteriza-o, também, o lançamento de uma fração da Ala Direita revolucionária em perseguição aos imperiais que procuravam escapar do campo da luta.

Princípio da Manobra: Através de movimentos rápidos e seguros colocar nossos meios em posição vantajosa, em relação aos do adversário.

Netto manobrou a trote largo, coxilha do Seival acima, para ficar face a face com o adversário. Mas o que caracterizou o Princípio da Manobra, foi o lançamento

oportuno da Reserva no espaço criado entre as alas adversárias e ameaçando a retaguarda da Ala Direita imperial que vinha obtendo clara vantagem sobre a Esquerda revolucionária ao comando de Netto. Esta manobra determinou o desengajamento da Direita imperial que partiu em auxílio da Esquerda, para evitar inclusive o isolamento das duas, o que não conseguiu. Princípio de Manobra atendido com o retorno ao combate da Esquerda revolucionária e com o lançamento de uma fração, desligada da Ala Direita revolucionária, em perseguição aos imperiais que conseguiram escapar da destruição em combate, na direção do rio Camauã.

Princípio da Massa: Consistiu em ser mais forte no ponto decisivo ou no objetivo da operação. O objetivo da operação foi romper a Ala Esquerda imperial, ao comando pessoal do valente e bravo coronel Silva Tavares. E sobre ela foi conduzida a maioria dos meios, que desde o primeiro instante demonstraram nítida vantagem em que pese o adversário ter apoiado o flanco esquerdo num terreno impraticável à Cavalaria.

Princípio da Economia de Meios: Consiste na distribuição judiosa e compatível dos meios disponíveis entre as ações Principal, Secundária e Reserva. E esta harmonia foi conseguida. A ação principal a cargo da Diretoria revolucionária sobre a Esquerda Imperial foi compatível quanto aos meios recebidos. A ação secundária conduzida sobre a Direita Imperial mostrou compatibilidade,

senão para obter vitória, pelo menos para fixá-la. A reserva foi compatível e quando empregada trouxe uma repercussão tática muito positiva que se constitui em ponto de inflexão a caracterizar a vitória certa.

Tanto a ação secundária como a reserva proporcionaram grande segurança à Ação Principal. A Ação Secundária, liberada da pressão inicial que sofreu, foi reforçar a Direita, como uma espécie de Reserva à Ação Principal.

Princípio de Segurança: Aí no Seival pode ser caracterizado pela Reserva mantida no início do combate e lançada no momento decisivo pela brecha entre as alas imperiais e diretamente sobre a retaguarda da Ala Direita imperial, que vinha levando nítida vantagem sobre a Esquerda revolucionária. Segurança caracterizada na fração encarregada da perseguição, de executar reconhecimentos prévios para prevenir surpresas, embora isto tenha possibilitado uma evasão maior, além do arroio Velhaco, limite para a perseguição.

Princípio da Simplicidade: Manobras e planos simples, transmitidos ao executantes, com clareza, precisão, concisão e facilmente entendidos. O plano de ataque foi simples. Duas alas atacantes dirigidas sobre as duas alas adversárias, dispondo de uma Reserva para ser lançada no momento oportuno. Os executantes, é fácil concluir, bem entenderam e executaram o plano.

Como exemplo de clareza, precisão e concisão na transmissão de

ordens, virou legenda esta ordem de Netto:

"Camaradas! Não quero ouvir mais um tiro!

A carga! A espada e a lança!"

Unidade de Comando: Foi exercida por Netto em toda a sua plenitude. A operação subordinou-se a ele. Houve disciplina intelectual. Netto apesar de recorrer à assessoria militar do experimentado ten cel Joaquim Pedro Soares, na definição do dispositivo de ataque e particularmente no emprego judicioso da Reserva, não perdeu sua autoridade e liderança incontestáveis. E ser assessorado por quem sabe é sinal de grandeza de um comandante. Tanto que hoje eles dispõem da assessoria chamada de Estado-Maior. Do lado imperial tem-se a impressão que o major Frederico Caldwell não conseguiu impor sua competente assessoria.

Tanto é que teria escapado de sua boca no momento em que os revolucionários iniciavam o ataque esta abalizada impressão:

"Netto vem para triunfar!"

E foi procedente a sua impressão. Não se tem notícia se o capitão Mazzarredo, que comandava em Bagé, em 1835, o 2º Regimento de Cavalaria de Linha, influenciou no dispositivo imperial.

Acerca da inobservância dos princípios de guerra pelos imperiais responsáveis pelo insucesso colhido deixo a análise ao leitor interessado, para ver como os princípios de guerra explicam as vitórias e as derrotas. Daí a importância de um comandante testar seus

planos e manobras à luz desses princípios.

Manobra e elementos

A manobra que culminou com a vitória do Seival, cujo objetivo foi romper a Ala Esquerda imperial e destruir o adversário a caracterizo:

Manobra Ofensiva, do tipo Central, na modalidade Ruptura (Penetração).

As direções do ataque das alas foram paralelas. Os meios foram repartidos pela Ala Direita, encarregada da Ação Principal, pela Ala Esquerda, encarregada da Ação Secundária e pela Reserva. A sua amplitude foi tática.

Esta manobra, quanto à modalidade, apresenta uma característica singular. Sendo o objetivo a ruptura da Ala Esquerda a arma branca, para dividi-la e criar flancos e sobre eles rebater os defensores, o que ocorreu foi inicialmente uma Penetração no espaço entre as alas imperiais, sem resistência nenhuma. Penetração conduzida sobre a retaguarda da Ala Direita, que se constitui num desbordamento de negativa repercussão tática para os imperiais. Penetração que criou condições para o rompimento da Ala Esquerda Imperial e a neutralização, por algum tempo, da Ala Direita. Seu idealizador, insisto, foi o cel Joaquim Pedro Soares que tem sido esquecido e desconhecido e cujo perfil aqui revelamos pela primeira vez, com apoio em documentos existentes no Arquivo do Exército.

História Militar, o alimento do cérebro de um Exército na Paz

O estudo da História Militar tem sido exaltado pelos grandes capitães da História, como de grande valor na formação dos grandes Generais.

Bento Gonçalves concluímos da sua grande dedicação à História Militar Romana. O estágio cultural militar que atingiu foi de correnteza de sua vivência militar e de seu auto-didatismo em História Militar⁵¹.

Em Zeca Netto se observa um certo auto-didatismo em História Militar, da leitura de suas *Memórias* e objeto de comentário nosso na *Revista do Clube Militar* e jornal *Tradição*⁵².

O marechal Ferdinand Foch, comandante dos aliados na vitória na 1^a Guerra Mundial e inclusive de cerca de 23 brasileiros enviados à França para, combatendo, se atualizarem nas doutrinas vigentes, assim definiu a importância da História Militar:

"Para sustentar em tempos de paz o cérebro de um Exército e prepará-lo para a guerra não há livro mais fecundo em meditações do que o de História Militar"⁵³.

Como cérebro, Foch referia-se aos chefes, planejadores, pensadores e historiadores militares.

Napoleão já havia definido que "o conhecimento superior da Arte da guerra se adquire pela experiência e pelo estudo da História Militar. Eis aí um meio de fazer um grande general e aprender os segredos da Arte da Guerra"⁵⁴.

Sob a influência de Foch, ofi-

ciais brasileiros que combateram ao lado da França na 1^a Guerra Mundial (entre os quais se tornaram mais conhecidos por sua projeção Fernando Leite de Castro, José Pessoa Cavalcante, Tertuliano Portiguarda, Rego Barros) e, mais a Missão Militar Francesa 1920-1939, convenceram o Exército Brasileiro a buscar na História Militar e Geografia Militar da América do Sul, as bases de suas táticas e estratégias, ou nas soluções táticas, estratégicas, logísticas e de engenharia humana isoladas nestes estudos.

Foi neste contexto que muitos oficiais do Exército se lançaram neste tipo de estudo, como o ilustre general Augusto Tasso Fragoso. Ele estudou a Batalha do Passo do Rosário de 20 de fevereiro de 1827, precedida de um estudo introdutório, desde a fundação da Colônia do Sacramento. Aliás estudada de molde a esgotar o assunto, pelo cel Jonathas do Rego Monteiro que logo a seguir estudou a guerra do Sul 1763-1766. Tasso Fragoso estudou a Revolução Farroupilha, até hoje o melhor estudo militar sobre o assunto. Saltou a Guerra contra Oribe e Rosas 1851-52, que mereceu de Genserico Vasconcelos excelente estudo e, estudou e escreveu sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, 1865-70. Foi alvo de sua superior consideração a invasão francesa no Rio de Janeiro.

Outro grande estudioso foi Francisco Paula Cidade com *Lutas no Sul com espanhóis e descendentes e Notas de Geografia Sul-Americana* e com o clássico *Sínte-*

se de 3 séculos 'Literatura Militar Brasileira, entre outros.

Este período foi assinalado por diversos estudos biográficos de chefes militares.

Enfim todos procuravam inspirações na História Militar do Brasil para alimentar o cérebro do Exército na paz e prepará-lo para a guerra, com subsídios táticos, estratégicos e logísticos retirados da Arte Militar do Brasil, embutidos em quase 5 séculos de sua História Militar, assinalada por lutas internas e externas. O cérebro do Exército, referido por Foch, teria de retirar elementos para a construção do Exército do Brasil, grande nação ou potência, dando continuidade ao sonho de Caxias neste sentido, em 1861, ao adotar ordenanças de Portugal com adaptações que introduziu "até que se possua doutrina genuína". E o esforço de Tasso Fragoso iniciado em 1822 foi seguido por muitos durante o tempo de influência da MMF (1920-39).

A História Militar é importante em sua dimensão crítica, à luz dos fundamentos da Arte da Guerra e inútil quando estudada descriptivamente ou de forma memorativa, tendência fácil que tende a predominar dentro da lei do menor esforço:

Frederico o Grande que estuda criticamente toda a História Militar que lhe caía às mãos, ao perceber que o professor de seu filho lhe ensinava descriptivamente e decorando datas e nomes o chamou a parte e disse:

"Não ensine História a meu filho como a um papagaio. Faça-o

raciocinar e tirar conclusões e lições".

Aí está a diferença entre a História Militar crítica consequente, para alimentar o cérebro de um Exército e a inconseqüente, descriptiva e memorativa, que não leva a nada e desprestigia a História Militar tão exaltada pelos grandes capitães.

Esta dimensão tem predominado levando o estudo da História Militar ao desprestígio como cultura inútil. É lamentável.

E o caminho mais fácil. É preciso combatê-la.

E talvez a ela se deva o estágio atual da História Militar Crítica com poucos operários.

Ao estudarmos a História Militar do Brasil constate pelo menos dois momentos em que ela foi genuína e se impôs⁵⁵, como doutrina militar de inspiração brasileira.

Vale recordar! Nas guerras holandesas, a guerra levada a efeito pelos pernambucanos em especial era denominada "Guerra Brasílica". Ela seguia inspirações próprias que desconcertavam os holandeses então dotados da mais moderna Doutrina Militar que já havia superado a Doutrina Espanhola, na Europa.

O Brasil, no entanto, sob a égide da Doutrina Espanhola, no período de União das Coroas Ibéricas 1580-1640, conseguiu enriquecê-la com a Doutrina baseada nas Emboscadas e vencer e expulsar o invasor.

No Sul desenvolveu-se a Guerra à Gaúcha, segundo inspirações regionais. Por ocasião da Revolução

Farroupilha ela já possuía quase um século de desenvolvimento. Caxias reconhecendo sua existência e desconhecendo como combatê-la, inteligentemente recorreu a dois especialistas para combatê-la. Escolha que recaiu em Bento Manoel Ribeiro e Chico Pedro ou Moringue. (ten cel Francisco Pedro de Abreu).

Seguramente existirão em nossa História outros casos semelhantes que ajudarão a informar a Doutrina do Exército do futuro.

E isto, só o estudo crítico da História Militar do Brasil poderá revelar. E estudo feito sistematicamente por equipes habilitadas, o que hoje não se dispõe.

É esta a mensagem que procuramos aqui deixar neste estudo sobre o combate do Seival, que enriqueceu o Patrimônio Cultural Militar Terrestre do Brasil, construído em quase 5 séculos de lutas internas e externas, predominantemente vitoriosas que, ajudaram a delinear, definir e manter um Brasil de dimensões continentais.

Patrimônio cultural militar do Brasil à espera de um esforço de preservação e análise profunda visando dele isolar subsídios capazes de contribuírem para a formulação da Doutrina do Exército Brasileiro, com progressivos índices de nacionalização, com apoio em suas experiências de quase 5 séculos em lutas internas e externas predominantemente vitoriosas. Insistimos.

Do estudo das grandes nações e potências guardamos a convicção que todas são igualmente grandes nações e potências militares com

doutrinas militares próprias ou expressivamente nacionalizadas.

Daí o caminho do Brasil grande nação, potência ou grande potência sonhada pelos brasileiros, transitar obrigatoriamente pelo de grande nação, potência, ou grande potência militar. Condição a atingir não só no domínio da Ciência Militar ou Tecnologia, mas no domínio da Arte Militar Brasileira que constitui o Patrimônio Cul-



Aspectos dos lanceiros rio-grandenses imperiais e republicanos que lutaram em Seival em 10 de setembro de 36, num combate a espada e a lança. Muitos eram veteranos das guerras contra Artigas 1816-20 e da Guerra da Cisplatina 1825-28. De 1754-1836, por cerca de 80 anos haviam desenvolvido um tipo de guerra típica da região, chamada "Guerra à gaúcha", manifestação genuina da Doutrina Militar Brasileira, no Sul, como a Guerra de Emboscadas, chamada Guerra Brasílica na Europa, havia sido no Nordeste 1630-54. Caxias, o inspirador da Doutrina Militar do Brasil, em 1855, percebeu a realidade da Guerra à gaúcha e para combatê-la usou especialistas como Bento Manuel Ribeiro e Chico Pedro de Abreu. (Fonte: SALES, História de Bagé).



Lanceiro Negro Farroupilha integrante do Corpo de Lanceiros Negros em Pelotas em 12 de agosto de 1836 pelo Major João Manoel de Lima e Silva e que tiveram participação no combate do SEIVAL. (Fonte: BENTO. *O Negro na Sociedade do RGS*, 1976).

ral Militar Brasileiro embutido em quase 5 séculos desde o Descobrimento do Brasil, repetimos, de lutas internas e externas responsáveis em grande parte pelo delineamento, definição e manutenção de um Brasil de dimensões continentais.

Morte do legendário capitão Pedro Nunes Fagundes no combate do Seival

Pedro Nunes Fagundes era filho do patriarca de Herval do Sul — Bonifácio Nunes. Este por sua vez havia sido um dos destacados guerrilheiros do famoso brigadeiro Rafael Bandeira, "a primeira espada continental", e herói legendário da guerra 1763-1776 que culminou com a expulsão dos espanhóis de São Martinho e Santa Teca e Vila do Rio Grande em 1º de abril de 1776. Episódios que estudamos detalhadamente⁵⁶.

Os laços de admiração ao Império, estabelecidos desde o Brasil Colônia, quando D. Maria I prestigiou Rafael Pinto Bandeira que fora levado ao Rio preso, pesou nos ânimos dos familiares de Bonifácio Nunes. Isto, no sentido de fidelidade ao Império. De igual forma no major Marques de Souza, neto do grande fronteiro marechal Manoel Marques de Souza que substituiu Pinto Bandeira no comando da Fronteira do Rio Grande, que se extendia até o Jaguarão.

A reação da família Pinto Bandeira à revolução não deixou a menor dúvida. O único neto de Rafael, Diogo, filho do cel Vicente Ferrer da Silva Freire, foi morto por revolucionários junto com seu pai, em 26 de janeiro de 1836, em sua fazenda no rio dos Sinos, em São Leopoldo, por homens que atendiam ao Cabo Rocha⁵⁷.

Em Mostardas, tombou morto fuzilado, por ordem de Onofre Pires, um membro da família Pinto Bandeira — o capitão Francisco Pinto Bandeira⁵⁸.

O major Marques de Souza foi preso em Pelotas, em 8 de abril de 1836, e encarcerado na Presiganga, em Porto Alegre, ao largo do Guaíba, onde apanhou um reumatismo que o fez sofrer pelo resto dos seus dias.

Isto serve para justificar a sinceridade do partido imperial, ou Camararu, adotado pelos familiares de Bonifácio Nunes, como o seu genro cel João Silva Tavares, e o seu filho Pedro Canga e outros parentes em Herval.

Pedro Nunes havia combatido na Guerra Cisplatina e se firmado por sua bravura entre os seus conhecidos. Aliás, segundo P. S. de Mallet Joubim, membros das famílias Tavares, Nunes, Fagundes e Medeiros se faziam presentes, com destaque, em todas as lutas externas, desde Bonifácio Nunes na Guerra 1763-1776 até o General Joca Tavares, seu neto, na Guerra do Paraguai e, por fim, na Revolução Federalista 1893-95. Foi ao neto de Bonifácio Nunes e filho do coronel Silva Tavares que como coronel tocou comandar a cena final da Guerra do Paraguai, em 1º de março de 1870, em Cerro Corá. Isto ao dar a derradeira carga sobre o general Francisco Solano Lopes que foi lanceado pelo ordenançá de Joca Tavares que passou a História como Cabo Chico Diabo ou José Francisco Lacerda, popularizado nesta quadra popular:

"O Cabo Chico Diabo deu cabo ao diabo do Chico" (Francisco Solano Lopes). A lança de Chico Diabo e seu retrato se encontram em Pelotas, no Museu Municipal.

Joca Tavares, com 18 anos, recorreu-se, lutou e foi preso no Seival.

Perfil de Pedro Canga

Segundo Varela, Pedro Canga "era gaúcho de grandes artes no campo de batalha, como em torneios de música gauchesca pelas estâncias. Em improvisos de viola não possuía rivais⁵⁹". Era tido e havido, desde a Guerra Cisplatina 1825-28, da qual participou ativamente, como "a primeira lança de sua época, além de dado a fabulosos rasgos de intrepidez".

Ainda no Seival salvou seu cunhado e líder Silva Tavares, ao lançar, de improviso, o seu cavalo que desenfrenado por um lançaço que lhe cortara a cabeçada do freio, deixou o combate em desabalada carreira.

Durante o combate sua lança vergou 4 ou 5 vezes, quase que inutilizada pelos muitos lançaços que desferiu feroz, a torto e a direito. Mas, calmo, blasfemando e dominando o inimigo com o olhar, endireitava a lança sobre a cabeçada do lombilho e logo começava a "desferir terríveis, contínuos e devastadores lançaços", segundo ainda Varela.

Lutava do lado revolucionário Marcelino Nunes, não menos valente e façanhudo. Na Guerra Cisplatina 1825-28, além de parentes e inseparáveis amigos, competiam em bravura, coragem e intrepidez.

A revolução os colocou em partidos contrários. Ambos desejavam um encontro para provar qual o mais valente. Decidido o

combate e quando Pedro Canga vai abrindo a ferro o caminho da retirada, Marcelino Nunes percebeu e saiu a seu encalço. Pedro Canga aceitou o desafio. No momento que Marcelino se dirigia armado de lança, Pedro Canga atirou suas boleadeiras. o Cavalo de Marcelino, boleado, corcoveou e caiu no chão e lançou Marcelino fora da sela. Este, no afã de dominar seu cavalo deixara cair a lança. Pedro Canga de lança em riste avançou sobre Marcelino que recorreu a espada. Marcelino conseguiu aparar dois violentos lançacos. O terceiro golpe quebrou sua espada junto ao corpo. A seguir Marcelino tombou sobre o certeiro e mortal lançaço no peito. Pedro Canga foi atingido mortalmente, a bala, pelos revolucionários e tombou morto ao lado do primo⁶⁰.

A lança de Pedro Canga foi recolhida como relíquia e foi por muitos anos guardada por seu sobrinho coronel José Facundo⁶¹.

Manuscrito pertencente à família Silva Tavares, diz que Pedro Canga era valente, mas cavalheiresco. Quando vencedor nunca o viram ferir um inimigo na perseguição. Divertia-se fazendo-o desmontar com a haste da lança. Quando isto ocorria ria a gargalhadas e quando o inimigo pedia para ser poupadão ele o fazia prisioneiro⁶².

Pedro Canga lembra, de certa forma, um companheiro de seu avô do tempo em que eram comandados de Pinto Bandeira. Trata-se do gaúcho autêntico, natural de Rio Pardo, cabo José Maria Ro-

drigues, alcunha Corrupio. Este foi considerado o maior ginete de seu tempo. Dominava uma técnica de, ao montar um bagual, fazê-lo girar em torno de si, daí o apelido de Corrupio⁶³.

Quando Rafael Pinto Bandeira foi convidado para ir a Lisboa e lá ser homenageado e admirado por seus feitos militares pela Corte, levou como seu auxiliar o cabo Corrupio. Este teve oportunidade, na praça de Campo Pequeno, em Lisboa, de dar uma demonstração de suas habilidades, ao montar um potro bravio e obrigá-lo a executar quantos curripios desejou, sob aplausos calorosos da Corte.

De volta recebeu uma vasta porção de terras entre os arroios Santa Maria e Alegre, em Pinheiro Machado. Terminou perdendo tudo, depois da morte de Pinto Bandeira.

Mais tarde, antes da Guerra do Paraguai, numa de suas idas ao Rio para tratar de interesses de brasileiros no Uruguai, o vencedor do Seival, agora general Antônio de Souza Netto, proporcionou à Corte, na Quinta da Boa Vista, uma demonstração de equitação gaúcha que provocou grande admiração e aplausos dos assistentes.

Tratava-se de uma demonstração do maior cavaleiro Rio-Grandense⁶⁴, conforme tivemos oportunidade de abordar no *Diário Popular*, Pelotas 20 de setembro de 1985. Montou então um cavalo anglo-árabe segundo Eurico Sales em *História de Bagé*. Aliás autor que menciona que, em 1935, Joaquim Luiz Osório mandou cons-

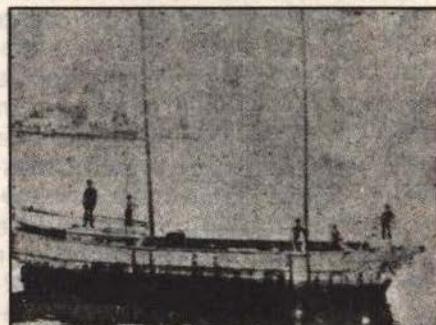
truir, no Seival, um Arco do Triunfo revela como veterano do Seival o revolucionário Vasco Marques, bem como o apelido de Florentino Manteiga ou Florentino Souza Leite, amigo de Bento Gonçalves e muitos outros dados valiosos sobre Bagé — a Rainha da Fronteira, que foi cenário do combate do Seival.

A morte do Major David Francisco Pereira

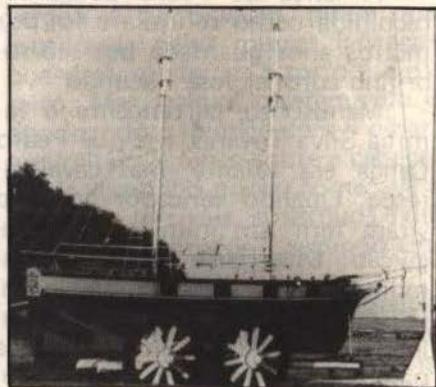
Segundo Innocêncio Pereira Nunes, neto do major David Francisco Pereira e sobrinho neto de Pedro Nunes ou Pedro Canga, e com apoio em testemunho que o general Netto transmitiu a seu pai de que foi amigo, o major David teve fim nas seguintes circunstâncias, segundo interpreto: Na iminência de ser desbordado e ver a situação difícil da Ala Esquerda partiu em seu socorro, deixando livre a Ala Esquerda revolucionária ao comando de Netto. Teve então de atravessar uma sanga afluente do Seival, após o que foi atingido por uma bala que lhe partiu a coxa e o desmontou. A seguir apoiando a mão esquerda num cupim empunhou a espada com a direita em posição defensiva, procurando defender-se da carga ao comando de Netto. Este sabendo da situação do major David correu ao seu encontro, apeou-se e pediu-lhe a espada. O major recusou-se entregá-la. Netto falou-lhe respeitosamente: "Coloque a espada na bainha e me dê o braço!" — "A minha dignidade não permite. Respondeu o major David!"

Netto desistiu e foi a procura de alguns prisioneiros para ajudá-lo. Um revolucionário que comandava um grupo que recolhia feridos e enterrava os mortos sem saber da intenção de Antônio Netto intimou o major David:

"Entrega a espada senão morre!"



Lanchão "Seival" construído no Rio Caímaquá que levou a República e Santa Catarina em 1839, depois da épica transposição da Lagoa dos Patos, por terra, em carretas, até o Oceano Atlântico. (Fonte: FRAGOSO. Revolução Farroupilha).



Réplica do Lanchão farrapo "Seival" homenagem da República Brasileira e do Exército em 1970 ao introduzi-lo no Parque Histórico Mal Manoel Luiz Osório, como homenagem à projeção do combate do Seival e do próprio barco, na concretização da República em 15 de novembro de 1889. (Fonte: BENTO, A Grande Festa dos Lanceiros — 1971).



Navio Patrulha Costeiro "PIRATINI" sediado em Belém, homenagem da Marinha de Guerra a República Rio-Grandense e a seu líder Bento Gonçalves da Silva. (Foto: Arquivo Carlos Norberto Bento 1º Ten Marinha).

O major respondeu-lhe com um golpe de espada vibrado no ar. Ato contínuo o soldado revolucionário disparou-lhe um tiro de clavina, cuja a bala atravessou-lhe o peito e o fulminou.

Este gesto contado pelo próprio vencedor do Seival, tem impressionado vivamente historiadores como Paulino Jaques, Eurico Sales, Walter Spalding e Tarcísio Taborda que o tem difundido em suas obras a partir de Inocêncio Nunes, em 1911, no *Almanaque Literário e Estatístico do RGS*.

O major David era o comandante da Ala Direita imperial e não da Esquerda, esta comandada pelo próprio coronel Silva Tavares, conforme se conclui de Varela que

analizou com profundidade todas as fontes disponíveis.

Outras informações sobre Seival

Segundo Fernando Luiz Osório, na História do General Osório, os feridos do Seival foram recolhidos e tratados na casa de um irmão do major legalista Joaquim Menezes, em cujo campo — Campo do Menezes, foi proclamada a República Rio-Grandense. Serviram de enfermeiras senhoras de família que se comportaram como verdadeiras heroínas de Caridade⁶⁶.

Os Anais do Arquivo Histórico do RGS revelaram este interessante comprovante que os revolucionários

nários contaram com cavalos bons no Seival.

Teodolino Farinha em carta escrita em Jaguarão, em 11 de junho de 1838, a Domingos José de Almeida, reclama o pagamento de um empréstimo feito aos revolucionários antes da Proclamação da República e no valor de 780 patões.

E escreve a certa altura: "Não posso perder esta quantia, sabendo ter este dinheiro sido tão bem aplicado, pois o general Netto levou algum para a compra de cavalos que o ajudou a proporcionar o dia do Seival".

A projeção do combate do Seival em O POVO em 1838

O jornal *O Povo* pouco refere-se ao combate do Seival, como a 20 de setembro.

Na sua edição de 26 de setembro de 1838 ele publicou duas poesias, surgidas em Bagé, nas comemorações dos "memoráveis dias 10 de setembro (Seival) e 20 de setembro (ataque a Porto Alegre).

Sobre Seival escreveu sob o título:

Dedicado ao memorável 10 de setembro de 1836

Parabéns Continentinos
Eis o dia Soberano,
Em que no Seival souo
O grito Republicano

Eia, as Armas Patriotas,
Carácter, Honra e Dever!
Juramos no Altar da Pátria
Independência, ou morrer!

Embora sobre nós cahia
Do Estrangeiro, o poder...
Nos combates bradaremos
Independência, ou morrer.

E vós províncias irmanas,
Recordar vosso dever...
Proclamai Federação!
Independência, ou morrer!

Sim caros Compatriotas?
Vinde conosco aprender...
Bradar nos Campos de Marte.
Independência, ou morrer.

Se queres nossa União
Sem jamais, escravas ser,
As Armas! Federação!
Independência, ou morrer!

Firme em nosso juramento
Protestamos ao manter
Sábias Leis de hum Povo Livre!
Independência, ou morrer!

Este poema revela a importância maior dada na época, em Bagé, a projeção do 10 de setembro de 1836, assinalado pela vitória do Seival, relativamente a 20 de setembro, início da Revolução Farroupilha.

O 20 de setembro foi festejado com esta poesia bem inferior, em fundo, forma e tamanho.

Celebramos Patriotas!
Hoje o dia omnipotente
Que da Férrea escravidão
Libertou, o Continente.

Não é bom Republicano
Quem não se expõe à morrer

Nos combates em defesa
Do Solo que o vio Nascer.

Tente embora escravizarmos
Imperial bando extrangeiro
Faremos nadar a Pátria!!
Em mar de sangue primeiro.

Quem não Zela o bem da Pátria.
Contra extrangeira potência,
He monstro e existir não deve,
Não deves ter existência.

As Armas Continentina,
Mostrai ser Nação potente,
Reconheça a Monarquia
Que somos Independentes.

O Continente era tradicional
nome do Rio Grande do Sul e con-
tinentinos os rio-grandenses.

Os imperiais eram considera-
dos estrangeiros.

Na poesia comemorativa da vi-
tória do Seival fica claro o apelo as
outras províncias no sentido de se
federarem ao Rio Grande.

NOTAS AO TEXTO

1. Citado por MEDEIROS, Manoel da Costa. *História do Herval*. Palegr. Munic. Herval, 1980 p. 101. Refere a pedido de Tar-
císio Taborda de preservação do arvoredo Seival, assunto tratado no *Correio do Po-
vo* de 23 set 1976.
2. A *Revolução Farroupilha*. Palegr, Martim Livreiro — Editor, 1985. p. 54 e *Notas para a História da Rev. Far.* Palegr, PUC, 1973, p. 51, nota 54.
3. Dr. José Araújo Ribeiro. Nasceu na Barra do Ribeiro, em 20 jul 1800. Estudou no Rio e depois em Coimbra, onde perten-
ceu a uma sociedade secreta — A Gruta, favorável a República do Brasil, segundo Fernando Osório em a *História do Gene-
ral Osório*. Antes de ser nomeado Presi-
dente do Rio Grande que assumiu, em Rio Grande, em 15 de janeiro de 1836,

havia exercido cargos diplomáticos no EUA, na Inglaterra e na França. Presidi-
dera Minas Gerais, no segundo semestre de 1833. Foi abilíssimo. Acreditamos teria
terminado por pacificar o Rio Grande
não fora a inabilidade do marechal Ant-
ero Brito. Inabilidade caracterizada por
Bento Manoel em ofício publicado em
SPALDING. A *Epopeia Farroupilha*,
Rio, Bibliex, 1963, p. 322 (Merce uma
meditação). Foi senador pelo Rio Grand-
e de em 1845. Escreveu livro sobre Filoso-
fia. Foi agraciado com o título de Vis-
conde do Rio Grande por sua inteligen-
te ação na revolução, ao reconquistar
Rio Grande, a mais importante posição
estratégica na Revolução, sem disparar
um só tiro. Aliás fato até agora inexplo-
rado, mas de grande alcance estratégico.
É estudado por Olintho Sanmartim. Port-
o Alegre, Globo, 1940 (Separata dos
*Anais III Congresso His. e Geogr. do
RGS* e em *Imagens da História*. Palegr,
1951).

4. *História da Revolução Farroupilha*. Palegr,
Martim Livreiro, 1985. p. 154 (Localiza-
ção com apoio em Jorge Reis).
5. BENTO, História do Lanchão Farroupilha
Seival e John Criggs o norte-americano
líder do lanchão Seival. In: *A grande fes-
ta dos lanceiros*. Recife, UFPE, 1971
(Lançado na inauguração do Parque His-
tórico Nacional dos Guararapes, em Re-
cife).
6. Editada pela Faculdade Federal Rural de
Pernambuco, Recife, 1971, com prefácio
do professor Vasconcelos Sobrinho,
grande ecólogo brasileiro. O trabalho an-
tes havia sido publicado no *Diário Popu-
lar*, em Pelotas. Síntese biográfica de
Bernardo Pires foi publicado no *Diário
Popular*, Pelotas 20 set 1985.
7. OSÓRIO. *História do General Osório*. Rio,
1894. v. 1. p. 419. (Reeditado pelo Par-
que Osório e Curso Objetivo).
8. Antônio Rodrigues Fernandes Braga. Era fi-
lho do Rio Grande. É estudado em NE-
VES, Décio Vignoli. *Vultos do Rio Gran-
de*. Rio Grande, Prefeitura 1983, bem
como o seu irmão Pedro Chaves, um dos
responsáveis pela radicalização, segundo
o general Osório que foi por ele persegui-
do. Tem sido esquecido que Fernandes
Braga foi nomeado pelo Regente Mare-
chal Francisco Lima e Silva, pai do futuro
Duque de Caxias e por interferência
do seu irmão major João Manoel Lima e
Silva, comandante do 8º BC, atendendo
a representação de Bento Gonçalves, se-
gundo se conclui de CASSOL et
ABRÃO, *Caçapava — Capital Farroupi-*

- lha. Palegre, Martim Livreiro, 1985, pp. 117. Rodrigues Braga segundo Fernando Osório, havia pertencido em Coimbra, junto com seu sucessor Araújo Ribeiro, à Sociedade Secreta Gruta, que de retorno ao Brasil lutaram pela República. Formava com eles o futuro Marquês do Paraná. Fernandes Braga, ao que tudo indica, deixou-se enredar pelo jogo dos radicais os "retrógrados imperiais e os esquentados republicanos" segundo se conclui do general Osório que foi vítima dos dois. Foi senador em 1870 e faleceu em 1875.
9. Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto (1775-1848). Natural do Rio Pardo, 7 abr 1775. Cadete dos Dragões do Rio Pardo, em 1791, sob o comando do grande fronteiro tenente coronel Patrício Corrêa Câmara. Participou das campanhas de 1801, 1811 e 1812 ao final da qual foi promovido a sargento-maior (major) (13 de maio de 1813). Na primeira guerra contra Artigas comandou o Regimento de Dragões nos combates de Carumbé e Catalan onde se distinguiu e foi promovido a tenente coronel. Em 1818 invadiu com seu regimento o Uruguai, onde se conservou até a derrota de Artigas em Taquarembó. Em 25 de julho de 1820 atingiu o posto de coronel do Regimento de Dragões, ao qual vinha servindo há 29 anos, dos quais 4 como seu comandante. Em 1821 comanda a Divisão Direita estacionada sobre a fronteira Brasil-Uruguai. Em 1822, com sua Divisão, participa do sítio do General D. Álvaro Costa, em Montevidéu, onde penetrou em 12 de outubro de 1824, quando foi efetivado brigadeiro. Em 1825 estabeleceu seu QG em Salto e, em 19 de dezembro é o governador da Praça Montevidéu.

Em 19 de janeiro de 1827, convidado pelo Marquês de Barbacena, assume, em Santana, o comando da 1ª Divisão de Infantaria do Exército do Sul.

No comando dessa Divisão tomou parte na indecisa Batalha de Passo do Rosário ou Ituizangó, de 20 de fevereiro de 1828. Foi sua Divisão a que mais sofreu. O ataque que ela desfechou, inicialmente sobre o Exército Republicano ao Comando de Alvear, foi dirigido pelo general Henrique Brown, Chefe do Estado-Maior de Barbacena. Depois da batalha foi nomeado Comandante Geral das Cavalaria. Em 26 de outubro de 1827 foi graduado marechal de Campo. Em 5 de fevereiro de 1829, depois da Guerra Cisplatina, assumiu o comando

do Exército do Sul que havia sido desmobilizado no ano anterior. Em 1830 nomeado sucessivamente Comandante-das-Armas de Pernambuco e São Paulo conseguiu, no Rio, assumir em lugar daquelas funções a de Comandante-das-Armas do Rio Grande que exerceu até a Revolução de 20 de setembro que o deu. Encontrava-se, então, em sua estância de Taquarembó, próximo a Santana do Livramento. Foi obrigado a radicar-se no Uruguai. Eram seus inimigos o Barão de Serro Largo e marechal José de Abreu, morto em ação em Passo do Rosário e os coronéis Bento Gonçalves e Bento Manoel que ele substituiu dos comandos em Jaguarão e Rio Pardo e seus companheiros em Passo do Rosário. Sua derrubada foi um dos maiores objetivos da Revolução de 20 de setembro.

Em 15 de abril de 1837 reassumiu o comando-das-Armas mas foi completamente batido nos campos de Atanagildo, segundo Pretextato Maciel, depois de obter uma pequena vitória em 15 de junho de 1837, em Botucaraí.

Em 30 de abril de 1838, a Divisão que Comandava em Rio Pardo, no comando das Armas do marechal Antônio Elízario, foi fragorosamente derrotado no Combate do Rio Pardo.

Em consequência foi submetido a Conselho de Guerra do qual foi absolvido.

Em 2 de dezembro de 1839 foi efetivado marechal-de-campo, Presidiu Mídia Gerais de agosto de 1840 — a abril de 1841.

Faleceu em Porto Alegre, em 22 de dezembro de 1848.

Aí está pois o perfil do homem para cuja derrubada foi feita a Revolução de 20 de setembro.

Seu perfil é mais o de um político do que o de um profissional militar. Do ponto de vista operacional nada é relevante. Talvez tenha se imposto por seu radicalismo simpático às elites do Leste, mas que afrontavam os interesses de seus co-estaduanos, em cuja memória não ocupa um lugar de simpatia.

O perfil operacional do Marechal Barreto bem como dos demais que antecederam Caxias, a excessão do coronel Bento Manoel Ribeiro, não eram ideais para combater a Revolução Farroupilha, conforme muito bem assinalou Osório, que inclusive lutou na fase inicial da Revolução, antes do Seival, para a derrubada do Marechal Barreto e que foi perseguido pelo Marechal Elízario ao ponto

de quase interromper sua carreira. Disse Osório, já do alto de sua autoridade de herói popular nacional ao explicar a duração da Revolução tendo entre outras causas "a falta de habilitação dos generais aos quais entregou a direção da Guerra" a exceção de Caxias "que teve o bom senso de não se deixar dirigir pela Corte. Cercou-se de um pessoal capaz. Deu o comando das forças aos que conheciam o gênero de guerra todo peculiar do Sul" (Ver *História General Osório* p. 420). E no rol dos que antecederam Caxias se inclui os generais Antero Brito, Elzíario Miranda Brito, Manoel Jorge Rodrigues, Francisco Soares Andréa (o mais experimentado), Santos Barreto e o Conde do Rio Pardo.

Na maioria eram portugueses ou engenheiros militares ou com uma experiência operacional nos primeiros postos na Península Ibérica. Constatar o que Osório concluiu é obra de simples verificação que tive oportunidade de fazê-lo e registrar em notas, em obra a editar, focalizando o desenvolvimento estratégico da Revolução e o perfil de Bento Gonçalves. Os dois rio-grandenses que combataram os farrapos Marechais Barreto e Antero de Brito tiveram comportamento desastroso que concorreram para a eclosão da Revolução e para o seu prolongamento por mais 7 anos, quando ela estava prestes a ser debelada, pela ação combinada de Araújo Ribeiro e Bento Manoel Ribeiro. É eloquente a carta desse último ao Comandante-de-Armas, Chagas Santos, publicada por SPALDING. *Epopéia Farroupilha*. Rio, Bribliex. 1963 pp. 326-327. Ela talvez justifique Bento Manoel em sua passagem pela segunda vez para o lado da Revolução.

10. Dr. Marciano Pereira Ribeiro. Era mineiro. Estudou Medicina em Edimburgo-Escócia. Era Liberal. Foi eleito à Assembleia Provincial do Rio Grande. Deposto o Presidente Fernandes Braga foi colocado em seu lugar pela Revolução. Exerceu a Presidência da Província sozinho durante 3 meses e 25 dias e, compartilhada com o Presidente Araújo Ribeiro que tomou posse em Rio Grande, durante 5 meses, até ser preso em 15 de junho de 1836 e ser enviado ao Rio para a Fortaleza de Santa Cruz. Portanto, Presidente da Revolução Farroupilha durante quase 9 meses.

Libertado da prisão retornou ao Rio Grande do Sul quando radicou-se em São Gabriel onde faleceu em 4 de março de 1840. Buscas procedidas para localizar seu túmulo a nosso pedido e leva-

das a efeito por Osório Santana Figueiredo resultaram infrutíferas.

O estudo em "Mineiros na Revolução Farroupilha". *Folha do Sul*, Itajubá, 22 de junho de 1985, comunicado ao IHGB e também publicado na mesma época no *Diário da Manhã* de Pelotas - RS. Focalizamos além, os mineiros Domingos José de Almeida (que estudamos no RIHGB), José Pinheiro Ulhoa Cintra, Filho de São João Del Rey (estudado por CASSOL e ABRAO. *Capaçava*. . . Palegre, Martim L. E., 1985), cel José da Silva Brandão (mineiro de Ouro Preto). Não mencionamos aí o maestro José Mendenha autor do Hino da República Rio-Grandense que estudamos em *O Negro na Sociedade do RGS*. (Palegre, IEL, 1975) e agora acabamos de descobrir o mineiro, segundo conclui de Almeida, Francisco Ferreira de Freitas que fundou em Canguçu e da qual foi o primeiro venerável, a Loja Maçônica Fidelidade e Esperança. Loja que foi freqüentada por Bento Gonçalves e pelo tenente coronel Francisco José da Rocha, grau 30 na Maçonaria e que libertara Bento Gonçalves do Forte do Mar, na Bahia. Segundo se conclui dos AAHRGs dv. Francisco da Rocha mbrou em Ganguçu lá pelos anos 40-41 onde foi Chefe de Polícia. E Francisco Ferreira Freitas é recebido pelas mais altas autoridades republicanas com toda a consideração de corrente, seguramente, de sua importância na Maçonaria. Até então era tido como fluminense.

11. Foi general da República e Brigadeiro do Império. Natural de Sorocaba veio criança para o Sul. Fez carreira militar brilhante nas Milícias e fortuna como estancieiro sendo que depois da Independência, em Quarai, na Região do Cerro do Jarau. Foi a mais brilhante espada do seu tempo. Na Revolução Farroupilha foi personagem discutida. Lutou inicialmente do lado farroupilha depois do lado imperial, novamente do lado farroupilha e depois de um período de neutralidade terminou lutando do lado imperial, sob o comando de Caxias.

Em realidade sempre levou a vitória para o lado que defendia. É uma figura singular que acabamos de estudar para obra projetada *O Exército Farrapo e os seus Chefes*. Embora se, extremamente discutível do ponto de vista político e psicológico, indiscutivelmente foi a maior espada da Revolução Farroupilha, no tipo de guerra característico da região, chamada por Hélio Moro Mariano de "Guerra à Gaúcha" na obra *Farr-*

pos Guerra à Gaúcha. Porto Alegre, Martim L. E., 1985. Caxias consciente da existência dessa guerra que ele não conhecia, convidou Bento Manoel para ajudá-lo, bem como a outro expoente da mesma, o coronel Francisco Pedro de Abreu ou Moringue. Bento Manoel até hoje tem sido ridicularizado por suas atitudes que encontraram defensores do garibito de Souza Docca e Oswaldo Aranha.

Está a merecer um julgamento sereno pelo Tribunal da História, SPALDING. *Epopéia Farroupilha*, publica carta sua explicando porque prendeu o marechal Antero de Brito no passo Itapevi, em Alegrete.

Mercece ser meditada!

12. A iniciativa de Bento Manoel em apoiar Araujo Ribeiro é descrita pelo então deputado Sá Brito em suas *Memórias*. Bento Manoel, fingindo-se doente, recusou votar na Assembléia Legislativa. Acerrou um plano com Araujo Ribeiro para que tomasse posse em Rio Grande e enquanto ele partiria para o interior a mobilizar meios militares. E foi o que se passou. Cada um fez muito bem a sua parte. Araujo Ribeiro firmou-se em Rio Grande de modo incerto. Quando os revolucionários se deram conta, ela já era uma base naval e terrestre imperial inexpugnável.
13. João Manoel de Lima e Silva. Era major comandante do 8º BC em Porto Alegre. Era irmão do Regente Mal Francisco de Lima e Silva, pai do mais tarde Duque de Caxias e portanto primo deste. Participou do 20 de Setembro. Com a passagem de Bento Manoel para o lado imperial assumiu o Comando-das-Armas da Revolução. Concentrou fortes meios em Pelotas para reconquistar Rio Grande. Proclamada a República dirigiu-se a Piratini onde foi promovido a general da República, antes mesmo de Bento Gonçalves. Pouco mais tarde internou-se no Uruguai a procura de tratamento para ferimento grave. Retornou mais tarde, sendo destacado para São Borja onde foi assassinado.
- Exumado foi solenemente sepultado em Caçapava. Acabamos de estudá-lo para obra *O Exército Farrapo e seus Chefes*. Acaba de ser estudado por WIEDRSPHAN. *O General farroupilha João Manoel de Lima e Silva*. Palegrave, Martim L. E., 1985.
14. REICHARDT, Canabarro. *Bento Gonçalves*. Palegrave, Ed. Globo. 1932, p. 210.
15. João Pascoe Grenfell (1801-1869). Inglês nascido no condado de Sorrey, esteve a

serviço da Marinha do Brasil de 1824-1852. Lutou na Guerra Cisplatina 1825-27, na Revolução Farroupilha 1836-45 e na Guerra Oribe e Rosas 1851-52. Na Revolução Farroupilha como Chefe de Divisão, Comandante das Forças Navais na Província do Rio Grande, conseguiu a partir de Rio Grande estabelecer a supremacia naval imperial sobre todas as águas interiores da Província. O estudamos em *Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS*. Palegrave, IEL, 1975, pp. 196-200. No dia 20 de maio de 1837 Grenfell conseguiu celebrar um Armistício com os republicanos pelo qual o canal São Conçalo serviria de limite entre os beligerantes. Este Armistício teria sido rompido pelo coronel Silveira Tavares e ido águas abaixo. É um ponto da história a ser esclarecido.

Grenfell teria sido taxado pelos radicais imperiais por esta tentativa de "traidor e infame estrangeiro". Teriam inclusive os mais exaltados pedido a sua morte. Isto dá a medida da radicalização "dos retrógrados imperiais e dos esquenados republicanos" os quais que fizeram a revolução prolongar-se por 10 anos a despeito dos desejos de paz da maioria. Aqui aplica-se uma variante de afirmação de Joaquim Nabuco — "Não se pode fazer uma revolução sem os exaltados, mas não se pode governar com eles". Que poderia ser completa, mas também não se pode combater uma revolução sem os exaltados e radicais, mas não se pode governar com eles. E como o então tenente, capitão e major Manoel Luiz Osório foi vítima deles na Revolução Farroupilha, classificada de "seu martírio militar", o descreve o filho na *História do General Osório*.

16. Estudamos este particular em *Canguçu reencontro com a História*. Palegrave, IEL, 1984. Era capítulo pouco conhecido em nossa História Militar.
17. Ver WIEDRSPHAN. *General João Manoel*... Palegrave, Martim L. E., 1985, p. 115. Estudo os Lanceiros Negros. In: *O Negro na Sociedade do RGS*. (Palegrave, IEL, 1975) e em *A Grande Festa dos Lanceiros*. Recife, UFPE, 1971. MARIANTE, Hélio Moro. *Farrapos Guerra à Gaúcha*. Palegrave, Martim L. E., 1985, fornece interessantes achegas ao tema.
18. Na frente deste passo se decidiu a guerra de 1801, no Rio Grande. Ele foi atravessado em 1812 pelo Exército Pacificador de D. Diogo de Souza. Possuía o nome de N. S. da Conceição do Jaguárião e tem sido confundido como localidade de Jaguárião, então Serrito do Jaguárião.

19. SOUZA, Álvaro Tavares de. *Col. João da Silva Tavares de...* Rio, SGeEx, 1970. p. 22.
20. Calderón era oriental a serviço do Brasil. Lutou na Batalha do Passo do Rosário ao comando de Bento Gonçalves. José dos Santos Loureiro era chefe legalista na região das Missões. Foi batido pelo coronel João Antônio da Silveira, por Cabanarro e Jacinto Guedes, em 11 de setembro, dia da Proclamação da República Rio Grandense, segundo Arthur Ferreira Filho *História Geral do RGS*. Palegrave, Globo, 1978. 5ª ed. p. 95.
21. MEDEIROS. *História do Herval*. Palegrave, Herval, 1980, p. 101.
22. VARELA. *História da Grande Revolução* v. 1, p. 199.
23. ALMEIDA, David. *História de Piratini*. Pelotas, EDDA, 1963.
24. Ver estudos de nossa autoria sobre Teixeira Nunes em *A grande Festa dos Lanceiros*. Recife, UFPE, 1971 e *Canguçu reencontro com a História*. Palegrave, IEL, 1984 e *Diário Popular*. Pelotas, 20 de setembro de 1985.
25. FRAGOSO, Augusto Tasso, gen. *A Revolução Farroupilha*. Rio, Bibliex, 1939. p. 430.
26. OSÓRIO, *História do General Osório*. Rio, 1894, v. 1 p. 321 (Edição do Parque Histórico Osório reproduz esta edição).
27. SOUZA, Álvaro Tavares de. *Coronel João da Silva Tavares*. Rio, SGeEx, 1970 o estuda. Tarcísio Taborda também o estudou nos anos 70. Alfredo Rodrigues o estudou no *Almanaque Literário e Estatístico do RGS* anos de 1904, 1907, 1908 e 1909.
28. *Diário Popular*. Pelotas, 20 de setembro de 1985 (Publicamos sua biografia, ressaltado de pesquisas).
29. O estudo em *Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS* (Palegrave, IEL, 1975, pp. 189-196).
30. CALDEIRA, Apontamentos para Rev. Far. *RIHGRS*. 27, 1927.
31. *Anais do Arquivo Histórico do RGS*, v. 3, p. 732 (Aliás marcante a contribuição de Moacyr Domingues no Arquivo Histórico do RGS que permitiu-nos significativos avanços nos estudos sobre a Revolução Farroupilha. Isto não poderia deixar de aqui ser ressaltado).
32. Ver sua biografia p. cit. nota 6, de nossa autoria e *Diário Popular*, Pelotas, 20 de setembro de 1985 em que o estudamos como o simbolista farrapo.
33. VARELA. *História da Grande Revolução* cita diversas vezes este depoente.
34. Idem nota 7. Vários autores tem repetido a frase com algumas variantes desde então. Varela, Fragoso e Arthur Ferreira Filho.
35. Idem nota 19 p. 24. (Diz que "menos de 30 conseguiram escapar do desastre, inclusive Silva Tavares").
36. Idem nota 33, p. 202.
37. Idem nota anterior p. 206.
38. Idem, Idem.
39. ARARIPE. *Guerra Civil do RGS. RIHGB*, tomo 43, 1888, p. 148. Esta obra mereceu crítica do brigadeiro José Gomes Portinho e que reproduziu o biografá-lo no *Jornal do Povo*. Cachoeira do Sul, de 22 de setembro de 1985. Convém levar em conta suas equilibradas e sensatas observações que corrigem vários erros consagrados como verdades.
40. Idem nota 22, p. 206.
41. Idem nota 21, p. 101.
42. Idem nota 19, pp. 23-24. Parece que ouve um equívoco nesta obra, de confundir-se os comandantes das alas imperiais. A esquerda estava com Silva Tavares e a direita com David Pereira. O arroio Bellaco a que refere é Velhaco, possível erro de impressão.
43. Transcrito de SILVA, Pretextato Maciel de *Os Gerais do Exército Brasileiro*. v. 2, p. 119.
44. Idem nota 22, p. 206.
45. Idem nota 6.
46. *Revolução Farroupilha*. Palegrave, Martim L. E., 1985, p. 55.
47. *Revolução Farroupilha em Bagé*. Bagé, Fumba, 1985. Trabalho em que nos baseamos para descrever a Revolução, em Bagé, no *Diário Popular*, Pelotas, 20 de setembro de 1985.
48. FERREIRA, Filho. *História Geral do RGS*. Palegrave, Globo, 1977. p. 45.
49. Idem Moacyr Flores, nota 46 que trata com detalhes esta operação, bem como reportagem de Nelson Mariano em *Zero Hora*, Porto Alegre, 19 de março de 1985, pp. 34 e 35 que procura localizar barcos que farrapós afundaram, em 23 de agosto de 1836, para que não caissem em mãos dos imperiais. Relata o trabalho dos pesquisadores Cary Valiz, Flávio Levi e Darcy Ribeiro. Abordamos o assunto ao tratarmos de Grenfell e Parker na op. cit nota 15.
50. Idem nota 47, p. 98.
51. BENTO, Claudio Moreira. Fundamentos da Arte de Guerra. In: *Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro*. Brasília, EME, 1978, pp. 60-81. (Índice Princípios de Guerra e Elementos de Manobra, etc.).
52. Bento Gonçalves da Silva. *Diário Popular*, Pelotas, 17 de novembro de 1985.

53. *Revista do Clube Militar* jan/fev 1984, pp. 21.23 e *Jornal Tradição* 1984.
54. Idem nota 50, p. 21.
55. Idem nota anterior.
56. No Nordeste tivemos oportunidade de estudar detalhadamente as Guerras Holandesas e sobre elas produzimos estudo *As Batalhas do Guararapes — Análise e Descrição Militar*. Recife, UFPE, 1971. 2 v. De retorno produzimos na *História do Exército*. Brasília, EME, 1972, 3 v, o capítulo referente as guerras holandesas. E introduzimos estas considerações doutrinárias no op. cit nota 50, pp. 187-202.
- No Sul temos estudado sua História desde a fundação da Colônia do Sacramento até a Revolução de 1924-26, onde a Guerra à Gaúcha está evidente e predominante, inclusive na Coluna Prestes, segundo concluo de O'DONNEL, Fernando.
57. A Guerra da Restauração do Rio Grande. In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. Rio, IHGB, IGHMB, 1979. v. 2.
58. FELIZARDO, Cel. Vicente Ferrer. . . in: *Anais do Congresso de História da Bahia*. Salvador, Graf. Beneditina, 1950.
59. Idem nota 26 em que é descrita a circunstância muito negativa para Onofre Pires. Arthur Ferreira Filho aborda o assunto *História Geral do RGS*. 5 ed. p. 94.
60. VARELA. *História da Grande Revolução*. v. 1 p. 199.
61. Idem nota anterior, p. 59.
62. Idem nota 19, p. 221.
63. Idem nota 31, p. 101.
64. Idem nota anterior, p. 10.
5. IDEM. Bernardo Pires. In: *Símbolos do RGS, subsídios para revisão histórica, tradicionalista e legal*. Recife, UFRPE, 1971.
6. IDEM. Cel. Joaquim Teixeira Nunes. In: *Canguçu reencontro com a História*. Palegre, IEL 1984.
7. IDEM. História do Lanchão Farroupilha "Seival". In: *A grande festa dos Lanceiros*. Recife, UFPE, 1971, pp. 46-51.
8. IDEM. Corpo de lanceiros negros farroupilha In: *O negro e descendentes na sociedade do RGS*. Palegre, IEL, 1975, pp. 165-173.
9. IDEM. Ten Gen João Frederico Caldwell. In: *Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS*. Palegre, IEL, 1975, pp. 187-193.
10. IDEM. A Zona Sul do RGS na Revolução Farroupilha. *Diário Popular*, Pelotas, 20 de setembro de 1985.
11. IDEM. José Mariano de Mattos. *Diário Popular*, Pelotas, 20 de setembro de 1985.
12. IDEM. Manoel Lucas de Oliveira. *Diário Popular*, Pelotas, 20 de setembro de 1985.
13. IDEM. General Antônio de Souza Neto. *Diário Popular*, Pelotas, 20 de setembro de 1985.
14. IDEM. Cel. Joaquim Pedro Soares, estudo inédito do livro em preparo *O Exército farapo e seus Chefes*.
15. CALDEIRA, Manuel Alves da Silva. Apontamentos sobre a Rev. Far. RIHGRGS, n° 27, 1927.
16. FAGUNDES, Morivalde Calvet. Vitória no ideal federativo in: *História da Revolução Farroupilha*. Palegre, Martim Livreiro, 1985, pp. 151-156.
17. FARINHA, Teodolino. Carta a Domingos José de Almeida de Jaguáro, 11 de junho de 1838. In: *Anais do Arquivo Histórico RGS*. v. 8, pp. 143-144.
18. FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do RGS*. Palegre, Ed. Globo, 1985.
19. FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Palegre, Martim Livreiro, 1985, 2^a ed.
20. JAQUES, Paulino. Combate do Seival. In: *A Guerra dos Farrapos*. Rio, Rifer Editora, 1959 (pp. 135-142).
21. MACIEL, Salvador José, mal. Apontamentos sobre os meios de Defesa do Rio Grande e pontos onde levantar fortificações de 2^a e 3^a ordens referências. In: *Anais da Biblioteca Nacional* n° 99, 1979, n° 524, p. 850.
22. MEDEIROS, Manoel da Costa. *História do Herval*. Palegre, Prefeitura do Herval, 1980, p. 377.
23. NUNES, Bonifácio Inocêncio. Combate

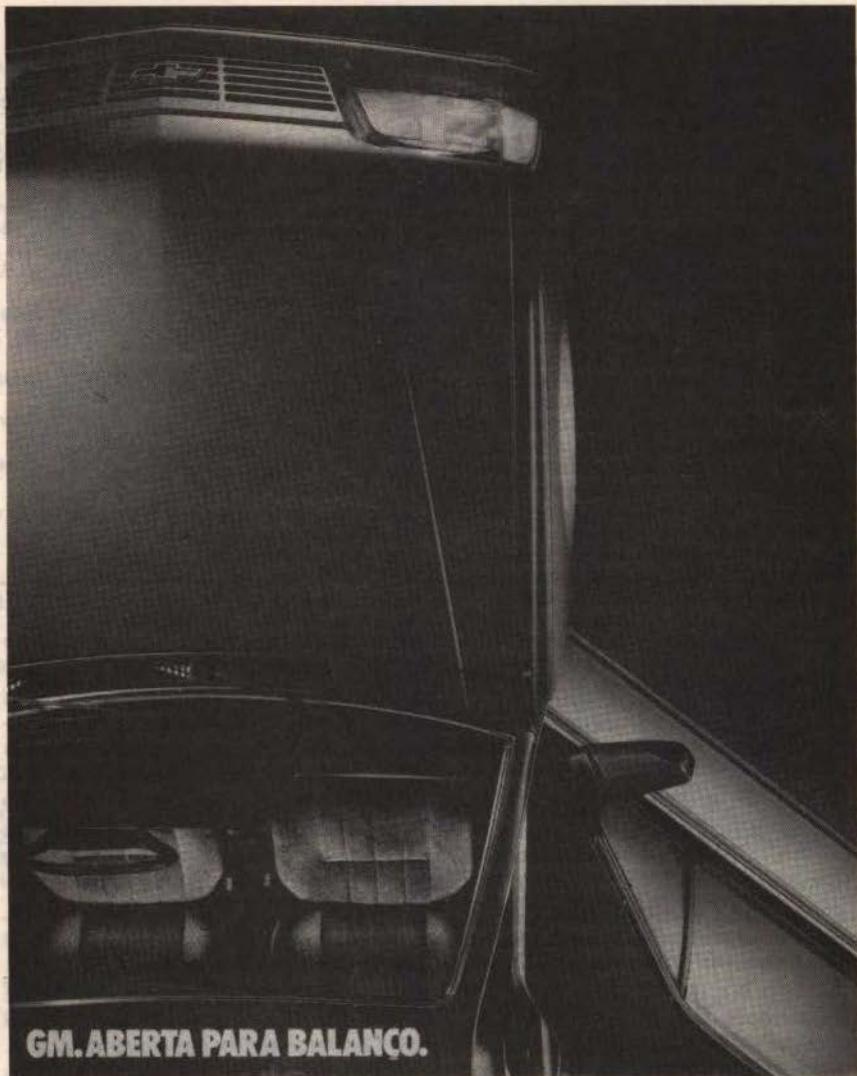
FONTES CONSULTADAS

1. ABREU, Antônio Paulino Limpio de. Ofício narrando ataque à ilha do Fanfa referência in: *Anais da Biblioteca Nacional* n° 99, 1979, mss 506, p. 82.
2. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. 75 manuscritos sobre a Revolução Farroupilha n°s 477-552. v. 99, 1979, pp. 78-89 (merecem destaque por seu valor os n°s 502, 506, 512, 521, 524 e 549).
3. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra Civil no RGS. *RIHGB*, 1881.
4. BENTO, Claudio Moreira. Revolução Farroupilha Desenvolvimento Estratégico. *Diário Popular*. 20 de setembro de 1985 e *Defesa Nacional*. 19 sem 1986 (Conferências nos IGHMB, IGHB, IHGRGS (19 set 85), IHGPel (20 set) e Cenáculo de Artes e Letras — RJ).
5. IDEM. Bernardo Pires. In: *Símbolos do RGS, subsídios para revisão histórica, tradicionalista e legal*. Recife, UFRPE, 1971.
6. IDEM. Cel. Joaquim Teixeira Nunes. In: *Canguçu reencontro com a História*. Palegre, IEL 1984.
7. IDEM. História do Lanchão Farroupilha "Seival". In: *A grande festa dos Lanceiros*. Recife, UFPE, 1971, pp. 46-51.
8. IDEM. Corpo de lanceiros negros farroupilha In: *O negro e descendentes na sociedade do RGS*. Palegre, IEL, 1975, pp. 165-173.
9. IDEM. Ten Gen João Frederico Caldwell. In: *Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS*. Palegre, IEL, 1975, pp. 187-193.
10. IDEM. A Zona Sul do RGS na Revolução Farroupilha. *Diário Popular*, Pelotas, 20 de setembro de 1985.
11. IDEM. José Mariano de Mattos. *Diário Popular*, Pelotas, 20 de setembro de 1985.
12. IDEM. Manoel Lucas de Oliveira. *Diário Popular*, Pelotas, 20 de setembro de 1985.
13. IDEM. General Antônio de Souza Neto. *Diário Popular*, Pelotas, 20 de setembro de 1985.
14. IDEM. Cel. Joaquim Pedro Soares, estudo inédito do livro em preparo *O Exército farapo e seus Chefes*.
15. CALDEIRA, Manuel Alves da Silva. Apontamentos sobre a Rev. Far. RIHGRGS, n° 27, 1927.
16. FAGUNDES, Morivalde Calvet. Vitória no ideal federativo in: *História da Revolução Farroupilha*. Palegre, Martim Livreiro, 1985, pp. 151-156.
17. FARINHA, Teodolino. Carta a Domingos José de Almeida de Jaguáro, 11 de junho de 1838. In: *Anais do Arquivo Histórico RGS*. v. 8, pp. 143-144.
18. FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do RGS*. Palegre, Ed. Globo, 1985.
19. FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Palegre, Martim Livreiro, 1985, 2^a ed.
20. JAQUES, Paulino. Combate do Seival. In: *A Guerra dos Farrapos*. Rio, Rifer Editora, 1959 (pp. 135-142).
21. MACIEL, Salvador José, mal. Apontamentos sobre os meios de Defesa do Rio Grande e pontos onde levantar fortificações de 2^a e 3^a ordens referências. In: *Anais da Biblioteca Nacional* n° 99, 1979, n° 524, p. 850.
22. MEDEIROS, Manoel da Costa. *História do Herval*. Palegre, Prefeitura do Herval, 1980, p. 377.
23. NUNES, Bonifácio Inocêncio. Combate

- do Seival. In: *ALERGS*, 1911, pp. 199-201.
24. OSÓRIO, Fernando Luiz. *História do General Osório*. Rio, Leuzinger, 1984. v. 1 p. 19.
25. PONTES, Rodrigo de Souza e Silva. Memória Histórica sobre as causas ... de 20 de setembro em Porto Alegre ref. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, n.º 91, 1979, pp. 89 nn n.º 549.
26. PROJETO PRÓ-MEMÓRIA FARROUPILHA (Promoção da RBS e Banco Bamerindus) 1985.
27. RODRIGUES, Manoel Jorge, ten. gen. Correspondência com a Corte jun 1840 - ago 1841. Referência. In: *Anais Biblioteca Nacional*, n.º 99, 1979 mss 522, p. 85 (Notícias sobre os combates de São José do Norte e Taquari).
28. IDEM. Ordens do Dia e avisos 7 mar - 1 ago 1840. Referência. In: *Anais Biblioteca Nacional*, n.º 99, 1979 mss 521, p. 84 (O Arquivo do Exército possui índice onomástico elaborado por Gastão ABBOTT).
29. SALIS, Eurico Jacinto. *História de Bagé*. Palegr, Ed. Globo, 19 (pp. 60-61 - Seival).
30. SÃO LEOPOLDO, Visconde de. Memórias sobre a Revolução Farroupilha 1840-46 inclusive, referência. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, n.º 99, 1979 mss 523, p. 85.
31. SOUZA, Alvaro T. Soares de. Cel João da Silva Tavares. Rio, SGEx, 1970, pp. 22-23 (Seival).
32. TABORDA, Tarçísio. *Bagé na Revolução Farroupilha*. Bagé, Fumba, 1985.
33. VARELA, Alfredo. *A História da Grande Revolução*. Palegr, Globo, 1933, 6v (Era o mais completo estudo sobre o combate do Seival).



O Cel Cláudio Moreira Bento, além dos cursos da AMAN, EsAO e ECUME, possui o de Analista da EsNI e pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Comissões Principais: Adjunto do Estado-Maior dos IV Exército, II Exército, Estado-Maior do Exército e Assessor do DEC. Instrutor de História Militar da AMAN e ex-Comandante do 4º BE de Combate em Itajubá - MG. Adjunto da Comissão de História do Exército Brasileiro. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Santa Catarina e cidades de São Leopoldo e Pelotas. Membro da Academia Brasileira de História e Academia Sul-Rio-grandense de Letras. É sócio efetivo da Associação dos Velhos Jornalistas do Rio de Janeiro. É atualmente Diretor do Arquivo do Exército. Preside a Comissão de Pesquisas Básicas de História de A Defesa Nacional. Condecorações: Cavaleiro da OMM, Medalhas de Ouro, do Pacificador, da Inconfidência, Santos-Dumont e do Sesquicentenário da PMSP. Principais Trabalhos Publicados: As Batalhas dos Guararapes, Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS e o manual *Como Estudar e Pesquisar a História do Exército*, publicado pelo EME. Participou da pesquisa, elaboração e edição das obras História da Doutrina Militar e Militar do Brasil, editadas pela AMAN em 1979-1980. Seu último trabalho - A História do Brasil através de seus Fortes - foi distribuído como brinde pela GBOEx. Atualmente preside o Instituto de História e Tradições do RGS e desenvolve projeto sobre a POUPEY sobre a História das Escolas de Formação de Oficiais das FFAA do Brasil (1792 - Atualidades).



GM. ABERTA PARA BALANÇO.

A GM tem 61 anos de Brasil e já empregou 100 mil pessoas. Ou seja, uma pessoa foi contratada a cada 6 horas, durante 22.265 dias.

Hoje são mais de 25 mil funcionários. E só no ano passado a GM investiu Cr\$ 6.000.000 neles, em salários e benefícios.

A GM ainda é responsável por milhares de empregos indiretos, em mais de 5 mil empresas fornecedoras e é uma das maiores contribuintes de impostos do país.

A GM já fabricou mais de 3 milhões de Chevrolets no Brasil. Três milhões, aliás, é o número de metros quadrados ocupados

por suas fábricas de São Caetano do Sul e São José dos Campos. Ou seja: para cada metro quadrado ocupado, um carro foi fabricado.

Um desses carros é o Monza, líder de vendas em 84 e 85 e um grande sucesso também no exterior: há vários anos, Monzas, Chevettes e outros modelos Chevrolet são exportados para 29 países. Todos com a tecnologia aprovada pelo Campo de Provas da Cruz Alta, o mais completo da América Latina e um dos maiores do mundo.

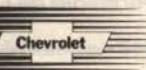
A GM também participa da distribuição e dá assistência a todos

os seus veículos, através de 400 concessionários e oficinas especializadas Chevrolet.

E continua investindo no Brasil: neste e nos próximos anos, 500 milhões de dólares serão aplicados na nossa indústria, gerando novos empregos e aperfeiçoando ainda mais a nossa tecnologia.

Quem tem um Chevrolet tem passado, presente e futuro.

Fechado.



TECNOLOGIA A SERVICO DO HOMEM



A ÚNICA FACE DA GLÓRIA

Newton C. de Andrade de Mello

A DEFESA NACIONAL tem evitado publicar qualquer matéria que motive polêmica, particularmente porque é uma revista de cultura profissional. Alguma matéria sobre a qualidade do livro de William Waack "As duas faces da Glória" foi considerada polêmica mais pelo estilo de seus autores do que pelo assunto nela contida. Agora, o Cel Ref Newton C. de Andrade de Mello constrói uma crítica moderada e muito lógica sobre a qualidade deste livro cujo autor foi visivelmente tomado pela incondicional atitude revisionista para ressaltar o que julga o lado desprimatoroso da FEB. Vê-se que ele não contribuiu para nada, posto que os próprios integrantes da FEB já haviam assinalado grandes deficiências na nossa organização, preparação e emprego, sem no entanto denegrir nossos homens e sua inteligência. A historiografia não dispensa a crítica, e eis aqui a de um febiano e sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Queira Deus que os jovens conheçam os condicionantes deste modismo de denegrir nosso passado de sacrifícios e de lutas.

QUI SE RASSEMBLE, S'ASSEMBLE

Baseado em fontes estrangeiras, o livro de William Waack, "As Duas Faces da Glória", buscou revelar o *outro lado da colina*. Mas, de fato, não conseguiu nem desmentir nem corrigir, para usar palavras do autor, o que se escreveu *do lado de cá*. Nos comentários que se seguem não me deterei na apreciação de erros palmares, como a referência a uma companhia de tanques brasileira, ou a firmativa de que

americanos e brasileiros, reunidos na Task Force 45, atacaram pela primeira vez o Monte Belvedere a 24 de novembro, ou de que os alemães nos expulsaram de Barga, nem na impropriedade de linguagem militar, como batalhão de artilharia, grupo tático (em vez de grupamento tático), trecho (em vez de zona de ação) ou fronteira entre as divisões (em vez de limites).

William Waack dispôs de material excelente, qual seja, arquivos alemães, americanos e ingleses. Tivesse ele postura de historiador,

poderia ter elaborado obra construtiva, antes que negativista, e permanente, antes que polêmica. Ela chega a ser perniciosa porque, apresentando as versões dos dois contendores e dos oficiais estrangeiros sem cotejá-las segundo critérios historiográficos, deixa plantada a semente da dúvida e questiona a verdade, quer a nossa, quer a deles.

O autor inicia o livro dizendo que documentos e depoimentos apresentados desmentem ou corrigem "muito do que se vem dizendo nos últimos 40 anos sobre a participação dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial" (pág. 11). E adiante: "... este livro pode ser uma contribuição para novas reflexões sobre o passado e para que a história comece a ser escrita com critérios realmente sérios e científicos" (pág. 14). Partindo da premissa de que as publicações feitas sobre a FEB são desprovidas de seriedade e precisão, o autor revela-se fáccioso. Por que a verdade alemã, americana ou inglesa é mais confiável que a brasileira? A censura de W. Waack envolve até o livro do Marechal Mascarenhas de Moraes, "A FEB pelo seu Comandante". Entretanto, aquele chefe, honesto como era, registrou críticas severas sobre o estado sanitário da tropa, a imprestabilidade dos uniformes, o despreparo psicológico, a dificuldade para o treinamento tático no ultramar, o engajamento prematuro do grosso da divisão. Ele chegou ao ponto de dizer, relatando o primeiro revés que sofremos na Itália (31-10-1944) que "(nossas tropas) descu-

raram de certas medidas de segurança e nem sequer estabeleceram razoável plano de fogos, arremates obrigatórios da manutenção de um objetivo conquistado". E mais adiante: "... seus três primeiros escalões de embarque... chegaram à Itália com treinamento incompleto e inadequado, e os dois últimos... partiram do Brasil praticamente sem instrução" (pág. 50, 2^a ed.). Que dizer do severo "Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB"? Eles relataram fatos que nem os "tutores americanos", como chama W. Waack aos oficiais do Exército dos Estados Unidos encarregados de observar a tropa brasileira, poderiam ter presenciado. Em "A Verdade sobre a FEB", o Mar. Lima Brayner não usa do "tom velado ou as meias-tintas de que se costumam valer certos historiadores", como escreveu Joel Silveira. Em suma, não tem fundamento a agressão do autor ao que se tem escrito sobre a FEB.

Endossando as críticas feitas aos oficiais brasileiros, escreve o autor (pág. 13): "Nutro enorme admiração pelos (brasileiros simples e humildes) que se esforçaram por superiores muitas vezes apontados nos documentos como omisso ou, simplesmente, incompetentes"... Por que subscrever, *a priori*, o julgamento dos observadores americanos? Eram eles infalíveis? Que parâmetros adotaram para o julgamento? Quando o Maj. Harold Russo pediu, sem conseguir, a retirada de alguns dos observadores brasileiros enviados à Itália em 1944 (pág. 29), estava injustiçando brilhantes oficiais. Um, por

exemplo, era nome destacado da artilharia de então; outro viria a ser chefe do Serviço de Saúde do Exército, como general-de-divisão. Cabe comentário igual quando o autor relaciona (pág. 121) inúmeros defeitos encontrados pelos americanos, inclusive a "incompetência dos oficiais superiores" e a "falta de iniciativa dos oficiais subalternos". Quanto ao rol de críticas sobre sujeira nos vasos sanitários, abuso de velocidade nas estradas, desmazelo na manutenção primária das viaturas e do armamento, não há o que contestar. Houve, na realidade, um choque de culturas, e os americanos extranharam o comportamento do homem brasileiro, inclusive o "jogo de cintura" tão peculiar ao caráter nacional. Argumente-se, em prol dele, que, abruptamente, havia passado da carroça para o caminhão de 2,5 toneladas, do cavalo para o jipe, da viatura-cozinha de tração animal para o fogão de campanha a gasolina, da comida feita na hora para o enlatado. Seja como for, William Waack cometeu grave injustiça a seus patrícios que lutaram na Itália, mormente ao homem comum, simples, tabaréu às vezes que se foi adaptando e transmudando até credenciar-se como combatente de primeira plana. O preconceituoso jornalista precisa ler certas obras escritas deste lado da colina para compreender porque somos "grandiloquentes" — como ele nos tachou de ser — quando relatamos os feitos de nossa gente na guerra.

Para melhor compreensão da presente análise, e só para este

fim, devem-se considerar três fases na atuação da FEB. Primeira — chegada do 10º escalão à Itália, treinamento e emprego no divisor mar Tirreno-rio Serchio e, depois, no vale desse rio, até os primeiros dias de novembro. Segunda — chegada (11 de outubro) e treinamento (sumário) dos 2º e 3º escalões e defensiva agressiva, no período de inverno. Terceira — ataques sucessivos, desde Monte Castelo (21-02-1945) até o vale do Pó. Assim, entender-se-á melhor o conteúdo crítico das observações dos americanos e do próprio autor. Na primeira fase, ou de adaptação a novos componentes sociológicos, explode o mencionado confronto de culturas. Empregada a tropa — Destacamento FEB — há aquela espécie de "marche-aux-flambeaux", quando, pressionando os alemães, progredimos cerca de 40 quilômetros, fizemos vários prisioneiros e acabamos surpreendidos com o contra-ataque de Lama di Sotto-S. Quirico. Depois, é a roçada para o vale do Reno, são os ataques a Monte Castelo. No primeiro e no segundo (24 e 25 de novembro), integrando a Task Force 45, fomos lançados numa aventura, interrompida em poucas horas de luta. Convém acentuar que Monte Castelo era o objetivo inicial do batalhão brasileiro. O objetivo final era Monte Terminale, situado no outro extremo do compartimento. Por isso é que as operações deveriam durar três dias, conforme previsão da Task Force 45. Os erros dos ataques de 29 de novembro e 12 de dezembro tiveram raízes na defei-

tuosa concepção operacional dos dois primeiros, qual seja, emprego de tropa carente de repouso, efetivo inferior às necessidades, ataque frontal e um bastião, exposição a vistas e fogos de flanqueamento. É injusto lançar a culpa do insucesso pura e simplesmente sobre o comando e a tropa brasileira. Se não, vejamos a opinião do Mar. Cordeiro de Farias, inserta no livro "Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias", de Aspásia Camargo e Walder de Góes. Disse ele, referindo-se aos quatro primeiros ataques: "Eram operações completamente impossíveis de serem vencidas". E a seguir: "E assim é que foram feitos os ataques suicidas. . ." E explicou por quê: ". . . eu tinha perfeita consciência de que se tratava de missão fadada ao fracasso. E o Gen. Mark Clark queria que morrêssemos? Ele tinha alguma outra tropa para executar aqueles ataques? Não. A única disponível era a nossa. O que ele queria? Simplesmente dar aos alemães a impressão de que as forças aliadas haviam desistido da tomada de Bolonha e decidido tomar Monte Castelo. Qual era, então, seu real objetivo? Estava claro: levar os alemães para a região de Monte Castelo, esperando a chegada do inverno, e lançar um ataque decisivo a Bolonha".

Sumariando a apreciação da primeira fase, diria que procedem as observações sobre o comportamento do homem brasileiro e o despreparo da tropa. Na segunda, a divisão já atuava como um to-

do no vale do Reno. Esse período caracterizou-se pela atividade de patrulhas em plena nave, de dia e de noite. A despeito das críticas catalogadas pelo autor, realizamos patrulhas notáveis a cargo de sargentos ou de oficiais. O Sgt. Wolf já era patrulheiro famoso na FEB e detentor da "Bronze Star" americana quando morreu no comando de uma delas (12-04-1945.) Outro patrulheiro de renome, o Sgt. Onofre, foi promovido por bravura a segundo-tenente, após comandar uma ação agressiva na custosa frente de Torre di Nerone. O Ten. Amaro Felicíssimo da Silva, do Esquadrão de Reconhecimento, tombou mortalmente ferido à testa de uma patrulha na região de Montilocco, em 20 de novembro. Vários tenentes adquiriram fama de patrulheiros de escol, como o Ten. Célio Regueira. Certa vez, durante o retraimento da patrulha que comandava, notou a ausência de seu ordenanço. Voltando para buscá-lo e encontrando-o ferido, tentava removê-lo quando recebeu tiros de metralhadora em ambas as pernas. O Ten. Itamar Viana comandou a patrulha que, na região de Caselina, capturou os remanescentes de uma companhia de infantaria alemã, inclusive o comandante dela e um médico, que somavam 34 homens. Às favas, pois, com a maliciosa observação de que não sabíamos fazer patrulhas.

A terceira fase é a da maturidade, da experiência adquirida em combate. São os louros de Monte Castelo, La Serra, Castelnuovo, Montese, Collecchio e Fornovo. É

isso que conta. Como disse o Gen. Douglas MacArthur, não há substitutivo para a vitória. Ela é o objetivo da batalha ou da guerra. Se estávamos despreparados no começo da campanha, evoluímos técnica e taticamente, até coroarmos a missão com a manobra de Collecchio-Fornovo, quando aprisionamos a 148^a divisão alemã e remanescentes de outras duas. No jogo da guerra, venceu a divisão que teve bastante visão tática para interceptar a rota de fuga do adversário para o vale do Pô, sendo fora de dúvida que a impulsão e o arrojo da tropa executante contribuiram decisivamente para o bom êxito do combate. Não é demais lembrar a opinião do Gen. Sílio Portela sobre Collecchio-Fornovo: "Merece ficar em nossa história militar como manobra clássica". O cerco e aprisionamento de uma divisão por outra não teve paralelo na frente italiana e, possivelmente, em nenhum outro teatro de operações. O Cap. Lotar Mull, que comandou um grupo de artilharia da 148^a DI, declarou ao autor que "nunca houve uma batalha de Fornovo" e, sim, "choques de grupos de reconhecimento e algum bombardeio de artilharia". Que estaria fazendo ele enquanto seus companheiros tentavam barrar a progressão brasileira sobre aquela cidade, realizando, inclusive, contra-ataques com apoio de artilharia, na noite de 28 de abril e nas primeiras horas do dia seguinte?

Sobre Monte Castelo, diz o autor à pág. 88: "Há uma acentuada tendência a se considerar a conquista de Monte Castelo como

passo relevante no avanço aliado rumo ao Norte da Itália, atribuindo-lhe às vezes importância estratégica". Ora, nenhum dos escritores militares de cultura profissional comprovada conferiu valor estratégico a Monte Castelo. O Mar. Mascarenhas de Moraes, por exemplo, chamou-o de "baluarte", por sua situação topo-tática no maciço M. Belvedere—M. Della Torraccia; o Ten. Cel. Manoel T. Castelo Branco nem se deteve em apreciações sobre ele; apesar de ter chamado a elevação de "ponto-chave de todo o vale do Reno", o Mar. Lima Brayner escreveu: "... devemos confessar lealmente que a FEB em nenhum momento praticou operações de aspecto estratégico"; o Maj Nelson Rodrigues de Carvalho considerou-o ponto vital para a segurança das comunicações do 4º Corpo; o Gen. Octavio Costa escreveu: "Nessa privilegiada situação topográfica e tática, em que o Monte Castelo era a parte mais sensível, funcionando como uma espécie de charneira, . . ."; e o Gen. Senna Campos: "A importância de Monte Castelo, no conjunto da frente, era indiscutível e a sua conquista uma imposição para o bom êxito das operações planejadas. . .". E, finalmente, o Cel. Segadas Viana: "Monte Castelo era uma ameaça constante para o flanco e a retaguarda de nossas tropas". É inútil obscurecer o belo feito d'armas que foi a conquista de Monte Castelo. A excelente manobra planejada pelo 4º Corpo de Exército fez com que o avanço da 10^a Divisão de Montanha segundo o eixo

M. Belvedere—M. Della Torraccia criasse espaço para que Monte Castelo fosse atacado de flanco. Assim, é inegável o efeito da ação da tropa montanhosa sobre as operações da FEB, mas não é menos que a ocupação de Monte Castelo, a conquista de cota 958—La Serra pelo Regimento Sampaio e sua manutenção diante de ferozes contra-ataques facilitaram a tomada de M. della Torraccia por aquela tropa, que vinha encontrando sérias dificuldades para dominar a resistência alemã. Depreciar a vitória dizendo que "Monte Castelo nunca existiu para os alemães" (pág. 89), e, sim, o ponto 19 da quadrícula 101 de uma carta de 1:100.000 utilizada pelo XIV Exército, é tolice. Numa carta de tal escala é possível que o nome Monte Castelo nem apareça, como não aparece na de 1:200.000. Ele já figura na de 1:50.000 e, com mais forte razão, na de 1:25.000, verdadeiro plano-diretor usado por nós em campanha. É fora de dúvida que os alemães também a usaram no escalão divisão. Se os sobreviventes consultados pelo autor já não lembravam do nome das alturas que defenderam obstinadamente durante três meses até serem batidos pelos brasileiros em 21 de fevereiro, o problema é de simples falha de memória ou desinteresse pela retrospecção. Por isso, também, é inútil tentar refazer o dispositivo alemão para a defesa da frente M. Belvedere—M. della Torraccia—Monte Castelo, tanto mais que os arquivos da 232^a DI foram destruídos por bombardeios aéreos em Potsdam.

Torna-se igualmente especioso inquirir qual o efetivo que defendia Monte Castelo. Admito, entretanto, que se possam encontrar elementos elucidativos nos arquivos da 114^a Divisão Ligeira e dos escalaões corpo de exército e exército.

Outro alvo de depreciação foi Montese. Segundo o autor, "há considerável divergência de avaliações entre a narrativa brasileira e a alemã sobre o início dos combates. Enquanto a FEB, aqui representada pela narrativa oficial de seu comandante, considerava o avanço das primeiras tropas de assalto e patrulhas na manhã do dia 14 de abril como importante penetração na linha inimiga, os alemães afirmaram em seus comunicados que o inimigo ocupara apenas localidades na terra de ninguém. . .". Isso não é correto. Primeiro, que não houve tropas de assalto, e, sim, forte reconhecimento agressivo, para facilitar o desembocar do ataque; segundo, que, na pretensa terra de ninguém, foram feitos vários prisioneiros em ação de combate; terceiro, que o Mar. Mascarenhas de Moraes o que fez em seu livro foi exaltar o espirito de luta dos pelotões que, "sob o castigo implacável dos bombardeios e dos fogos ajustados das resistências inimigas", executaram com bom êxito a primeira fase do combate. É preciso notar que, para defender uma área, nem sempre é necessário ou conveniente mobiliá-la, recorrendo-se, então, a fogos de artilharia, morteiros e metralhadoras e campos minados. A verdade é que a dita terra de ninguém foi dominada a

duras penas, com baixas fatais, inclusive a do Ten. Ary Rauen. É igualmente injusto afirmar que "a luta começou para valer" depois de Montese. A conquista da cidade e de outros objetivos na jornada de 14 de abril exigiu "grandes esforços e fortes baixas", no dizer do Mar. Mascarenhas de Moraes. Além do Ten. Rauen, morreu em ação o Asp. Mega. A captura de 107 prisioneiros demonstra que não combatemos fantasmas.

Fazendo do assunto outro cavalo de batalha, enfatiza o autor que os veteranos da 232ª DI entrevistados por ele guardaram pouca memória da FEB ou, em sua maioria, ignoravam que haviam enfrentado brasileiros. Preliminarmente, cabe o alerta de Arnold Toynbee sobre o valor relativo dos testemunhos pessoais. A testemunha pode apreciar o episódio histórico sob determinado ângulo de observação, mais amplo ou mais limitado, e conforme seu nível cultural e as circunstâncias. No caso vertente, há que levar em conta o lapso entre os fatos e a época dos depoimentos, ou seja, 40 anos. Embora irrelevante, a matéria não pode passar sem comentário. Diz o próprio autor que o contra-ataque de 31 de outubro foi levado a efeito por elementos daquela divisão. À mesma pág. 70 informa: "... quando a FEB se aproximou dos Apeninos. . . o adversário alemão já conhecia sua força e possuía experiência de combate direto contra os brasileiros". Ora, como eles fizeram prisioneiros naquele contra-ataque e haveriam de fazê-lo durante os

ataques malogrados a Monte Castelo, conclui-se que a memória dos entrevistados falhou. Aliás, o próprio comandante da 232ª DI não exibiu boa memória ao escrever um relatório para os americanos, quando esteve como prisioneiro deles. Registrhou o Gen. von Gablenz: "No começo de janeiro, bem sucedida batalha de defesa em Abetaia. A unidade atacante brasileira sofreu severas perdas: 20 brasileiros caíram em prisão" (pág. 109). Ora, o relato é absurdo, porque as atividades da FEB no período considerado consistiram em patrulhas diurnas ou noturnas, apoiadas, ou não, por artilharia e morteiros. Ademais, segundo o livro do Mar. Mascarenhas de Moraes, em janeiro de 1945 só contamos quatro desaparecidos no quadro das baixas totais. O crédito do mesmo relatório é comprometido, ainda, no passo seguinte: "Não se sabe se por terem detectado fraquezas do lado brasileiro ou não", escreve W. Waack à pág. 83, "os alemães davam preferência especial em seus "golpes de mão" a pequenas localidades (Casa Buio, Calcinara e Casa d'Ercole) num raio de 1500 m do Belvedere, todas guardadas por tropas brasileiras. Contra Casa d'Ercole, . . . em novembro, a 232ª lançou até uma grande operação com preparação de artilharia e infantaria equipada com bazucas. . . ". E transcrevendo: "logo na preparação de artilharia, o inimigo retirou-se e fugiu ao contato". Parafraseando a anedota corrente em nossa artilharia, por 14 razões o depoimento é falso: naquele mês, C. d'Ercole não

estava ocupada por tropa brasileira. Entre 17 e 22 de novembro o Esquadrão de Reconhecimento atuou na região de Gaggio Montano (1,5 km a SE daquele grupo de casas) e lançou patrulhas. Ocupar C. d'Ercole, nunca o fez. Se a história pudesse ser escrita na base do testemunho pessoal, as informações seguintes, colhidas na placa "A FEB na 2ª Guerra Mundial", do Gen. Mário Fernandes, neutralizariam os depoimentos tomados por W. Waack. Assim, o batalhão do Ten.-Cel. Gottschalk tinha vindo da frente russa para ser empregado na Linha Gótica, e soubre que o inimigo era constituído por uma divisão sul-americana muito combativa, principalmente à noite. De fato, aquele oficial declarou que enfrentara um "inimigo tenaz, agressivo, que à noite não lhes dava tréguas. Eram surpreendidos e vigorosamente atacados". Tais informações foram prestadas ao Ten.-Cel. brasileiro Osny Vasconcelos, que, 20 anos depois da guerra, cursava a Escola de Estado-Maior do Exército alemão, onde Gottschalk era professor. O outro depoimento é do ex-coronel pára-quedista Hans Rudolf Mueller, que em 1946 foi radicar-se em Porto Alegre. Disse ele ao jornal "Zero Hora" (21-02-1970): "Os combates eram diários e os soldados do III Reich aprenderam a respeitar aquela tropa, pela coragem, eficiência e combatividade demonstradas. Com graves perdas, repelimos dois ataques desferidos contra nós nos dias 29 de novembro e 12 de dezembro".

Escreve o autor que o Gen. von Gablenz, em fevereiro de 1945, planejou uma "mini-ofensiva, segundo a qual duas colunas partiriam do vale situado entre o Belvedere e Cappel Buso rumo a Lizzano, no Sul" (págs. 168 e 169). Pela interpretação que fiz do plano, aliás risível, os alemães marchariam em direção a Lizzano in Belvedere, daí infletiriam para Leste, na direção de Sila, e, antes dessa localidade, fariam nova conversão, desta vez para o Norte, buscando recuperar a vila de Bombiana (no original, Monte Bombiana, que não existe). Quer dizer, os alemães fariam um deslocamento noturno de 15 a 20 km, infiltrando-se pelas linhas brasileiras, ou rompendo-as, progrediriam no interior delas e disputariam a posse de Bombiana, ocupada por nós. Decididamente, ou o Gen. von Gablenz queria brincar de guerra ou nada sabia sobre o dispositivo brasileiro-americano.

No capítulo final, o autor bate insistentemente em duas teclas: a FEB teve missões meramente táticas e pouco importantes e atuou em frentes de valor secundário. Ora, é bom notar que o âmbito de uma divisão é tático, enquanto o de um exército ou organização maior é estratégico, embora uma ação divisionária possa ter repercussão estratégica. Buscando a conquista do objetivo, o comandante de um exército distribui encargos aos corpos, e estes às divisões, que atuarão em frentes amplas ou estreitas, fortificadas ou sem organização do terreno, centrais ou de flanco. Assim sendo,

nos primeiros meses de campanha a FEB atuou no que se pode chamar de frente secundária, porque foi empregada, inicialmente, e com justeza do comandante do V Exército, numa região onde o inimigo, em ação retardadora, buscava entrincheirar-se na Linha Gótica. A partir do Plano Encore, cuja realização começou a 19 de fevereiro de 1945, já se não pode falar em frente secundária com relação à tropa brasileira. Ela passou a atuar ombro a ombro com a valorosa 10ª Divisão de Montanha, ora à sua direita (em Monte Castelo e no ataque a M. delle Vedetta — Pietra Colora — M. della Croce, ocasião em que atacamos pelo Sul dessa linha), ora à sua esquerda (em Montese), ou ao lado da 34ª DI americana, na fase da perseguição. O fato de os alemães considerarem secundária a frente italiana (pág. 200) não faz justiça nem ao denodo com que defendem a Península, nem ao valor dos aliados que pelejaram arduamente em Anzio, Salerno, Monte Cassino, Monte Belvedere, Monte Castelo e Montese, ou sofreram durante meses os rigores do inverno dos Apeninos, sem possibilidade de ação ofensiva de vulto, antes da arrancada para o vale do Pó. So-

bre o vezo de aplicar o pejorativo "secundário" ao Teatro de Operações do Mediterrâneo, encontrase a resposta no livro "Risco Calculado", do Gen. Mark Clark, que comandou o V Exército e, depois, o XV Grupo de Exércitos. De minha parte, acrescento que desmerecer quem lutou numa frente secundária é humilhar quem teve medo, entristecer quem foi mutilado, empanar a glória do bravo e profanar o santuário de quem morreu em combate.

Em conclusão, o autor falhou no propósito de desvendar uma outra face da glória. Catou em arquivos estrangeiros registros desfavoráveis ao comportamento do homem brasileiro e à formação dos quadros do Exército, ouviu veteranos alemães meio esquecidos de fatos de 40 anos passados, enfatizou o lado negativista do acervo consultado e, considerando laudatória a *versão oficial dos acontecimentos*, fez tábula rasa do sacrifício de nossa gente e do heroísmo de tantos de nossos jovens na campanha da Itália. Apesar de tudo, agora, como antes, continua existindo apenas uma face da glória: a glória que pertence à FEB, ao Exército e à Nação.



Cel. de Artilharia Reformado Cel. Newton C. de Andrade Mello. Tem os cursos da EsAO, EsCEME e ESG. Sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e membro do Conselho Nacional da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. Serviu como capitão do 2º Grupo de Artilharia da Força Expedicionária Brasileira. Foi instrutor-chefe de geografia e história militar na EsCEME e adjunto do adido militar em Washington. Chefiou a 28ª CSM e comandou o 2º/6º RO 105.



ASPECTOS PECULIARES DAS FORÇAS DE DEFESA DE ISRAEL

Delcy G. Doubrava

INTRODUÇÃO

Desejamos inicialmente agradecer "A DEFESA NACIONAL" pelo espaço que gentilmente nos proporcionou para a publicação das observações pessoais que se seguem, fruto de uma permanência de dois anos em Israel, na função de Adido das Forças Armadas do Brasil.

Não temos a pretensão de apresentar novidades porque as Forças Armadas de Defesa de Israel, FDI, tem recebido bastante divulgação em face das freqüentes campanhas militares em que se tem engajado, sempre com resultados finais favoráveis.

Ficaremos satisfeitos se as observações feitas puderem trazer mais alguns dados para a compreensão de aspectos peculiares das Forças de Defesa de Israel.

AS ORIGENS

Mesmo antes da criação do Estado de Israel, em 1948, os judeus que já haviam se estabelecido na Palestina, precisavam fazer face a surtos periódicos de hostilidade dos árabes que não viam com bons olhos o aumento progressivo de comunidades judias na área.

Muitas medidas impostas pelas autoridades inglesas do Protetorado eram frontalmente contrárias aos interesses sionistas.

As organizações judias criadas para a autodefesa das comunidades e para o desencadeamento de ações de represália e atos de terrorismo eram clandestinas e atuavam de forma independente uma das demais.

Os sionistas de orientação trabalhista haviam fundado a HA-

GANAH (defesa, em hebraico), uma organização destinada a prover segurança, particularmente através de uma milícia, a PALMACH (sigla de tropa de choque, em hebraico), conhecida como o braço militar da HAGANAH. Ela contava, inicialmente, com a simpatia dos ingleses.

Os judeus, conhecidos como revisionistas, uma minoria de orientação direitista mais extremada, fundou a organização militar IRGUN ZVAI LEUMI (Organização Militar Nacional), que desencadeava operações de represália e atos de terrorismo.

LEHI ou Grupo STERN, era uma outra organização ilegal, dissidente da anterior e também extremada, com o efetivo um pouco menor.

Durante a II Guerra Mundial, um total de cerca de 30.000 judeus adquiriu boa experiência militar servindo em exércitos das forças aliadas. Uma Brigada judia, enquadrada pelos ingleses, operou na campanha da Itália.

Poucos dias depois da proclamação do Estado de Israel, em maio de 1948, foram criadas as Forças de Defesa de Israel, com o aproveitamento dos efetivos das organizações para-militares extintas na mesma oportunidade. A ordem de criação continha 04 cláusulas essenciais:

- nome da Força criada: ZAHAL
- processo geral de convocação de reservistas
- forma do juramento de lealdade

– proibição da existência de qualquer outra força armada no território israelense.

Duas organizações clandestinas (IRGUN e LEHI) tentaram resistir ao estipulado na última cláusula. O Primeiro Ministro David Ben-Gurion, que acumulava a função de Ministro da Defesa foi, porém, rápido e enérgico na reação: determinou a dissolução, pela força das armas, com o recolhimento de todo o material bélico em mãos de combatentes clandestinos das suas organizações.

Como o Estado de Israel foi invadido ao Norte, ao Sul e ao Leste, logo depois de sua criação pelas forças dos países árabes vizinhos, a formação das FDI se processou ao mesmo tempo em que fazia face à invasão.

As condições peculiares existentes, no momento histórico em que se formaram as Forças de Defesa de Israel, podem explicar algumas características até hoje presentes nos integrantes das forças armadas israelenses.

ORGANIZAÇÃO GERAL

As Forças de Defesa de Israel estão organizadas com base numa estrutura de serviço, sob um comando unificado do Chefe do Estado-Maior Geral, que é um oficial general de 4 estrelas (o único existente nas FDI) (Ver esquema).

Vejam que a organização geral é relativamente simples.

São apenas 4 grupamentos principais: o EM de Coordenação, o EM Operacional, os Comandos

de Área e de Forças e os Comandos Funcionais.

O EMG funciona como órgão para as FDI em geral e para a Força Terrestre em particular.

Está em curso um estudo para melhorar, simplificando, o atual processo decisório, julgado ainda complexo.

O Chefe da Seção de EMG é o Subcomandante das FDI.

O Comando das Forças Terrestres é de criação recente. Foram grupados o Corpo de Blindados, o Grupamento de Infantaria/Pára-quedistas, o Corpo de Artilharia e o Corpo de Engenharia.

As atribuições principais desse novo grupamento estão no campo do treinamento, doutrina e estrutura. Ele não desdobra forças em combate como o fazem os Comandos de Área, a Força Aérea e a Marinha. Ele deve, pelas instruções vigentes, estruturar forças para os comandos de área.

Os Comandos de Área controlam as Divisões e Brigadas dentro de seu território, assim como as unidades de defesa territorial, constituídas de reservistas. Em tempo de guerra os Comandos se tornam operacionais.

Vejam que a Força Aérea e a Marinha estão no mesmo nível dos Comandos de Área. A Força Naval é pequena: são apenas 10.000 homens. Só tem um oficial-general — é o Contra-Almirante Cmt da Força.

NAHAL: é uma organização pára-militar, com o efetivo de 5.000 pessoas. É constituída por moças e rapazes que se organizam em grupos e se estabelecem em assenta-

mentos pioneiros nas fronteiras, combinando atividade militar com núcleo de povoamento e colonização.

GADNA é uma organização de instrução pré-militar, reunindo jovens na faixa etária de 14 a 18 anos, empenhando-os em atividades tipo escoteiro. Em época de guerra, esses batalhões de jovens são empregados em alguns serviços essenciais. Em tempo de paz são empregados também em atividades sociais (deficientes físicos, absorção de imigrantes etc.).

O Ministério da Defesa é de criação posterior as Forças de Defesa.

Sua estrutura é mais complexa e pesada. Proporciona apoio às FDI de forma a aliviá-las de encargos não operacionais.

O Ch EMG é subordinado diretamente ao Ministro da Defesa.

Em tempo de paz a atividade do Ministro é essencialmente política. Ele não tem ação de comando.

Em tempo de guerra não existe uma definição precisa de sua autoridade. A tendência tem sido os Ministros aplicarem sua autoridade de acordo com sua própria habilidade, experiência e personalidade.

O Diretor-Geral é a figura chefe do Ministério.

De grande importância são as empresas produtoras de material bélico. O faturamento de Israel com MB é, mais ou menos, equivalente ao nosso faturamento.

Alguns assuntos são tratados tanto nas FDI quanto ao Ministério (por exemplo: operações em

territórios administrados, NAHAL, pesquisa e desenvolvimento).

SERVIÇO MILITAR

As FDI consideram como condicionantes, os seguintes aspectos peculiares:

— Um país pequeno está condicionado a ter uma força armada pequena, em serviço ativo. Um estudo dessa Força são os reservistas, que são convocados na eventualidade de uma guerra.

— Os exércitos árabes vizinhos dispõem de efetivos consideráveis, em serviço ativo; podem desencadear, a curto prazo, ações ofensivas.

— O país não dispõe de profundidade estratégica que permita ceder parte do território enquanto ganha tempo para organizar uma contra-ofensiva. A vulnerabilidade do país é grande. A infraestrutura civil e o desdobramento logístico das FDI estão dentro do alcance tático das armas dos adversários.

— Expressiva superioridade numérica dos países árabes vizinhos, particularmente em pessoal.

— Limitação de recursos. Os árabes podem alocar para a defesa, somas muito mais elevadas do que Israel, que tem uma economia muito sensível.

Em face desses aspectos peculiares, o serviço militar e a mobilização avultam de importância.

Repousam sobre as reservas as possibilidades das FDI, tanto nos escalões de combate, quanto nos de apoio. Ou seja, o valor pleno da força depende da convocação.

Apenas a Força Aérea, a Marinha e o Serviço de Informações funcionam quase em sua capacidade máxima, sem os contingentes de convocação.

Podem ser salientados os seguintes aspectos:

— As estipulações sobre serviço militar compulsório estão contidas na Lei do Serviço Militar, LSM, de 1959 e em várias diretrizes e instruções baixadas pelo Ministério da Defesa, como faculta a lei.

— De acordo com a LSM, há duas espécies de serviço nas FDI:

— serviço em forças regulares (serviço regular);

— serviço em forças de reserva (serviço de reserva).

— A LSM impõe a prestação do serviço militar a:

— cidadãos do Estado de Israel;

— residentes permanentes em Israel.

— A obrigatoriedade de prestação do serviço militar, pelos israelenses, perdura mesmo que disponha de dupla cidadania ou que viva em outro país.

Uma pessoa que viva permanentemente em Israel é considerada residente permanente e, mesmo que não seja um cidadão israelense, é obrigado a servir às FDI.

— O serviço regular é obrigatório para:

— todo homem entre 18 e 29 anos de idade;

— toda mulher entre 18 e 26 anos de idade;

— os médicos, de ambos os sexos, estão sujeitos à convocação até 38 anos; se tiver, porém, mais de 35, servirá apenas 12 meses.

— Um jovem com 17 anos e meio poderá ser incorporado às FDI, desde que requeira e haja concordância de seus pais.

— Toda pessoa deve ser convocada para o serviço, dentro de 24 meses, ao atingir 18 anos; um novo imigrante será chamado para o serviço regular dentro de 18 meses, após entrar no país. No caso de uma pessoa não ser chamada para o serviço regular, dentro dos períodos acima mencionados, não haverá possibilidade posterior de ser convocado para o serviço regular; poderá somente servir nas forças de reserva, desde que não tenha requerido um adiamento na prestação do serviço.

— Antes que uma pessoa seja incorporada, deverá se apresentar para:

- registro pessoal;
- exames de aptidão;
- relacionamento em serviço regular.

Os avisos de chamada são publicados na Gazeta oficial e na imprensa diária e afixados em quadros de avisos públicos. Uma notificação pessoal é também expedida para cada um.

— A pessoa chamada para registro tem que se apresentar pontualmente na hora e local previstos, fornecendo todos os dados pessoais estipulados pela LSM. Se depois do registro, ocorrer alguma alteração (estado civil, mudança de endereço, cidadania, profissão etc.), a seção de recrutamento deverá ser notificada imediatamente.

Aos registrados é fornecido um certificado comprobatório,

que deve ser portado sempre e apresentado quando solicitado pela polícia ou outra autoridade credenciada.

— O convocado para exames de aptidão, deve-se submeter a todos os testes requeridos, quer sejam feitos na junta médica, quer em laboratórios, hospitais ou por especialistas. Ao término dos exames, a junta decidirá se o convocado é apto, inapto ou temporariamente inapto para o serviço. O examinado pode apelar contra a decisão médica da junta, dentro de um prazo de 07 dias.

— A duração do serviço militar é de 36 meses para os homens e 24 meses para as mulheres, na faixa etária de 18 a 26 anos. Acima dessa faixa há reduções, assim também como para imigrantes e médicos, em determinadas faixas.

— O Ministro da Defesa, em ligação com o Ministério do Interior, pode determinar que uma pessoa sirva na Policia de Fronteira, integralmente ou durante um período de seu serviço regular.

— Cidadãos israelenses ou residentes permanentes que hajam sido julgados aptos e não tenham prestado o serviço regular, estão sujeitos à prestação do serviço de reserva, desde que estejam dentro dos limites de idade fixados em lei.

— O reservista é obrigado à prestação de serviços em períodos variáveis, mensais e anuais. A duração máxima é função de seu sexo, idade e graduação ou posto.

— A LSM não estipula que a pessoa selecionada para o serviço de reserva deva ser notificada com

antecedência. É praxe nas FDI, entretanto, com o objetivo de interferir o menos possível nas atividades civis, que o reservista receba uma notificação com uma semana de antecedência, para o serviço mensal e seis semanas para o serviço anual.

— Um determinado número de obrigações têm que ser observadas pelos reservistas, mesmo durante os períodos em que não esteja em atividade, como por exemplo, manter contato com sua unidade, informar alterações ocorridas em sua situação pessoal e conservar o material militar que estiver sob sua responsabilidade pessoal, em casa.

— O reservista com mais de 45 anos só poderá prestar serviço no organismo da Defesa Civil. Esta disposição não se aplica para reservistas que tenham o posto de 2º tenente para cima.

— Três grupos de mulheres estão isentas da prestação de serviço militar, quer regular, quer de reserva:

- mães;
- grávidas;
- as que se recusam por motivo religioso ou de consciência.

— Uma comissão especial cuida dos casos de isenção. As mulheres casadas, sem filhos, estão isentas apenas do serviço regular. O Ministro da Defesa ou autoridade delegada, pode liberar do serviço militar determinado número de pessoas, em função do efetivo necessário das FDI, de problemas relacionados com educação, assentamentos agrícolas, economia nacional e outros. As datas de apresentação, de exames ou de incorpora-

ção, também poderão ser adiadas pela referida autoridade, se requerido pela pessoa interessada.

— A partir da data de convocação é proibido viajar para o exterior, salvo com autorização expressa da autoridade competente.

— A legislação define os casos em que as comunicações emitidas pelos órgãos do serviço militar, aos convocados, são consideradas como entregues e conhecidas, assim como tipifica as infrações à LSM e estabelece as penas correspondentes.

— Cerca de 85% dos convocados prestam o serviço militar; os restantes 15% englobam incapazes, casos de adiamento e estudantes e professores de estabelecimentos religiosos (YESHIVAH) que recebem instrução especial (descontínua, em período mais prolongado).

— A realização de testes, permite o encaminhamento dos convocados para a atividade militar que melhor se coaduna com suas características pessoais. Caso seu rendimento não atinja as expectativas iniciais, poderá ser deslocado para outro ramo de atividade compatível com suas possibilidades.

— O serviço militar também pode ser prestado, de forma opcional, na organização NAHAL (sigla formada da expressão hebraica "Juventude Pioneira Combatente"), que é vinculada às FDI e proporciona uma combinação de serviço militar com atividade de colonização. Jovens de ambos os性os, em grupos, são organizados para estabelecer assentamentos

agrícolas, geralmente na fronteira. Depois de submeter-se a intensivo treinamento militar, cada grupo se fixa numa colônia pioneira, que proporciona segurança e desenvolvimento.

— O Departamento de Potential Humano, do Estado Maior de Coordenação das FDI, exerce o controle sobre os recursos humanos a serem convocados para a Força, estabelecendo critérios sobre disponibilidades, adequada utilização e aperfeiçoamento de pessoal.

— A seleção de pessoal está sendo feita por um sistema que classifica pela natureza da deficiência apresentada pelo convocado e não pelo seu perfil físico e cultural, o que possibilita um aproveitamento mais amplo dos recursos humanos do país. Os padrões mínimos são, portanto, mais baixos do que em outros exércitos modernos.

— Muçulmanos e árabes estão isentos do serviço militar, embora possam solicitar sua inclusão como voluntários. Os drusos estão sujeitos ao serviço, desde 1955, a pedido dos líderes da comunidade. Os beduínos do deserto servem apenas como voluntários, sendo utilizados, principalmente, como rastreadores.

MOBILIZAÇÃO DE RESERVISTAS

As Forças de Defesa de Israel estão baseadas sobretudo em suas reservas. Consequentemente, grande importância é atribuída ao me-

lhoramento da capacidade de mobilização de reservistas com rapidez e sua partida para a frente de combate, no mais breve espaço de tempo possível, a partir da ordem de mobilização.

— Na guerra de Yom Kipur, essa capacidade das Forças de Defesa de Israel foi posta à prova, quando dentro de um breve espaço de tempo, foram convocadas as reservas e as forças combatentes chegaram na linha de frente.

— Desde a guerra do Yom Kipur e com base nas lições aprendidas dessa guerra, foram introduzidas modificações no sistema de mobilização e pode-se razoavelmente dizer que a capacidade de mobilização das FDI foi aumentada.

— As principais características da organização do sistema de mobilização das FDI são:

a) Organização com base ampla, na qual a cada unidade é atribuída uma área geográfica limitada, donde ela recebe seu pessoal.

b) Organização de todo o pessoal da reserva em unidades, onde cada reservista recebe, de antemão, uma tarefa definida.

— Cada unidade de reservista tem um posto de conexão, no qual trabalha um Estado-Maior reduzido, tendo cada reservista notícia da existência do posto e a ele podem se apresentar para tratar de tudo concernente a seu serviço.

— Nesse posto de conexão, existe o registro de todos os soldados que pertencem a unidade (reservistas), e ele é atualizado regularmente, de acordo com as in-

formações que o posto de conexão recebe dos soldados ou nas diversas ocasiões em que o soldado é convocado, ficando assim ligado a sua Unidade, além das atualizações do registro na Unidade.

— Os reservistas são chamados anualmente para treinamento, em épocas diversas; esses treinamentos podem ser:

- a) Treinamento da Unidade.
- b) Cursos de aperfeiçoamento.
- c) Atividades operativas ou administrativas.

— Além desses períodos de treinamento, são praticados exercícios de convocação de unidades de reservas, nos quais os soldados se acostumam com o sistema de convocação e é examinada a capacidade da unidade de convocar seus soldados, num curto espaço de tempo.

— As unidades de reservas têm alta motivação e sua capacidade de combate não fica significativamente aquém da capacidade das forças regulares. Isso devido à sua experiência operativa no passado, a exercícios contínuos e a atmosfera "quase familiar" na unidade em que eles servem juntos, durante anos.

— A mobilização das forças da reserva, em situação de emergência, é feita segundo dois sistemas básicos:

- a) Mobilização pública.
- b) Mobilização secreta.

— A Mobilização Pública é considerada o principal sistema de mobilização das FDI em situações de emergência. Isso, devido ao objetivo defensivo do exército israelense, a rapidez da mobilização,

segundo esse sistema e a dificuldade de aplicar a mobilização secreta em amplas dimensões.

— No sistema de Mobilização Pública, a ordem de mobilização é transmitida pelos meios normais de comunicação (rádio, televisão, imprensa, cartazes, etc.). A ordem de mobilização é comunicada às unidades através de senhas previamente estabelecidas a cada unidade e conhecidas de cada um dos reservistas.

— Com a publicação da ordem de mobilização pública, os soldados da unidade mobilizada se apresentam em locais de triagem previamente estabelecidos e são transportados de lá para veículos, postos à disposição da unidade.

— Esse método proporciona mobilização da maior parte da força do "braço naval", em breve espaço de tempo.

— Na Mobilização Secreta, a ordem de mobilização é passada a cada um dos soldados da unidade mobilizada, através de uma rede de comunicação.

— Na rede de comunicação da unidade, a área geográfica onde vivem os soldados da unidade é dividida em núcleos de mobilização, estando tudo planejado para que em cada núcleo se encontre um dos soldados da unidade que recebe as ordens de mobilização dos soldados de seus núcleos e as entrega pessoalmente aos soldados do núcleo.

— Na área de organização da unidade, os soldados da reserva recebem equipamento, organizado e preparado previamente, e partem para a frente de combate.

— Da guerra de Yom Kipur foram tiradas lições no que concerne os arsenais de emergência, onde se encontra o equipamento dos reservistas. Em consequência das lições tiradas, foi aumentada a capacidade das FDI para equipar com rapidez os reservistas fora de suas bases e enviar unidades de combate para a frente de combate, num breve espaço de tempo, a partir da chegada dos reservistas nas áreas de organização.

Os exercícios de convocação realizados pelas FDI, durante os dois anos em que estivemos em Israel, permitiram o registro das seguintes observações:

— A freqüência dos exercícios (parciais) foi bimensal, variando as Unidades (constatável pela senha de chamada).

— Instruções peculiares eram divulgadas no contexto do aviso de chamada, como por exemplo, se deveriam se dirigir diretamente às suas Unidades ou locais de concentração, se podiam utilizar carros particulares ou não, etc. . .

— Em algumas oportunidades, após o exercício, o porta-voz das FDI, anunciaava resultados alcançados ou dava outros esclarecimentos.

— Algumas vezes, a chamada dos reservistas era feita apenas pelas estações de rádio. Nos exercícios mais amplos, utilizavam também a emissora de TV, que por vezes suspendia sua programação normal.

— Nos exercícios maiores, alguns dias antes do evento, a Imprensa começava a anunciar sua realização.

— A coordenação geral dos exercícios ficava a cargo do Vice-Chefe do Estado Maior Geral, a 2^a pessoa em importância dentro das FDI.

— Em uma oportunidade, em pontos ao longo dos itinerários mais utilizados, foram distribuídos alimentos leves aos reservistas a caminho dos locais de apresentação. Tal providência objetivou evitar uma tendência observada em anos anteriores: o reservista, ao ouvir sua convocação, de imediato, dirigia-se à sua casa, a um bar ou restaurante, para fazer uma refeição, porque não sabia a que horas se alimentaria novamente. Tal fato provocava um recesso na apresentação do reservista, no destino.

— O exercício maior provocou tensão na Síria, que resolveu decretar uma mobilização geral.

— Em alguns exercícios, observou-se requisição de veículos particulares dos próprios reservistas.

DOUTRINA MILITAR

Embora alguns princípios da doutrina ofensiva tenham sido adotados de exércitos ocidentais, a doutrina militar israelense se alicerça basicamente na rica experiência adquirida no confronto com os exércitos árabes vizinhos.

A partir da criação do Estado, as Forças Armadas de Israel têm-se engajado em campanhas militares, numa periodicidade de uma a cada sete anos, o que tem proporcionado invulgar oportunidade pa-

ra aperfeiçoar, testar e atualizar os princípios doutrinários.

Certas características regionais, bem peculiares, não só na base física como também nos campos político e psicossocial, tem condicionado em parte a evolução da doutrina militar.

Na Guerra de Yom Kipur, em 1973, as FDI sofreram reveses iniciais de expressão, em ambas as frentes, o que provocou um trauma nas forças terrestres e também nas elites políticas e administrativas. O reexame contínuo da doutrina militar, a partir daí, passou a ser visto com muito maior preocupação.

PRINCIPIOS DOUTRINÁRIOS

— Atribuições múltiplas para todas as Unidades, em todas as formas de combate.

(As Unidades de combate e os escalões de apoio devem responder à mais ampla gama de missões).

— Rápido reagrupamento de forças, em todos os níveis, permitindo flexibilidade e adaptabilidade no campo de batalha.

— Mudança rápida da defensiva para a ofensiva a fim de decidir a batalha.

— Enfase em elevados padrões de mobilidade e na habilidade de utilizar qualquer tipo de terreno.

— Rápida concentração de forças em um determinado setor, admitindo riscos calculados em setores secundários.

— Buscar o combate à retaguarda do inimigo, nos estágios iniciais do confronto.

— Penetrações profundas no dispositivo inimigo, com a disposição de ultrapassar pontos e áreas fortemente defendidos.

— Emprego do poder aéreo para decidir o combate terrestre.

TENDÊNCIAS OBSERVADAS

As principais tendências observadas nos últimos dez anos, na FDI, são as seguintes:

— Organização de Unidades para defesa territorial, ao longo das fronteiras (com reservistas).

— Aumento no efetivo das reservas blindadas, em condições de exercer um papel decisivo, tanto na ofensiva quanto na defensiva.

— Aumento em unidades de artilharia.

— Mecanização (e blindagem) em Unidades do escalão de apoio.

— Redução do número de bases aéreas (com a entrega do Sinai).

— Aumento do número de embarcações de patrulha, equipadas com mísseis.

PARTICIPAÇÃO FEMININA

— O Corpo Feminino nasceu junto com o exército israelense, doze dias após à criação do Estado. As mulheres já vinham prestando serviços nas organizações paramilitares clandestinas, principalmente na HAGANAH, no período pioneiro, quando os agricultores, nos núcleos de colonização judia, eram obrigados a se defender contra as incursões predatórias

dos árabes que objetivavam desestimular a ocupação da Palestina pelos sionistas.

— Hoje em dia, o aproveitamento da mulher em encargos de defesa do Estado se fundamenta em:

1. Distribuição de responsabilidade numa sociedade que objetiva não possuir classes distintas, com privilégios especiais.

2. Aproveitamento da força de trabalho disponível num país em que os recursos humanos são escassos.

3. Oportunidade de integração social, principalmente para as moças oriundas de famílias que procedem de países menos desenvolvidos, conhecidos genericamente como "sefaraditas".

— De acordo com a Lei do Serviço Militar, as mulheres devem ser empregadas em atividades não combatentes, de preferência à retaguarda, em apoio, liberando os homens para atividades combativas, à vanguarda. Elas estão sendo empregadas em um número crescente de atividades. Além de funções tipicamente burocráticas, são encontradas como operadoras de equipamentos, controle de trânsito, serviço de saúde, assistentes sociais, professoras. No Serviço de Comunicações, elas participam de 50% do efetivo. As FDI tem listadas 516 atividades distintas de que participam as mulheres.

— A partir dos 18 anos estão as moças sujeitas ao Serviço Militar, que tem para elas a duração de 2 anos. Estão isentas:

1. Casadas.

2. Grávidas (a que engravidou

depois de incorporada é licenciada).

3. Mães solteiras.

4. As que alegam e provam observância rigorosa de princípios religiosos (famílias ultra-ortodoxas).

Até aos 26 anos, de acordo com a lei, prevalece para a mulher a obrigatoriedade para com o Serviço Militar.

-- Uma oficial, posto de coronel, comanda o Corpo Feminino, assessorando o Chefe do Estado Maior Geral em assuntos atinentes às mulheres, nas FDI.

— As mulheres são submetidas, num Centro de Treinamento, a um estágio básico que tem a duração de 04 semanas. A partir daí, 40% do contingente é logo incorporado à força de trabalho administrativo. Os restantes 60% são distribuídos pelos diversos cursos e demais estágios. O curso para oficiais tem a duração aproximada de três meses. A primeira parte do curso, 7 semanas, é comum a todos e enfatiza o problema da liderança; a segunda parte fica sob a responsabilidade do Corpo ao qual a candidata é destinada.

— A presença de moças em ambiente castrense tem trazido aspectos positivos no melhoramento dos contatos sociais, moderação na linguagem e estímulo para suportar encargos mais difíceis, sem dar sinal de fraqueza.

— Não se tem observado dificuldade no relacionamento entre militares de sexos diferentes. Em casos que ultrapassam os limites da normalidade, aplicam-se medidas disciplinares. De uma maneira geral, observa-se integração no tra-

balho e harmonia no relacionamento.

— Um dos inconvenientes no aproveitamento das mulheres nas FDI é a norma vigente de que devem ser licenciadas ao engravidar. Tal fato provoca, por vezes, principalmente em funções de natureza técnica, a abertura de claros não previstos e a consequente necessidade de preenchê-lo, às vezes, a curto prazo.

— Podem as mulheres optar, ao invés do serviço militar regular, pela prestação de um serviço nacional numa organização especial chamada NAHAL, de atividades pioneiras, em áreas de nova colonização, geralmente de desenvolvimento agrícola, nas fronteiras.

— Nem todas as moças que chegam à idade militar são aproveitadas, ainda que aptas, porque o contingente anual excede as necessidades das FDI, no setor feminino.

— Algumas normas especiais tem vigência para o Corpo Feminino, como por exemplo:

1. Nunca um número menor do que 15 moças é atribuído a uma Unidade.

2. Todas as tarefas noturnas são executadas por pares de moças.

3. As faltas disciplinares são julgadas por oficiais do setor feminino.

CONCLUSÕES

Ao terminar, gostaríamos de aproveitar a oportunidade, à guisa

de conclusão, para externar algumas impressões gerais que nos ficaram das Forças de Defesa de Israel:

a) Desarrumação geral

— A impressão inicial que se tem é que tudo está desarrumado nas FDI.

— as instalações: modestas, provisórias, adaptadas;

— as viaturas: mal-cuidadas, mal dirigidas;

— o pessoal: má apresentação de uniforme e sem cuidados pessoais.

— Entretanto, dentro dessa moldura geral, precária do quadro militar de um Exército que se situa entre os três melhores do mundo, ressaltam, logo a primeira vista os aspectos de:

— Objetividade.

— eficiência operacional.

b) Problemas com a disciplina

— A impressão geral é que existe indisciplina.

— Melhor seria dizer que os padrões de disciplina das FDI são diferentes dos nossos.

— Não tem validade para eles parâmetros como:

— apresentação pessoal;

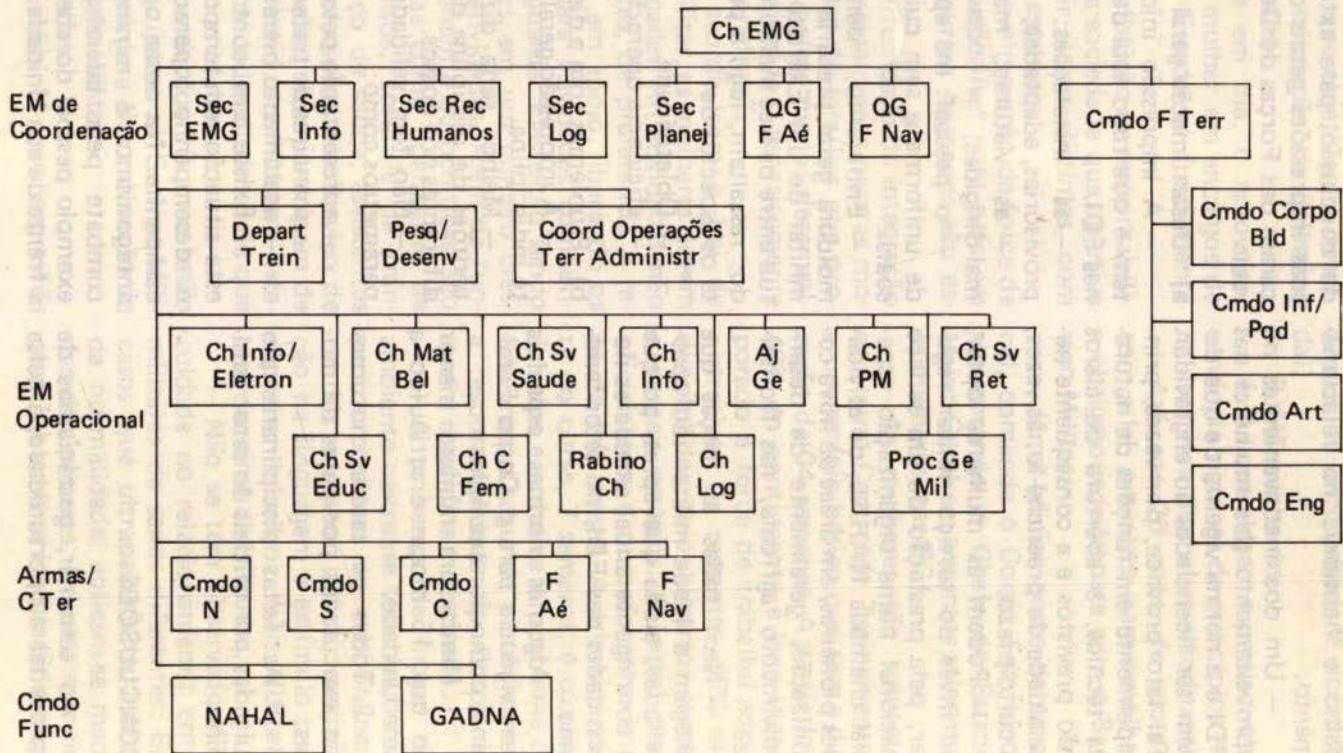
— maneiras de tratamento;

— acatamento hierárquico.

— Existe um contraste entre esta situação, em tempos de paz, e o desempenho operacional, em campanha. Na nossa opinião esse antagonismo é minimizado em combate pela liderança e pelo exemplo pessoal do chefe, sempre a frente de sua Unidade.

ANEXO 1

ESQUEMA DE ORGANIZAÇÃO DAS FDI



ANEXO 2

Alguns dados básicos sobre Israel/FDI

Área: 21.425 km² (não incluídos: Samaria, Judea, Faixa Gaza.
Incluído Golán)

População: 4.063.000 Hab (sendo 83% judeus)

Despesa com a defesa (1984): 5 bilhões dólares

EFETIVOS MILITARES

	- Ativa	Reserva	Total
Exército	130.000	310.000	440.000
Força Aérea	30.000	50.000	80.000
Força Naval	10.000	10.000	20.000
Total	170.000	370.000	540.000

EFETIVOS PARAMILITARES

NAHAL	5.000
Polícia Fronteira	4.500

ANEXO 3

Força terrestres

GRANDES UNIDADES

Tipo	Divisão	Brigada (independente)
Blindada	11	—
Infantaria		15
Aerotransp		5
Total	11	20

Carros de Combate (Mercavah, M-60, T-62, Centurión, M-48, T-55)	3.650
VBTP	8.000
Artilharia/Mrt Pes (peças)	1.000

— Uma das publicações do Porta-voz das Forças de Defesa de Israel esclarece que: "As FDI não dão muita atenção a cerimonial nem a disciplina formal, como os exércitos ocidentais. A disciplina está limitada a assuntos essenciais: não é um fim em si mesma. Nisso há coerência com as origens da

Força e com a rigorosa ênfase no igualitarismo".

FONTES DE CONSULTA

- The Middle East Military Balance 1983, Mark Heller.
- World Armies, John Keegan.
- The Israel Defense Forces, IDF Spokesman.



O Cel Inf Delcy Gorgot Doubrava foi declarado Aspirante em 1953. Concluiu os cursos de Educação Física em 1959, Aperfeiçoamento de Oficiais em 1963, Estado-Maior em 1969 e CEMCFA em 1978. Pertenceu ao 2º Contingente do Batalhão Suez e foi Adido Militar em Israel (1983-1985). Transferiu-se para a Reserva em 1986. É natural de Pelotas, RS.

COMPLEMENTE SEU PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Blue Cross Assistência Médica Ltda. possui Planos Modulares que complementam a sua assistência médica. Os Planos Modulares têm cobertura para hospitalização, emergência, consultas e exames se o associado escolher em separado, ou permite o atendimento global da prestação de todos os serviços médicos. Além de dispor desses tipos de atendimentos, oferece ainda três níveis de planos que proporcionam acompanhantes nas hospitalizações, cobertura internacional sem desembolso e outros tipos de benefícios. Temos o melhor a oferecer a você.

Telefones:

233-1746 220-1688 224-6464

 **Blue Cross**
Assistência Médica Ltda



TEORIAS GEOPOLÍTICAS APLICADAS À ESTRATÉGIA MILITAR

Carlos de Meira Mattos

O General Carlos de Meira Mattos, de grande renome nas letras militares, acaba de apresentar à BIBLIEX o livro Estratégias Militares Dominantes, hoje incluído no Editorial deste ano na Coleção General Benício. Este artigo, abordando a Geopolítica aplicada à Estratégia Militar, é um complemento muito útil à compreensão do próximo livro do Autor, do qual muito se espera.

TEORIAS GEOPOLÍTICAS APLICADAS À ARTE MILITAR

A Geopolítica é a política aplicada aos espaços geográficos. O Estudo da Geopolítica, sob o ângulo do campo militar, deu origem a três teorias clássicas: — a do poder terrestre, a do poder marítimo e a do poder aéreo.

Inicialmente, pretendemos examinar a concepção clássica que orientou a formulação dessas três teorias, associando essa concepção às idéias de seus principais formuladores — Mackinder (poder terrestre), Mahan (poder marítimo),

Douhet, Mitchell e Seversky (poder aéreo).

Em seguida, trataremos da evolução do clássico para o moderno, acrescentado às idéias iniciais as novas concepções teóricas e estratégicas trazidas pela evolução da tecnologia e das ciências aplicadas à guerra. Discutiremos, essencialmente, os conceitos do poder aeroespacial e de guerra nuclear.

Teoria do Poder Terrestre

Sir Halford J. Mackinder, geógrafo inglês, professor de Geografia na Universidade de Oxford e,

posteriormente, da Universidade de Londres, membro do Parlamento inglês, autor dos trabalhos: "Britain and the British Seas" (1901), "Elementary Studies in Geography", "Democratic Ideals and Reality" . . . (1919), trouxe a público, em 1904, um trabalho intitulado "The Geographical Pivot of History", apresentando então a "Royal Geographical Society".

Tal trabalho contém as idéias essenciais do que se convencionou chamar a Teoria do Poder Terrestre e pode ser interpretado como uma resposta, uma antítese aos pensamentos enunciados por Alfred Táhyer Mahan na sua obra "The influence of sea power upon History", publicada em 1889, e que se universalizou como a Teoria do Poder Marítimo.

O livro "Democratic Ideals and Reality", publicado em 1919, ao término da I Guerra Mundial e, segundo Mackinder, uma mensagem dirigida à convenção encarregada das negociações de paz reunida em Paris, representa uma ampliação dos pensamentos expostos no trabalho de 1904, sem modificações sensíveis no seu contexto.

Da obra de Mackinder, ressalta, em primeiro lugar, a sua concepção globalista da Geografia, fato de suma importância para o entendimento das relações humanas. Como está expresso num dos capítulos de "Democratic Ideals and Reality", pela primeira vez se ficou em presença de um sistema integrado, ao ser analisada a intercorrência dos fatos físicos, econômicos, militares e políticos na superfície do Globo.

"Cada choque, cada desastre ou superfluidade é agora refletido por certo nos antípodas, da mesma maneira porque as ondas aéreas da erupção do vulcão Cracatoa, em 1883, foram propulsadas em círculos por sobre o Globo até convergirem em um ponto do hemisfério oposto e dali, divergindo outra vez, retornarem para uma nova junção sobre Cracatoa, seu lugar de origem" (Democratic Ideals and Reality).

Através da análise dos fatos geográficos no seu conjunto, e da interpretação de fatos históricos, procura Mackinder demonstrar que se processava causada pela evolução dos meios terrestres de comunicações e pelo surgimento do avião, o tendente a deslocar a hegemonia do mundo, até então em mãos de potências marítimas, para nações que detenham a posse de áreas terrestres vitais, ou seja, detentoras de poder terrestre.

Apreciando a geografia mundial em termos de terras e águas, Mackinder observa que 9/12 do Globo é água e 3/12 é terra. Desse 3/12, correspondem ao Antigo Continente (Europa, Ásia e África) 2/12 e seu conjunto constitui o que Mackinder chama de "Ilha do Mundo". As terras restantes, 1/12 englobando a América do Norte e Central, a América do Sul e Austrália, são cognominadas de "Ilhas Exteriores".

A pesquisa histórico-geográfica efetivada pelo geógrafo inglês conduz à eleição de uma área, localizada na Ilha do Mundo, intitulada "Heartland" (Área Pivot, Área-Coração ou Coração Continental),

e que se projetou como essencial e básica para a estruturação e o desenvolvimento do poder terrestre.

A comparação — das Áreas Geográficas, sociedades humanas, recursos naturais-coexistentes nas diversas Ilhas do Globo, permite concluir que a "Ilha do Mundo" é o verdadeiro centro de gravidade do poder mundial, sendo as Ilhas Exteriores ou, por ampliação, o Hemisfério Ocidental, apenas uma área subsidiária, porque proporcionalmente menor — em superfície, população e bens.

Estabelecida tal premissa básica, passa Mackinder a analisar a Ilha do Mundo, em termos de geografia e de fatos históricos, para chegar ao estabelecimento de uma base vital na estruturação do poder terrestre, à eleição da região já mencionada anteriormente, de "Heartland" ou Área Pivot.

A perspectiva mackinderiana apresenta a Área Pivot como ampla massa de terras, situada no abrigo das investidas do poder marítimo onde, impunemente, poderia crescer e consolidar-se um poder terrestre capaz de efetivar o domínio do mundo.

Ao examinar a geografia do Antigo Continente, fica assinalado que o Oceano Glacial Ártico, bloqueado pelos gelos, transforma a costa setentrional da Eurásia numa região inacessível às ações do poder naval. Hidrograficamente, soldam-se a essa costa e, portanto, beneficiam-se vastas regiões de interlândia, constituídas pelas bacias dos grandes rios siberianos — Obi, Ienessei e Lena — e, ainda, as terras das bacias interiores do Mar

Cáspio, do Mar de Aral e do Lago Balkash — bacias dos rios Volga, Ural, Amu Dária, Sir Dária e Ili.

Essa imensa área, englobando aproximadamente a metade da Ásia e a quarta parte da Europa está, através de condicionantes geográficas, liberada das solicitações da navegação marítima.

"O seu devassamento pelas ferrovias — pois até então não existiam, praticamente estradas — e pelas rotas aéreas em futuro próximo, constituem uma revolução nas relações do homem em face de maiores realidades geográficas de âmbito mundial" (Democratic Ideals and Reality).

As partes norte, central e oeste dessa ampla região que é Área Pivot ou "Heartland", integram uma extensão plana contínua, uma vasta planície que a existência dos Montes Urais não traz solução de continuidade, desdobrada desde o divisor Ienessei-Lena até os Pirineus, que escoa da Ásia para a Europa pelo amplo corredor entre a borda sul dos Urais e o Mar Cáspio e se vai aperitando para oeste, comprimida entre as elevações dos sistemas germânicos e francês e o mar. Essa extensa planura, por Mackinder denominada a Grande Planície (Great Lowland), englobando a Sibéria Ocidental, o Turquestão e a bacia europeia do Rio Volga é fechada ao sul por um platô alongado, seqüência dos planaltos de Anatolia, do Irã e do Tibete, dos quais os dois últimos soldados à região hidrográfica ártico-continental.

A grande planície, livre de obstáculos, em grande parte revestida de vegetação herbácea, conubando-se com a Estepe Euro-asiática, permitiu, no curso da história, os amplos deslocamentos dos povos cavaleiros oriundos do Heartland-Hunos, Tártaros, Mongóis, Alanos, Turcos, Cíntios, Magiares, etc. — cuja elevada mobilidade lhes permitia ações decisivas sobre as populações agrícolas e sedentárias do Ocidente ou do Oriente.

Foram as estepes estendidas dos Montes Carpatos aos maciços da Ásia Central e das orlas sul da floresta Siberiana (a taiga), até o planalto do Irã, o berço da cultura cavaleira, a melhor pastora nômade, geratriz da sociedade de maior mobilidade que o mundo conheceu até então; armados com arcos e flexas, besteiros montados, os homens das estepes, com seus cavalos, formaram a mais poderosa "blitzkrieg" até o advento da arma de fogo, e devastagem, por milênios, as culturas sedentárias estabelecidas além da estepe, entre-gues às fainas da agricultura.

Como consagração, como tributo ao cavaleiro das estepes, verdadeiro monumento ao duo homem-cavalo, ergue-se a Grande Muralha da China, a maior obra, em volume, já produzida pelo engenho humano. Fruto de quinhentos e cinqüenta anos de trabalho, de incrível perseverança, foi erigida, por extensão superior a dois mil quilômetros, pelos povos sedentários da China, na esperança de que as ondas cavaleiras procedentes do interior pudessem ser

quebradas de encontro a seus bastiões.

A apreciação dos fatos históricos, a análise das incursões cavaleiras, não apenas oriundas das estepes do "Heartland" — Hunos, Tártaros, Mongóis, Mandchus e Turcos — como também das que se originaram nas estepes da Península Arábica, componentes da espetacular investida sarracena sobre a Cristandade nos séculos VII e VIII da Era Cristã, conduz à fixação de uma área de eleição, dentro da Área Pivot, para o desenvolvimento do poder terrestre em função de um possível domínio mundial.

De acordo com suas especulações, Mackinder conclui que na região da Europa Oriental está a chave para, através do poder terrestre e das integrações sucessivas, alcançar-se a dominação do Globo. E anuncia, em termos grandiloquentes e patéticos, a sua tese, para muitos profética, para outros nebulosa, misteriosa, incompreensível, genericamente uma advertência:

"Quem domina a Europa Oriental, controla a Área Pivot;

"Quem domina a Área Livre, controla a Ilha do Mundo;

"Quem domina a Ilha Mundial, controla o Mundo".

Eleita a Europa Oriental como posição-chave na política do poder terrestre, verifica o autor inglês que duas nações européias estão em condições muito favoráveis para concretizar o domínio dessa região: Alemanha e Rússia.

Nenhuma das duas estava em condições de, de per si, alcançar o

domínio desejado; aliadas ou através do controle da outra, uma delas poderia consolidar o que seria a primeira etapa na busca de controle mundial.

Assim, importava, para as Nações detentoras do poder marítimo, em impedir que tal fato se realizasse, convindo evitar que as duas nações citadas pudessem marchar para o objetivo — aliança ou predomínio, crendo Mackinder que o processo seria obstado pela ausência de fronteiras comuns. Daí a idéia preconizada em "Democratic Ideals and Reality" da criação de um cordão de estados-tampões na Europa Central, aceita pela Conferência de Versailles e que origina a série de países — Finlândia, Estônia, Lituânia, Letônia, Polônia, Tcheco-Eslováquia, Áustria, Hungria, Sérvia-Croácia-Slavânia (hoje Iugoslávia) e Albânia — dos quais os oito primeiros têm a finalidade de estabelecer um verdadeiro "cordão sanitário" entre a Alemanha (de após I Guerra) e a Rússia Bolchevique.

Teoria do Poder Marítimo

O Almirante norte-americano, Alfred Talyer Mahan, publicando três obras — "The influence of sea power upon History, 1660-1783", publicada em 1890, "The influence of sea power upon the French Revolution and Empire, 1793-1812", publicada em 1892, e "Sea power in its relation to the war of 1812", publicada em 1906, — passou, repentinamente, do obscurantismo da carreira militar para o cenário histórico, e nenhuma outra

pessoa iria influenciar tão profundamente a estratégia naval e a concepção do Poder Marítimo.

Suas idéias originaram uma longa e transcendente transformação na política naval dos Estados Unidos, ofereceram um suporte teórico para a determinação britânica de manter o "status quo" de primeira potência marítima, serviram de arcabouço ao impulso germânico de acender à disputa do poder marítimo e inspiram o pensamento naval da França, da Itália, da Rússia e do Japão.

Transbordando do campo específico do Poder Marítimo, a influência de Mahan far-se-ia sentir na orientação da política imperialista norte-americana, de que foi, no início de sua carreira como oficial de Marinha, um adversário, para tornar-se, mais tarde, um propagandista fervoroso, com a pregação da tese do "destino manifesto".

Seus trabalhos surgiram num momento propício, quando a técnica e a engenharia navais transpunham os últimos estágios da revolução industrial: com a substituição das velas enfumadas pelo vento, na impulsão dos barcos, pelo vapor das caldeiras; com a suplantação dos cascos de madeiras pelas chapas de ferro e pela couraça; com a transformação dos tubos dos canhões pelo raiamento. A cada passo, novas armas surgiram e a complexidade cada vez maior das tarefas no mar tendia à criação de tipos de navio de guerra cada vez mais especializados.

O tema central dos três trabalhos de Mahan, ligados à influên-

cia do Poder Marítimo sobre a História, é expresso pela importância básica do Poder Marítimo na conformação dos destinos das nações, ou seja que o Poder Marítimo é vital para o desenvolvimento, a prosperidade e a segurança nacionais.

Mahan interpretou a História Mundial, no seu sentido mais amplo, como a contínua disputa pelo domínio dos mares, para isso realizando um estudo profundo e intensivo dos fatos dos séculos XVII, XVIII e XIX, que podem ser designados como os séculos de ouro do Poder Marítimo, para concluir que a chave do poder mundial residia no controle das rotas marítimas de comércio.

Sendo o poder marítimo o fator primordial, Mahan procura analisar as condições que podem afetá-lo e define, por fim, seis fatores preponderantes e fundamentais que afetam o seu desenvolvimento e que são:

- 1º — Posição geográfica
- 2º — Conformação física
- 3º — Extensão territorial
- 4º — População
- 5º — Caráter nacional
- 6º — Instituições governamentais

Para o exame da posição geográfica como fator componente do Poder Marítimo, Mahan aprecia a insularidade da Grã-Bretanha comparando-a com a posição continental de suas duas maiores rivais dos séculos XVII e XVIII — França e Holanda. Plantada em sua base e estrategicamente situada, numa localização que, colocando-a a salvo de invasões partidas do Continente, não a afastava, entretanto, da ingerência nos negócios europeus,

a nação britânica podia concentrar sua Armada, usando-a simultaneamente para defesa de seu território e para bloqueio dos portos continentais. Já a França, debruçada sobre o Atlântico e sobre o Mediterrâneo, se via obrigada a repartir seus meios navais para atender as duas frentes; e a Holanda, soldada à continentalidade europeia, tinha sua frente terrestre presa a interesse das nações vizinhas, impedindo-a de se lançar totalmente para o caminho do mar. Pode ser dito que a posição geográfica particular da Grã-Bretanha permitiu a essa nação controlar as rotas de comércio que demandavam à Europa setentrional, situação que foi reforçada quando, pela aquisição de ilhas e posições estratégicas no Mediterrâneo (Malta, Gibraltar, Alexandria), esse controle pôde estender-se também à parte meridional da Europa, incorporando à esfera britânica de influência esse mar que "representou um grande papel na História Mundial, tanto do ponto de vista comercial como do militar, mais do que qualquer outro lençol d'água do mesmo tamanho". (1)

Da análise desses fatos históricos em face da posição geográfica, Mahan estabelece como conclusão que, se um Estado fica situado de maneira que não seja forçado a defender-se ou obrigado a estender-se para o Continente, todas as suas aspirações podem ser dirigidas para o mar. Tal unidade de solicitações lhe dará vantagem sobre outro Estado cujas fronteiras

(1) "The influence of Sea power upon History, 1660-1793".

ras sejam exclusivamente continentais.

A configuração física responderá, em larga escala, pela disposição de um povo em procurar e obter o domínio dos mares. O litoral é uma das fronteiras do país marítimo; quanto maior for a soldadura e a acessibilidade dessa faixa litorânea com a hinterlândia, maiores serão as tendências de seus habitantes em utilizarem o mar para suas relações externas. A geografia da costa comanda o acesso para o mar: boas baías representam forças potenciais e positivas no esquema do Poder Marítimo; costas inóspitas ou inacessíveis, desprovidas de portos, são um verdadeiro hiato no desenvolvimento desse Poder. Um país que tenha amplo desenvolvimento costeiro, porém sem pontos de soldaduras (obras e ancoradouros), dificilmente poderá, por si mesmo, desenvolver eficiente Marinha e adequadas relações de comércio. Imersos nesse determinismo geográfico estão os países da costa pacífica da América do Sul, o Continente Africano, de modo geral, e a grande e desolada península Arábica, por exemplo. Em contraposição, portos numerosos e profundos são fontes de riqueza e de força, sobretudo se localizados na embocadura de grandes rios navegáveis, que permitem o escoamento e a concentração dos produtos das regiões interiores. Belém, como portal da imensa bacia amazônica, Nova Orleans, no desembocar da grande bacia Missouri-Mississippi, Alexandria, sobre as bocas do delta do

Nilo, Buenos-Aires, no largo estuário platino, Hamburgo, na embocadura do Elba, Quebec, no estuário do São Lourenço, Xangai na foz do lang-tsé-kiang, são exemplos de portos dessa natureza, altamente privilegiados por suas específicas condições geográficas.

Na análise da configuração física, Mahan inclui também o estudo do clima e da produção natural. Dessa apreciação pode-se concluir que as condições adversas do território, refletidas na produção, representam um forte atrativo para a vida do mar, enquanto a existência de terras férteis, de elevada produtividade, criando condições favoráveis para a vida das populações, respondem pelo desinteresse desses povos pelas agruras e incertezas da vida marítima.

Como termos de comparação são estudadas as condições da França, da Holanda e da Inglaterra, para concluir sobre o fascínio que os caminhos do mar exercerão sobre batavos e britânicos, paralelamente à quase aversão que os franceses terão pela solicitação marinha. Face a uma França possuidora de clima delicioso e produzindo mais do que o necessário para seus habitantes, os chamados provindos do mar deveriam ser bastante débeis. Na Inglaterra, ao contrário, maltratada pela natureza, com solos ásperos e estéreis, os habitantes se sentiria atraídos para o intercâmbio marítimo e para a procura de novas áreas onde terras ricas e climas favoráveis possibilissem as riquezas que não existiam na metrópole, tornando-se os navegadores o

elo de junção entre a Mãe-pátria e as colônias. Mais que a Inglaterra, a Holanda viveu exclusivamente em virtude do mar; não existisse oceano e não existiria a nação batava. A pobreza do solo, a inospitalidade de sua costa obrigava os holandeses a buscarem no mar o seu sustento e, assim, foram sempre pescadores e, depois, navegadores e comerciantes, chumbados total e absorventemente às tarefas marítimas, e obrigados a trazer do exterior tudo que se torna necessário a sua vida, inclusive as próprias matérias-primas para a indústria da construção naval, fator que incidirá negativamente na sua potencialidade, como demonstrou a guerra travada com a Inglaterra entre 1651 e 1654.

Cabe lembrar, aqui, que, na apreciação dos fatores geográficos, a análise de Mahan se assemelha à de Toynbee, expressa em sua obra "A study of History", ao focalizar a importância do estímulo representado pelos "solos duros" na configuração e no crescimento das civilizações.

Outros elementos a ponderar na avaliação do poderio marítimo de um Estado são representadas pela extensão de seu território e por sua população. Deve haver uma correlação adequada entre o território e a população. Segundo Mahan, um país se assemelha a uma fortaleza — a guarnição deve ser proporcional ao perímetro do recinto. Um exemplo típico será dado pela Guerra da Sucessão dos Estados Unidos da América (1861-1865). A grande extensão litorâ-

nea dos estados sulinos, suas numerosas baías representariam elementos poderosos para apoiar uma força militar considerável, se a população existente nesses estados confederados tivesse uma relação de proporcionalidade, uma densidade razoável, capaz de equipar convenientemente seus exercícios e sua Marinha.

O caráter nacional e as aptidões são fatores essenciais para o sucesso ou fracasso de um povo navegador. O desejo de comerciar, a capacidade de produzir representam a característica nacional mais importante para o desenvolvimento do Poder Marítimo. Graças à posse, em grau elevado de capacidade produtora, e ao desejo intenso de intercambiar riquezas, pôde a Inglaterra tornar-se, não apenas a maior potência marítima, mas também o maior império colonial do Globo.

Por fim, o caráter do Governo representa outro ponderável fator para aquisição do poderio naval. Os sucessos mais brilhantes foram obtidos quando um governo capaz laborou perseverantemente no sentido de sustentar uma política firme, apta a orientar os interesses nacionais na direção do mar. O fato de haver o Governo da Inglaterra ficado nas mãos de uma única classe — A Aristocracia — durante um longo período de sua história, facilitou sobremodo a fixação e a manutenção de sua política (desde o reinado de Jaime I), no sentido de assegurar e eternizar a supremacia naval e, decorrentemente, a hegemonia comercial e colonial. Na França, muito embora os es-

forços desenvolvidos na época de Colbert, para criação de um grande poder Marítimo, tal política não sobreviveu ao seu Governo e, ainda mais, não foi convenientemente apoiada por um desenvolvimento comercial adequado à estruturação de um império colonial correlato.

A capacidade dos governos, sua inteligência e determinação estarão definidos na estruturação do Poder Marítimo através da fixação do tamanho da Armada e sua organização em tempo de paz, da rapidez e eficácia de sua mobilização para a guerra, da eficiência e valor combativo das guarnições, da possibilidade de apoio industrial à expansão desse poderio.

Apreciando devidamente tais fatores, Mahan, que fora, no início de sua carreira, um convicto anti-imperialista, transforma-se em pugnador das teses expansionistas, ao declarar que "no estabelecimento de colônias, um poder naval ganha um trato de terra em plagas estrangeiras, gera um caminho para os seus produtos, cria nova esfera de influência para suas exportações, abre novos horizontes e empreendimentos para seu povo e traz mais conforto, riquezas e poder para si mesmo". (1)

A falta de uma política expansionista em seu país será, para Mahan, um fato que responde, entre outros, por sua fraqueza marítima. "Os Estados Unidos não têm estabelecimentos coloniais ou militares no estrangeiro. Seus navios de combate serão assim, em tempo de guerra, como pássaro de terra, incapazes de voar longe da or-

la marítima. A procura de bases para reparo e abastecimento será o primeiro dever do governo desejoso de fazer crescer seu poderio marítimo".

"O fim prático de nossas pesquisas é tirar das lições da História certas deduções úteis ao nosso País e à nossa Marinha. Convém, então, que perguntemos até que ponto os Estados Unidos estão expostos a perigos sérios e necessitam da ação governamental para reconstituir suas Forças Navais".

Analizando outros problemas ligados a seu país, pugna Mahan por um desenvolvimento dos recursos internos, uma ampliação da produção para atingir à auto-suficiência e concluir que, para existir uma Marinha à altura do *destino manifesto* da nação norte-americana, necessário se torna a *abertura do istmo da América Central*, assegurando a rocade das esquadras do Atlântico e do Pacífico para concentrar meios onde e quando necessário.

Sua influência direta na política, por intermédio de seus amigos. Theodoro Roosevelt e Henry Cabot Lodge, levarão os Estados Unidos a buscar um destino mais amplo no além-mar que se objetiva com a conquista dos Arquipélagos do Hawaí e das Filipinas e das ilhas do pacífico, além do controle da Zona do Canal do Panamá.

A obra de Alfred Thayer Mahan, que reúne, além dos três livros básicos citados, inúmeros artigos e opúsculos, publicados em revistas, é destituída de sistematização, evitada de divagações, de descrições de combate navais, e,

dispersadas por todos esses documentos, encontraram-se idéias ligadas a seu conceito filosófico da História e à teoria do Poder Marítimo.

Ao contrário de Mackinder, cuja obra é inteiriça, orientada e estruturada no sentido da afirmação do Poder Terrestre em sua confrontação com o Poder Marítimo, as conceituações de Mahan e uma análise de suas idéias tornam-se muito difíceis sem o conhecimento global de seus trabalhos.

As vezes, no emaranhado de comentários, estudos de combates, apreciações sobre conduta dos povos, análises psicológicas das coletividades ligadas ao mar, etc., surgem trechos claros para precisar a sua tese da contínua predominância do poder marítimo sobre o terrestre.

No artigo "Hawai e o nosso futuro Poder Marítimo" (Hawaii and our future Sea Power), publicado na revista "The Forum", pode ser lido o seguinte trecho: "O mar, até aproximar-se da terra, simboliza o ideal de uma vasta planície, livre de obstáculos".

Mas sobre uma planície, embora monótona e sem acidentes, causas, possivelmente superficiais, determinam a concentração das populações em cidades e aldeias, e as comunicações necessárias entre esses centros criam as estradas. Onde tais caminhos se cruzam ou convergem, concentra-se também Poder, dependendo sua importância do número de rotas assim reunidas e do valor intrínseco de cada uma de per si. O mesmo acontece no mar. Embora o oceano não

oponha obstáculos a um navio que segue qualquer das numerosas rotas traçadas na superfície do Globo, entre dois pontos, as condições de distância ou de conveniência, de comércio ou de vento, prescrevem rotas usuais.

Quando essas rotas passam próximas a uma posição oceânica (isto é, uma posição terrestre debruçada sobre o oceano), ainda mais quando são utilizadas, sofrem certa influência, e, quando se cruzam, esta influência torna-se muito grande — é dominante.

Teoria do Poder Aéreo

Coube a Giulio Douhet, oficial italiano, externar as primeiras idéias sobre o papel que os meios aéreos poderiam desempenhar numa guerra. Tais idéias, expostas no livro "Il Dominio dell'Aria: Saggio sul'art della guerra aerea", publicado em 1921, constituem a base daquilo que se convencionou denominar de Teoria do Poder Aéreo, e foram mais tarde complementadas e aprofundadas com a publicação de outras obras: "Il dominio dell'Aria" (1927) e "Probabili aspetti della guerra futura; La Guerra de 19...", reunidas numa tradução francesa sob o título "La Guerre de L'Air".

Os pontos básicos da Teoria de Giulio Douhet são calcados nas grandes possibilidades ofensivas da aviação e no impacto que os ataques aéreos causariam sobre as populações civis distantes das frentes de contato.

Esses pontos são expressos aproximadamente da forma abaixo:

“— Os aviões representam um instrumento ofensivo de incomparável poder, contra a qual nenhuma defesa eficaz pode ser previsível”.

“— O moral das populações civis poderá ser abalado por meio de bombardeios aéreos dos diferentes adensamentos humanos”.

Para fixar as premissas de sua teoria, faz Douhet uma análise dos problemas da guerra em face do surgimento de um fato novo, que é a aviação:

“Assim, desde que na guerra terrestre e na guerra marítima, consideradas isoladamente, se encontram, e sem modificações substanciais, todas as causas que fixaram as características da última Guerra, nada de novo se tendo produzido, poder-se-á admitir logicamente que a guerra futura apresentará as mesmas características que a guerra passada”.

“Mas, se não houve nenhum fato novo fundamental em terra ou no mar, ao contrário, no ar produziu-se algo que tende a modificar o caráter mesmo da guerra e também sua fisionomia, sobre a terra e sobre o mar. Este fato novo é a afirmação decisiva da arma do espaço, da arma que, nascida com o grande conflito mundial, não pôde ter nele uma influência apreciável”.

“Assim, mesmo no curso da grande guerra, os cidadãos das nações beligerantes estavam repartidos em duas categorias: uma maioria vivendo e trabalhando para for-

necer os meios de combate a uma minoria que luta e morre. Tudo isto porque era impossível ultrapassar um “front” sem o haver, antes de tudo, rompido; mas, não é mais assim. O avião permite hoje transportar uma frente sem necessidade de seu rompimento” “A ação aérea não é afetada pelo que, desde os tempos mais recuados, determinaria as condições e as características da guerra. Ainda mais, ela se pode fazer sentir muito além do alcance das armas de fogo terrestres e marítimas. Não mais existirão regiões onde a vida seja segura e relativamente tranquila. O campo de batalha não mais poderá ser limitado; ficará circunscrito apenas pelas fronteiras das nações em luta. Todas as criaturas serão combatentes já que todos se acham diretamente ameaçados: a classificação em beligerantes e não-beligerantes não poderá mais subsistir.

Uma frente fortificada não protege mais o interior do seu país. Uma vitória na superfície não preserva dos ataques, se a ocupação do território não permitir destruir as forças aéreas. De tudo isso resulta inevitavelmente uma transformação radical do caráter de guerra e uma profunda modificação de suas formas. É evidente que o progresso contínuo da arma aérea na sua técnica e emprego deve propiciar uma diminuição constante do valor das armas de superfície, porque se encontrarão em condições cada vez menos favoráveis ao cumprimento de sua missão principal que é a de prote-

ger o país contra os ataques do inimigo".

"Uma verdade brutal mas incontestável deve impor-se ao nosso espírito e ficar em nossa mente: — o exército mais forte repartido sobre os Alpes e a mais forte marinha cruzando os nossos mares nada poderão fazer de verdadeiramente eficaz contra o inimigo convenientemente preparado e decidido a destruir Roma, Milão, Veneza ou qualquer outra de nossas cidades".

(Giulio Douhet — *La guerre de l'Air*).

Para concretização das premissas básicas, devem ser fixadas várias medidas, a saber:

"— A garantia de adequada defesa nacional é assegurada, num caso de guerra, pela possibilidade de conquistar o domínio do ar.

— Os objetivos principais dos ataques aéreos não serão os estritamente militares, mas as instalações industriais e os centros populacionais localizados bem distantes da faixa de contato das forças de superfície.

— A destruição da força aérea inimiga será buscada, não através do contato no ar, mas, e principalmente, pela destruição das instalações de terra, dos campos de pouso e das fábricas supridoras de material aeronáutico.

— O papel das forças de superfície será defensivo, apenas destinado a sustentar uma frente, impedindo o avanço das tropas congêneres adversas, em particular a ação contra as comunicações, indústrias, e o estabelecimento de força aérea, enquanto se desenvol-

ver a ação ofensiva pelo ar, com o objetivo de paralisar a capacidade do inimigo para manter seus exércitos e desgastar o moral de suas populações.

— No intento de obter economia de forças para o esforço total, o uso de aviões especiais de caça para a defesa contra a aviação adversa de bombardeio deve ser evitado. O equipamento básico de força deve ser o avião de combate, apto para realizar bombardeios e, ao mesmo tempo, atuar como elemento defensivo, ou, o que possa alternadamente ser usado nas missões de combate".

(Adaptado de "Makers of Modern Strategy" — Edward Mead Earle — Princeton University Press — 1948).

Justificando essas idéias, Douhet assim se expressa na obra citada anteriormente: Independendo da superfície, e mais rápido que qualquer outro meio de ação, o avião é a arma ofensiva por excelência.

A nação que adote a atitude ofensiva tem a vantagem de escolher seu objetivo e concentrar todas as suas forças. O adversário, que não sabe em que ponto será atacado, é obrigado a dispersar-se e esperar o ataque. É nisto que consiste essencialmente o jogo tático e estratégico da guerra.

Mais fácil e rápida seja a concentração, maior será o poder ofensivo. Enquanto a guerra se faz na base de pequenas massas leves e rápidas, o campo aberto ao jogo estratégico e tático é muito amplo, mas diminui pouco a pouco com

o crescimento das massas engajadas. Durante a Última Guerra (1914-1918), as massas sendo enormes e difíceis de movimentar, o jogo estratégico e tático, ainda mais se reduziu. A batalha não foi mais do que o choque brutal e direto das forças em presença.

Ora, o avião se desloca em todas as direções, com uma facilidade e uma velocidade superiores as de qualquer outro meio militar. Um avião situado no ponto "A" ameaça igualmente toda a superfície contida na circunferência que tem esse ponto por centro e raio de ação. Aviões, repartidos por toda a superfície do mesmo círculo, podem partir ao mesmo tempo e fazer massa no ponto "A".

As forças aéreas ameaçam então, de igual maneira, todo o território compreendido dentro de seu raio de ação. Podem partir de pontos diversos e chegar em massa sobre o ponto escolhido. São marcadamente aptas à ofensiva, pois deixam o adversário, até o último momento, na incerteza do seu objetivo e não lhes dão tempo para levar reforços ao ponto atacado.

O poder ofensivo do avião é tal que engendra mesmo uma consequência absurda em si: para se defender de uma ofensiva aérea, é necessário mais força do que para atacar.

... Conclusão, donde o absurdo mostra que o avião, se é arma ofensiva por excelência, não se presta para a ação defensiva.

... Para evitar o ataque das forças aéreas inimigas, não há meio prático, senão o que consiste em destruir essas forças. É sem dú-

vida certo — e certo depois de muito tempo — que se assegura a defesa das costas, não por canhões disseminados sobre toda sua extensão, mas pelo domínio do mar, ou seja impedindo o inimigo de navegar.

A superfície da terra representa, em relação ao oceano atmosférico, o papel que o litoral desempenha em relação ao mar. As condições são de todo semelhantes. Proteger-se-á então a superfície terrestre dos ataques aéreos, não repartindo por ela canhões e aviões de defesa, mas impedindo o inimigo de voar, ou seja, conquistando o domínio do ar.

... Para conquistar o domínio do ar, ou seja impedir o inimigo de voar, é necessário privá-lo de todos os meios de vôo, destruindo-os, seja nas usinas onde são produzidos, seja nas bases onde se abriga, seja no ar onde se deslocam. Esta destruição, no ar ou no território inimigo, não pode ser confiada senão aos meios aéreos. Diremos então: — O domínio do ar não pode ser conquistado senão por uma força aérea conveniente.

Daí tiramos o primeiro corolário, enunciando um princípio cuja feitura prática é fundamental: A defesa nacional não pode ser assegurada senão por uma força aérea apta, em caso de conflito, à conquista da superioridade aérea.

... Eu desejo hoje que se comece a dar às forças aéreas a importância que elas merecem e que se adote a fórmula média e transitória seguinte: Tender à diminuição progressiva das forças de terra e de mar e ao crescimento progres-

sivo das forças aéreas aptas a obter o domínio do ar. Resulta que, na sua constituição e emprego, uma força aérea apta a conquistar o domínio do ar, é independente das forças de terra e do mar.

... O exército do ar deve então responder a duas condições para representar um fator essencial de vitória:

— Estar apto a ganhar a batalha pelo domínio do ar.

— Estar apto, depois de ter conquistado o domínio do ar, a explorá-lo com as forças capazes de determinar ruptura das resistências materiais e morais do adversário.

A primeira das condições é essencial. Com efeito, um Exército do Ar que responda somente à primeira das condições, isto é, que é apto a vencer na luta pelo domínio do ar, mas incapaz de determinar a ruptura das resistências do inimigo, se encontra mais ou menos em condições: — de subtrair o território nacional e as condições marítimas dos ataques aéreos inimigos; — de submeter o território e o mar inimigos a seus próprios ataques.

Mas, não tendo a intensidade de ação necessária para provocar a ruptura das resistências materiais e morais, não poderá decidir uma guerra.

O resultado dependerá de luta em terra e no mar: É necessário, no entanto, observar que, nas condições precedentes, a luta se apresentará muito vantajosa para a nação que domina o ar, porque:

1º) ela tornará cegos o Exército e a Marinha inimigos, ficando

em condições de fornecer os olhos que verão longe seu próprio Exército e sua própria Marinha;

2º) ela estará em condições de desencadear ataques que, mesmo não chegando a quebrar completamente as resistências dos inimigos, poderão causar graves danos.

Assim, mesmo respondendo apenas à primeira condição, um Exército do Ar será ainda capaz de uma influência preponderante, na decisão de uma guerra.

Ao contrário, um Exército do Ar que responda às duas condições decidirá, ele só, do destino da guerra.

Conclui-se, então, que a defesa nacional não pode ser assegurada senão por um Exército do Ar de potência conveniente".

As idéias de Douhet foram recebidas com certo ceticismo e só foram aplicadas no campo prático, nos seus propósitos maiores, em seu país natal.

As demais potências utilizaram-nas parcialmente, sem perceber que se tratava de uma unidade complexa, cujo fracionamento comprometia a própria essência.

Sobre a Teoria do Poder Aéreo de Giulio Douhet, assim se expressou o Marechal Pétain:

"O trabalho de Douhet é uma inexaurível fonte para meditação. A notável doutrina que estabeleceu deverá ter uma influência decisiva nos próximos acontecimentos. Convencional em suas proposições iniciais e em seus métodos, destaca-se pelas conclusões a que conduz. É preciso cuidado para não tratar superficialmente, como um sonhador utópico, um homem que

poderá mais tarde ser olhado como um Profeta".

(Palavras do Marechal Pétain, transcritas no livro do Coronel P. Vauthier — *La Doctrine de Guerre du General Douhet*, Paris, 1935).

De todas as nações que se empenharam no Segundo Conflito Mundial, onde a tese do poder aéreo será devidamente testada, será talvez a França aquela que, por não considerá-la no seu devido valor, mais sofrerá os impactos, pelo menos nas primeiras fases de campanha, da evolução e consagração dos meios do ar na estratégia mundial.

Mitchell e Severski

Nos Estados Unidos, dois grandes pioneiros lutaram pela aceitação do novo conceito do Poder Aéreo e da Estratégia Aérea, no período entre as I e II Guerras Mundiais — Mitchell e Seversky.

William Mitchell nascido na França e criado em Milwaukee, Estado de Wisconsin, depois de ter estudado na Universidade George Washington, sentou praça no Exército como soldado, em 1898, e alcançou o posto de Brigadeiro, em 1920. Serviu na guerra contra a Espanha, na campanha das Filipinas, conflito na fronteira do México que precedeu ao envio de tropas norte-americanas ao teatro europeu e, por fim, na I Guerra Mundial, como comandante do setor das Unidades Aéreas, das Forças Expedicionárias norte-americanas, nos anos de 1917 e 1918.

Por sua atuação na I Grande Guerra nessa fase pioneira da apli-

cação do Poder Aéreo, quando teve muito que aprender com seus aliados franceses e ingleses, e com o próprio inimigo alemão, naquela época em que os pequenos aviões de combate levavam um motor pesando cerca de 500 kg, com autonomia de vôo de 200 km e a velocidade que não alcançava a 100 km/hora.

Falando francês fluente e havendo precedido na Europa à chegada da Força Expedicionária comandada pelo General Pershing, à qual se integraria, teve oportunidade, nos primeiros anos do conflito, de observar a organização e a tecnologia das também incipientes Forças Aéreas da França e da Inglaterra. Aprendeu a dirigir os aviões europeus envolvidos no conflito, a tática empregada, suas virtudes e deficiências e, principalmente de conhecer os principais aviadores aliados, daquele pequeno grupo de guerreiros do ar que então se formava.

Terminado o conflito mundial recebeu do General Pershing, Comandante da Força Expedicionária norte-americana, o mais encomiástico elogio por seu espírito pioneiro, sua coragem no combate, sua capacidade de absorver e aplicar com rara eficiência as novas técnicas e táticas aéreas.

Voltando aos Estados Unidos, dedicou-se com denodo e afinco ao mister de criar e organizar a Força Aérea. Escreveu os livros "Our Air Force" (1921); "Winged Defense" (1925), "Skyways" (1930). Logo que regressou do conflito conheceu Alexander de Seversky, um ex-piloto soviético

naturalizado norte-americano, devotado entusiasticamente à causa da nova estratégia aérea.

A experiência de ambos e suas inteligências colocadas a serviço de causa da avaliação da influência de uma força aérea nas guerras futuras produziram o manancial de estudos e livros que, no período de entre-guerras, alimentaram viva a polêmica que abalou a estrutura e a doutrina militar norte-americana.

Seversky fundou uma fábrica de aviões em 1922 e começou a pesquisar e a inventar novos modelos que proporcionaram grande avanço ao desenvolvimento da capacidade militar dos aviões de guerra. Escreveu os seguintes livros: "Victory Through Air Power" (1942) e "Air Power — Key to Survival" (1959). Foi honrado com o recebimento da medalha da Universidade do Ar por sua valiosa contribuição aos progressos técnicos e aos estudos sobre o emprego estratégico e tático da aviação militar.

De regresso do teatro de operações europeu, Mitchell foi nomeado Diretor de Aeronáutica Militar, subordinado ao Exército. Quando pretendeu assumir este posto, verificou que o mesmo havia sido abolido e substituído pelo de Chefe dos Serviços do Ar a cargo de um general de infantaria. Mitchell foi designado Oficial de Operações desse novo Serviço. Aí começou a sua luta que durou até os primeiros meses de 1926, quando foi condenado por uma corte marcial e teve sua patente cassada por cinco anos, sem fazer juz a

nenhum vencimento ou vantagem.

No período de 1920 a 1926, Mitchell lutou denodadamente para que a Força Aérea viesse a se constituir em serviço independente. Procurou provar, através de centenas de artigos e propostas ao Congresso, além de seus livros, que o surgimento da aviação militar havia já mudado o quadro estratégico da guerra e que, no futuro, com os desenvolvimentos técnicos que vinham sendo alcançados cada ano, a decisão bélica dependeria da supremacia aérea.

Mitchell provocou tremenda polêmica com a Marinha de seu país quando, diante do Congresso, afirmou "que os dias dos navios de guerra de superfície estavam contados, que a Força Aérea poderia destruir ou afundar qualquer tipo deles", acrescentando, "pelo preço de um simples encouraçado a nação poderá dispor de mil bombardeiros pesados".

Por pressão do Congresso, a Marinha concordou em submeter vasos de guerra fora de serviço e outros apreendidos aos alemães às provas de bombardeio aéreo propostas por Mitchell. Seguiu-se o período emocionante de testes — vasos de guerra contra aviação militar.

Mitchell preparou-se para os testes reunindo, na Base Langley, uma Brigada Provisória do Ar, com 1.000 homens e 250 aviões (DH-4B, SE-5 e Martin MB-2, Hanley Page 0-400).

Após vários exercícios de bombardeio real a vasos de guerra, nos anos de 1921, 1922 e 1923, nos quais foram afundados ou co-

locados fora de combate os ex-navios alemães — submarino U 117, destroyer G-102, cruzador Frankfurt e encouraçado Ostfriesland — além do velho encouraçado norte-americano IOWA e outros barcos menores, acirrou-se a polêmica sobre a necessidade de uma força aérea independente e a importância estratégica da arma aérea no quadro da guerra moderna, e tão apaixonado se tornou Mitchell diante das resistências encontradas diante da evidência, que terminou ele próprio sacrificado e vítima do processo e condenação referidos acima.

Deve-se a Alexandre Seversky, a mais explícita concepção geopolítica baseada no Poder Aéreo, apresentada em sua obra "Air Power Key to Survival". Seversky subordinou claramente os Poderes Terrestres e Marítimo ao Poder Aéreo. Defendia a posição de que a supremacia aérea completa era fundamental para o domínio do Bloco antagônico, reconhecia o enorme esforço necessário para dispor dessa capacidade e considerava os EUA com poder suficiente para tanto e considerava essa mais econômica do que se adotada a estratégia de obtenção da superioridade nos três ramos das Forças Armadas, (menor dispêndio de dólares).

Já na idade dos foguetes e bombardeiros de longo alcance, Seversky considerava desnecessária a ocupação de bases no exterior. Como a maioria dos geopolíticos europeus e norte-americanos, Seversky praticamente só considera o hemisfério norte e, baseado em

estudos geográficos em projeção polar, concebeu que a decisão entre o Velho e o Novo Mundo se travaria na região polar, e não nos oceanos ou nas terras da Europa. Considerou que, na verdade, existem duas *Heartland*, uma na URSS e outra nos EUA (USA Industrial Heart). Com um compasso de raio equivalente ao alcance dos bombardeiros de longo alcance, Seversky traçou uma circunferência com centro nos EUA e uma elipse com centro na URSS, concluindo que a área de superposição do círculo e da elipse seria a "area of decision"; a área não-comum do círculo e da elipse, de domínio respectivo dos Estados Unidos e da Rússia. Na figura que elucida sua teoria, a maior parte da América Latina está na órbita americana e a África quase toda sob influência soviética. O Brasil, nessa teoria, seria, com outros países da América do Sul, reserva de suprimentos dos Estados Unidos. A Obra de Seversky é de 1950 e muita coisa mudou, principalmente com o acesso à tecnologia nuclear de países como a Inglaterra, a França, a China e a Índia. Em publicação mais recente (1961) "America Too Young to Die", as idéias de Seversky pouco mudaram e ele ainda afirma: "ou se controla todo o espaço aéreo a volta do Globo, ou não se controla nada"; "a menos que tenhamos perdido nosso senso estratégico, não devemos empenhar-nos em guerras limitadas"; "o fato é que em qualquer dos territórios contíguos à Rússia ou à China, as forças comunistas não podem ser detidas por guerras

limitadas. O mesmo se aplica à África e a outros continentes". "Seria mais prudente olhar para as nações da América Central ou do Sul, nossos vizinhos neste hemisfério, antes de nos dispersarmos sobre a África e a Ásia". "A nossa única esperança é tornar o nosso heartland numa base invencível, a partir da qual possamos projetar a nossa ofensiva contra qualquer parte do mundo". Essas idéias dogmáticas e de sentido isolacionista tem tido grande aceitação na opinião pública americana e no próprio Governo dos EUA.

A Guerra Nuclear e Guerra Aeroespacial

O advento da bomba atômica, lançada pela primeira vez num conflito bélico, em agosto de 1945, em Hiroshima e Nagasaki, mudou completamente a fisionomia da guerra. Foi como que o aparecimento da super arma, da tão ansiada arma secreta com a qual Hitler procurou encorajar as suas Forças em declínio, dizendo-se possuidor de um engenho infernal com o qual desequilibraria qualquer confronto de meios bélicos convencionais.

As duas bombas atômicas, lançadas sobre o Japão, imobilizaram todas as defesas japonesas pela violência de seus efeitos de sopro, térmicos e de radioatividade, criando uma área de destruição material e de morte jamais imaginada. Apenas estes dois engenhos atômicos, de potência hoje considerada mínima, de 20 kilotonas, causaram muito mais destruição e

morte do que todas as demais bombas explosivas e incendiárias lançadas antes sobre o Japão, durante quatro anos de guerra.

Não há dúvida que, o advento da arma nuclear revolucionou a arte da guerra.

Posteriormente, avanços extraordinários foram alcançados nestes anos de pós-guerra, pelos Estados Unidos e pela União Soviética, na produção de armas nucleares. A bomba de fissão foi superada por outra muito mais poderosa, destrutiva e mortífera — a bomba de hidrogênio (fusão) ou termonuclear — cuja potência é mil vezes mais catastrófica do que as bombas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki (de 20 kilotonas).

Um verdadeiro impasse, o impasse produzido pelos efeitos de destruição sem precedentes e inimagináveis que poderão ser desencadeados por uma guerra nuclear, efeitos aos quais nem mesmo as superpotências nucleares sobreviverão, torna a guerra nuclear ilimitada, ilógica e inadmissível, seria aceitar o suicídio nacional coletivo inclusive para quem a desenca-deasse.

A esse poder destrutivo colossal, inimaginável, representado pelas armas nucleares, veio se acrescentar o extraordinário desenvolvimento dos mísseis após a II Guerra Mundial. O míssil no quadro da guerra nuclear é o transportador ideal da bomba acoplada à sua cabeça. Os mísseis balísticos são transportadores de uma ou

várias cabeças, nucleares, eletronicamente dirigidas a objetivos diversos. Não há maiores problemas de distâncias nem de precisão sobre os objetivos escolhidos. O alcance do míssil balístico permite o ataque e a represália entre as duas superpotências, sem necessidade de bases intermediárias e sua precisão é guiada por radares.

Esta combinação bomba nuclear — míssil balístico transformou a possibilidade de uma guerra nuclear numa verdadeira hecatombe para a humanidade inteira.

Para conter essa hecatombe, surgiu a chamada *dissuasão estratégica*, que significa paralisar o adversário pela ameaça de prejuízos inaceitáveis. O teórico da dissuasão estratégica é o francês General André Beaufre.

Diz Beaufre em seu livro "Dissuasion et Strategique" — "A dissuasão procura impedir que uma potência inimiga tome a decisão de empregar as suas armas nucleares, ou seja, de atuar e reagir em face de uma situação criada, por meio de um conjunto de disposições que representam uma ameaça suficiente. É, em suma, um resultado psicológico de contenção que se busca por meio de uma ameaça. Este resultado psicológico procede da imposição de um cálculo no qual o adversário é obrigado a comparar os riscos que corre com o valor do objetivo almejado, o efeito esperado versus os riscos e as incertezas da represália".

O aparecimento da bomba nuclear e do míssil balístico obrigaram os estadistas a rever todos os conceitos aceitos até o final da II

Guerra Mundial sobre o Poder Terrestre, o Poder Marítimo e o Poder Aéreo.

Diante das alternativas da III Guerra Mundial, procuram pela dissuasão impedir a guerra nuclear ilimitada, admitem o emprego de armas nucleares de alcance tático (abrangendo apenas os teatros de operações) e desenvolvem o campo da guerra convencional através da previsão de um amplo emprego de mísseis e satélites, da aplicação dos mais modernos recursos da indústria e da tecnologia e de instrumentos eletrônicos de controle e precisão que aperfeiçoam e aumentam a potencialidade das consideradas armas convencionais e a eficácia das Forças de Terra, Mar e Ar.

Mais recentemente surgiu a chamada "guerra nas estrelas", lançada através de uma proclamação do Presidente Ronald Reagan, de março de 1983. Nesta proclamação ele convoca os cérebros do mundo científico norte-americano para se aplicarem no gigantesco projeto baseado no emprego de raio laser, partículas radioativas e satélites por meio do qual pretende levantar um escudo protetor sobre o espaço que cobre o território de seu país. Trata-se do estabelecimento de um sistema defensivo utilizando armas e engenhos não nucleares capaz de desintegrar, na sua trajetória, as armas nucleares lançadas ofensivamente.

Assim, a novíssima perspectiva para a guerra tecnológica é a "guerra nas estrelas".

BIBLIOGRAFIA

- DOUHET, Giulio — "Il Dominio dell'Aria: Saggio sul'arte della guerra aérea".
- DOUHET, Giulio — "La Guerra de l'air".
- EARLE, Edward, M. — "Makers of Modern Estrategy".
- HAUSHOFER, Karl — "Dei Nipon: Be- trachtungen über Gross Japon Wohrkraft".
- HERÁCLITO de Efeso — "Fragmentos".
- KJELLÉN, Rudolf — "Der Staat als Lebens- form".
- MAHAN, Alfred Tahyer — "The influence of sea power upon History, 1660-1783".
- MAHAN, Alfred Tahyer — "The influence of sea power upon the French Revolution and Empire, 1793-1812".
- MAHAN, Alfred Tahyer — "Sea power in its relations to the War of 1812".
- MAHAN, Alfred Tahyer — "Hawaii and our future Sea Power".
- MACKINDER, Sir Halford J. — "The Geo- graphical Pivot of History".
- MACKINDER, Sir Halford J. — "Democratic Ideals and Reality".
- MACKINDER, Sir Halford J. — "The Round World and the Winning of Peace (in Compass of the World, A Symposium Political Geography)".
- RATZEL, Frederic — "Politische Geographie".
- RATZEL, Frederic — "Die Erde un das Leben, Eine vergleichende Erakunde".
- SCHUBART, Walter — "Europa and die Seele dos Ostens".
- SPLENGER, Oswaldo — "Der Untergang dos Abenlandes".
- TOYNBEE, Arnold J. — A Study of History".
- VANTHIER, Cel. Paul — "La Doctrine de Guerre du General Douhet".
- MATTOS, Carlos de Meira — "Brasil — Geopolítica e Destino" — Editora José Olympio, 1975.
- MATTOS, Carlos de Meira — "Geopolítica e as Projeções do Poder" — Editora José Olympio, 1977.
- BEAUFRE, André gen. — "Strategie".
- BEAUFRE, André gen. — "Dissuasion et Stratégie".
- LIDDELL, Mart — "Estratégia".
- WANDERLEY, Lavanère — "Estratégia Militar e Desarmamento".



O General-de-Divisão R/1 Carlos de Meira Mattos é autor de numerosos trabalhos no campo da Geopolítica, destacando-se "A Geopolítica e as Projeções do Poder" e "Projeção Mundial do Brasil". Ex-Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, com sede em Washington, DC, EUA.



"AS COMUNICAÇÕES NA URRS"

Humberto José Corrêa de Oliveira

"Vivemos a "Era da Eletrônica", a "Idade de Ouro das Comunicações", a "Guerra Eletrônica" e o "Milagre do Computador"; porém, quem dominar o espectro eletromagnético sairá vencedor das guerras e conflitos do fim deste século e do século XXI".

INTRODUÇÃO

As comunicações tornaram-se um fator altamente predominante em todas as situações do combate moderno, com reflexos, inclusive, no estado psicológico do combatente. Outro fator que se avulta é a dependência eletrônica e suas múltiplas aplicações na Arte da Guerra, tornando o binômio comunicações e eletrônica tão íntimos e interpenetrantes, que sem eles, as forças armadas modernas não poderão combater neste fim de século

e, com mais forte razão, no próximo.

A revista militar "A Defesa Nacional" ao publicar minha contribuição intitulada: "As Comunicações Táticas no Exército Soviético", no nº 706, de Mar-Abr/83, estimulou-me a continuar nas pesquisas sobre as comunicações nas Forças Armadas da União Soviética, como um subproduto dos estudos doutrinários, levados a efeito, no complexo campo da Guerra Eletrônica.

As fontes de informações sobre o aludido assunto são raras, difíceis de encontrar e acredito

que, até certo ponto, não são muito precisas.

Os assuntos ligados às comunicações soviéticas são pouco difundidos pelas publicações militares ocidentais, mais voltadas para armas e sistemas produzidos pela União Soviética e demais países do Pacto de Varsóvia, por serem assuntos mais espetaculares para os leitores. Além disso, todos os temas soviéticos ligados às comunicações e à eletrônica estão cercados do mais elevado grau de sigilo, vasando muito pouco para o Ocidente, ávido de curiosidade nestes importantes campos da atividade militar. A estrutura do regime soviético mantém o cidadão no interior de um sistema fechado, controlado, centralizado e com a mínima possibilidade de ver, saber e conhecer um pouco mais além do que o Estado permite. Seus aliados, durante a 2ª Guerra Mundial, muito pouco acesso tiveram à estrutura militar soviética e, após o término daquele conflito geral e com o advento da Guerra Fria, a situação tornou-se mais difícil.

A União Soviética com a sua participação indireta nos conflitos localizados na Coréia, Vietnã e dos árabes contra Israel, possibilitou que os países ocidentais tivessem acesso à sua doutrina e a uma grande gama de materiais militares.

8b Foi na Guerra do Yom Kippur que o Mundo Ocidental teve acesso à tecnologia militar soviética, devido à grande quantidade de tipos de materiais capturados pelas

forças de Israel aos árabes. Tal ocorrência possibilitou, ver a existência de uma grande lacuna tecnológica nos materiais de procedência soviética, em especial no que concerne aos das comunicações e de eletrônica, quando comparados com os produzidos pela maioria dos países ocidentais, que participam do mercado internacional de material bélico.

Sabemos que a URSS tem procurado obter no Ocidente, por todos os meios possíveis e com a maior rapidez, a tecnologia de fabricação de equipamentos e sistemas envolvendo comunicações e eletrônica. Tal fato tem preocupado o Governo dos Estados Unidos e isto foi claramente dito, recentemente, por um alto funcionário da Secretaria de Defesa, com a seguinte expressão:

"Parem os soviéticos na aquisição extensiva da tecnologia Ocidental relacionada com assuntos militares, pois se assim não for feito será a efetiva apropriação de nossa própria sociedade, por se tratar do mais complexo e urgente problema com o qual se defronta hoje o Mundo Livre".

Temos observado a crescente influência soviética em todos os continentes, após o fim da 2ª Guerra Mundial e na América Latina já temos Cuba e Nicarágua adotando armamento e a Doutrina Militar Soviética, enquanto que o Peru conta com meios blindados e anti-aéreos fabricados pela União Soviética.

UMA PASSAGEM PELA HISTÓRIA E COMUNICAÇÕES NA AVIAÇÃO

A história sempre nos oferece argumentos para a meditação, pois invariavelmente os eventos se repetem, apenas com outras roupagens e personagens. O Manual Telefônico e Telegráfico do Exército Vermelho foi publicado em 1923, porém suas organizações só receberam os primeiros materiais e conjuntos-rádio em LF, a partir de 1926.

O primeiro enlace doméstico em HF só entrou em funcionamento na URSS, em 1927, ligando Moscou a Tashkent, e as Forças Armadas iniciaram o emprego das comunicações em HF logo depois.

Em 1931, a União Soviética introduziu o uso do rádio em freqüências acima de 30 MHz com o RV-61. Em 1933, as forças soviéticas receberam os rádios denominados 6PE e 54K, que operavam em HF, o 71TK para emprego nos carros de combate e os 11AK, 11SK e 13SK para os aviões. Dos citados equipamentos, apenas o 71TK foi empregado durante a 2ª Guerra Mundial.

Os relatórios históricos sobre as operações soviéticas na Finlândia atacada pela URSS em novembro de 1939 e contra as forças alemãs a partir de 1943, revelam que as comunicações solo-ar foram deploravelmente inadequadas, devido à qualidade dos materiais empregados.

Durante a "Grande Guerra Patriótica" (2ª Guerra Mundial), a

maioria dos blindados soviéticos não possuía rádios e quando existiam, estavam instalados nos carros dos comandantes de escalações, tornando-os alvos prediletos para os carros de combate e armas anticarro alemães. Para a ligação entre os blindados, os soviéticos utilizavam sinais feitos com bandeirolas ou com os braços. Nos aviões a situação também era muito difícil, pois a falta de rádios na maioria dos aparelhos, obrigavam os comandantes de esquadrias e pilotos sinalizarem entre si com as mãos, obrigando-os a abrir a cobertura da carlinga, cujo vidro era praticamente opaco e notoriamente fabricado com material tecnologicamente inferior.

Se recuarmos à 1ª Guerra Mundial, vamos encontrar a Marinha Imperial Russa empregando em seus navios de guerra, rádios de fabricação alemã e de outros países ocidentais, no início do conflito, até que uma fábrica de aparelhos radiotelegráficos iniciou a produção em 1915. Este fato demonstra, que aquela força entrou na guerra completamente despreparada, com materiais estrangeiros, inclusive produzidos pelo seu principal inimigo.

Em 1924, a Marinha do Comintern só possuía rádios com alcance operacional da ordem de 550 km. Em 1930, foi iniciada a produção de rádios que podiam operar na faixa de MF, seguidos pelos receptores Dozor, em HF, dois anos mais tarde.

Durante a 2ª Guerra Mundial os aviões de caça 11-2 Stormovik e Yak, foram equipados com rá-

dios de canal único, com baixa potência (30W), em HF, denominados série RSI (Rádio Stantsiya Istrebitel'naya), RSI-3, RSI-4 e RSI-6.

Como já foi dito anteriormente, a maioria dos aviões de caça soviéticos não possuía rádios exceto os interceptadores noturnos da PVO (divisão de defesa aérea) e os líderes de ataque. O radiobússola RPK-2 era uma cópia do Bendix, e operava entre as freqüências de 168 e 1.000 kHz.

Durante a guerra, seus sistemas de navegação incluíram radiofárois onidirecionais e direcionais, com alcance operacional superior a 1.200 km e estações de radiogoniometria de pista de aterragem, operando em freqüências entre 3.800 e 4.150 kHz.

O Estado-Maior do Ar Soviético estabeleceu, em setembro de 1942, uma nova seção de navegação, encarregando-a com a tarefa de aumentar o apoio terrestre ao serviço de navegação aéreo. Os primeiros meios empregados foram: radiofárois, sinalizadores pirotécnicos, sinalizadores luminosos e fogueiras. Os radiofárois foram provavelmente baseados no Sistema de Aterragem Cega Lorenz, de procedência alemã, que operava em 30 MHz e fora utilizado nos aeroportos europeus nos anos de 1930.

No final da guerra, em 1944, os interceptadores noturnos foram equipados com o receptor de orientação RPKO-10, que operava em LF, entre 270 e 850 kHz. Os aviões de bombardeio de longo al-

cance soviéticos tinham a desvantagem de estarem ou não equipados com os sistemas alemães X e Y ou com os de procedência aliada tipo Oboe ou Gee VHF.

A URSS copiou a Super Fortaleza Voadora B-29, de fabricação norte-americana, que sob a designação de Tu-4 passou a equipar a divisão aérea. Em 1950, estes aviões ainda permaneciam sem meios de auxílio à navegação.

Quando os aviões a jato MIG-15 (Fagot - designação da OTAN) apareceram nos céus da Coréia em 1950, os seus "avionics" incluíam o rádio RSI-6 em HF e o radiobússola RPKO-10, ambos desenvolvidos em 1943. Um MIG-15 melhorado voou mais tarde, com "avionics" composto de: um transceptor em VHF, (RSI Ultrakorotkykh Vol'n) RSIU-3M, um receptor farol MRP-48P e um radiobússola ARK-5. Estes equipamentos foram desenvolvidos após a 2ª Guerra Mundial, provavelmente, com a colaboração de cientistas alemães capturados e tecnologia pedida emprestada. Embora algumas referências quanto à designação dos materiais sejam conflitantes, dificultando as pesquisas, novos rádios em VHF foram fornecidos às Forças Armadas.

O interceptador de defesa aérea Mig-19 (Farmer), em 1954, possuia o rádio RSIU-4 (ou R-801), em VHF; o MIG-21 (Fishbed), mais tarde, foi equipado com o rádio RSIU-5 (ou R-802), também operando na faixa de VHF. Os MIG-21 também foram dotados com o rádio R-831, que opera em UHF, e um rádio para

comunicações de dados, em VHF, tipo ARL-S.

Os aviões de bombardeio Tupolev e os interceptadores de longo alcance Yak, estão equipados com rádios em HF, tipo RPS, R-807 e R-837; rádios em VHF, tipo R-801 e R-802; o Tu-16 (Badger C) com um equipamento para comunicações de dados A346Z, operando na faixa Ku (12,5 a 18GHz); e o Tu-26 (Backfire B), dispunha de um RBS-70, em HF.

Embora as freqüências e os "avionics" especificamente militares dos soviéticos estejam sob rigoroso sigilo, em 1965 tornou-se conhecido, que os rádios instalados nos helicópteros Mi-8 (Hip) eram similares aos que equipam os aviões.

O avião Yak-28 (Brewer B/C) estão dotados de R-802 (VHF) e R-837 (HF) enquanto que o Yak-28 (Brewer E e D) estão equipados com rádios R-802 e R-847 (VHF).

O transceptor em HF, tipo R-842 opera nas freqüências entre 2 e 8 MHz, com um alcance operacional da ordem de 1.000 km.

O transceptor em VHF, tipo R-860 opera entre 118 e 135 MHz e tem um alcance operacional da ordem de 100 km.

O rádio IL-62 (Landash) opera nas freqüências de VHF, enquanto que o HF Mikron possuia uma larga faixa entre 2 e 24 MHz.

O rádio Yadro-2 é um material de canal fixo, opera em telefonia e telegrafia simplex entre a tripulação das aeronaves e as estações dos aeroportos. É composto de um transceptor, acoplador de antena e um painel de contro-

le. Opera em HF, entre 2 e 30 MHz, com uma potência de 400W e o conjunto pesa cerca de 33 kg, podendo operar entre - 55° até + 55° C.

O sistema Polyet, também empregado pela aviação civil da União Soviética, é composto pelo transmissor Polyet-1A e pelo receptor Polyet. O Polyet-1A é um sistema de transmissão com base no solo, em VHF, para efetuar comunicações solo-ar. Ele é empregado para transmitir em telefonia ou dados nos canais de tráfego aéreo, com emprego independente nos centros de comunicações automatizados e como um excitador em sistemas de transmissão de potências. Opera nas freqüências entre 100 e 149, 975 MHz, com o espaçamento de canal de 25 kHz e uma potência de saída de $\geq 5W$.

O receptor Polyet, opera em VHF, para comunicações solo-ar, recebendo telefonia e dados nos canais de tráfego aéreo. Cobre a mesma freqüência do Polyet-1A, com espaçamento de canal de 25 kHz. Tanto o transmissor como o receptor operam com um sistema de antena de 50 ohms de impedância. A modulação do transmissor pode ser feita por meio de um microfone, de linha telefônica ou de um sistema de dados. A saída do receptor permite a ligação de telefones, autofalante externo, uma linha telefônica, um gravador de fita ou uma unidade de processamento de dados.

Este sistema é muito provável estar em uso pela aviação militar.

Em 1975, o Tenente Viktor

Belenko escapou para o Ocidente, pilotando seu MIG-25 (Foxbat), que segundo os analistas ocidentais, tem uma excelente capacidade para reconhecimento fotográfico e eletrônico. Com a captura do avião, os analistas tiveram uma rara oportunidade para verem os modernos equipamentos eletrônicos de fabricação soviética. Belenko afirmou que a freqüência operacional de seu rádio era tão estreita, que apenas podia se comunicar com outros MIG em vôo.

Ele também afirmou que as freqüências operacionais usadas no tempo de paz eram diferentes das do tempo de guerra e que ambas não eram do conhecimento das Info Elt (informações eletrônicas) Ocidentais. Os MIG-25 têm a possibilidade de receber informações em salvas muito curtas e incorporam excelente circuito contra interferência e segurança de interceptação.

De acordo com o manual da Força Aérea da União Soviética, o segmento decimétrico da faixa de ondas ultra curtas (UHF) é o empregado.

A URSS é um país de dimensões continentais, com fronteiras terrestres muito longas e obviamente com vastas áreas para dar segurança, para atender suas necessidades aéreas, o controle da navegação é a chave das operações aéreas. O PVO liga um completo sistema de radares de longo alcance e de guiagem para interceptar os intrusos que tentem penetrar no espaço aéreo soviético; além disso, dois sistemas de enla-

ces de dados operando em VHF estão em funcionamento. Desde 1960, o PVO tem seus aviões equipados com sistemas de comunicações de dados Markham e equipamentos ARL-S montados nos aviões, ambos operam em VHF.

Os aviões de bombardeio de longo e médio alcance tais como o Mya-4 (Bison B, C), Tu-16 (Badger A, G), Tu-22 (Blinder A/B), Tu-22M (Backfire B), Tu-95 (Bear), Il-28 (Beagle) e Yak-28 (Brewer B, C) empregando sistema de navegação de curto alcance tipo RSBN-2, em VHF, desde os anos de 1950. A maioria dos aviões de fabricação soviética está equipada com velhos materiais de navegação militar RSBN, em muitos similares ao sistema TACAN (tactical air navigation) de procedência norte-americana.

Há indícios que os soviéticos podem substituir os sistemas de navegação antigos por um via satélite intitulado Glonass, possuidor de características muito melhores do que os atualmente em uso.

Os aviões de sistemas de alcance e controle, do tipo Tu-126 (Moss) estão dotados com um equipamento de navegação de longo alcance A321A e um de curto alcance RBS-2; nas comunicações estão dotados com rádios: R-837, em HF; RSIU-5, em VHF; ARL-S, para enlaces de dados, em VHF; e R-831, em UHF.

Como na União Soviética é difícil de separar os materiais de emprego civil dos equipamentos militares, podemos citar o transmissor/receptor Briz e Orlan para aeronaves como exemplo. O trans-

missor/receptor Briz destina-se às comunicações entre aeronaves (aviões e helicópteros) e os controladores do tráfego aéreo; opera em VHF, nas freqüências de 118 a 136,975 MHz, com o espaçamento de canal de 25 kHz com a potência de saída de 5W. Suas dimensões são tão pequenas que é possível montá-lo no painel de instrumentos da aeronave. O Orlan também opera na mesma faixa de freqüência do Briz, destina-se às comunicações rádio entre as aeronaves e os controladores de tráfego e para a troca automática de dados ar-solo. O conjunto transmissor/receptor é instalado em uma montagem a prova de choques, que é localizada no compartimento destinado aos "avionics". É acionado por um controle remoto montado no painel de instrumentos da aeronave ou em outro local de fácil acesso, no compartimento de pilotagem.

Além do equipamento citado as redes de aviação civil são servidas pelo transmissor Poljot-1A MF e receptor terrestre Poljot. O transmissor é destinado a transmitir mensagens em telefonia e informações em telecódigo. Há duas versões, uma para redes sem desvio da portadora e para redes com desvio da portadora acima de cinco portadoras por canal.

O transmissor pode ser usado independentemente ou como parte de centros automatizados de transmissão e também pode ser empregado como elemento acionador de um transmissor de alta potência. Ele é dotado de um comutador liga/desliga remoto e res-

sintonizador de freqüência. Opera nas freqüências entre 100 e 149,975 MHz, com espaçamento de freqüência de 25 kHz e potência de saída de 5W no mínimo. O receptor Poljot está destinado às redes em telefonia e informações em telecódigo da aviação civil. O receptor pode ser empregado em redes diferentes e como parte de centros de recepção automatizados. Ele está dotado com um comutador liga/desliga local e remoto, com resintonizador de freqüência e também com comutador automático quando empregado em comutação deslizante para uma facilidade de escuta. O receptor cobre a faixa de 100 a 149,975 MHz, com um espaçamento de freqüência de 25 kHz.

COMUNICAÇÕES NAVAIS

A Diretoria de Comunicações das Forças Navais foi estabelecida em 1938, com o Comando da Frota da Bandeira Vermelha do Báltico. Durante a 2ª Guerra Mundial os dados sobre as potências e comprimentos de ondas dos rádios navais soviéticos foram divulgados por meio de boletins navais, conhecidos pelas marinhas dos seus aliados de então, porém estas informações foram raramente divulgadas nos anos do após guerra. Pouco ou nada é sabido no Ocidente quanto aos materiais de comunicações e eletrônica que equipam a Marinha de Guerra Soviética e os analistas ocidentais somente podem explorar os dados

revelados nas fotografias e exames das naves soviéticas, examinando as antenas de rádio e de radar e os dispositivos de CME. Sabemos que o estudo das antenas nos fornece elementos que têm correlação com os equipamentos emissores. As antenas cujos dados são classificados quanto ao sigilo, são cadastradas pela OTAN e recebem uma denominação para facilitar seu reconhecimento e a relação com o possível emissor.

Durante a 2ª Guerra Mundial o submarino S-56 estava equipado com transmissores, que operavam em LF, tipo Okean, Schhuka e Reyd e com receptores Dozer e Metel. As comunicações entre as bases e os submarinos receberam dispositivos de sintonia denominados Enad para os receptores Dozer, que operavam em HF, também com a finalidade de aumentar-lhes a sensibilidade. O altiperiscópio Van-PZ foi instalado nos submarinos em 1944, de modo a permitir a radiocepção quando o periscópio estivesse em imersão.

Os equipamentos rádio instalados nas "traineiras comerciais" soviéticas também podem estar instalados em navios de guerra, incluindo os sistemas Musson, Korvet e Revy. Os receptores passivos de radiogoniometria atualmente em uso são os do tipo SRP-5 e o Runab.

Em 1983, a edição da "Jane's Military Communications" descreveu um sistema rádio para sobrevivência, todo em estado sólido, e com a possibilidade para operar em três freqüências entre 500 kHz e 8,3 MHz.

A maioria dos navios de guerra da União Soviética tem instalados antenas dipolo para faixa larga, do tipo Bike Pump e Cage Stalk (denominações da OTAN) – (Figura 1). Os grandes navios comando, navios auxiliares para submarinos e navios científicos apresentam antenas para HF, para longa distância chamadas de Vee Cone.

Os navios lança mísseis Komarov e Borovichy possuem antenas tipo Quint Spring.

Em 1971, o navio que apoiava a missão do astronauta Yuri Gagarin, possuía quatro enormes antenas, para manter comunicações contínuas entre o centro de guiação do voo na superfície e a espaçonave, via satélite Molniya.

Passando em revista as antenas que mobiliam os navios de guerra soviéticos, podemos grupá-las por tipos. Naturalmente os equipamentos rádio a elas associados são desconhecidos, porém as freqüências podem ser estimadas, tomando por base as dimensões das antenas. É possível apreciar-se a evolução dos materiais pelos tipos de antena adotados, por exemplo: – nos anos de 1950 os navios de guerra soviéticos possuíam antenas verticais flexíveis com o comprimento da ordem de 7,3 m; em 1960 os navios apresentavam antenas de 4,5 m e 9,1 m; e no ano de 1965 os navios porta-aeronaves receberam antenas verticais flexíveis, para VHF, com 3,0 m. O novo navio porta-aeronaves Minsk, segundo da classe Kiev, e o cruzador de propulsão nuclear, porta-mísseis Kirov estão equipados com antenas verticais flexíveis pa-

ra HF, com 6,0 m. Muitos navios soviéticos possuem antenas de 1,0 m, para ligação com o satélite Volna, durante o período de mar. Provavelmente, antenas para UHF, com cerca de 0,30 m de comprimento existem nos navios, porém suas dimensões, muito pequenas, dificultam muito o seu reconhecimento nas fotografias tomadas dos navios, mesmo quando ancorados.

Outra observação interessante é quanto à diferença existente entre as antenas verticais flexíveis, instaladas nos navios de uma mesma classe, cujos comprimentos variaram. Por exemplo: o Kara, primeiro navio da classe, que entrou em serviço em 1972, tinha duas antenas verticais flexíveis de 4,6 m à ré, sobre a chaminé; mas o Niko-
laev, segundo da classe, tinha o mesmo tipo de antenas com os comprimentos de 6,1 m e 10,7 m instaladas na mesma posição.

Quanto aos submarinos de longo alcance, cuja importância é capital para uma viável dissuasão nuclear, tem sido alvo de estudos especiais quanto seus meios de comunicações, por parte dos Estados Unidos e demais membros da OTAN. Em 1943, a União Soviética distribuiu para as suas sub-comunicações de base a freqüência de 300 kHz para as comunicações com zonas distantes e estabeleceu freqüências na faixa de HF para as comunicações mais próximas. Os submarinos de ataque soviéticos lançados ao mar após o fim da 2ª Guerra Mundial, possuíam antenas retráteis para HF, instaladas na torre de comando. Os submarinos porta-mísseis balísticos classe Yank-

ee (designação dada pela OTAN), cada um com 16 mísseis nucleares, em 1967 tinham uma antena flutuante, provavelmente uma bóia para VLF, e antenas para VHF/SHF. Posteriormente, os submarinos da classe Delta e Victor II foram equipados com antenas flutuantes para ELF/VLF.

Temos informações que a URSS possui cinco transmissores de VLF, cada um com a potência de saída da ordem de 500W. Em 1970 a União Soviética possuía uma ou duas estações operando em ELF, enquanto que nos Estados Unidos, o Congresso e partidários do meio ambiente foram contrários à instalação de estações similares. Para consolo do Ocidente, temos ciência, que problemas de "software", para controlar as forças navais por computador, é um conhecimento muito recente para os soviéticos.

Além disso, a perda de um comandante experiente no comando de um navio, acrescido de precária padronização no "software", acarretará grave problema para a força naval soviética.

AS COMUNICAÇÕES NO EXÉRCITO

Há muito pesquisado os meios e a doutrina de comunicações das forças terrestres da União Soviética, por causar-me estranheza que uma potência de vulto como ela, utilize materiais de aspecto tão

rústico e primitivo, quando comparados com materiais de comunicações de fabricação brasileira e ocidentais, de modo generalizado; e tem uma doutrina de emprego dos meios que nos parece remontar à 2ª Guerra Mundial.

Nenhuma força singular e nenhuma Arma pode prescindir das comunicações e para assegurar os enlaces de comando, nas Forças Armadas Soviéticas existem as Tropas de Comunicações.

As primeiras unidades de comunicações foram formadas na primavera de 1918. No fim do ano, foram organizadas a Diretoria de Comunicações do Exército Vermelho, as chefias de comunicações nos Estados-Maiores das Frentes e as seções de comunicações nos estados-maiores de exércitos e divisões.

Os chefes de comunicações estavam subordinados aos chefes dos respectivos EM e a direção geral corria por conta dos comandantes.

Durante a Guerra Civil de 1918 e 1920, melhoraram os procedimentos de organização das comunicações, a estrutura orgânica das unidades e a dotação técnica. Em 1920, somente as divisões, as brigadas e os regimentos tinham um total de 46 batalhões, 10 grupos, 143 companhias, 12 esquadrões e mais de 500 equipes de comunicações. O efetivo do pessoal de comunicações atingiu a cerca de 120 mil homens. Podemos concluir, que as Tropas de Comunicações foram organizadas nos primeiros anos da Guerra Civil, como um componente do Exército Vermelho.

Em 1919, foi aberta uma Escola Superior de Engenharia Elétrica para o Comando do Exército Vermelho dos Operários e Agricultores, com a finalidade de instruir os quadros para as Tropas de Comunicações.

Em 1926, o Exército Vermelho reconheceu, pela primeira vez, as comunicações como um departamento do Estado-Maior Geral.

Em 1940, foi criada a Academia Militar de Comunicações Budenny e em 1943 foi designado o primeiro Marechal Chefe das Tropas de Comunicações.

Durante a 2ª Grande Guerra (1941 a 1945) as Tropas de Comunicações passaram por duras provas e ficou evidenciada a necessidade de desenvolver seus materiais, procurando o melhor. Em 1943, foram criados batalhões de comunicações independentes e os centros de comunicações já estavam aptos para ligar os representantes do Grande Quartel General, o Estado-Maior Geral e os estados maiores das frentes.

Em 1944, foram formadas as brigadas independentes de comunicações e foi possível deslocar os centros de comunicações.

As Tropas de Comunicações receberam melhores materiais rádio, telefones, telégrafos e cresceram o número de rádios nos diversos escalões de comando. Se no início da guerra a divisão de infantaria soviética possuía 22 rádios, em 1945 seu número atingiu a 132. A Grã-Bretanha por meio do tratado de empréstimo e arrendamento forneceu 43.000 conjuntos

rádio e os Estados Unidos supriram os soviéticos com 380.000 telefones de campanha. Os equipamentos rádio do Exército Vermelho durante a 2ª Guerra Mundial eram na sua maioria em faixa única, HF, toscos e indignos de confiança.

Da Academia Militar de Comunicações muitos oficiais atingiram aos postos chave das Tropas de Comunicações durante a 2ª Guerra Mundial. A Academia sente-se honrada em ter formado militares tais como: o Coronel G. M. Linkov, Herói da União Soviética que comandou as forças de guerrilha na Bielorrússia; e do Major S. A. Yagdjan, que escapou de um campo de prisioneiros de guerra na França e participou da guerrilha nos arredores de Mende, tendo recebido condecorações francesas.

Além destes oficiais, passaram por aquela academia: I. T. Peresypkin (Marechal das Tropas de Comunicações), N. D. Psurtsev (Ministro das Comunicações da URSS), A. I. Leonov (Marechal das Tropas de Comunicações, Chefe das Tropas das Comunicações das Forças Armadas da URSS) e outros.

Um manual do Departamento de Guerra dos Estados Unidos versando sobre as Forças Armadas da URSS, publicado em 1945, detalhou seis conjuntos-rádio empregados pelo Exército Soviético, que operavam entre 2 e 6 MHz, e dois no espectro de VHF, em 30 MHz.

Em 1956 o Exército Soviético estabeleceu as primeiras unida-

des das Tropas de Comunicações como um novo ramo das Tropas Especiais. Esta nova visão dada às comunicações do Exército resultou no desenvolvimento de dez equipamentos rádio do após guerra, no início dos anos 1960.

Quatro grandes conjuntos-rádio foram instalados em cabines solidárias às viaturas que os transportavam e também entravam em serviços novos conjuntos-rádios em VHF, tipo mochila. Estes materiais não permaneceram por muito tempo em serviço e foram substituídos por oito conjuntos-rádio de nova geração, cobrindo frequência nas faixas de HF e UHF.

A atual geração de rádios soviéticos ainda usa a tecnologia valvular, exceto os transceptores R-126, que operam na faixa de HF e R-107, em HF/VHF. A maioria dos rádios em VHF e UHF são portáteis ou montados sobre viaturas.

O R-107, que opera em HF/VHF, teve sua faixa ampliada, cobrindo de 20 a 51,5 MHz, e substituem quatro rádios tipo mochila e valvulares.

A tecnologia de comunicações por tropodifusão e por satélite empregada em equipamentos civis é especialmente aplicada nos sistemas de longa distância, utilizados pelo Exército Soviético.

A União Soviética parece não se ressentir com a escassez de materiais sofisticados. Sua estrutura de comando e controle verticalizada está longe da eficiência, porém ela se apresenta simples e tem a ajuda da eletrônica básica para al-

cançar suas necessidades operacionais.

Embora o acesso ao nível atual de pesquisa e desenvolvimento dos materiais de comunicações e de eletrônica soviéticos seja muito difícil, o Ocidente tem se louvado para identificar e avaliar o nível de avanço, nas citadas áreas, por meio da análise de equipamentos que têm chegado via fornecimentos soviéticos para alguns países ou como presa em conflitos localizados.

O transceptor R-108M, operando entre 28 e 36,5 MHz, FM em telefonia, com alcance operacional de 6 a 8 km e 25 km com amplificador, potências de saída de 1 a 1,3W, sintonia contínua e usando antena vertical flexível ou antena de fio longo, é um material tipo mochila que também pode ser montado em viaturas. É empregado nas baterias de mísseis solo-ar, e está sendo substituído pelo R-107, já descrito. A posição dos controles no painel frontal diferem, levando o observador a crer que são tipos diferentes, confundindo-o com o R-105M, apresentando ainda inscrições em franceses e cirílico.

É interessante assinalar que os transceptores têm em seus painéis frontais, além das inscrições correspondentes aos diversos botões e chaves comutadoras, a inscrição:

ATENÇÃO! O INIMIGO ESTÁ ÀS ESCUTAS.

Assim, por exemplo, os transceptores R-112 e R-123; instalados nos carros de combate T-55, fornecidos ao Exército Peruano, nos permitiu acesso às suas carac-

terísticas. O transceptor R-112, sobre a faixa de freqüência entre 2,8 e 4,99MHz, é um rádio em AM com as possibilidades de operar em telefonia e telegrafia (CW). Utilizando antena vertical flexível de 4 metros, tem o alcance operacional de 25 km com o carro de combate parado e de 10 a 20 km com o carro em movimento. Em telegrafia, pode alcançar 50 km com o carro de combate parado, não sendo empregado em CW com o carro em movimento. O transceptor R-112 pode empregar uma antena semilescópica de 10m, que só é usada com o carro de combate parado; nestas condições, o alcance operacional é aproximadamente de 40 km em telefonia e de 200 km em CW.

O transceptor R-123 é um material de comunicações típico de fabricação soviética, que está presente em viaturas blindadas e nos carros de combate T-55. Este material ilustra o contraste existente entre um bom projeto de engenharia e uma construção simples e sólida, com a desvantagem de uma limitada variedade de componentes, muitos dos quais são completamente obsoletos quando vistos sob a ótica dos padrões ocidentais e brasileiros.

Poucos semicondutores são empregados no R-123 e as válvulas subminiaturadas são comuns. A construção das submontagens são feitas sobre placas de fibra de vidro próprias para circuitos impressos, demonstrando muito bom controle de qualidade. Em muitas partes, o couro é usado como ma-

terial de vedação. Peças fundidas são abundantemente empregadas no interior do rádio e as pegas dos cabos de ligação são moldadas em plástico, de baixa qualidade.

A tecnologia empregada pode ser comparada com a que encontramos nos materiais ocidentais anteriores ao ano de 1950. O código de datas existentes nos transceptores R-123 capturados nestes últimos anos, indicam que eles ainda foram produzidos após 1975. Os testes efetuados neste tipo de equipamento têm mostrado que ele tem um bom desempenho operacional, apresenta baixo índice de defeito por período de funcionamento e é construído para operar sob amplas características extremas de temperatura.

O R-123 é um transceptor em FM, que opera nas freqüências entre 20 e 51,5 MHz, divididas em duas subfaixas: subfaixa I entre 20 e 37,750 MHz e subfaixa II entre 37,750 e 51,5 MHz; com o espaçamento de 25 kHz por canal. O equipamento opera em telefonia, tem uma potência entre 25 e 30 W permitindo os seguintes alcances operacionais: com antena vertical flexível de 4 m, com o carro de combate em movimento, 20 km sem empregar o supressor de ruído e 13 km utilizando-o; com antena semitelescópica de 11 m, com os carros de combate parados, pode alcançar até 75 km, com um carro parado e outro em movimento, até 50 km; é utilizada uma antena de emergência cerca de 5 km.

A sensibilidade do receptor é de 0,3 microvolts por 10dB sinal

ruído e o supressor de ruído tem um limiar de 0,5 microvolts. Seu consumo é de 7A, quando está transmitindo e de 3A, na recepção.

É interessante observar que, embora haja peças em reserva em cada viatura onde é instalado o R-123, não se encontram diagramas ou tabelas de diagnóstico de defeitos. O material não é modular, quanto à sua construção; no entanto, a maioria dos subcomponentes têm pontos de prova, assinalados quanto à voltagem. O medidor existente no painel frontal é um meio auxiliar para a manutenção do transceptor. Considerando o que foi exposto, parece ser necessário um eficiente serviço de manutenção de campanha, a ser realizado por especialistas muito bem treinados na manutenção desse tipo de material.

O transceptor é contido em uma caixa de liga metálica, a qual é montada sobre uma base de baixo perfil, contendo absorventes de choque. A caixa permite fixar o rádio no teto da viatura, se necessário. Quanto à proteção contra umidade, há orifícios de drenagem mas não existem indicadores ou absorventes de umidade.

Uma das instalações encontradas, embora hajam outras alternativas, inclui dois transceptores R-123, utilizando uma só antena vertical flexível; tal fato, faz com que um fique inoperante, quando o outro estiver transmitindo. Outras combinações existem, incluindo uma instalação para operar em HF e outra para VHF, provavelmente uma cobrindo a subfaixa I

(20 a 37,750 MHz) e outra para a subfaixa II (37,75 a 51,5 MHz). A sua antena de um quarto de onda, vertical flexível, permite a sintonia em VHF.

Na maioria dos materiais de comunicações e de eletrônica de fabricação Ocidental, a manutenção é realizada removendo-se individualmente as caixas e cabos. Isto é possível pelo grande emprego de pegas e encaixes revestidos de metal e à prova de água, que aliás são de custo muito elevado e exigem um elevado padrão de qualidade.

No carro de combate T-55, não há outras pegas e encaixes além dos existentes para o transceptor, fonte de alimentação e equipamentos da guarnição. O R-123 possui caixas de terminais para as conexões.

Quando a caixa é aberta, a montagem eletrônica completa pode ser removida com ela, pois está presa à tampa e está ligada por uma única pega ao resto da caixa. A caixa é fabricada de lâmina metálica e o sistema como um todo responde aos fatores custo-eficiência.

Os capacetes com fones empregados são confortáveis e os amortecedores das orelhas são fabricados com couro de camurça. Contudo, eles não parecem dar proteção adequada contra as múltiplas arestas ou saliências existentes no interior da viatura. O microfone é do tipo laringofone, permitindo liberar as mãos do operador e acionar o rádio pela voz do radiooperador. A desvantagem apresentada pelo microfone é não ser

imune aos ruídos e são apenas realmente eficazes, quando é empregada uma proteção facial pelo operador.

É interessante comparar o transceptor R-123 com os primeiros R-113, que não possuíam semicondutores em seus circuitos e usavam válvulas de geração muito antiga. Os códigos de data existentes em alguns componentes do R-113 indicam, que eles tiveram sua produção iniciada em meados de 1970. Muitos destes rádios em HF/FM foram instalados nos velhos carros de combate T-34, que foram empregados pelo Exército Soviético por muitos anos. O R-113 operava na faixa de 20 a 22,375 MHz, com 25 kHz de espaçamento de canal. A potência do transmissor era de cerca de 17 W, permitindo um alcance operacional da ordem de 20 km. A sensibilidade do receptor era de 0,4 microvolts por 10 dB de relação sinal/ruído, o supressor de ruído tinha um limiar de 0,7 microvolts e o seu consumo quando transmitia era de 8A e 3A na recepção.

Embora com uma faixa de frequência operacional muito limitada, o transceptor era muito simples quanto ao emprego e podendo mudanças de frequência serem feitas muito mais rapidamente e com mais simplicidade do que no R-123. Ainda que, bem afastado tecnologicamente dos padrões ocidentais, o R-113 parece ter sido um equipamento confiável e que requeria um baixo padrão de adesramento para seu operador. Entretanto, do mesmo modo que o

R-123, ele era presa fácil da interferência intencional, dissimulação e outras técnicas de GE.

O R-393 é um transmissor receptor, sintetizado, em HF, cobrindo a faixa de 3,042 a 22,832 MHz, com 8 kHz de passo no receptor, exceto de 3,088 a 3,256 MHz, que não é coberto. O transmissor cobre as freqüências de 3 a 22,96 kHz (3 a 6 MHz com passos de 10 kHz, 6 a 12 MHz com passos de 12 kHz e acima de 12 MHz em passos de 40 kHz). Ele pode também ser sintonizado para qualquer freqüência intermediária, usando o oscilador de freqüência variável, embora com alguma perda de estabilidade. A potência de saída, que varia com a freqüência, é de 13 a 24 W.

Provavelmente o R-393 é alimentado por uma fonte de alimentação primária de 12 Vcc/220 Vca ou por meio de um gerador manual.

O transceptor R-126, que opera na faixa de VHF, é empregado nas redes de pelotão e companhia de infantaria, cobrindo as freqüências de 48,5 a 51,5 MHz. É um rádio mono canal de sintonia contínua com o dial marcado em espaçamentos de 100 kHz. Sua potência de saída é de 300 mW. Um equipamento similar, conhecido pela designação R-352, cobre a faixa de 44 a 80 MHz e utiliza 3 canais controlados a cristal, com espaçamento de 300 kHz.

Um exemplo de conjunto-rádio completo é o R-118 Bm3, normalmente instalado em cabine solidária ao chassis de viatura GAZ-63. Opera em HF/AM e comprehen-

de os seguintes componentes principais: um transmissor R-118 Bm3 de 400 W de potência, cobrindo a faixa de 1,5 a 12 MHz; um receptor R-311, cobrindo a faixa de 1 a 15 MHz, dividida em cinco subfaixas distintas, recebendo telefonia e CW, com a sensibilidade de 7,5 microvolts em telefonia e 3 microvolts em CW; um receptor R-154-2M, cobrindo a faixa de 1 a 12 MHz, dividida em três subfaixas e destinado à recepção das comunicações com telimpressor; um teclado de emissão morse automática R-010; um telimpressor ST-67B, que emprega código CCITT Nº 2, opera em caracteres cirílico, em 45 ou 50 bauds e funciona somente acionado por 220 Vca, fornecido por um gerador a óleo diesel; e ainda possui um transceptor R-105M, que cobre a faixa de 36 a 46,1 MHz, com uma potência de saída de 1 a 1,3 W.

Um manual sobre o radar SNAR-1 (Long Trough — denominação da OTAN), de fabricação soviética, montado sobre a viatura ZIL-151, publicado em 1970, assim expressava: — "As comunicações por fio são o principal meio de comunicações". Dois telefones TA-45 eram empregados pela guarnição do aludido radar. O manual assim prossegue: — "Quando as comunicações por fio forem cortadas... o aparelho sem fio R-109 é usado para continuar o contato com o centro de controle base". Este exemplo realça as prioridades do emprego do rádio pelo Exército Soviético. Os equipamentos rádio em linha de visada têm sido o

mais importante meio de comunicações nestes 5 a 10 últimos anos.

Quanto às comunicações por fio, os soviéticos que costumavam empregar o tipo de construção aéreo passaram a empregar linhas lançadas sobre o solo e atualmente utilizam dois tipos de cabos, denominados: leve e pesado.

As ligações por fio mais importantes são realizadas por meio de cabos de campanha pesado, onde a alma é composta por fios envolvidos por uma camada de borracha isolada, coberta por uma camada protetora externa de borracha, não condutora. As tropas soviéticas empregam equipamentos mecanizados para o lançamento dos circuitos, sejam enterrados ou sobre a superfície do solo.

O emprego de amplificadores permite aumentar o alcance de utilização por algumas centenas de quilômetros entre os retransmissores.

As medidas táticas empregam cabos singelos ou duplos, que permitem tráfego telefônico e telegráfico simultâneo. Os cabos leves podem ser lançados por meio de helicópteros ou por viaturas a motor. Os centros terminais de exército permitem a combinação de cabos leves e pesados, integrando-os ao sistema rádio.

Atualmente, o emprego de equipamentos multicanais rádio tem sido considerado o meio mais importante para o controle da tropa. As estações multicanais rádio usam freqüências nas faixas de VHF e UHF, são de baixa potência e possuem antenas pequenas.

Os enlaces de comando para

cobrir longas distâncias, empregam equipamentos nas freqüências de HF, de modo a permitir sinais além da linha do horizonte, por ondas espaciais.

As comunicações por satélites e por fio são empregadas para ligações de longa distância. De acordo com os manuais soviéticos, exceto nas latitudes muito elevadas, as estações de rádio em MF são de menor emprego militar.

Além dos materiais rádio e freqüências empregadas, a estrutura da cadeia do comando militar e o processamento das mensagens são importantes fatores no acesso às possibilidades das comunicações soviéticas.

Nos combates que se processam no Afeganistão, onde as tropas da URSS estão engajadas há muitos anos, poucos oficiais subalternos podem pedir apoio aéreo e a falta do controlador aéreo avançado (CAA) também tem sido observada. Igualmente, no âmbito de uma divisão de fuzileiros motorizados, o comandante da companhia não pode transmitir informações sobre alvos, para o comandante de uma companhia de carros de combate ou pedir apoio direto de um pelotão de morteiros. Infelizmente, o oficial só pode transmitir informações para o comandante do batalhão, que estão a retransmitir para a unidade de apoio. Mais grave ainda é a ligação do grupo de combate com o pelotão de morteiros ou anticarro, que deve ser efetuada via comandante do pelotão ao qual pertence o GC, passando pela respectiva companhia e finalmente até o coman-

do batalhão, que tem a incumbência de retransmitir para o pelotão de morteiros ou anticarro. Desta forma, é freqüente acontecer, como regra geral, o mutilamento das mensagens, com resultados funestos.

Por outro lado, há uma face positiva no processamento das mensagens. Todos os PC têm um PC alternativo com meios de comunicações e pessoal de estado-maior em redundância. Os PC são geralmente muito bem camuflados, sofrem freqüentes mudanças de posição e os novos locais são pouco divulgados.

Há informações de que as tropas soviéticas ligam suas antenas via conversores de sinais e linhas de campanha ao PC, com a finalidade de evitar a localização e a consequente transformação em alvos pelo inimigo.

Pelo exposto até esta parte do trabalho, combinando-as com o contido na contribuição intitulada "As Comunicações Táticas no Exército Soviético" (A Defesa Nacional - nº 706, Mar-Abr/83) é possível termos uma boa visão de sua doutrina e desenvolvimento tecnológico.

AS COMUNICAÇÕES NACIONAIS NA URSS

O Ministro da Indústria Rádio produz todos os sistemas eletrônicos para a União Soviética e para os países do seu bloco, incluindo comunicações, rádios equipamen-

tos de navegação, antenas e computadores. Os materiais são fabricados pela Associação Coletiva de Eletrônica e de Comunicações do Estado da União Soviética, que é também fornecedora dos materiais de comunicações e de eletrônica para a maioria das forças armadas dos países membros do Pacto de Varsóvia e outros ligados à esfera soviética. Cerca de 70% do "hardware" militar, e o restante da produção dos equipamentos estão sob o controle do Ministério das Comunicações, que melhores serviços presta ao Partido. Durante a 2ª Guerra Mundial o Ministro das Comunicações foi também o Oficial de Comunicações Chefe do Exército Vermelho. O Sistema Geral de Comunicações do Governo tem um quartel-general no Ministério das Comunicações, em Moscou e subordina ministérios em quatorze outras repúblicas soviéticas.

A primeira estação soviética de retransmissão de televisão foi instalada em Frunze alcançando Tienšan. Mais tarde, nos anos de 1960, um sistema de difusão ionosférica instalado no Artigo, realizava 97% da recepção de vídeo, comparada com 23 a 43% de recepção em ondas curtas na mesma área. A antena de transmissão era denominada de SGD-4/4RA, o transmissor possuia a potência de 8 kW e operava entre 35 e 55 MHz.

A URSS tem um amplo sistema de estações terrenas no Extremo Oriente, denominado Órbita, que permitem comunicações por satélite, possibilitando televisão, telefonia e telegrafia. A primeira esta-

ção Órbita, instalada no Extremo Oriente recebe os sinais de televisão da estação de Moscou, por meio de nove estações de extremitade do sistema Molniya I, desde 1965. As antenas parabólicas das estações terrenas têm 12 metros de diâmetro e provavelmente os equipamentos a elas ligados operam em 25 MHz. Mais tarde o Molniya II e III passaram a operar nas freqüências de 3 a 6 GHz.

Outro sistema terreno posto em funcionamento em 1966, foi o denominado Meteor, que processava dados meteorológicos Cosmos. O Cosmos tinha uma televisão operando no espectro de infravermelho para uso no período de escuridão e uma televisão no espectro amarelo-vermelho para imagens tomadas à luz do dia.

Nos anos de 1970, o sistema típico de transmissão digital de dados em alta velocidade denominava-se DM-400/6; operava na faixa entre 390 e 470 MHz, com uma potência de 200 W, possuindo 384 canais telegráficos que podiam ser multiplexados.

As comunicações móveis para o controle ferroviário empregavam o transceptor ZHR-3, instalado nas máquinas e os equipamentos dos depósitos de controle incluiam as unidades SHRPS-62, BRPS-62 e PT-1M.

O sistema em FM para comunicações centrais com unidades móveis, denominava-se Altay. Foi pela primeira vez detectado em 1970. A estação central realizava ligações no âmbito das cidades ou a longa distância os centros telefônicos oriundos do centro de te-

levisão de Moscou. Operava nas freqüências de 150 a 175 MHz e de 300 a 336 MHz, os transmissores tinham uma potência de 3 kW.

Um novo serviço de radiocomunicações intitulado Sokolniki-M, foi inicialmente destinado para uso civil. O sistema completo é constituído por um equipamento estacionário e estações rádio móveis. A estação estacionária distribui as chamadas seletivas das estações rádio móveis, feitas pelos assinantes, por meio do operador, de modo a possibilitar dois enlaces rádio entre os assinantes. Possibilita ainda, ligações para o sistema telefônico automático.

A estação estacionária inclui: transceptor central; a mesa de controle do operador, que fornece as possibilidades do controle do transceptor central, usando duas linhas telefônicas, a uma distância acima de 1 km; a fonte de alimentação, para suprir a energia necessária de 220 Vca para o transceptor e para a mesa do operador; o equipamento de carregamento das baterias das estações de rádio móveis e o equipamento de antena.

O equipamento estacionário permite: a transmissão de 99 indicativos individuais do operador da mesa de controle para as estações móveis; a recepção do sinal resposta, estabelecendo contato pela voz em duas direções com o chamador (a capacidade de chamada pode ser aumentada para 256 assinantes). A transmissão do indicativo geral de chamada para todos os usuários das estações móveis; saída do centro telefônico e memorização inicial de 32 números.

telefônicos; indicação, na mesa de controle do operador, da hora, dia e mês dos chamados e números que chamaram (acima de cinco), e do equipamento estacionário.

As estações móveis podem estabelecer conversação com o operador; operar em correspondente com outro entre si e com um usuário em um telefone automático; transmitir o indicativo de chamada para o operador na forma de um número apropriado de estação móvel e indicar o canal rádio engajado e a descarga da bateria.

O sistema opera em modo simplex na freqüência de 160 MHz em dois canais de trabalho.

A construção do equipamento está baseada em microcircuitos, micromontagens, microprocessador e microcontroladores. O microprocessador existente na mesa de controle do operador propicia o controle do sistema e a gravação das gravações das informações de entrada e saída. O microcontrolador controla a operação das estações rádio móveis, executa as operações de comutação nos modos de recepção e alerta empregando sinais transmitidos pelo equipamento estacionário ou automaticamente (por meio de um dispositivo regulador de tempo) bloqueando a operação da estação de rádio no modo transmissão com o canal rádio engajado. Quando necessário, a estação de rádio pode transmitir em um canal rádio engajado. A potência da portadora do transmissor não é menor do que 10 W para o equipamento estacionário e 0,5 W para as estações móveis. O peso do sistema central

excede 30 kg e cada estação móvel 800 g.

Embora as informações sobre as unidades de difusão ionosféricas, estações móveis e fixas de comunicações e enlaces por satélites do Exército Soviético não estejam ao nosso alcance, é muito provável que os materiais de comunicações que servem aos diversos sistema da União Soviética, sejam similares aos que equipam os sistemas militares e a maioria deles trabalha como uma infraestrutura ou suporte para as finalidades militares. Tudo leva a crer, que as comunicações, no estado soviético, estão em permanente mobilização, atuando como se em estado de guerra estivesse.

Os satélites de comunicações, fotográficos e de navegação, obviamente, têm aplicações militares e suas freqüências operacionais tendem para as muito elevadas, como ocorre com os satélites ocidentais.

O primeiro Sputnik usou, em 1961, nas suas transmissões, a freqüência de 20 MHz em seu transmissor alimentado à bateria e 40 MHz em seu transmissor alimentado por energia solar.

Satélites foto recuperáveis foram empregados na Guerra Indo-Paquistanesa e sobrevoaram o Atlântico durante o conflito das Ilhas Falklands em 1982. A primeira geração de satélites de vigilância de área (1963) e a segunda geração (1968) em versão manobrável, operavam respectivamente nas freqüências de 19,9 e 19,1 MHz.

Em 1974 os soviéticos empregaram um satélite versátil para ór-

bilizado desde o tempo de "paz" e pronto para uma rápida resposta. Provavelmente o sistema político e a maneira de viver na União Soviética e demais países do Pacto de Varsóvia permite a permanente mobilização. Além disso, oficiais generais do Exército Soviético manejam o Ministério das Comunicações. A militarização das comunicações tem propiciado a URSS em grande desenvolvimento no seu sistema C3I, proporcionando-lhe elevadas vantagens, tal como o sistema em ELF para os seus submarinos porta-mísseis nucleares.

A União Soviética tem procurado diminuir a diferença tecnológica que tem com o Ocidente, no campo das comunicações e de eletrônica, esperando "queimar etapas" com o seu décimo segundo Plano Quinquenal (1986-1990), tal fato tem sido evidenciado, nestes dois últimos anos, nas operações levadas a efeito no Afeganistão, verdadeiro laboratório para seu desenvolvimento tecnológico. A diminuição da diferença tem sido procurada por todos os meios lícitos e ilícitos, atuando profundamente com a espionagem industrial e empresarial, também adquirindo todos os produtos que o Ocidente pode fabricar nos campos das comunicações e de eletrônica, transportando-os para a URSS, onde em laboratórios altamente equipados, cientistas fazem verdadeira anatomia nos materiais.

Podemos acrescentar que o C3I soviético empregando seus talentos e técnicas, tem agido em proveito de operações de guerrilha, como o fez no início do ano de

1985, quando Oficiais soviéticos usando o sistema C3I, controlaram diretamente as operações militares do Governo de Angola, para dar uma resposta adequada aos sucessos das forças da Unita de Savimbi, auxiliadas por forças militares da África do Sul.

Mesmo com todo o esforço, a URSS e países membros do Pacto de Varsóvia, não poderão igualar-se tecnologicamente ao Ocidente, cuja indústria e P & D estão baseados na disputa permitida pela livre iniciativa, proporcionando crescente desenvolvimento. Possivelmente a URSS só conseguirá um avanço sensível se permitir uma rápida privatização da sua indústria e P & D ou por meio de aquisições e cópia de materiais ocidentais.

Países de dimensões continentais, entre os quais o Brasil, cuja posição geopolítica imponha um destaque especial no âmbito das nações, deve agilizar a P & D da eletrônica aplicada às comunicações, à guerra eletrônica e à informática, campos interpenetrantes, como condição imprescindível para a sua segurança e sobrevivência.

Não acredito que o Homem seja tão imbecil ao ponto de acionar um dispositivo que venha produzir sua autodestruição por meio de armas nucleares. Ele, com sua possibilidade de raciocínio, já pensou e decidiu substituir tais armas pelas aplicações militares da eletrônica, que poderão paralizar ou minimizar as ações das suas ameaças; pois, quem dominar o espectro eletromagnético, ganhará as guerras e os conflitos do século XXI.

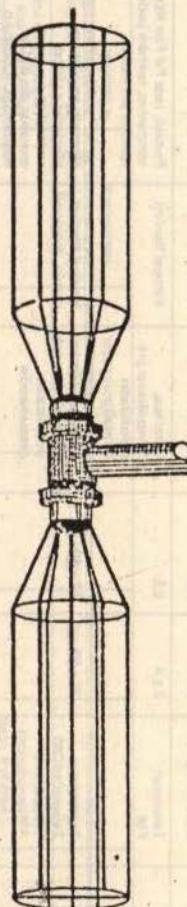
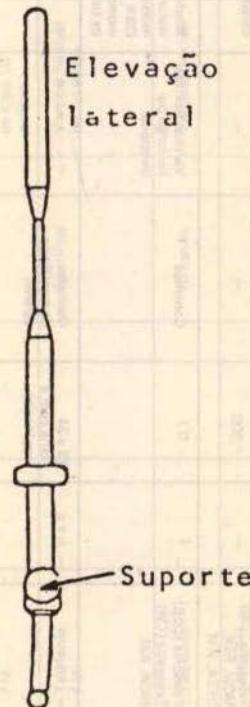
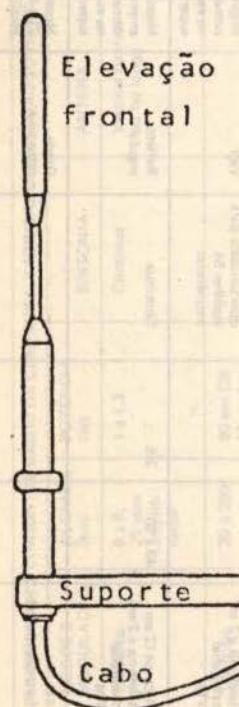
CARACTERÍSTICAS DOS CONJUNTOS-RÁDIO DE CAMPANHA, FABRICADOS NA UNIÃO SovIÉTICA

NOMENCLATURA/ TIPO	FREQÜÊNCIA (MHz)	MODOS E MODULAÇÃO	ALCANCE (km)	POTÊNCIA (W)	SINTONIA	ANTENA	OBSERVAÇÕES
Conjunto-Rádio R-102 M	Baixa HF	—	—	900	—	—	Montado em duas viaturas ZIL-157
Conjunto-Rádio R-103 M	Baixa HF	—	—	50	—	—	Montado em viatura, inclusive na GAZ-63
Transceptor R-104 e R-104 M	1,5 a 3,75 ou 1,5 a 4,25 MF/HF	Telefonia Telegrafia (CW) AM	—	20	—	—	Mochila ou montado em viatura, inclusive na GAZ-69, empregado nas Redes de Comando de Reg Fzo Mtz e Reg Art
Transceptor R-105 M	36 a 46,1 VHF	Telefonia AM	6 a 8, 25 com amplificador	—	—	—	Mochila ou montado em viatura, escalão companhia está sendo substituído pelo Transceptor R-107
Transceptor R-107	20 a 51,5 HF/VHF	Telefonia FM	6 a 8	—	Contínua, provavelmente com 4 freqüências pré-sintonizadas	Vertical flexível ou fio longo	Mochila ou montado em viatura, escalão companhia, também empregado com amplificador nas redes de comando dos RCC e Gp Art. Está substituindo os R-105 M, R-108 M, R-109 M e R-114 M
Transceptor R-108 M	28 a 36,5 VHF	Telefonia FM	6 a 8, 25 com amplificador	1 a 1,3	Contínua	Vertical flexível ou fio longo	Mochila ou montado em viatura, empregado no escalão bateria de artilharia. Está sendo substituído pelo R-107

CARACTERÍSTICAS DOS CONJUNTOS-RÁDIO DE CAMPANHA, FABRICADOS NA UNIÃO SOVIÉTICA							
NOMENCLATURA/ TIPO	FREQÜÊNCIA (MHz)	MODOS E MODULAÇÃO	ALCANCE (km)	POTÊNCIA (W)	SINTONIA	ANTENA	OBSERVAÇÕES
Transceptor R-109 M	21,5 a 28,5 HF	Telefonia FM	6 a 8, 25 com amplificador	1 a 1,3	Contínua	Vertical flexível ou fio longo	Mochila ou montado em viatura, empregado pelas baterias de mísseis solo-ar. Está sendo substituído pelo R-107
Transceptor R-112	2,8 a 4,99 HF	Telefonia FM	20 a 200	90 em CW 50 em fonte			Montado em viaturas de combate blindadas
Transceptor R-113	20 a 22,375 HF	Telefonia FM	20	17		Vertical flexível de 4 ou 10 metros	Montado em viaturas blindadas ou carros de combate nível infantaria
Transceptor R-114 D e R-114 M	20 a 26 HF	Telefonia FM	6 a 8	—	Contínua	Vertical flexível ou fio longo	Mochila ou montado em viatura, redes de ligação de batalhão ou companhia de CC, está sendo substituído pelo R-107
Transceptor R-116	48,65 a 51,35	Telefonia	1	0,1	10 canais	Vertical flexível	Mochila, escalaço pelotão, pesa cerca de 4,8 kg.
Conjunto-Rádio R-118 Bm	Baixa HF	Telefonia Telegrafia (CW) AM	—	200	—	—	Montado em viatura ZIL-157
Conjunto-Rádio R-118 Bm3	Baixa HF	Telefonia Telegrafia (CW) Teleimpressor AM	—	400	—	—	Montado na viatura GAZ-63 ou GAZ-66, empregados nos escalões regimento ou superior
Transceptor R-123 e R-123 M	20 a 51,5 HF/VHF	Telefonia FM	15 a 55	20 a 30	Contínua, 4 freqüências pré-sintonizadas	Vertical flexível de 4 m ou de 10 m telescópica	Montada em viaturas blindadas, escalaço companhia e batalhão

CARACTERÍSTICAS DOS CONJUNTOS-RÁDIO DE CAMPANHA, FABRICADOS NA UNIÃO SovIÉTICA							
NOMENCLATURA/ TIPO	FREQÜÊNCIA (MHz)	MODOS E MODULAÇÃO	ALCANCE (km)	POTÊNCIA (W)	SINTONIA	ANTENA	OBSERVAÇÕES
Transceptor R-126	48,5 a 51,5 VHF	Telefonia FM	2 a 4	0,5	Contínua, 3 freqüências pré-sintonizadas (crystal)	Vertical flexível	Portátil, rede Pel Fzo Mtz, companhia, também pode ser operado em viatura
Transceptor R-130	1,5 a 10,99 MF/HF	Telefonia Telegrafia (CW) Teleimpressor AM	20 a 50	12 a 40	Contínua, número de freqüências pré-sintonizadas desconhecidas	Vertical flexível dipolo, direcional	Montado em viaturas blindadas e táticas, empregado nas redes comando dos BCC e Regimentos, substitui o R-112 e está substituindo o R-104 M
Receptor R-154-2M	1,5 a 12 MF/HF	Telefonia Telegrafia (CW) MCW, FSK, DFSK, AM	—	—	Contínua	—	Empregado com o conjunto-rádio R-118 Bm3
Receptor R-311	1 a 15 MF/HF	Telefonia (DSB) Telegrafia (CW) MCW, AM	—	—	Contínua	Vertical flexível, fio longo ou direcional	Mochila ou montado em viatura, empregado para monitorar as comunicações QBR e alarme aéreo, monitorar redes de controle de tiro
Transmissor/ Receptor R-393	Transmissor: 3 a 22,96 kHz Receptor: 3,024 a 22,832 kHz	—	—	13 a 24 (varia com a freqüência)	Oscilador de freqüência variável	—	—
Conjunto Multicanal Rádio R-401 M e R-403	60 a 70 VHF	4 canais (2 em telefonia e 2 em telegrafia) FM	40 a 50	2,5	Contínua, oportunidade para escolher 54 freqüências	Dupla yagi	Montado em viatura, empregado em redes de comando e administrativas no escalação regimento e superiores
Conjunto Multicanal Rádio R-405	320 a 420 UHF também tem possibilidade VHF	4 canais (2 em telefonia e 2 em telegrafia) FM	40 a 50	2,5	Contínua	Refletor angular	Montado em viatura, empregado em redes de comando e administrativas no escalação divisão e superiores
Conjunto Multicanal Rádio R-409	FM (provavelmente)	—	—	—	—	Grade retangular	Montado em viatura ZIL-131, empregado no escalação divisão e superiores

ALGUMAS ILUSTRAÇÕES REFERENTES AO TEXTO



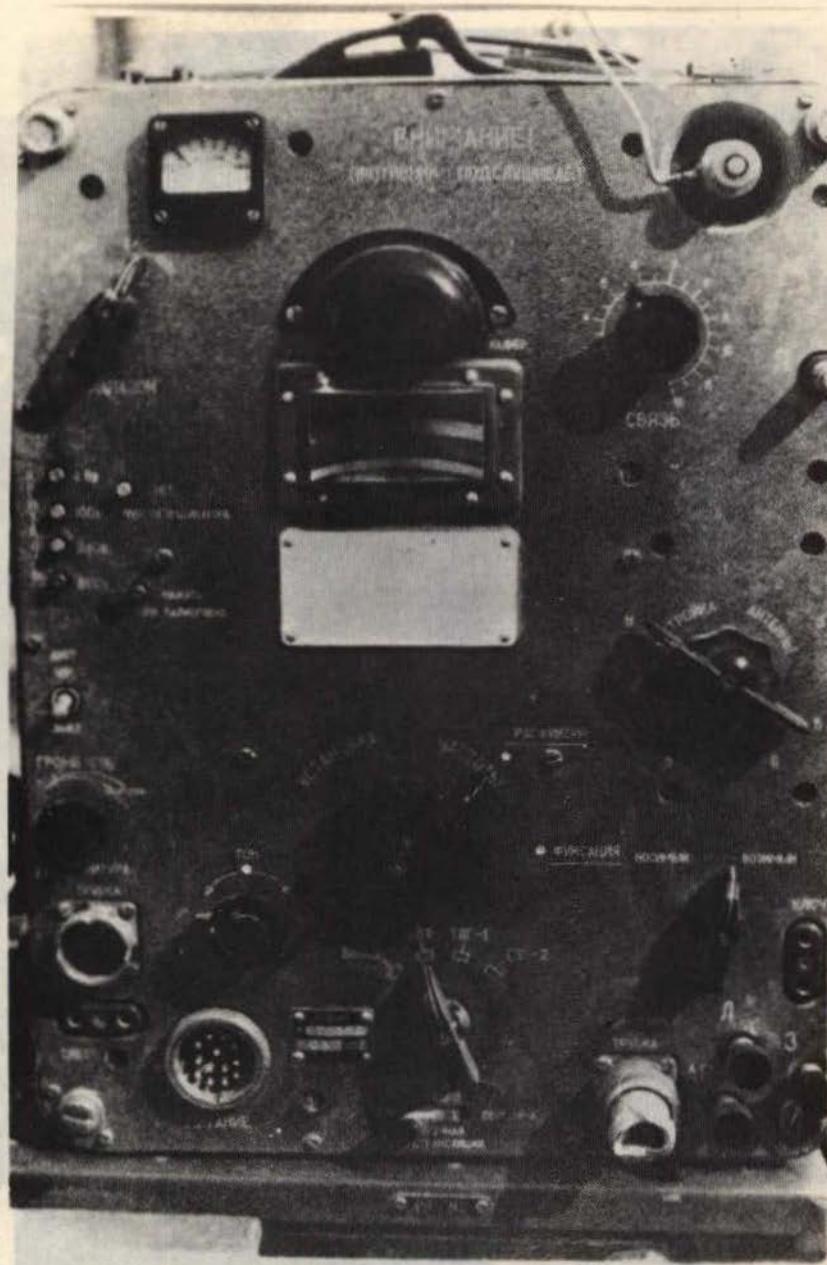
DIPOLO FAIXA LARGA
ALIMENTADA NA EXTREMIDADE

DIPOLO FAIXA LARGA

ANTENAS DIPOLO PARA FAIXA LARGA

DO TIPO BIKE PUMP E CAGE STALK

(DENOMINAÇÕES DA OTAN)



Transceptor R-104M

"As Comunicações na URSS"

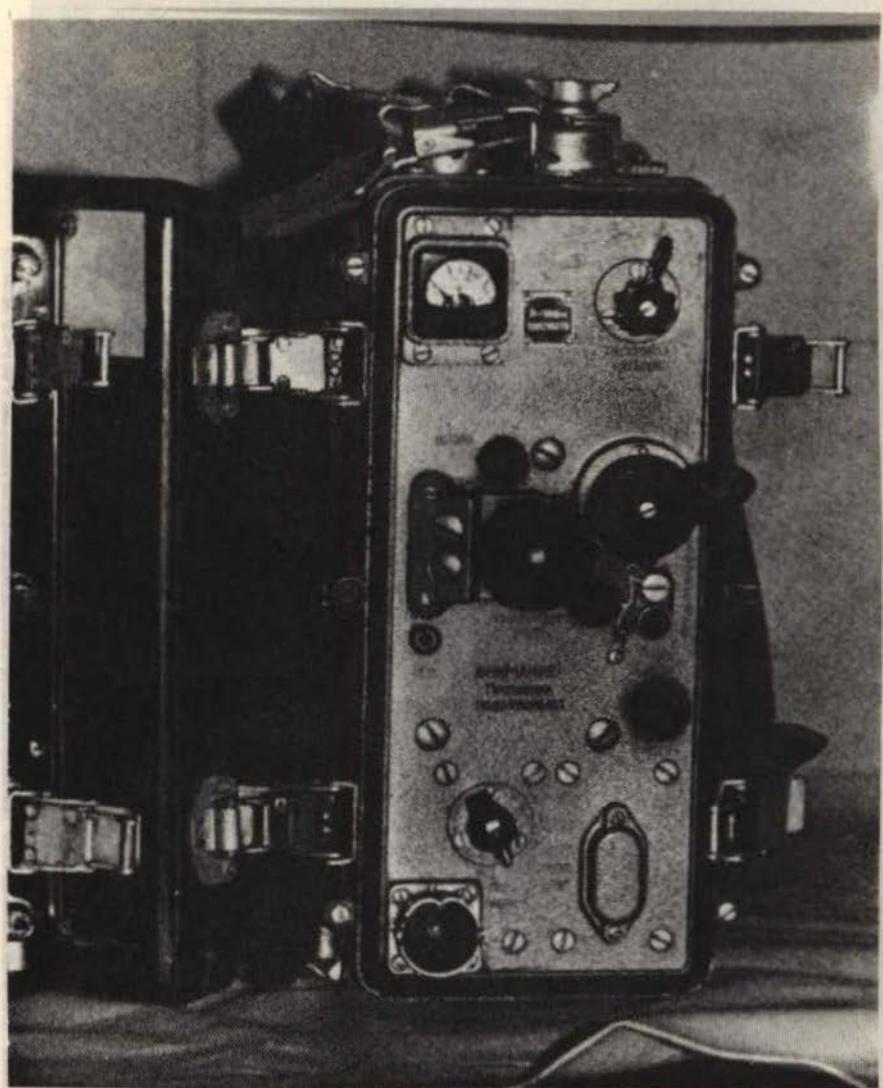
ALGUMAS INSTRUMENTOS



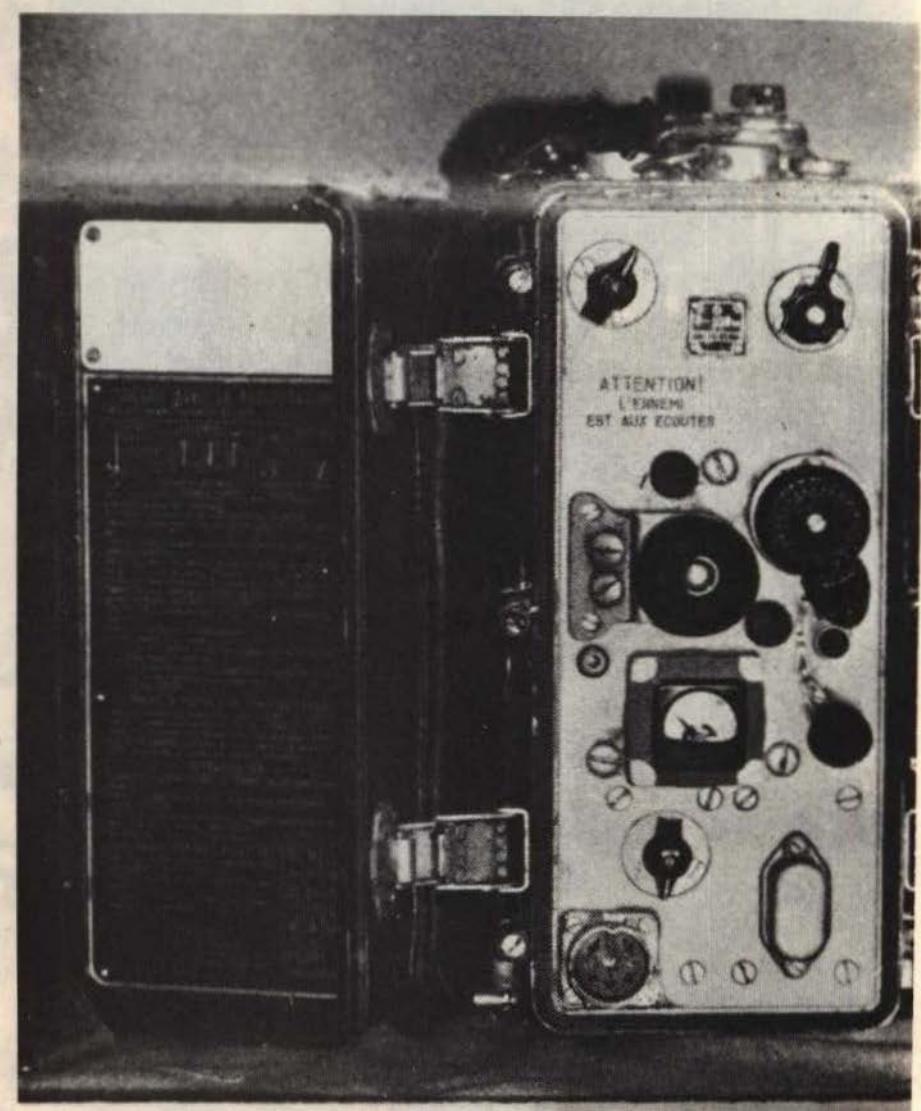
Transceptor R-105D, transportado tipo mochila

"As Comunicações na URSS"

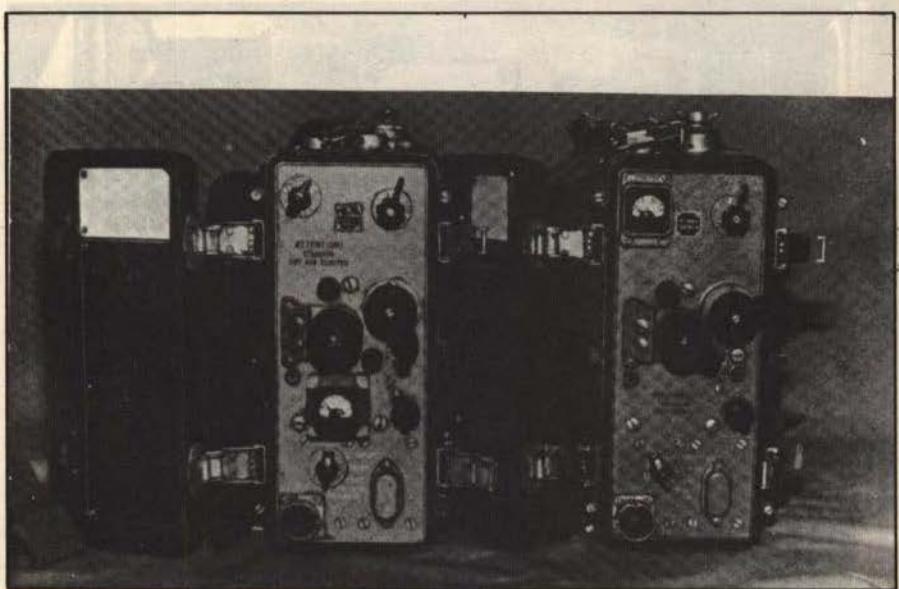
"As Comunicações na URSS"



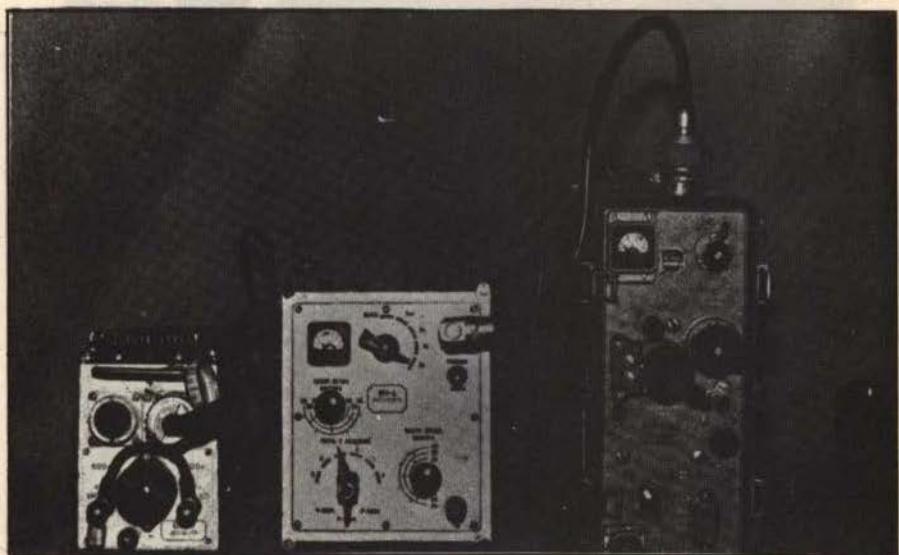
Transceptor R-108M



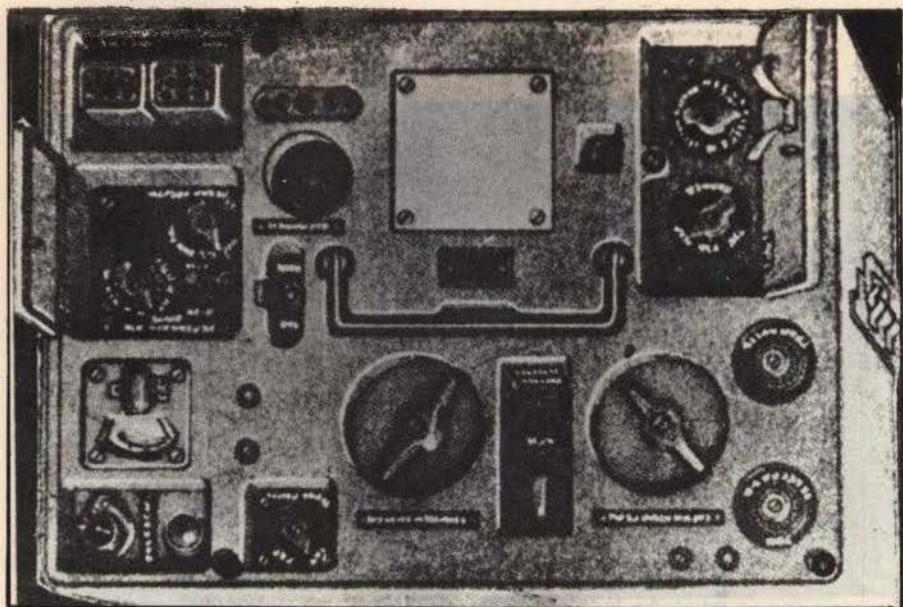
Transceptor R-108M, painel com inscrições em francês



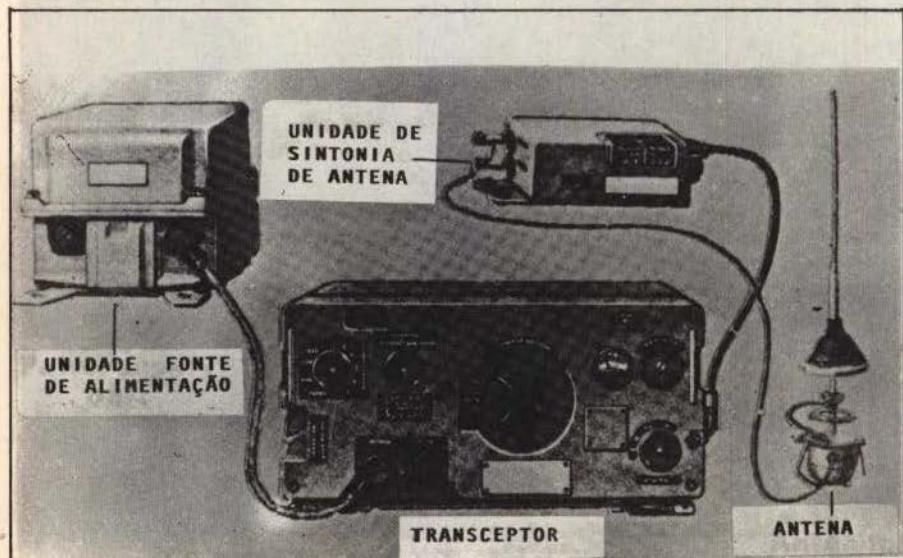
Transceptor R-108M, mostrando um com inscrições em francês, outro com letras em alfabeto cirílico, posição de elementos dos painéis diferentes, especificações técnicas idênticas



Unidade amplificadora de potência UM-3, pode ser usada com os transceptores R-105, R-108 e R-109, possibilita uma potência de saída de 50W. na fotografia está ligada a um transceptor R-108M



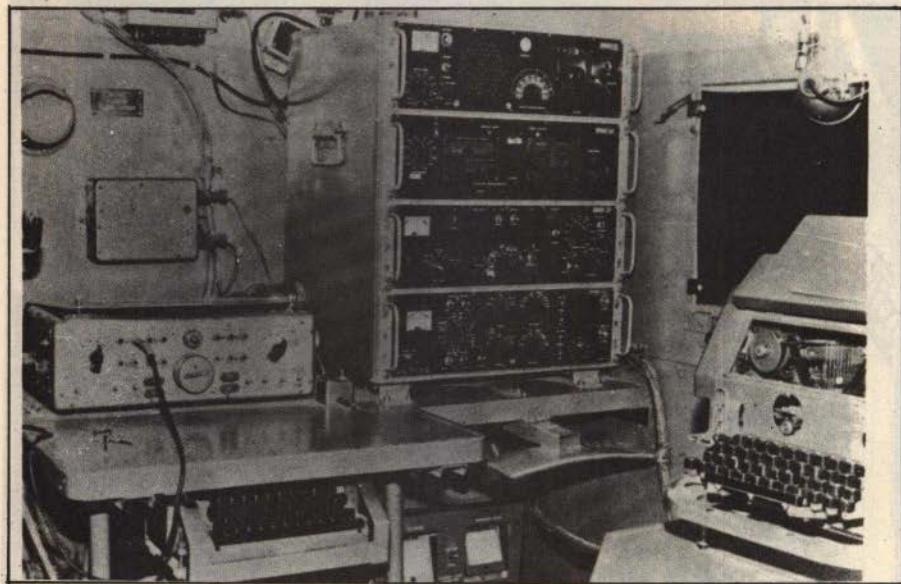
Transceptor R-112



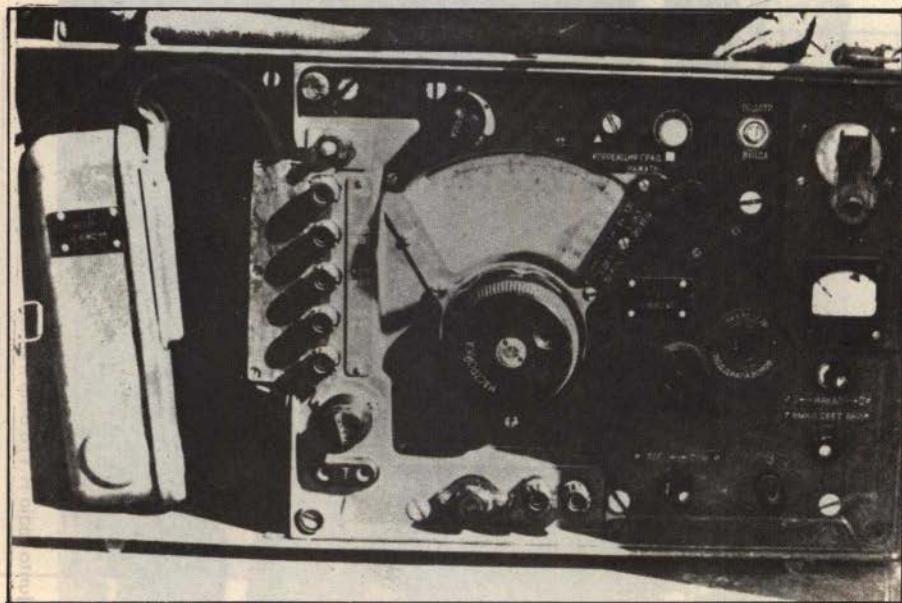
Transceptor R-113



Conjunto rádio R-118 Bm3 montado sobre viatura GAZ-63



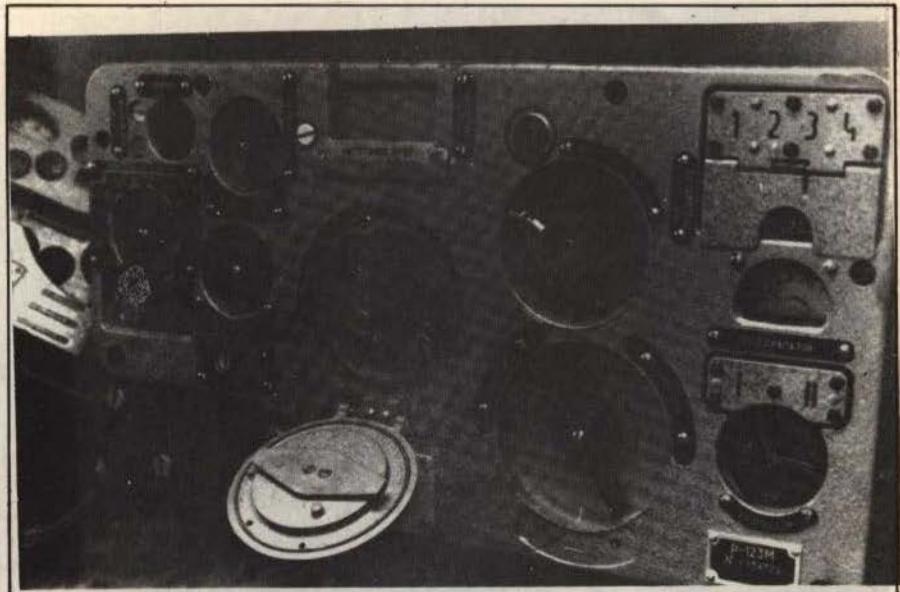
Conjunto rádio R-118 Bm3 mostrando o interior da cabine, onde é visto o receptor R-311, o teleimpressor ST-67B e o painel de telegrafia morse automática R-010



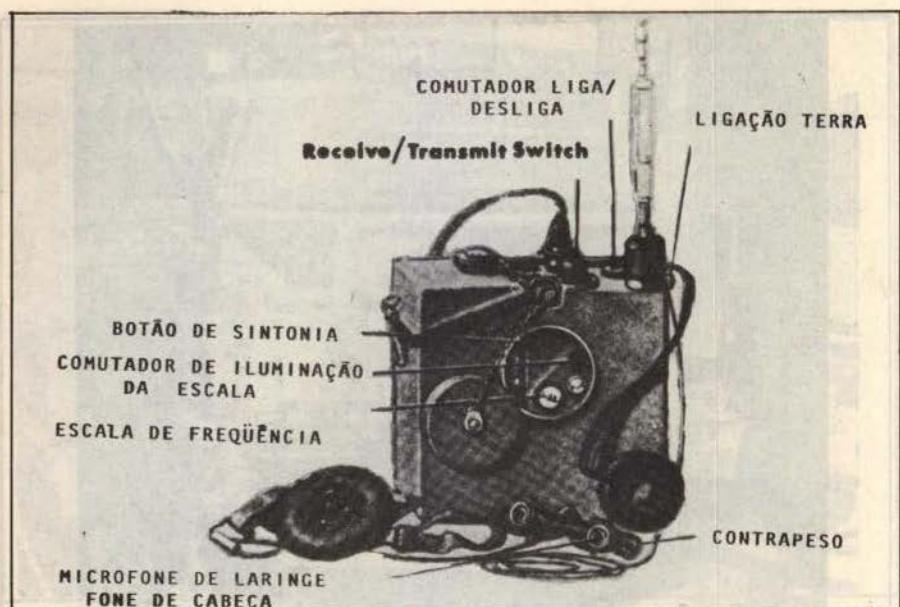
Receptor R-311 pertencente ao conjunto rádio R-118 Bm3



Teleimpressor ST-67B pertencente ao conjunto rádio R-118 Bm3



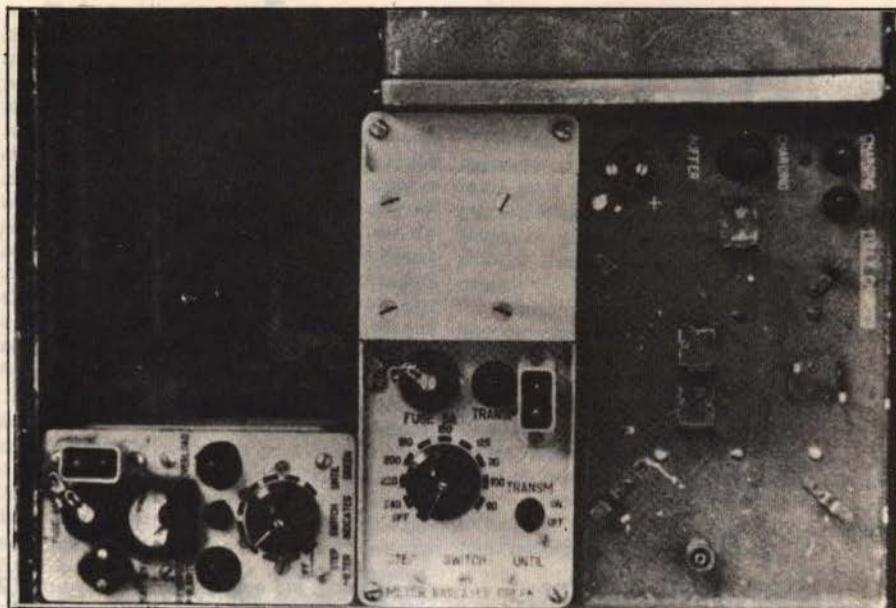
Transceptor R-123M, empregado em viaturas blindadas



Transceptor R-126



Transceptor R-126



Fonte de alimentação do transmissor/receptor R-303, 12 Vcc/220 Vca ou gerador manual



O Cel Com Humberto José Corrêa de Oliveira, além dos cursos de formação e aperfeiçoamento, possui as especificações de Navegação Espacial (Escola Naval) e de Comunicações por Satélites (USASCS) e os cursos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da Escola Superior de Guerra e da Escola Superior de Guerra Combinada da França. Exerce atualmente a função de Chefe do Gabinete da Diretoria de Material de Comunicações e de Eletrônica, do Exército.



INFORMAÇÕES

BRASÍLIA: SUCESSO NO INÍCIO DAS OPERAÇÕES

OEMB-120 Brasília chegou ao mês de julho como a principal atração do mercado aeronáutico internacional, demonstrando, com dez unidades em operação por duas empresas regionais americanas e uma alemã, todas as qualidades que fazem dele o modelo mais vendido até agora em sua classe e com uma performance superior a todos os seus competidores.

Os seis aviões da ASA - Atlantic Southeast Airlines - dois da DLT, subsidiária da Lufthansa na Alemanha, e dois da Air Midwest, dos Estados Unidos, voaram, até o final de junho, mais de 12 mil horas, o que significa que, cada avião voa, em média, perto de oito horas por dia.

Com isso, mesmo numa fase inicial de utilização, quando é comum a qualquer produto passar por pequenos problemas, O Brasília alcançou a marca de 98 por cento de disponibilidade. Ou seja, em cada cem vôos programados, apenas dois sofreram atrasos devido a problemas técnicos. Esse índice torna-se ainda mais significativo porque a frota do Brasília

no mercado, até agora, realizou perto de 12 mil poucos - ou seja, cada um dos aviões realiza, por dia, uma média de oito operações de pouso e decolagem. Nesse mesmo período o Brasília transportou, ainda, mais de 200 mil pessoas.

UM RARO EXEMPLO DE CIVISMO E CULTURA MILITAR

Quando a Chefia do Estado-Maior do Exército já decidira que fosse elaborada a História do Exército Brasileiro, através de sua Comissão de História, e o respectivo projeto estava em início de execução, foi aquele alto órgão transferido para Brasília. Estávamos no princípio de 1971. Tudo aconselhava que a obra viesse a lume por ocasião das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Só no Rio de Janeiro - então e ainda a capital cultural - , poderia ter curso o projeto. Quê fazer?

Recorremos ao General-de-Divisão R1 Antônio de Souza Júnior, nosso antigo Instru-

tor-Chefe de História Militar, Chefe da Subseção de História da 5^a Seção do E.M.E., pesquisador e autor de inúmeros e excelentes trabalhos profissionais, sobretudo de História Militar, confrade no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, de cuja amizade muito me honro. Mostrei-lhe, procurando vencer sua conhecida modéstia, que só ele reunia todas as qualificações para dirigir a execução do projeto no Rio de Janeiro. Convencido, afinal, do alcance cívico do trabalho, o General Souza Júnior aceitou que seu nome fosse indicado à Chefia do E.M.E. Deixara claro, também, que a ausência de remuneração era a condição que apresentava para cumprir a missão. E, assim, foi designado pelo E.M.E.

Como Presidente da Comissão de História do Exército Brasileiro e, nessa qualidade, coordenador do projeto, acompanhei de perto o trabalho desenvolvido pelo General Souza Júnior: estudo do vultoso plano da obra, escolha e convite de revisores das monografias básicas elaboradas pelos alunos do 2^o ano da E.C.E.M.E., leitura prévia desses trabalhos, num total superior a 1000 laudas datilografadas, novas leituras de trechos ou de monografias suplementares, redação de muitos trechos para complementação, estruturação dos

capítulos e leitura da redação final para uniformização do estilo. Este último trabalho foi feito aos sábados, domingos e feriados, únicos dias disponíveis da parte do oficial encarregado da redação final.

Volume tão grande de trabalho intelectual requereu dois anos de intensos esforços do Diretor do Projeto, justamente numa fase em que seu estado de saúde era precário. Não obstante, só quando a missão estava cumprida, pediu o General Souza Júnior dispensa do encargo.

Exemplos como o do General Souza Júnior sempre foram raros. Mas, hoje, tendem a ficar ignorados no meio da quantidade — sempre e incrivelmente aumentada —, das informações de toda a ordem do mundo em que vivemos. Por isso, como testemunha principal desses fatos significantes, sentimo-nos no dever de oferecê-los à inspiração dos que procuram encontrar no cívismo e na cultura a correção e o equilíbrio necessários às tentadoras solicitações da vida material.

Francisco Ruas Santos



REGISTROS

O ARQUIVO DO EXÉRCITO E
A MEMÓRIA HISTÓRICA DE
NOSSA FORÇA TERRESTRE –
ATUALIDADE – RUMO

O Arquivo do Exército foi criado em 8 de abril de 1934 por ato do então Ministro da Guerra, General Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Sua implantação inspirou-se nos ensinamentos da Missão Militar Francesa que afirmava: "As bases da Tática e da Estratégia da Doutrina Militar Brasileira devem buscar respaldo na História e na Geografia Militar Sul-Americanas". O que vale dizer, nos casos concretos de lutas internas e internacionais ocorridas na América do Sul e na influência da Geografia nas constatações. Por isso mesmo, o Arquivo iria contar, à época de sua organização, com o concurso de três Oficiais tidos como grandes historiadores militares, os Coronéis *Jonathas do Rego Monteiro, Emílio Fernandes de Souza Docca e Francisco de Paula Cidade*. O Cel *Jonathas* seria o seu primeiro Diretor e o Cel *Paula Cidade*, então consagrado historiador e maior autoridade brasileira em Geografia Militar, matéria que introduziria no currículo da Escola Militar do Realengo

em 1932, no Comando do então Cel. José Pessoa que tivera heróica participação no Exército Francês na I Guerra Mundial. Após isto, Paula Cidade serviu na ECEME como instrutor até 1935, ocasião em que foi designado para um Comando de Unidade em Corumbá.

Na tarefa de organização do Arquivo, tornou-se um excelente coadjuvante o então Cap. Humberto de Alencar Castello Branco valendo-se das observações que fizera em uma visita feita ao Arquivo do Exército da França. Castello Branco viria revelar-se um dos pensadores militares mais fecundos de nosso Exército e que, dentro do ensinamento da Missão Militar Francesa, procurou sempre tirar lições da Geografia e da História Militar do Brasil. A obra "Marechal Castello Branco - seu Pensamento Militar", editada pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 1968, aborda este aspecto com muita propriedade e eloquência.

Assumiu então o Arquivo do Exército, a partir daí, uma finalidade cultural — preservar a documentação histórica do Exército e cooperar nas pesquisas de História Militar. Visa-se com isso, em última análise, propiciar subsídios aos estudiosos da evolução da Doutrina do Exército, através de estudos críticos de História e Geografia Militar. Enfim, passava o Arquivo a exercer uma atividade de extrema

relevância, perdendo a condição de simples depósito de papéis velhos de utilidade discutível.

Implantado o repositório das fontes históricas primárias do Exército, surgiria como colarário um órgão especificamente destinado a pesquisar e estudar aquelas fontes. Ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, fundado em 1936, caberia, através de seus ilustres membros desempenhar essas relevantes tarefas. Faltava, entretanto, uma terceira peça no sistema que iria se encarregar da divulgação dos resultados dos estudos e pesquisas. O problema foi resolvido em 1937, menos de um ano após a fundação do Instituto, com a reativação da Biblioteca do Exército. Completava-se assim o tripé – FONTES HISTÓRICAS (Arquivo do Exército) – PESQUISA E ELABORAÇÃO (IGHMB – 1936) e DIVULGAÇÃO (BIBLEX – 1937).

Os resultados auspiciosos dos primeiros trabalhos realizados pelo Instituto e pela Biblex, traduzidos em pesquisas, elaborações e publicações representaram na época, o inaudito esforço desenvolvido. Constatar isto é obra de simples verificação.

Convém salientar que a par de sua missão cultural, o Arquivo prosseguiu no exercício de sua função como cartório, ou seja, a de certificar dados de caráter administrativo do Exército com apoio em sua documentação, para subsidiar os processos de Defesa da União, para atender as necessidades da Força ou de caráter pessoal, como certidões de tempo de serviço e outros documentos correlatos.

Recentemente, em 26º de Nov 85, o Exmo Sr Ministro do Exército, Gen Ex Leônidas Pires Gonçalves, baixou uma Diretriz Cultural do Exército para o quinquênio 1986-89, Portaria Ministerial nº 1130, que prevê para a Secretaria Geral do Ministério do Exército à qual o Arquivo está subordinado, a seguinte missão:

“Contribuir para a preservação da Memória da Força Terrestre, no trato de documentos valiosos, identificados com a História Institucional e Operacional do Exército e com a evolução do Pensamento Militar Brasileiro e da Doutrina Militar Brasileira”.

Assim, em função de suas finalidades e daquela Diretriz, o Arquivo do Exército, como autêntica Casa da Memória Histórica do Exército, vem desenvolvendo um Sistema de Classificação de Assuntos de História do Exército (SCHAE). Com apoio neste sistema, em cará-

ter permanente e a nível predominante de fontes escritas, está desenvolvendo a História Científica do Exército Brasileiro, em suas dimensões ou vertentes: Institucional; Operacional; Doutrinária; de seus ex-integrantes e de suas Organizações Militares. Esses aspectos da História serão abordados essencialmente sob o enfoque da Evolução do Pensamento Militar Terrestre Brasileiro desde 1808:

– História Institucional, focalizando o Exército como instituição do Brasil, com ênfase na evolução de sua destinação constitucional.

Dentro deste espírito ressalta a Sala de Ministros e de Patronos, que o Arquivo implantou e desenvolve, visando nela reunir os dados mais completos possíveis sobre a vida de cada titular e de sua obra administrativa no Exército, bem como a dos Patronos. E, em conjunto, melhor fixar a História Institucional do Exército e a própria História do Exército, no seu todo.

– História Operacional compreendendo o conjunto de experiências acumuladas pelo Exército, em lutas internas e externas, predominantemente vitoriosas, responsáveis, em grande parte, por um Brasil de dimensões continentais.

Este conjunto desenvolvido o mais profundamente possível, constitui o Patrimônio Cultural do Exército, acumulado desde o Descobrimento até os dias de hoje. Dele, estudiosos brasileiros, chefes, pensadores, planejadores e historiadores do Exército tirarão subsídios para desenvolver a Doutrina do Exército Brasileiro, digno de uma grande nação, potência ou grande potência, na medida da capacidade dos brasileiros de responderem aos desafios da História. Doutrina com progressivos índices de nacionalização.

Enfim, da História Operacional se retirarão os subsídios da Arte da Guerra brasileira, sob a forma de soluções táticas, estratégicas, logísticas e de Engenharia humana, conforme o pensamento da Missão Militar Francesa levando em conta a Geografia Militar Brasileira, bem como o Homem Brasileiro, como combatente e chefe, ao longo da História. Neste particular o Arquivo reuniu todo o Acervo da FEB e está reunindo todo o do Batalhão Suez e da FAIBRAS. E assim, procederá em relação a todas as experiências de lutas internas e externas do povo Brasileiro, com a maior profundidade possível.

— História Doutrinária constituída de um conjunto de regulamentos, manuais etc., que tem sistematizado desde o Descobrimento, a Organização, o Equipamento, a Instrução, a Motivação e o Emprego do Exército após a Independência e das Forças Terrestres do Brasil, entre o Descobrimento e a Independência. Enfim, História Doutrinária focalizando a evolução dos Corpos de Doutrina do Exército (1500-atualidade), com as influências estrangeiras recebidas e as acentuadamente nativas, como a Guerra de Emboscadas nas Guerras Holandesas e a Guerra à Gaúcha como exemplos.

— História de ex-integrantes do Exército visando, além da justa homenagem, aos que ajudaram a construir o Brasil na Paz e na Guerra, a subsidiar estudos realistas de Engenharia Militar Humana, com o apoio nos perfis do combatente brasileiro em geral e do chefe brasileiro ao longo de cinco séculos de História. Perfis embutidos em milhares de fôde-ofício que o Arquivo guarda zelosamente e informatizadas.

Nesse sentido, o Arquivo já possui cerca de 200.000 dossieres de ex-integrantes da Ativa e está apto a desenvolver número muito maior. Enquadra-se neste esquema as cerimônias que o Arquivo vem realizando desde 1985, sob o título: Centenários de Chefes do Exército, focalizando expoentes da instituição. No momento trata de Chefes egressos da Escola de Guerra de Porto Alegre, com grande projeção na profissionalização do Exército, em decorrência do Regulamento de 1905, ponto de inflexão do Bacharelismo para o Profissionalismo Militar.

Neste particular, sendo o Exército uma instituição de um País sob a proteção de Deus, seu Arquivo adota o seguinte pensamento:

"Mais importante que os restos mortais dos soldados do Exército do passado, são os seus espíritos que o Arquivo guarda, preserva e evoca, em sua documentação, em homenagem à participação respectiva de cada um na construção da Pátria".

O Arquivo do Exército produziu em 1985 a obra "O Exército Brasileiro" focalizando a evolução de suas Organizações Militares no período de 1500 a 1934 e guarda significativa parcela do acervo das que já foram extintas, também relacionadas na obra "Catálogo dos Acervos Documentais" que imprimiu em 1975.

A par disso coleciona todos os trabalhos específicos sobre História de Organizações Militares e dinamizará este particular junto àquelas que já possuem publicações específicas ou mesmo apenas datilografadas.

Para realizar seu planejamento relacionado com a História Científica do Exército, o Arquivo encetará campanhas, visando a completar suas coleções de regulamentos, manuais, livros, periódicos, fotos, mapas e documentos relacionados com a História Científica do Exército. Acaba de receber substancial apoio da Biblioteca do Exército no tocante a livros.

Deverá esforçar-se por incluir em seu acervo todos os estudos biográficos esparsos sobre ex-integrantes do Exército e suas Unidades, feitos fora dos órgãos de divulgação editados pelo Exército.

Esta é, em síntese, a atualidade do Arquivo do Exército, que se propõe a ser a "Casa da Memória Histórica do Exército" e o "Guardião" de sua História. Para tal necessita contar com cooperação e estímulo de todos os integrantes do Exército, da Ativa, da Reserva e Reformados.

É, além disso, o Arquivo, um lugar sagrado, por ser a última morada de todos os integrantes do Exército, na forma de registro da vida e obra de cada um, ou seja, do espírito que, em vida, os animou na construção do Brasil, desde antes mesmo de sua Independência.

O Arquivo assumiu o compromisso de cooperar, cada dia que passa, para o aprimoramento da OPERACIONALIDADE DO EXÉRCITO, com índices cada vez maiores de nacionalização.

OPERACIONALIDADE cada vez mais eficiente, em suas dimensões: Institucional, Doutrinária, Operacional, de seus integrantes e de suas Organizações Militares, com apoio na exploração crítica do Patrimônio Cultural Militar do Exército, acumulado e sedimentado nas lutas internas e externas, predominantemente vitoriosas, em que se envolveu, desde os primórdios da nacionalidade.

Este, aliás, foi o sonho manifestado em 1855, pelo então Ministro da Guerra e que seria mais tarde o Duque de Caxias, Patrono do Exército. Vale a pena registrar sua afirmativa:

"RENOVEMOS A TÁTICA URGENTE. ADAPTEMOS-LA ÀS EXIGÊNCIAS DA GUERRA, ENQUANTO NÃO SE COGITA DE UMA TÁTICA ELEMENTAR, PRIVATI-

VAMENTE NOSSA, EM HARMONIA COM AS CIRCUNSTÂNCIAS PECULIARES DE NOSSO EXÉRCITO E COM A NATUREZA DE NOSSAS GUERRAS".

Este sonho foi reiterado, em 1890, pelo então Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, e referendado pelos Ministros da Guerra, Gen Francisco de Moura, e da Marinha, Vice-Almirante José Custódio de Mello, ao encarregarem o Ten Cel de Engenheiros Emílio Carlos Jourdan de escrever sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-1870) com a finalidade de propiciar à classe militar o conhecimento da História Militar do Brasil e de propiciar aos alunos de nossas Escolas Militares, subsídios para o aperfeiçoamento de uma Tática e de uma Estratégia apropriadas às condições Geográficas especiais da América do Sul.

Este sonho continuou a ser perseguido por gerações sucessivas, destacando-se em cada época, um grupo de estudiosos com atuação mais efetiva, como foi o caso dos estagiários do Exército Alemão, no início deste século, que passaram à História com o nome de "Jovens Turcos" e que, entre outras atividades, foram os fundadores da Revista "A Defesa Nacional"; dos brasileiros que combateram no Exército Francês na I Guerra Mundial; dos que, como Instrutores da Escola Militar do Realengo no período de 1919 a 1922, integraram a chamada "Missão Indígena"; e ainda por muitos Chefes, planejadores, pensadores, instrutores, historiadores e geógrafos militares, que consolidaram a profissionalização do Exército sob a influência benéfica da Missão Militar Francesa.

Aquele sonho de Caxias, manifestado em 1855, o eleva à condição de inspirador da Doutrina Militar Brasileira, e sua concretização é tarefa para as gerações do presente e do futuro de nosso Exército. E é por isso que o Arquivo está se preparando para apoiar este trabalho tão relevante que traduz, em suma, o Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre do Brasil, pondo ao alcance dos estudiosos seu acervo, que constitui o precioso Patrimônio Cultural Militar, tão rico em solu-

ções táticas, estratégicas, logísticas, de Engenharia Humana, etc. Soluções capazes, por se situarem nos domínios da Arte da Guerra, de alicerçarem os principais aspectos da Doutrina de um Exército à altura do destino grandioso que o povo brasileiro almeja para o Brasil.

Uma Doutrina Militar é um misto de Arte e Ciência Militar. Indiscutivelmente a Arte Militar Brasileira está inserida na História e Geografia Militar do Brasil e Sul-Americana. Daí a necessidade de que esses estudos seja atacados com ênfase, pois, até hoje, ninguém negou a grande importância dos mesmos na formulação da Tática e da Estratégia de uma Doutrina Militar.

IMPRESSÕES DE VISITA AO ARQUIVO DO EXÉRCITO EM 17 DE ABRIL 1986 DO EXMº SR GEN DIV ANÁPIO GOMES FILHO – DIRETOR DE ASSUNTOS CULTURAIS EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Visito o Arquivo do Exército como General de Divisão e, o que vejo, me agrada e me desagrada.

Agradou-me ver o trabalho desenvolvido pela Equipe do Arquivo, sua operosidade, sua dedicação, seu carinho na guarda e recuperação de tão precioso acervo, desagradou-me, entristeceu-me constatar a precariedade a pobreza das instalações e carência de pessoal.

Visito o Arquivo do Exército como General de Divisão, quando deveria tê-lo visitado como Aspirante, ou mesmo cadete. A maioria do Exército não alcança perceber, a importância, o incomensurável valor do nome Arquivo.

Ele precisa, ele deve ser dignificado, pois é no passado que vamos buscar os ensinamentos para vivermos o efêmero presente e o imprevisível futuro.



Seja assinante da Bibliex e receba sempre bons livros

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

A Bibliex já preparou o Editorial para 1986, composto de 10 títulos, que os assinantes receberão durante o corrente ano em qualquer ponto do Brasil e sem nenhum acréscimo ou despesa além do valor da assinatura anual de Cz\$ 132,00.

OBRAS QUE JÁ FORAM SELECIONADAS:

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Volume 2 – Tomo V

General Paulo de Queiroz Duarte

Mais um volume dando continuidade a esta interessante obra sobre aqueles jovens voluntários de 1865/70.

CONFLITO DAS MALVINAS

Volumes 1 e 2

General Paulo de Queiroz Duarte

Uma descrição ordenada e uma interpretação segura de um historiador militar sobre aquele recente conflito no Atlântico Sul.

DEUS SÓ RECEBE AOS DOMINGOS

Virgil Gheorghiu

Romance do mesmo autor de "A Espiã" e "25ª Hora".

MISSÕES SILENCIOSAS

Vernon A. Walters

Alguns aspectos autobiográficos deste oficial norte-americano que conviveu com a FEB e participou de fatos de grande interesse para o conhecimento da política internacional dos Estados Unidos.

O PODER DA PERSONALIDADE NA GUERRA

General Barão Hugo Von Freitaq-Loringhoven

Um clássico da literatura militar Alemã.

RETRATO DO BRASIL – Atlas-Texto de Geopolítica

Therezinha de Castro

Um estudo ricamente ilustrado a cores, abordando a Geopolítica brasileira.

SETE COMBATES NO VIETNAM

John Albright

Apresenta síntese de episódios militares daquele conflito, ao alcance de civis e militares, inclusive com emprego de helicópteros em campanha, assunto de grande atualidade.

ESTRATÉGIA

General Carlos de Meira Mattos

Um livro de grande utilidade para os estudiosos de estratégia e de assuntos da atualidade.

OBRAS EM ESTUDO PARA COMPLETAR O EDITORIAL DE 1986

YALTA, A PARTILHA DO MUNDO

Arthur Conte

Uma descrição de importantes acontecimentos que cercaram aquela Conferência, cujos reflexos a humanidade ainda decanta.

A ARTE DA LIDERANÇA

W. W. Roskill

Com opiniões seguras e inéditas sobre a influência da personalidade, da família e da cultura do oficial em sua capacidade de liderança.

A ESPADA E A PENA

Liddell Hart

Mais um clássico da literatura

GEHLEN, O GÊNIO DA INFORMAÇÃO

Charles Whiting

Uma bibliografia militar de grande utilidade para entendimento da espionagem e sua importância na guerra. (Do original GEHLEN, O ESPIÃO DO SÉCULO).

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar
CEP 20455 – Rio de Janeiro – RJ – Tels.: 253-4637 – 253-7934 – 233-0261

Valor da
assinatura
de 1986
Cz\$ 132,00

A Bibliex ainda dispõe de pequena quantidade
destas duas coleções à sua disposição.

EDITORIAL DE 1984

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA
GUERRA DO PARAGUAI

Vol. 2 Tomo III

General Paulo de Queiroz Duarte

GEOPOLÍTICA E TRÓPICOS

General Carlos de Meira Mattos

BRASILEIROS NO SINISTRO TRIÂNGULO
DAS BERMUDAS

Vice-Almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama

JOSÉ BONIFÁCIO E A UNIDADE
NACIONAL

Therezinha de Castro

UMA VISÃO DA ANTÁRTICA

Coronel Elber de Mello Henriques

A ARTE DE SER CHEFE

Gaston Courtois

J. B. MASCARENHAS DE MORAES —
MEMÓRIAS — Vol. 1

Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes

J. B. MASCARENHAS DE MORAES —
MEMÓRIAS — Vol. 2

Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes

O INCRÍVEL PADRE LANDELL DE MOURA
Ernani Fornari

TEORIAS GEOPOLÍTICAS

Coronel Octavio Tosta

EDITORIAL DE 1985

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA
GUERRA DO PARAGUAI

Vol. 2 Tomo IV

General Paulo de Queiroz Duarte

HIPÓLITO DA COSTA, Idéias e Ideais

Therezinha de Castro

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO
ESTRATÉGICO NAVAL BRASILEIRO

Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal

O PEQUENO PRÍNCIPE

Antoine de Saint-Exupéry

EXPEDIÇÕES MILITARES CONTRA
CANUDOS — Seu Aspecto Marcial

General Tristão de Alencar Araripe

NOSSO EXÉRCITO, ESSA GRANDE ESCOLA

General A. de Lyra Tavares

TERCEIRO BATALHÃO — O Lapa Azul

Agostinho José Rodrigues

MARECHAL JOSÉ PESSOA —
A Força de um Ideal

TC Hiram de Freitas Câmara

MEMÓRIAS DE UM SOLDADO

General Ernani Ayrosa da Silva

MONTESE — MARCO GLORIOSO
DE UMA TRAJETÓRIA

Coronel Adhemar Rivermar de Almeida

Valor da assinatura de 1984

Cz\$ 40,00

Valor da assinatura de 1985

Cz\$ 43,80

**be
BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORIA**

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
Ala Marçilio Dias — 3º andar — CEP 20455 — Rio (RJ)
Tel.: 253-4637 — 253-7934 — 233-0261

DESEJO RECEBER O(S) EDITORIAL(AIS)
ABAIXO E PARA TANTO ENVIO A IMPOR-
TÂNCIA CORRESPONTE DA MANEIRA
ASSINALADA AO LADO.

1984

1985

1986

PEDIDO DE ASSINATURA

NOME (em letra de forma)

ENDEREÇO (para remessa do livro)

Bairro	Cidade	I Est.	CEP
--------	--------	--------	-----

Data Assinatura

— VALE POSTAL-AGÊNCIA 520641 CÓRREIO QG I EX

— CHEQUE NOMINAL N° BANCO

Noticiário do Exército

Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias – Quartel-General do Exército – Setor de garagens – SMU – CEP 70.630 – Brasília-DF – Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O Valor da assinatura semestral será de Cz\$ 180,00 (cento e oitenta cruzados) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEX-BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal.

O NE será remetido diariamente.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1986: Cz\$ 67,20

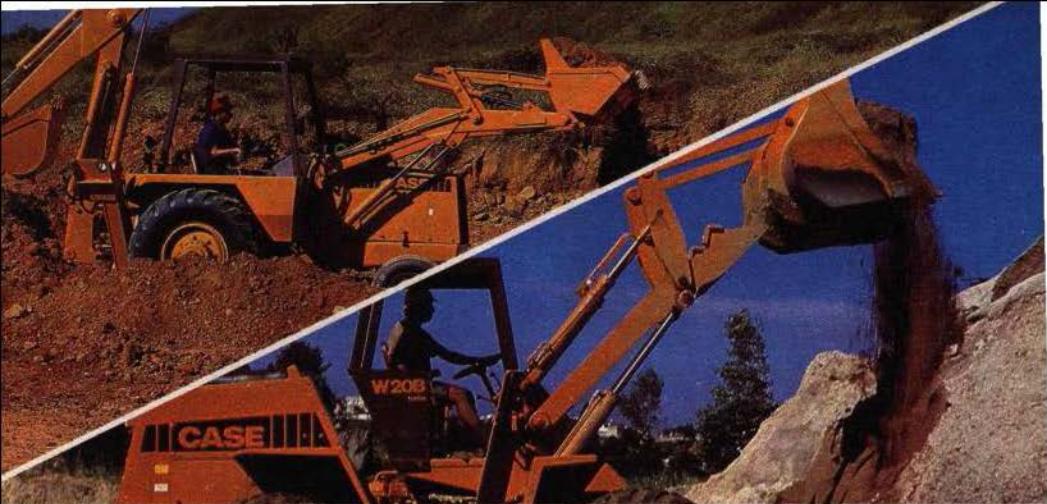
– PAGAMENTO:

- Em cheque Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.
- Em vale postal A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" – Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25
20455 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: 253-4628



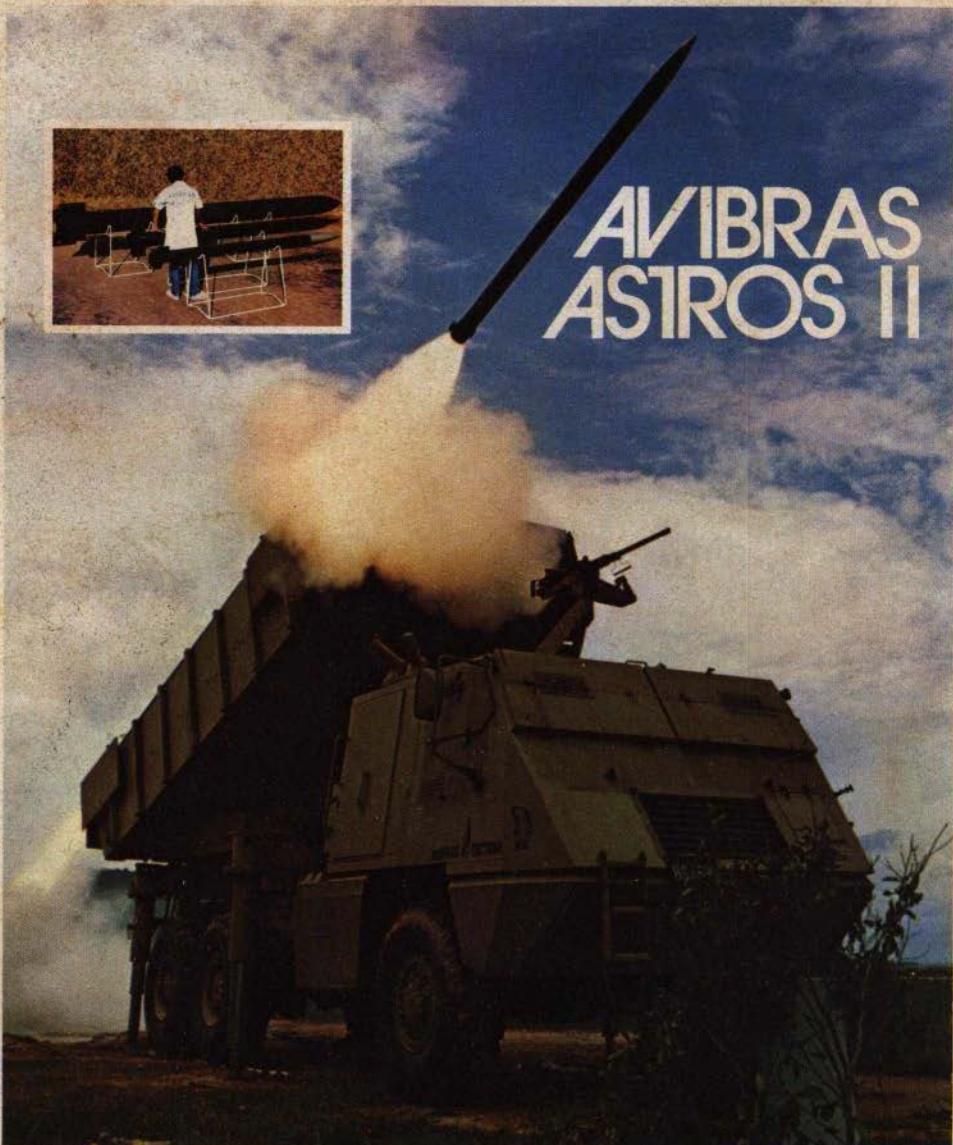


O currículum bem-assinado.

Foi acreditando em desenvolvimento que a J I CASE construiu seu nome. Em 1919, instalou sua primeira filial brasileira, em Porto Alegre. A indústria surgiu em São Bernardo do Campo em 1971, onde hoje opera a Divisão Central de Peças de Reposição. Em 1973, iniciou a exportação das primeiras unidades. As atividades industriais aumentaram, e isso levou ao surgimento da fábrica em Sorocaba, em 1977. No ano seguinte, a Case incorporou a POCLAIN DO BRASIL. Hoje, o nome da Case está nas retroescavadeiras, pás-carregadeiras, e escavadeiras hidráulicas que constroem grandes obras no Brasil e no Exterior. E a CASE assina embaixo.

J I Case do Brasil 
Uma Companhia Tenneco





AVIBRAS ASTROS II

O mais completo
e versátil sistema
de foguetes de
saturação disponível
no mundo...

...para atender
as necessidades
de nosso
Exército e de
nações amigas



Antiga Estrada de Paraibuna, Km 118 - Caixa Postal 229-12200 - São José dos Campos - S.P.
Brasil - Tel.: (0123) 21-7433 - Telex.: (011) 33493 AIAE BR.

AVIBRAS AEROSPACE S.A.